



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

PATRICIA CHAME DIAS

**A CONSTRUÇÃO DA SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL
EM LAURO DE FREITAS (BA):
ESTUDO DAS CARACTERÍSTICAS E IMPLICAÇÕES DO PROCESSO**

Orientador
Prof. Dr. Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva

Salvador
2006



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

PATRICIA CHAME DIAS

**A CONSTRUÇÃO DA SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL
EM LAURO DE FREITAS (BA):
ESTUDO DAS CARACTERÍSTICAS E IMPLICAÇÕES DO PROCESSO**

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências como requisito final à
obtenção do título de Mestre em Geografia

Orientador
Prof. Dr. Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva

Salvador
2006

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Shiguemi Fujimori, Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia

D541 Dias, Patrícia Chame,
A construção da segregação residencial em Lauro de Freitas
(BA): estudo das características e implicações do processo
/ Patrícia Chame Dias. _ Salvador, 2005.
200 f. : il. + Anexos.

Orientador: Prof. Dr. Sylvio C. Bandeira de Mello e Silva.
Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Geografia
Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia,
2006.

Geografia humana 2. Geografia urbana – Lauro de
Freitas (BA) 3. Segregação residencial – Lauro de
Freitas (BA) 4. Desigualdade socioespacial – Lauro de
Freitas (BA) 5. Espaço urbano I. Título.

CDU 911.9:711 (813.8) (043)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

PATRICIA CHAME DIAS

ORIENTADOR: PROF. DR. SYLVIO CARLOS BANDEIRA DE MELLO E SILVA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Submetida em satisfação parcial dos requisitos para obtenção do grau de

MESTRE EM GEOGRAFIA

à

Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa

da

Universidade Federal da Bahia

Aprovado em

Comissão Examinadora

_____ DR. SYLVIO BANDEIRA DE MELLO E SILVA
(ORIENTADOR)

_____ DR. PEDRO DE ALMEIDA VASCONCELOS

_____ DRA. INAIÁ MARIA MOREIRA DE CARVALHO

Data de Aprovação: ____/ ____/ ____

Grau conferido em: ____/ ____/ ____

A meus filhos,
símbolo da esperança
de um mundo onde os homens sejam mais justos.

AGRADECIMENTOS

Realizar uma dissertação é, em teoria, uma jornada solitária em busca do conhecimento. Realmente, o pensar sobre algo, refletir frente a uma dada realidade, comparar teoria e prática, construir idéias... são processos de longo prazo e que exigem um esforço intelectual individual. Mas, essa jornada e esse esforço se fazem acompanhar de pessoas que para ele contribuem direta ou indiretamente. Assim foi comigo. Desse modo, há muitas pessoas a quem devo sinceros agradecimentos, algumas das quais nomearei aqui. Se parti da ignorância dos conceitos geográficos e lancei-me ao novo, é porque algo me movia e porque não estava só. Dentre as idéias que me moviam, estava a de que o conhecimento é algo fundamental ao homem e que é uma das poucas coisas que podem pertencer inteiramente ao ser. Essa noção devo a meus pais, Luiz Carlos e Maria José, que, além de me mostrarem a necessidade do saber, me fizeram acreditar na capacidade de alcançá-lo. Portanto, meus agradecimentos iniciais são para aqueles que me deram a base, os ideais que subsidiaram algumas das decisões que tomei pela vida afora.

Cheguei no Instituto de Geociências da UFBA como alguém que nada sabia da Geografia (a não ser por algumas poucas coisas aprendidas, de forma nada brilhante, enquanto aluna do 1º e 2º graus) e que buscava conhecimentos para ver se seguiria por esse caminho. Fui acolhida carinhosamente pela professora Maria Auxiliadora da Silva e pelo professor Délio José Ferraz Pinheiro que, sem se importarem com de onde eu vinha, me introduziram nos conceitos geográficos através da literatura. Foi um caminho árduo e prazeroso, onde Jorge Amado e Milton Santos se juntaram no meu imaginário e, através deles, aprendi um pouco do que é o espaço. Se concluo agora este trabalho, é também por conta dessas pessoas que merecem meu respeito, agradecimento e carinho. À professora Creuza Santos Lage também devo agradecer, pois, além da orientação na elaboração do projeto, foi com um trabalho de ordenamento territorial que me aproximei de forma rigorosa, e com o olhar de quem indaga, do lugar onde vivo e que se tornou parte de meu objeto de pesquisa. Então, veio a seleção para o mestrado: projetos, provas e entrevistas. Antes do resultado, a ansiedade.

Depois de aprovada, a insegurança. Seria capaz de enfrentar esse novo desafio? O ingresso nesse programa de mestrado representou muito para mim. Depois de tanto tempo distante do conhecimento, mais uma vez, me aventurava ao novo. E a cada dia, com cada leitura sugerida e com as discussões de sala, revia meus objetivos de pesquisa, avaliava minhas proposições, produzia novas reflexões. Dentre os professores com quem convivi e aprendi nessa etapa da vida, devo destacar o professor Sylvio Bandeira de Mello e Silva — cujo nome já conhecia há muito — que ao realizar um “passeio” pela teoria geográfica me fez conhecer essa ciência. Mais que isso, foi fundamental para a minha aproximação com a Geografia sua gentileza de ter aceito ser o orientador dessa dissertação e de não ter perdido a paciência comigo, pelas inúmeras vezes que lhe procurei cheia de dúvidas, sendo sempre solícito, e por ter, ora mais próximo, ora mais distante, acompanhado o desenvolvimento desse estudo sem interferir no direcionamento que pretendia dar ao mesmo. Sendo assim, os méritos do presente trabalho devem ser compartilhados com o professor Sylvio (que não tem responsabilidade sobre os deméritos), a quem sinceramente agradeço a colaboração. A professora Barbara-Christine Nentwig Silva, com quem não tive a oportunidade de cursar qualquer disciplina, foi uma daquelas pessoas que encontramos em nosso caminho e aos poucos descobrimos algo que nos identifica, embora às vezes isso nem sempre apareça claramente. Pelas poucas conversas que tivemos e pelas orientações que me deu contribuindo para que os equívocos cometidos nesse trabalho fossem diminuídos (e também a paciência em atender aos meus telefonemas dirigidos ao professor Sylvio), sou grata.

Outro professor que foi importante nessa jornada foi Pedro de Almeida Vasconcelos. Ao apresentar e discutir concepções de cidade ao longo da história e com sua postura quase “psicanalítica” frente aos conceitos, levantou questões e reflexões que me auxiliaram a pensar sobre a cidade e a formular algumas das linhas que conduziram a pesquisa que resultou nessa dissertação. Ademais, me fez estar atenta às palavras que empregava, aos seus significados e significantes. Por sua postura científica e a seriedade do trabalho acadêmico, contar com sua participação na minha banca é motivo de muita satisfação. Agradeço-o, portanto, também por ter aceito continuar colaborando comigo até o término deste mestrado.

A escolha de uma terceira pessoa que avaliasse mais de perto esse trabalho não foi difícil. Um nome veio de pronto à minha mente: professora Inaiá Maria Moreira de Carvalho. Desde que tive contato com seu livro *O Nordeste e o regime autoritário*, aprendi a admirar a força de suas palavras. Depois, por ocasião de uma atividade profissional, tive oportunidade de conhecê-la pessoalmente, ampliando minha admiração pela sua seriedade acadêmica. Assim, fico grata por ter participado da banca de avaliação deste trabalho, colaborando para o seu engrandecimento, o que foi, para mim, motivo de orgulho.

Quanto aos colegas dessa jornada alguns tiveram uma contribuição especial. Agradeço a Isabela Albuquerque, Denise Maria Santos, Nádia Miranda, Miriam Cléa Coelho Almeida e Meirelane Rodrigues Maia pelas sugestões, observações e indicações bibliográficas, mas, principalmente pelo carinho.

Devo acrescentar que as informações prestadas pelos moradores das áreas pesquisadas foram de muita importância para este estudo. Faz-se, portanto, necessário agradecer a todos que responderam aos questionários de pesquisa. Além disso, foi possível obter dados significativos com os representantes da Associação Beneficente Recreativa Unidos do Centenário, João de Souza Araújo; da Associação Comunitária Desportiva Cultural Sayonara, Manoel Lázaro do Nascimento e Antonio Dias; da Associação Beneficente Jardim Talismã, Roque de Oliveira dos Santos e Diomedes Pereira da Silva; da Associação de Moradores do Araqui, Maria Januária da Silva; e da Associação de Proprietários e Moradores do Loteamento Miragem, Miguel Polino. Do mesmo modo, foram de extrema relevância as informações, dados e documentos disponibilizados pelos funcionários da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, em especial da Secretaria de Planejamento, Saneamento, Meio Ambiente e Turismo: Márcia Milan (Departamento de Dados e Referência); Obadias de Jesus Montanhas, Elton Batista, Nicanor Cardoso do Valle (Mapoteca); e Georgeth Pain (Diretoria de Gestão Urbana). Também dessa Prefeitura, agradeço a Mayra Landin (Núcleo de Orçamento Participativo) e Ariston Xavier Santana (Assessor da Prefeitura).

No trabalho, contei também com a contribuição de colegas que merecem ser citados: Simone Araújo de Pinho e Cândida Ribeiro Santos, com quem ingressei nesse instituto; Luís André de Aguiar Alves, que elaborou e me ajudou a entender o que significava o índice de Gini e outros indicadores econômicos; Alaíde Portela, que digitou alguns dos meus trabalhos; Ângela Franco, com quem aprendi muito e que sempre me incentivou; Cláudia Monteiro Fernandes pela compreensão das necessidades de uma mestranda estressada com seus prazos quase esgotados; e Ângela de Oliveira Belas pela ajuda na elaboração do projeto e o apoio constante. Mas, principalmente, a Diva Maria Ferlin Lopes, que de colega de trabalho tornou-se amiga de vida, tenho muito a agradecer.

Durante o período em que fazia esse curso, aconteceram fatos na minha vida que, por isso, mudou em muitos aspectos. Uma pessoa querida partiu e com isso, durante bom período, a tristeza abateu-se sobre minha casa. Foi um tempo difícil de mudanças e reformulações e, dentre outras pessoas, em Diva encontrei uma pessoa que me apoiou constantemente, com quem dividi as angústias, as inseguranças e as dificuldades; por isso, minha gratidão a ela

é grande: mais do que me ajudar a concluir esse mestrado, me ajudou a ter forças num momento difícil. Conteí também com a solidariedade do professor Sylvio Bandeira, o que me fez ter mais motivos para admirá-lo.

Mas esse também foi um período em que recebi presentes maravilhosos! Ganhei dois filhos que vieram, junto com meu precioso e generoso Pedro, a compor uma grande e agitada família: Lucas — que chegou de surpresa, com toda energia de alguém que desabrocha para o novo, me re-ensinando o quanto é bonito descobrir a vida — e Rafael — que veio por um susto, pela dor, para me mostrar o quanto sou forte e capaz de amar. A esses três meninos agradeço muito; agradeço pela ajuda no trabalho (Pedro e Rafael, principalmente este último, me ajudaram nas tabulações e na digitação), mas principalmente por entenderem a minha impossibilidade de acompanhá-los mais de perto enquanto elaborava essa dissertação. Também agradeço, e muito, ao meu companheiro Francisco que sempre, desde antes de entrar no Mestrado em Geografia, me incentivava, acreditando na minha capacidade intelectual e na possibilidade de superar os limites. Ele, do mesmo modo que as crianças, arcou com horas de ausência, mas constantemente incentivava a pesquisadora e (coitado!) arcou com o ônus de ser o primeiro leitor de uma série de textos que resultaram em capítulos dessa dissertação. Suas observações e críticas, quase sempre incorporadas, foram importantes contribuições teóricas, mas, especialmente, prova de respeito e de amor.

Comecei pela família e a ela retorno. Se ainda há outros a quem devo agradecer, como à professora Maria Elvira Passos Costa (com quem tive a oportunidade de fazer a atividade de tirocínio docente), Priscila Anunciação (que abdicou de parte de suas horas de lazer para cuidar de Lucas enquanto terminava trabalhos), Raoni Ferlin (que trabalhou nos mapas e fotos), a Dirce Vieira (secretária do Mestrado, sempre me ajudando no que foi possível), sem minha família esse trabalho não seria possível. Pela formação que tive no passado e pelo apoio que recebo no presente, agradeço a meus pais, a meu marido e, especialmente, a meus filhos que me acompanharam e vibraram por mim todo o tempo e que me motivam a tentar a ajudar a construir um mundo menos desigual.

Eu estava vendo o que só teria sentido mais tarde
— quero dizer, só mais tarde teria profunda falta de sentido.
Só depois é que eu iria entender:
o que parece falta de sentido — é o sentido.

Clarisse Linspector. 1986

RESUMO

Pouco após sua emancipação, em 1962, Lauro de Freitas passou por uma série de transformações em sua organização sócio-espacial e dinâmica socioeconômica. Situado na Região Metropolitana de Salvador (RMS), em processo associado às transformações estruturais da economia e à redefinição funcional dos municípios dessa região, Lauro de Freitas experimentou um intenso crescimento demográfico e sua população de, aproximadamente, 10 mil habitantes em 1970, passou para 113 mil pessoas em 2000. Favoreceram essa dinâmica, a proximidade de Salvador, dos principais pólos industriais do Estado e a ação do mercado imobiliário que fragmentou o solo do município em inúmeros loteamentos populares que, à época da implantação, apresentavam precárias condições estruturais. Esses empreendimentos, que se localizaram, predominantemente, em Itinga, local de topografia acidentada situado na divisa com a capital, pretendiam atender à demanda de casa própria das classes populares. Noutra parte do município, especialmente na orla, no que atualmente é denominado Atlântico Norte, foram lançados loteamentos voltados às classes médias e altas, sob o signo da fuga dos males urbanos e da melhor qualidade de vida. Desde então, observou-se a localização diferenciada das classes sociais nesse espaço. Nos anos 90, esses processos se mantiveram e aprofundaram, sendo que na área destinada aos mais abastados verificou-se um intenso avanço do número de novos empreendimentos (especialmente condomínios fechados), consolidando um processo de segregação residencial. Partindo do entendimento de que o espaço é condição e condicionante dos processos sociais, que, no capitalismo, ele é produzido sobretudo, para manter as condições de reprodução social e que as elites buscam se apropriar do Estado para que ele represente seus interesses, buscou-se com esse trabalho discutir as formas e as escalas sob as quais o processo de segregação residencial pode ser identificado em Lauro de Freitas, analisando as diferentes características dos locais de moradia das distintas classes sociais em dois de seus distritos: Itinga e Atlântico Norte.

Palavras chave: Espaço urbano. Lauro de Freitas. Organização socioespacial. Desigualdade sócio-espacial. Dinâmica socioeconômica. Segregação residencial.

ABSTRACT

After its emancipation, in 1962, Lauro de Freitas passed by a series of transformations in its spatial and socioeconomic dynamic organization. Located in the Metropolitan Area of Salvador (MAS), such process associated to the structural transformations of the state economy and the functional redefinition of the municipalities of the area, Lauro de Freitas has experimented an intense demographic growth from, approximately, 10 thousand inhabitants in 1970 grew to 113 thousand people in 2000. The socioeconomic growth was favored by the neighborhood of Salvador, the main industrial poles of the State and the action of the real estate market that fragmented the soil of the municipal district into countless popular lots that, at the time of its implantation, they presented precarious structural conditions. Those enterprises were located, predominantly, in Itinga, a municipal district that presents great topographic irregularities, located in the frontier of the state capital were they regarded the demand for home ownership from the popular classes. In another district of the municipality, especially in the ocean side denominated now Atlântico Norte, the divisions into lots were directed to the middle and upper classes and under the sign of escapement from of the urban evils and better quality of life. Since then, the differentiated location of the social classes was observed in the space. In the nineties, those processes deepened but in the area designated to the wealthiest people an intense progress of the number of new enterprises was verified (above all gated condominiums), consolidating a process of residential segregation. Understanding that the space is a condition and that it conditions the social processes and, in the capitalism, it is produced above all to maintain the social reproduction conditions and that the elites look up to the State as an authority to represent their interests, this study discuss the forms and the scales under which the process of residential segregation can be identified in Lauro de Freitas, analyzing the different characteristics of the residential places of the different social classes in two of its districts: Itinga and Atlântico Norte.

Key words: Urban space. Lauro de Freitas. Spatial-social organization. Social space inequality
Socioeconomic dynamic organization. Residential segregation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Divisão político-administrativa atual da Região Metropolitana de Salvador.....	52
Figura 2 – Limites políticos-administrativos de Lauro de Freitas	79
Figura 3 – Localização das principais vias de circulação e dos principais pólos industriais da RMS.....	80
Figura 4 – Planta destinada a divulgar a primeira etapa do loteamento Vilas do Atlântico	104
Figura 5 – Localização dos distritos de Lauro de Freitas	114
Figura 6 – Espacialização dos loteamentos populares e outros equipamentos no distrito de Itinga em 1998	119
Figura 7 – Espacialização de loteamentos, condomínios e outros equipamentos existentes no distrito do Atlântico Norte em 1998	129

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -Densidade demográfica de Lauro de Freitas, 1970-2000.....	66
Gráfico 2 – Escolaridade dos moradores com 10 anos e mais das áreas selecionadas de Itinga e do Atlântico Norte, 2005.....	144
Gráfico 3 – Motivos de mudança para o atual domicílio segundo os moradores das áreas selecionadas de Itinga, 2005	152
Gráfico 4 – Motivos de mudança para o atual domicílio segundo os moradores das áreas selecionadas de Atlântico Norte, 2005.....	153
Gráfico 5 – Formas de construção do imóvel segundo os moradores das áreas selecionadas de Itinga e do Atlântico Norte, 2005.....	156
Gráfico 6 – Características gerais das paredes externas dos domicílios das áreas selecionadas em Itinga e no Atlântico Norte, 2005.....	158
Gráfico 7 – Tipo de cobertura dos domicílios das áreas selecionadas em Itinga e no Atlântico Norte, 2005	158

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População total absoluta dos municípios da RMS, 1940-2000 e estimativas de população para 2005	58
Tabela 2 – Participação relativa da população total dos municípios da RMS na composição da população regional, 1940-2000 e estimativas de população para 2005	58
Tabela 3 – Taxas de crescimento demográfico dos municípios da RMS, 1960-2000	59
Tabela 4 – Incremento relativo da população total dos municípios da RMS, 1940-2000	60
Tabela 5 – População total, urbana e rural e grau de urbanização de Lauro de Freitas, 1960-2000	65
Tabela 6 – Taxas de crescimento total, urbana e rural, 1960-2000	66
Tabela 7 – População economicamente ativa de Lauro de Freitas, por setor de atividade, 1970-2000	67
Tabela 8 – Pessoas residentes em Salvador e Lauro de Freitas com 10 anos e mais de idade por grupo de anos de estudo, 1991-2000	69
Tabela 9 – Rendimento médio mensal da população economicamente ativa de Lauro de Freitas, 1980-2000	69
Tabela 10 – Localização, número médio e área dos lotes dos loteamentos populares implantados em Lauro de Freitas entre 1963 e 1980	95
Tabela 11 – Área, população absoluta e relativa, densidade demográfica e uso dominante dos distritos de Lauro de Freitas, 2000	115
Tabela 12 – Quantidade de loteamentos e condomínios implantados nos distritos de Itinga e Atlântico Norte entre 1975 e 2002, por ano de implantação	128
Tabela 13 – Distribuição da população das áreas selecionadas de Itinga e do Atlântico Norte por grupos etários, 2005	142
Tabela 14 – Local de nascimento dos moradores das áreas selecionadas de Itinga e do Atlântico Norte, 2005	143
Tabela 15 – Atividades exercidas pelos moradores das áreas selecionadas de Itinga e do Atlântico Norte, 2005	146
Tabela 16 – Vínculo empregatício das pessoas que trabalham nas áreas selecionadas de Itinga e do Atlântico Norte, 2005	146
Tabela 17 – Tempo de desemprego dos moradores das áreas selecionadas de Itinga e do Atlântico Norte, 2005	148
Tabela 18 – Local onde os moradores das áreas selecionadas de Itinga e do Atlântico Norte exercem suas atividades, 2005	148
Tabela 19 – Local de residência anterior dos moradores das áreas selecionadas de Itinga e do Atlântico Norte, 2005	149
Tabela 20 – Tempo de residência no atual domicílio dos moradores das áreas selecionadas de Itinga e do Atlântico Norte, 2005	150
Tabela 21 – Motivos de mudança para o atual domicílio segundo os moradores das áreas selecionadas de Itinga e do Atlântico Norte, 2005	151
Tabela 22 – Vantagens de residir no atual endereço segundo os moradores de Itinga e do Atlântico Norte, 2005	153

Tabela 23 – Desvantagens de residir no atual endereço segundo os moradores de Itinga e do Atlântico Norte, 2005	154
Tabela 24 – Formas de aquisição do imóvel segundo os moradores das áreas selecionadas de Itinga e do Atlântico Norte, 2005	155
Tabela 25 – Características gerais externas dos domicílios das áreas selecionadas em Itinga e no Atlântico Norte, 2005	157
Tabela 26 – Número médio de moradores por domicílio das áreas selecionadas de Itinga e do Atlântico Norte, 2005	159
Tabela 27 – Relação entre o número de moradores por cômodos nos domicílios das áreas selecionadas de Itinga e do Atlântico Norte, 2005	160

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ano de emancipação, natureza do ato legal e origem dos municípios da RMS	53
Quadro 2 – Origem, nome e área dos loteamentos populares implantados em Itinga entre 1970 e 1980	83
Quadro 3 – Nome e área dos loteamentos populares sem origem determinada implantados em Itinga entre 1967 e 1980	84
Quadro 4 – Origem, nome e área dos loteamentos destinados aos segmentos sociais mais abastados implantados em Lauro de Freitas entre 1966 e 1979	101
Quadro 5 – Loteamentos e condomínios implantados no Atlântico Norte entre 1981 e 2002	124

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Festa de posse do primeiro prefeito de Lauro de Freitas realizada na Praça da Igreja Matriz em 07 de abril de 1963	76
Foto 2– Praça da Igreja Matriz	76
Foto 3- Rua Abelardo Andréa, anos 1960	77
Foto 4 – Rua transversal do loteamento Vila do Almeida em setembro/outubro de 1980	87
Foto 5 – Vista panorâmica do loteamento Vila do Almeida em setembro/outubro de 1980.....	88
Foto 6 – Avenida Fortaleza em setembro/outubro de 1980.....	89
Foto 7 – Avenida São Cristóvão em setembro/outubro de 1980	90
Foto 8 – Loteamento Sayonara em setembro/outubro de 1980	90
Foto 9 – Loteamento Sayonara em setembro/outubro de 1980	90
Foto 10 – Estabelecimento comercial situado no loteamento Vila do Almeida em setembro/outubro de 1980.....	91
Foto 11 – Loteamento Sayonara em setembro/outubro de 1980	92
Foto 12 – Casas do loteamento Vila do Almeida em setembro/outubro de 1980	93
Foto 13 – Peça publicitária do loteamento Vilas do Atlântico	103
Foto 14 – Vista panorâmica do loteamento Vilas do Atlântico no verão de 1979/1980	106
Foto 15 – Evento promocional de lançamento de uma das etapas do loteamento Vilas do Atlântico.....	107
Foto 16 – Vista panorâmica do loteamento Vilas do Atlântico em meados dos anos 1980.....	108
Foto 17 – Placa anunciando a data de ligação do loteamento Vilas do Atlântico à rede geral de água	109
Foto 18 – Praça da Matriz e Igreja de Santo Amaro de Ipitanga.....	116
Foto 19 – Chafariz da praça do Largo do Caranguejo.....	121
Foto 20 – Área para eventos da praça do Largo do Caranguejo.....	121
Foto 21 – Avenida São Cristóvão.....	121
Foto 22 – Fim de Linha das Kombis	122
Foto 23 – 27º Complexo Policial e Parque Santa Rita	122
Foto 24 – Colégio Municipal Deputado João Leão	122
Foto 25 – Vista panorâmica de Vilas do Atlântico.....	123
Foto 26 – Parte da área de lazer do condomínio Eco Vilas	125
Foto 27 – Terceira portaria de Vilas do Atlântico	125
Foto 28 – Vilas do Atlântico, Shopping Malibu.....	126
Foto 29 – Vilas do Atlântico, vista da orla	127
Foto 30 – Araqui, Largo de Arcanja.....	130
Foto 31 – Portaria do condomínio Royal Ville.....	131
Foto 32 – Portaria do condomínio Vila Solaris	131
Foto 33 – Foz do Rio Joanes	132

Foto 34 – Buraquinho, condomínio Marina	133
Foto 35 Foto 35 – Buraquinho, condomínio situado dentro do condomínio Foz do Rio Joanes.....	133
Foto 36 – Loteamento Jardim Centenário	135
Foto 37 – Loteamento Sayonara.....	135
Foto 38 – Loteamento Jardim Talismã	136
Foto 39 – Vista panorâmica de Vilas do Atlântico.....	137
Foto 40 – Loteamento Miragem, cruzamento das ruas Ana C. B. Dias e Eliene S. Bonfim.....	137
Foto 41 – Pitangueiras	137
Foto 42 – Araqui.....	137
Foto 43 – Localização dos pontos de referência e das áreas de pesquisa no distrito de Itinga.....	140
Foto 44 – Localização dos pontos de referência e das áreas de pesquisa no distrito Atlântico Norte.....	141
Foto 45 – Loteamento Jardim Centenário, rua Jorge Sales	162
Foto 46 Loteamento Jardim Centenário, rua Ismael Souza Conceição	162
Foto 47 – Loteamento Jardim Centenário, rua Cardeal Brandão Vilela.....	163
Foto 48 – Loteamento Jardim Centenário, rua Cardeal Brandão Vilela.....	163
Foto 49 – Loteamento Jardim Centenário, travessa Gilberto Matos	164
Foto 50 – Loteamento Jardim Centenário, rua Ismael Souza Conceição	164
Foto 51 – Loteamento Sayonara, rua José Cardoso dos Santos (“1º trecho”)	166
Foto 52 – Loteamento Sayonara, rua José Cardoso dos Santos (“2º trecho”)	166
Foto 53 – Loteamento Sayonara, rua José Cardoso dos Santos (“2º trecho”)	167
Foto 54 – Loteamento Sayonara, rua José Cardoso dos Santos (“3º trecho”)	167
Foto 55 – Loteamento Sayonara, rua José Cardoso dos Santos (“3º trecho”)	168
Foto 56 – Loteamento Jardim Talismã, rua Sônia dos Santos Nunes.....	169
Foto 57 – Loteamento Jardim Centenário, rua Jorge B. Santos	169
Foto 58 – Loteamento Jardim Talismã, “rua” Gildete G. de Jesus.....	169
Foto 59 Foto 59 – Loteamento Jardim Talismã, “rua” Gildete G. de Jesus	169
Foto 60 – Loteamento Jardim Talismã, 2ª Travessa Carlos Coutinho.....	170
Foto 61 – Loteamento Jardim Talismã, 2ª Travessa Carlos Coutinho.....	171
Foto 62 – Loteamento Jardim Talismã, rua Presidente Tancredo Neves	171
Foto 63 – Loteamento Jardim Talismã, rua Presidente Neves	171
Foto 64 – Residência de antiga moradora de Pitangueiras	174
Foto 65 – Residência de antiga moradora do Araqui	174
Foto 66 – Araqui, 2ª Travessa Rodolfo B. B. Barros	174
Foto 67 – Araqui, 2ª Travessa Rodolfo B. B. Barros	174
Foto 68 – Araqui, rua Brigadeiro Alberto Costa Matos	175
Foto 69 – Araqui, rua Brigadeiro Alberto Costa Matos	175
Foto 70 – Araqui, casas populares situadas na rua Brigadeiro Alberto Costa Matos.....	175

Foto 71 – Araqui, casa de classe média situada na rua Brigadeiro Alberto Costa Matos	176
Foto 72 – Pitangueiras, rua Noêmia Paranhos.....	176
Foto 73 – Pitangueiras, rua José Bonifácio	177
Foto 74 – Pitangueiras, rua Jardim Ipanema	178
Foto 75 – Pitangueiras, domicílios de classe média na rua Jardim Ipanema.....	178
Foto 76 – Pitangueiras, domicílios de diferentes classes sociais na rua Jardim Ipanema.....	178
Foto 77 – Loteamento Miragem, rua Edgar B. Franco.....	179
Foto 78 – Loteamento Miragem, rua Edgar B. Franco.....	179
Foto 79 – Vilas do Atlântico, esquina da avenida Praia de Guarapari e rua Praia da Sereia.....	180
Foto 80 – Vilas do Atlântico, rua Praia de Amaralina.....	180
Foto 81 – Vilas do Atlântico, rua fechada	180
Foto 82 – Vilas do Atlântico, calçada ajardinada	181
Foto 83 – Vilas do Atlântico, rua Praia da Sereia.....	181
Foto 84 – Vilas do Atlântico, rua Praia da Paciência, Pitangueiras ao fundo	182
Foto 85 – Pitangueiras, rua Noêmia Paranhos, Vilas do Atlântico ao fundo	182

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE FOTOS

1	INTRODUÇÃO	23
2	O ESPAÇO URBANO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: A QUESTÃO DA SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL	28
2.1	PROCESSOS E AGENTES RESPONSÁVEIS PELA ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	29
2.2	A DISTRIBUIÇÃO DAS RESIDÊNCIAS — DISCUTINDO A SEGREGAÇÃO	36
2.2.1	Notas sobre as características da evolução do processo.....	36
2.2.2	Reflexões sobre o conceito de segregação.....	41
3	CONTEXTO DE EMANCIPAÇÃO, O ADENSAMENTO E A URBANIZAÇÃO DE LAURO DE FREITAS: ASPECTOS GERAIS E DADOS ESTATÍSTICOS	51
3.1	LOCALIZAÇÃO E CONTEXTO GERAL DE EMANCIPAÇÃO.....	51
3.2	DINÂMICA SOCIODEMOGRÁFICA DA RMS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX E O DESTACADO CRESCIMENTO DE LAURO DE FREITAS	57
3.3	PARTICULARIZANDO LAURO DE FREITAS: ADENSAMENTO, URBANIZAÇÃO E ALTERAÇÃO DO PERFIL POPULACIONAL.....	64
4	LAURO DE FREITAS: HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO E A FRAGMENTAÇÃO SOCIAL E ESPACIAL	72
4.1	BREVE HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS	72
4.2	A CONSTRUÇÃO DA “FRAGMENTAÇÃO” ESPACIAL E SOCIAL DO MUNICÍPIO: O ESTADO E OS AGENTES IMOBILIÁRIOS	80
4.2.1	Os loteamentos populares e a espacialização dos mais pobres.....	82
4.2.2	Os loteamentos para as classes mais abastadas	98
4.3	DA FRAGMENTAÇÃO DAS PROPRIEDADES À SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL	111
5	A FRAGMENTAÇÃO SOCIAL E ESPACIAL E AS ESCALAS DA SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL EM LAURO DE FREITAS	114
5.1	CONDIÇÕES GERAIS DE MORADIA, DE ACESSO A SERVIÇOS E DE CONSUMO DOS DISTRITOS DE ITINGA E DO ATLÂNTICO NORTE	118
5.2	AS DESIGUALDADES SÓCIO-ESPACIAIS DE ITINGA E DO ATLÂNTICO NORTE E AS FORMAS DA SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL	133
5.2.1	Diferenças e semelhanças entre moradores e condições de moradia das áreas selecionadas: dados da pesquisa de campo	142
5.2.2	A segregação dentro da área segregada	162
5.2.3	A segregação produzida pela auto-segregação	173

6 CONCLUSÃO: PRODUÇÃO E IMPLICAÇÕES DA SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL.....	183
REFERÊNCIAS	193
ANEXOS	198

APRESENTAÇÃO

O objetivo inicial desta dissertação era o de analisar as mudanças ocorridas na organização espacial de Lauro de Freitas verificando a importância do componente migratório nesse processo. Com essa perspectiva em mente, iniciei as pesquisas e as caminhadas por esse município. Mas, a realidade é algo surpreendente; o que nos parece tão familiar, comum e estabelecido de repente se torna uma indagação. Ao andar pelas ruas de Lauro de Freitas, há muito meu espaço cotidiano, com o olhar daquele que questiona, pude provar, sentir, tocar os “frutos” da intensa desigualdade existente em nossa sociedade. E se sempre me indignei com essa situação, conviver mais proximamente a ela aumentou esse sentimento e redirecionou este trabalho. Foram novas e muitas questões que surgiram, mas, diante do exíguo tempo de pesquisa e maturação teórica que um mestrado “moderno” impõe, tive que optar por uma delas.

Centrei-me na casa, ou melhor, nas diferenças entre as casas e os locais onde estão as casas dos homens. A casa é o cotidiano, o aconchego, o lar; é para onde o homem retorna após a labuta diária, onde deposita seus objetos, sonhos e frustrações. Simboliza a família, o local de vivência e convivência; reflete e representa o próprio eu. A casa é o lugar do homem no mundo. Mas, como é esse lugar? Mais precisamente, como são esses lugares onde estão as casas dos homens que, em nossa sociedade, são diferenciados e valorados por aquilo que são capazes de possuir?

Eis a idéia central que passou a guiar esse trabalho: empreender uma análise das diferentes características dos locais de moradia dos residentes de Lauro de Freitas, e de como as desigualdades sociais, que se expressam no espaço, repercutem na vida das pessoas. Viu-se com clareza que o espaço dos pobres e dos ricos, mesmo quando muito próximos, assim como as posições que ocupam no mundo da produção, apresentavam-se diferentes. Mas as queixas, essas eram semelhantes. O que chamou a atenção foi que, de modo geral, aqueles que residem onde há melhor infra-estrutura, em casas com maior qualidade, têm muitas reclamações e reivindicações. Os mais pobres, com suas angústias e problemas estruturais, ainda que com reclamações e problemas, se mostravam satisfeitos com sua moradia, embora em ruas sem pavimentação, com esgoto correndo a céu aberto, onde as calçadas eram cobertas pelo mato. Essa questão, embora instigante, foi uma das que não se abordou nesse trabalho.

Do mesmo modo, não se pretendeu investigar por que, embora as desigualdades sejam tão intensamente marcadas na paisagem e aqueles que pouco tem morem em frente de casas amplas, com muros altos e sistemas de segurança guardando carros caros e pessoas com medo, não questionam essa situação, não se revoltam ... apenas se acostumam. Tampouco se estudou detidamente o papel da ideologia da segurança/violência como produtora dos lugares, embora essa idéia tenha permeado a maioria das falas dos entrevistados.

O foco desta dissertação foi estabelecer o nexo entre características dos lugares e das pessoas que nele moram; tentando analisar tais correlações. Buscou-se entender quem, como e porque foram produzidas as estruturas espaciais e suas conseqüências na vida das pessoas. Trabalhou-se, nesse sentido, com o conceito de segregação residencial, verificando a intensidade e as escalas em que emergem as desigualdades espaciais no município em foco e tentando-se identificar os principais processos e agentes responsáveis por sua consolidação. Subliminarmente a esse objetivo acadêmico, estão antigas idéias e indagações pessoais. Desse modo, o que norteou a proposta desse estudo foi tanto a tentativa de compreender os temas propostos, como provocar reflexões e questionamentos que produzam novos estudos e estimulem ações que minimizem as conseqüências das intensas, e estruturais ao sistema capitalista, desigualdades sócio-espaciais.

1 INTRODUÇÃO

A noção que fundamenta as reflexões apresentadas nesta dissertação é a de que as desigualdades sociais encontram uma expressão espacial e que o espaço que as pessoas produzem e ocupam lhes atribui um valor e contribui para a maior ou menor acessibilidade aos seus direitos. Para empreender uma discussão em torno dessas idéias mais gerais, procurou-se analisar a distribuição das residências das diferentes classes sociais¹ em um município da Região Metropolitana de Salvador, Lauro de Freitas.

O espaço urbano das grandes cidades contemporâneas registra na sua paisagem os ideais que sustentam o sistema capitalista. Especialmente no que tange às desigualdades, materializa e sintetiza as múltiplas estruturas e ideologias sociais estabelecidas ao longo do tempo e que incidiram nas diferentes espacializações das classes sociais; em sendo assim, a forma como se distribuem os locais de moradia dos diferentes segmentos sociais não se faz ao acaso, mas de acordo com a lógica de um determinado período histórico. No caso latino americano, em particular, o brasileiro, onde a renda tem sido o fator fundamental dessa separação, experimentou-se alteração das dinâmicas que, conforme os interesses das elites, resultaram na localização das diferentes classes sociais nas regiões metropolitanas.

Na década de 1970, de forma geral, verificou-se um processo de periferização das classes populares que, dado o custo de residir nas grandes cidades e em busca da possibilidade de acesso à casa própria, migrava para áreas mais distantes e onde a terra fosse mais acessível. Em tais áreas, as condições de vida eram, predominantemente, precárias. A partir dos anos 1980, parcelas da classe média tenderam a se deslocar para municípios próximos dos núcleos metropolitanos que se apresentassem como distantes dos problemas decorrentes das grandes centros urbanos. Buscou-se espaços com “qualidade de vida” e com um custo menor do existente nas áreas centrais e nas já caracterizadas como de elite das grandes cidades. Nesse caso, diferindo dos mais pobres, que por força da necessidade se aventuravam em áreas sem infra-estrutura, a idéia era morar em loteamentos com algum “diferencial” (espaços de lazer, proximidade à natureza, amenidades etc), com alguma facilidade de acesso ao centro, e com, ao menos, infra-estrutura básica. Destaque-se que nessa época começaram a despontar os condomínios fechados em município próximo ao núcleo metropolitano, esboçando a possibilidade de total afastamento da cidade e todos os seus males. Importa destacar que, em

¹ Neste trabalho, não está em pauta a discussão do conceito de classe social, adota-se a noção mais geral de que uma classe expressa a posição do indivíduo no mundo da produção, acrescentando-se na definição de uma classe, além da renda e da ocupação, deve-se considerar identidade de valores, interesses e possibilidade de acesso aos seus direitos.

ambos os momentos, evidenciava-se a propensão da separação espacial das distintas classes sociais, com cada uma delas tendendo a predominar sobre as demais em determinadas áreas, indicando um processo de segregação residencial.

O município de Lauro de Freitas chamou a atenção por ter experimentado intenso crescimento demográfico nas últimas décadas. Emancipado no começo dos anos 1960, com menos de 10 mil habitantes (vivendo, sobretudo, em propriedades rurais), no bojo de uma série de mudanças estruturais da economia baiana — que tiveram como uma de suas conseqüências a ampliação da classe média e a intensificação dos fluxos migratórios para essa região —, já na década de 1970 verificou reflexos do processo de periferização dos mais pobres, fato associado à sua proximidade de Salvador. Como conseqüência das alterações sócio-espaciais observadas na capital, recebeu como migrantes pessoas de baixa renda, pouco escolarizadas e que se inseriam mais precariamente no mundo de trabalho em muito por conta da ação intensa do mercado imobiliário, que instalou inúmeros loteamentos populares no seu território. Ao mesmo tempo, observou-se a criação de empreendimentos destinados aos segmentos mais abastados, só que, nesse caso, o objetivo principal dos adquirentes consistia em lazer: eram amplos terrenos e casas destinadas ao veraneio. No final dos anos 1980 e na década de 1990, quando parte desses domicílios passou a se constituir em local de moradia definitiva, ocorreu a intensificação dos investimentos do mercado imobiliário na construção de condomínios que se multiplicaram na orla de Lauro de Freitas. Assim, se na metrópole permaneceram os processos que resultaram na atração de pessoas das classes mais baixas, o município também passou a receber migrantes das classes média e alta.

Além dos processos de ordem socioeconômica mais gerais, o fator locacional contribuiu para que Lauro de Freitas experimentasse ampliação de sua população. Estando em no vetor de expansão da área nobre e próximo a um bairro popular de Salvador, de quem dista, sede a sede, pouco mais de 20km, o município é atravessado pela BA-099, cuja primeira etapa estende-se do atual Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães até o município de Camaçari (trecho conhecido como Estrada do Coco) e a segunda, conhecida como Linha Verde, segue até a divisa da Bahia com Sergipe. Essa rodovia está articulada à Avenida Luis Vianna Filho (Avenida Paralela, onde se localiza o Centro Administrativo do Estado), que, por sua vez, faz a ligação entre um dos principais pólos econômico-financeiros de Salvador (eixo Iguatemi-Rodoviária) ao aeroporto. Assim, a BA-099 favorece o fluxo de pessoas, mercadorias e informações entre diferentes áreas da Região Metropolitana. Ainda constitui

vantagem locacional do município o fato deste estar próximo do aeroporto de Salvador, da base aérea e da BA-526, rodovia que liga o Centro Industrial de Aratu ao Aeroporto.

Quanto às características internas que teriam colaborado nesse processo, pode-se destacar que com estrutura fundiária predominantemente rural, tinha terras a um preço mais acessível do que em Salvador e outros municípios metropolitanos, podendo ser adquiridas mesmo por incorporadoras e pessoas com menor capacidade financeira. Isso contribuiu para que os agentes imobiliários promovessem uma intensa fragmentação do solo e obtivessem elevado lucro ao converter terra rural em urbana. Para essa situação, houve a colaboração do poder público, na medida em que as normas para a implantação dos empreendimentos em Lauro de Freitas eram mais flexíveis e as exigências mais tênues do que as estabelecidas pela prefeitura de Salvador. A ação desses dois agentes, é importante destacar, se fez de forma estrutural e espacialmente diferenciada de acordo com o segmento social a que se destinasse.

Para os indivíduos das classes mais baixas, a localização privilegiada foi a área de Itinga que se situa no limite com a capital, próximo ao Aeroporto e ao bairro de São Cristóvão, em Salvador. Com terreno acidentado, cortado por veios de rios, em Itinga foram implantados mais de 60 loteamentos populares entre 1963 e 1980, sem infra-estrutura alguma. Para as classes médias e altas, as imobiliárias aproveitaram-se, principalmente, da orla de Lauro de Freitas, seja próximo ao mar ou ao rio Joanes. Ao longo desse rio (que é navegável por pequenas embarcações e onde existe um belo manguezal), bem como nas proximidades de sua orla oceânica (onde ainda resistem trechos de mata atlântica), desde os anos 1970 foram implantados grandes loteamentos, dotados de alguma infra-estrutura, cuja clientela era a classe média emergente (em muito em decorrência da instalação da Petrobrás, anos 50, e, principalmente, do Complexo Petroquímico). Essa parte do município consolidou sua “vocaçãõ” para atender as elites quando, nos anos 1990, uma série de condomínios fechados, com belas fachadas e muros altos, foram nela instalados. Então, já se falava nessa área, inclusive nas peças publicitárias, como uma opção para morar.

Esse conjunto de características locais e naturais e o custo do solo, associado à demanda por moradia e à tendência de periferização da população metropolitana foram e ainda são exploradas pelo mercado imobiliário para a venda de lotes e casas destinadas tanto ao veraneio como à residência. Igualmente, a atuação do setor público, interessado em adensar e consolidar o município, contribuiu para que em Lauro de Freitas se desenvolvesse, principalmente, a função é a residencial. Acrescente-se que, na década de 1990, uma série de

políticas de incentivos fiscais de âmbito municipal colaborou para a atração de investimentos e empreendimentos comerciais, de serviços e industriais. Tais medidas concorreram para que o município ampliasse seus indicadores econômicos, se tornasse mais atrativo a novos moradores, para a intensificação da sua urbanização e para que se consolidasse sua conurbação com Salvador.

No fundamental, o crescimento demográfico de Lauro de Freitas decorreu da conjugação de uma série de processos que provocaram mudanças na sua estruturação e resultaram na consolidação de novos processos, dentre os quais o de separação dos locais de moradia das classes sociais, ou seja, de segregação residencial. Construindo empreendimentos voltados aos diferentes segmentos da estrutura social, os agentes imobiliários romperam com a lógica de espacialização dos moradores existentes antes e nos primeiros anos de Lauro de Freitas, separando-os de acordo com a renda e a possibilidade dela decorrente de adquirir terreno numa ou noutra área desse município. Grosso modo, pode-se dizer que, como resultado dessas intervenções, produziu-se espaços desiguais e que a Estrada do Coco é uma linha que separa os espaços dos que tem maior renda do local destinado aos mais pobres.

Essa é a idéia geral de espacialização da segregação residencial nesse município. No entanto, mesmo nas áreas ditas das elites, existem espaços em que se evidencia pobreza nas formas e nas condições de moradias. Em outras palavras, não se pode tentar compreender os processos sociais a partir de uma perspectiva linear de análise, dentro de uma conexão causa-efeito; a realidade é dinâmica e dialética e a estrutura espacial permite verificar as mudanças sociais através das formas, que revelam a imbricação dos tempos e processos. Desse modo, embora seja ponto pacífico que em Itinga e na porção costeira e nas margens do rio Joanes residam segmentos sociais bastante distintos, questionou-se: como foi construída e quais as características da segregação residencial nesse município? Partindo dessa indagação, dos estudos preliminares sobre o Lauro de Freitas, da perspectiva de espaço brevemente apresentada acima e com base na hipótese de que a segregação residencial em Lauro de Freitas está fortemente associada às ações do mercado imobiliário e se apresenta em diferentes escalas, existindo mesmo no interior das áreas consideradas das elites, estabeleceu-se como objetivo central dessa dissertação discutir o processo de construção, as formas e as escalas sob as quais de segregação residencial pode ser identificado em Lauro de Freitas, analisando as diferentes características dos locais de moradia das distintas classes sociais nos distritos de Itinga e Atlântico Norte.

Para alcançar os propósitos do presente trabalho, empreendeu-se um estudo

diacrônico e sincrônico, através de pesquisa bibliográfica, documental e empírica, e dividiu-se essa dissertação em quatro capítulos, além dessa introdução e da conclusão.

No Capítulo 2, trabalhou-se o marco teórico-conceitual que subsidiou as análises feitas, especialmente no que tange à concepção de espaço, do espaço urbano e de segregação residencial. Tratou-se também das características e da variação no tempo das formas da segregação e da auto-segregação. No Capítulo 3, procurou-se apresentar de forma sucinta o contexto em que Lauro de Freitas foi emancipado e as mudanças no padrão de redistribuição de população na Região Metropolitana de Salvador a partir dos anos 1960, observando a intensidade e a velocidade do aumento da população do município, bem como a mudança do seu perfil sociodemográfico.

No quarto capítulo pretendeu-se atender ao objetivo de esclarecer quais os processos que resultaram na atração de pessoas de diferentes segmentos sociais para Lauro de Freitas e estabelecer correlações entre as características dos migrantes que chegaram ao município nas primeiras décadas após sua emancipação com as características produzidas nas diferentes localizações. Por fim, no Capítulo 5 discutiu-se o processo de segregação residencial nos distritos de Itinga e do Atlântico Norte tal como observado atualmente. Visando examinar comparativamente algumas de suas áreas internas, adotou-se como metodologia observações estruturadas e entrevistas. No caso de Itinga, trabalhou-se com três de seus loteamentos, escolhidos a partir dos principais pontos de referência do bairro. Para o Atlântico Norte, tomou-se como referência o loteamento mais denso e consolidado da área, Vilas do Atlântico, realizando-se a pesquisa neste e no seu entorno.

Por fim, nas conclusões pretendeu-se responder às indagações que nortearam essa dissertação e avançar nas reflexões a cerca dos pressupostos utilizados para compreender os processos de segregação residencial em curso em Lauro de Freitas, destacando-se as principais implicações da atual espacialização das classes sociais no município e das características de tais espaços nas condições de vida, possibilidades e limites daqueles que lá vivem.

2 O ESPAÇO URBANO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: A QUESTÃO DA SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL

O espaço geográfico é o espaço do homem. Instância social e histórica, é seu lugar de vida, produção e reprodução. Constitui-se quando a natureza é modificada pela intervenção humana com uma finalidade, atribuindo-lhe funções, formas e valores concretos e simbólicos. É o conjunto das relações entre tais formas, funções e valores, resultante de processos sociais do passado e do presente, que o caracterizam tal como se manifesta em suas múltiplas facetas em um dado momento e ao longo da história. O espaço geográfico, desse modo, não pode pré-existir ou estar desvinculado da sociedade, nem se reduzir à base material dos processos sociais. Santos (2002a) afirmou que o espaço geográfico é uma instância da sociedade que contém e está contido nas demais. Sendo assim, não pode ser considerado um elemento neutro, sem significado, simples receptáculo das intervenções humanas. Ao contrário, é, ao mesmo tempo, condição e condicionante da dinâmica social. Sua organização, os objetos nele instalados, os homens que nele vivem, os processos que nele se desenvolvem e as funções que desempenha em cada contexto são determinadas e determinantes da sociedade. Porta, pois, um significado ideológico na medida em que nos vários momentos históricos — com seus respectivos determinantes sociais —, seus elementos detêm um papel e valor específicos. Cada lugar também é, assim, carregado de signos que o marcam bem como aqueles que nele vivem. Em outros termos, "[...] este espaço é construído pela sociedade para seu funcionamento e, desde já, pelo menos nesse sentido, faz parte da sociedade" (OLIVA, 2004, p. 4).

Na medida em que é o trabalho social (ação humana organizada coletivamente) que transforma o meio, o espaço é socialmente produzido. Por conseguinte, a lógica espacial acompanha a própria lógica do modo de produção, formadora da totalidade social, atuando como mecanismo de reprodução da sociedade. Portanto, o espaço geográfico exerce dialeticamente o papel de resultado e condição da reprodução da formação econômico-social. É objeto de disputa entre as classes sociais que, por conta da forma como se inserem na estrutura produtiva, terão possibilidades diferentes de dele se apropriarem e utilizarem. Para Santos (2002a), cada localização tem um significado e condiciona as novas localizações. As formas, funções e estruturas passadas constituem uma herança a ser aproveitada no processo de re-estruturação espacial. A organização do espaço tende a reproduzir as “principais linhas de força” da sociedade, tanto quando mantém como quando altera as localizações. Contudo, assim como as demais instâncias sociais, é uma estrutura subordinante-subordinada, que mesmo submetida à totalidade social, apresenta certa autonomia. Afinal, para o autor,

De fato, o espaço não pode ser apenas reflexo do modo de produção atual porque é a memória dos modos de produção do passado. Ele sobrevive, pelas suas formas, à passagem dos modos de produção ou de seus momentos. [...] As determinações sociais não podem ignorar as condições espaciais concretas preexistentes. Um modo de produção novo, ou um novo momento de um mesmo modo de produção, não podendo fazer tábua rasa das condições espaciais preexistentes (SANTOS, 2002a, p.181-182).

Nessa perspectiva, dentro de um sistema capitalista, o espaço também desempenha função de acumulação e de poder. Moreira (1982), com uma concepção marxista mais radical, considerou o espaço geográfico parte fundamental do processo produtivo, onde a produção e a distribuição dos bens se encontram sujeitas às formas como se estabelecem as articulações entre as diferentes classes sociais. Sendo assim, o arranjo espacial decorre e reproduz as relações entre as classes, revelando a fusão do espaço com as instâncias que concorrem para a formação econômico-social.

Castells (2000) salientou que a estruturação espacial é consequência da articulação dos mesmos sistemas que configuram a sociedade — os sistemas econômico, político e ideológico — e de suas respectivas práticas sociais. Esse autor entendeu que na estruturação do espaço: (1) as modificações espaciais ocorrem em paralelo às modificações sociais, suas alterações funcionais e remodelagens, transformações de formas e localizações não preexistem ou antecedem as alterações sociais, que se fazem no âmago do mesmo processo; e (2) o espaço urbano não se organiza ao acaso, mas sim em função da articulação dos elementos dos sistemas que o compõem. Para esse autor, “as combinações e transformações entre os diferentes sistemas e elementos da estrutura fazem-se por intermédio das práticas sociais, quer dizer, da ação dos homens determinada por sua inserção particular nos diferentes locais da estrutura assim definida” (CASTELLS, 2000, p. 193).

Partindo dessa compreensão de espaço, no presente capítulo pretende-se discutir aspectos da constituição do espaço urbano no capitalismo para, posteriormente, tratar das desigualdades sócio-espaciais, especificamente no que se refere às distintas possibilidades de apropriação e uso da cidade para fins de moradia pelas diferentes classes sociais.

2.1 PROCESSOS E AGENTES RESPONSÁVEIS PELA ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A grande cidade contemporânea se caracteriza pelo grande número de pessoas em um espaço limitado, diversidade e densidade de construções e atividades econômicas; é o local onde os investimentos de capitais são maiores, diversificados e mais concentrados. Espaço complexo, demonstra com clareza as contradições e conflitos sociais. Constitui-se, por

isso mesmo, “[...] no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si” (CORRÊA, 1989, p. 7), que define áreas distintas e inter-relacionadas e que configuram sua organização espacial. Desse modo, devem ser apreendidos como um conjunto que é, simultaneamente, fragmentado e articulado. Essa articulação, decorrente da circulação seja de pessoas, veículos, capitais, informações, decisões, ideologias etc., possibilita que a cidade, embora se apresentando fragmentada numa multiplicidade de subespaços tenha uma unicidade e se complemente mesmo naquilo que parece mais contraditório, assim como acontece com as relações sociais. Note-se que, divergindo da visão desse autor, Souza (2003, p. 89) crê que a cidade cada vez menos se apresenta como “unidade na diversidade” e, cada vez mais, se torna “[...] uma coleção de compartimentos estanques justapostos”, sendo dividida, por exemplo, nas áreas das favelas e dos condomínios exclusivos, que “se fecham” uma à outra sob a lógica da segurança, contribuindo para a fragmentação sociopolítica da cidade.

Retornando à concepção de Corrêa (1998), o espaço urbano expressa o trabalho social, a ação humana ao longo do tempo no processo de transformação da natureza; revela o desenvolvimento das forças produtivas e as conflituosas relações de produção. Eis o terceiro modo de se apreender o espaço: reflexo da sociedade. No capitalismo avançado, a organização espacial está comprometida com a divisão social e territorial do trabalho e com as relações de complementaridade que se produzem entre os lugares. Numa sociedade dividida em classes, a organização do espaço representa a natureza classista da produção e do consumo de bens materiais e dos meios de controle social. Como consequência da ação humana ao longo do tempo e adquirindo as características básicas de uma determinada sociedade, a organização do espaço “[...] refletirá o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. Como estas últimas vão traduzir-se em classes sociais e seus conflitos, a organização espacial as espelhará” (CORREA, 1998, p. 67). Assim, uma vez que é condicionado pela sociedade, o espaço é marcado pela desigualdade; é mutável e é complexo.

No entanto, como já dito, por não se tratar de um elemento neutro, a organização do espaço também é condição dos processos sociais. O espaço urbano, ao mesmo tempo em que é condicionado, é condicionante social, visto que as formas espaciais detêm papel relevante na reprodução das relações e das condições de produção. Além do seu caráter especular, a organização espacial se apresenta como condição de reprodução social, papel importante devido à intensa acumulação de formas espaciais existentes no capitalismo contemporâneo — eis o quarto momento de sua apreensão.

Essa reprodução pode ser de dois tipos: reprodução simples e reprodução ampliada. Sinteticamente pode-se dizer que, em nível espacial, o primeiro caso se refere à ampliação da

concentração de atividades em um determinado local, seja expansão vertical ou horizontal, em decorrência da implantação de novas empresas num local onde estas já apresentavam uma densidade significativa. A reprodução ampliada pode ser verificada quando são introduzidos novos centros ou subcentros comerciais, bem exemplificados pelos *shoppings centers*. Nesse caso, a organização do espaço é criada ou alterada.

Esta reprodução ampliada do espaço é uma expressão espacializada do processo de reprodução ampliada do capital, que se verifica simultaneamente à sua centralização e concentração. [...] reprodução ampliada do capital significa, no plano das empresas, uma centralização, mas no plano espacial representa uma descentralização criadora (CORRÊA, 1998, p. 73).

Souza (2003), do mesmo modo, assinalou que “[...] a organização espacial e as formas espaciais refletem o tipo de sociedade que as produziu, mas a organização espacial e as formas espaciais, uma vez produzidas, influenciam os processos sociais subseqüentes” (SOUZA, 2003, p. 99). Com isso, entende-se que o espaço, muito mais do que condição material, inscreve as relações de poder, valores e símbolos culturais, objetos concretos ou imaginários que servem como referência para as relações sociais e sua dinâmica.

Verifica-se que o espaço urbano caracteriza-se por ser simultaneamente fragmentado, articulado, condição e condicionante dos processos sócio-espaciais; principal lugar de manifestação dos conflitos e das lutas sociais e, por conta de todos esses aspectos, permeado de símbolos construídos ao longo do tempo. Para entendê-lo é necessário ter conhecimento das dinâmicas que o constituíram, das forças sociais que, no jogo de poder, definiram sua estrutura. Do mesmo modo, através da análise da organização interna da cidade é possível compreender os processos sociais que lhe deram face específica (CORRÊA, 1989). Dessa maneira, a localização das distintas funções e grupos sociais no espaço está associada a processos históricos e às relações entre as classes, relações essas que são de dominação e prenhes de ideologia.

A distribuição das funções urbanas no espaço, a localização dos diferentes usos da terra, é, desse modo, conseqüência da tensão entre as forças dos diferentes agentes sociais. Faz-se importante questionar: (1) quais as forças/interesses que determinam a estrutura urbana? e (2) quem são os principais agentes que estruturam o espaço?

Villaça (2001) considerou a localização como principal força estruturante do espaço intra-urbano. De acordo com o autor, a estrutura da cidade se origina na luta entre as classes pela apropriação das vantagens que cada localização pode proporcionar. “A dominação através da estruturação do espaço intra-urbano visa principalmente a apropriação diferenciada

de suas vantagens locacionais” (VILLAÇA, 2001, p. 45). Ademais, como o espaço se constrói a partir da ação humana, do seu trabalho, logo, ele porta um valor. Em verdade, dois tipos de valores: o valor do produto em si sobre ele construído (casas, edifícios, ruas, praças, infra-estruturas etc.) e o valor da aglomeração, valor dado pela localização desses produtos, o que os insere na aglomeração. Na tentativa do capital de produzir e transformar lugares em mercadorias pela instalação de produtos valorizados socialmente, o espaço vai adquirindo importância e significados diferenciados.

A localização se apresenta assim como um valor de uso da terra — dos lotes, das ruas, das praças, das praias — valor que, no mercado, se traduz em preço da terra. Tal como qualquer valor, o da localização também é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, ou seja, para produzir a cidade inteira da qual a localização é parte (VILLAÇA, 2001, p. 72).

O valor da terra urbana é, pois, dado pelo valor da localização, da acessibilidade de uma parte da cidade em relação às demais. Esse autor utilizou a expressão “terra-localização” para ressaltar que a acessibilidade é o valor de uso mais significativo da terra, ou seja, a melhor acessibilidade implica em maior valor. “A localização ou o ponto é o valor produzido pelo trabalho coletivo despendido em sua produção” (VILLAÇA, 2001, p. 74). A localização se constitui pela condição e possibilidade de acesso dos indivíduos aos recursos da cidade.

Se o valor da terra urbana é produzido, se diferentes agentes a configuram e a significam de forma desigual, também de forma desigual será apropriada e utilizada pelas várias classes sociais. É nesse sentido que as localizações se associam à dominação: a dominação do espaço urbano aparece quando a classe dominante comanda a apropriação das vantagens e recursos da cidade. Dentre essas vantagens, a mais importante é a otimização dos tempos de deslocamento, a melhor acessibilidade às localizações, especialmente às mais centrais. No entanto, não se deve confundir necessariamente acessibilidade com proximidade. Os interesses da classe dominante podem fazer com que o que, em princípio, era mais distante, passe a ser, num outro momento, espacialmente mais valorizado.

Nem sempre as burguesias procuram o ‘perto’ em termos de tempo e distância. Às vezes, elas se afastam na busca de grandes lotes e ar puro, por exemplo, mas mesmo quando isso ocorre há limites para esse afastamento. Nesses casos elas procuram trazer para perto de si seu comércio, seus serviços e o centro que reúnem o equipamento de comando da sociedade — e isso não por razões simbólicas ou de *status*, mas pela razão muito prática de que elas o freqüentam intensamente e nele exercem muitos de seus empregos (VILLAÇA, 2001, p. 329).

Vale acrescentar que, como bem pontuou Sposito (1999), na cidade contemporânea

observam-se, simultaneamente, as tendências de concentração e desconcentração “[...] como se a cidade continuamente se espriasse indefinidamente no sentido de sua periferia, como forma de se diluir para se recompor em novas formas de concentração” (SPOSITO, 1999, p. 88). Esse processo, decorrente de interesses de grupos e dinâmicas socioeconômicas, pode ser associado ao avanço e variedade dos meios de transportes, comunicação e das tecnologias de produção, o que colabora para a redefinição das relações entre centro e periferia. A autora ressalta a importância da criação dispersa, em novas áreas de concentração, de estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços na consolidação de novas centralidades que contribuem para expandir o assentamento urbano e estabelecer — de acordo com a qualidade das vias de circulação — a acentuação dos deslocamentos e das trocas entre o centro e a periferia.

Entende-se, pois, que a localização dos empreendimentos habitacionais mais afastados dos núcleos metropolitanos — dos conjuntos habitacionais populares, instalados desde os anos 1960, aos loteamentos fechados das classes média e alta, que se destacaram na paisagem, sobretudo, a partir da década de 1980 — contribuiu para ampliar a importância grande cidade por conta da intensificação dos fluxos entre ela e sua periferia. Acrescentando-se a proposição de Villaça (2001), anteriormente posta, pode-se dizer que os novos modelos de moradia, especialmente no caso da classe média, em termos funcionais e profissionais, estão extremamente ligados e dependentes das dinâmicas das aglomerações. Vive-se, assim, simultaneamente, dentro e fora da grande cidade.

Com relação à segunda indagação, que reporta aos principais agentes produtores do espaço urbano, Corrêa (1989) considerou que a lógica que preside a organização do espaço interno da cidade decorre da ação e dos interesses conflitantes de diferentes agentes sociais; a complexidade e o desenvolvimento de tais ações produzem constante reorganização espacial — o que se manifesta de diversas formas, tais como a densificação do uso do solo, deterioração e/ou renovação de certas áreas em detrimento de outras, implantação e/ou relocação de infra-estruturas, funções etc. São os processos engendrados pelos (a) proprietários dos meios de produção, (b) proprietários fundiários, (c) promotores imobiliários, (d) Estado e (e) grupos sociais excluídos que repercutem em constante re-estruturação espacial. Alguns desses agentes, contudo, apresentam interesses convergentes: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários, embora com estratégias distintas, servem “[...] ao propósito dominante da sociedade capitalista, que é o da reprodução das relações de produção, implicando a continuidade do processo de acumulação e a tentativa de minimizar os conflitos de classe, este aspecto

cabendo particularmente ao Estado” (CORRÊA, 1989, p. 12).

Quanto a este último agente, em especial no Brasil, tem atuado de modo profundamente desigual no que tange à espacialização dos serviços públicos, tornando-se alvo de reivindicações sociais. O Estado interfere diretamente na valorização ou não de determinadas frações do espaço. Uma das formas de observar essa intervenção é pela regulamentação do uso do solo e pela alocação diferencial de infra-estrutura; via de regra, os locais mais bem servidos e dotados de melhores condições de vida têm sido justamente os ocupados pelas elites. Para Miliband (1972), no capitalismo, os homens são levados a competir entre si pela atenção e pelo poder do Estado e é contra ele que “[...] batem as ondas do conflito social” (MILIBAND, 1972, p. 11). Isso se faz por meio das classes sociais, sendo que, nesse sistema, a classe economicamente dominante o utiliza como instrumento de dominação da sociedade. Acrescente-se que, no capitalismo, “a atuação do Estado se faz, fundamentalmente e em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações” (CORRÊA, 1989, p. 26).

É importante observar que, tal como afirmou Marcuse (2004), o Estado tem poder preponderante na determinação das divisões espaciais, especialmente no que se refere à distribuição de residências motivadas por hierarquias de poder e status. É o Estado que estabelece toda a estrutura legal e física que possibilita a implantação de um empreendimento residencial, de estradas, de infra-estrutura de serviços, que concede ou não licença de construção. Enfim, “nenhum mercado ‘privado’ poderia funcionar se o Estado não sancionasse as cláusulas contratuais e administrasse os remédios para sua quebra” (MARCUSE, 2004, p. 30). Observe-se que, como bem argumentou Miliband (1972), embora vários dos interesses/agentes tenham poder de pressão sobre o Estado, dada a forma de organização capitalista, o empresariado se encontra numa posição privilegiada para pressioná-lo a atender seus objetivos.

Quanto aos grupos sociais excluídos, de acordo com Corrêa (1989), para solucionar o problema do acesso à habitação recorrem a estratégias como a ocupação de imóveis antigos — o mais das vezes degradados —, a compra de imóveis em conjuntos habitacionais e a autoconstrução, em terrenos doados ou comprados em locais pré-definidos pelo Estado ou por outro agente da sociedade. Nessas situações, portanto, a localização de suas moradias está associada a interesses de outros agentes sociais como o Estado, os proprietários de imóveis e os proprietários fundiários. Corrêa (1989) considerou que apenas na produção da favela, via ocupação de terrenos invadidos, os grupos sociais excluídos assumem efetivamente a

característica de modeladores do espaço, a despeito dos interesses dos demais agentes². Nesse processo, de modo direto ou indireto, os moradores de menor renda findam por utilizar as vantagens locais produzidas para os segmentos mais abastados da sociedade. Faz-se importante notar, concordando com o autor, que esse processo se converte em estratégia de resistência e sobrevivência.

Resistência e sobrevivência que se traduzem na apropriação de terrenos usualmente inadequados para outros agentes da produção do espaço, encostas íngremes e áreas alagadiças. Trata-se de uma apropriação de fato. No plano imediato a favela corresponde a uma solução de um duplo problema, o da habitação e de acesso ao local de trabalho (CORRÊA, 1989, p 30).

Analisando-se as proposições do autor, ainda que considerando que com a invasão fica mais evidenciada a atuação dos mais pobres na estruturação do espaço, quando estes adquirem ou constroem seus domicílios numa ou noutra parte da cidade, também não estariam contribuindo para estruturar o espaço? Ademais, como já alertou Souza (2003), os pobres não são excluídos na medida em que são necessários ao sistema capitalista: são incluídos, embora numa posição de submissão.

A própria evolução da favela, contudo, sua progressiva urbanização e valorização, fruto da ação dos movimentos dos moradores e do Estado, tende a impossibilitar que os antigos habitantes tenham condições financeiras de se manter no local, na medida em que muitos deles são incapazes de arcar com as tarifas públicas e os impostos que advêm com as melhorias estruturais. A melhor infra-estrutura atrai pessoas com maior renda, que gradativamente substituem a população “original”.

Souza (2003) ressaltou que as cidades apresentam uma multiplicidade de espaços de acordo com a atividade predominante em cada um deles. Sobre as áreas residenciais — assim como outras partes da cidade —, diferenciam-se entre si do ponto de vista das características de seus moradores. Do mesmo modo que Vignoli (2001), apontou que em várias partes do mundo e em diferentes momentos históricos, a etnia, a cultura e a religião serviram como referência para a separação dos grupos da sociedade. Separações formais, com áreas delimitadas para cada um deles residir.

² Note-se que embora não esteja em foco neste trabalho discutir a pertinência ou os preconceitos embutidos no termo invasão, deve-se ressaltar que ele passou a ser adotado e repetido quando, em Salvador, o processo de ocupação irregular de determinadas áreas da cidade passou a interferir nos interesses e perspectivas de valorização desses terrenos. Com isso, “[...] este processo de ocupação periférica assumiu o caráter de verdadeira luta pelo espaço [...]. No momento em que se explicitaram os conflitos entre os interesses dos proprietários de terrenos e os da população pobre em geral, estes movimentos de ocupação espontânea do solo urbano passaram a ser denominados de invasões” (MATTEI, 1979, p. 73).

As localizações distintas das residências dos vários segmentos da sociedade, bem como as condições e infra-estrutura do local onde se estabeleceram, denotam articulações entre as estruturas sociais e espaciais.

2.2 A DISTRIBUIÇÃO DAS RESIDÊNCIAS — DISCUTINDO A SEGREGAÇÃO

As reflexões postas até o momento não deixam dúvidas de que o espaço, por ser instância da sociedade, tem papel importante na reprodução social, encerrando na sua estruturação as desigualdades inerentes ao sistema capitalista. A localização de uma determinada função urbana, portanto, é tanto produto de condições histórico-espaciais como colabora para perpetuar as relações que a produziram. Entende-se, com isso, que nenhuma localização está desvinculada de valores ou de uma ideologia. Sendo assim, a distribuição geográfica dos locais e condições de moradia, de produção e de consumo dos distintos grupos sociais guarda significados socialmente construídos. Em verdade, ao longo da história, há muito se verifica a localização espacial diferenciada dos vários grupos sociais, o que não se restringe à habitação, mas também às condições de consumo, de investimento público, infra-estrutura etc. Centrando-se na questão da localização das residências, tal processo vem sendo analisado sob várias denominações: segregação urbana, segregação residencial, segregação sócio-espacial, segregação espacial ou simplesmente segregação. A discussão teórica desse fenômeno respeitará, inicialmente, as denominações apresentadas pelos diferentes autores estudados para, em seguida, apontar a que será utilizada neste trabalho. Antes, porém, de discutir esse conceito, será apresentada uma breve caracterização da evolução desse processo, em especial na América Latina.

2.2.1 Notas sobre as características da evolução do processo

A segregação não é um fenômeno recente ou que se apresentou de forma similar nas várias partes do mundo ao longo do tempo. O fator étnico, o religioso, a nacionalidade foram elementos que, associados ou não, mostraram-se fundamentais para a separação de grupos sociais ao longo da história desde a Antiguidade. Nas sociedades capitalistas, contudo, esse fenômeno foi ampliado e modificado e a renda se consolidou como elemento central de tal separação, principalmente naquelas onde o capitalismo se desenvolveu mais tardiamente. De acordo com Souza (2003), embora a separação espacial entre os ricos e pobres já existisse desde a Idade Média, o tipo de produção predominante naquela época favorecia a coabitação dos diferentes grupos econômicos, embora cada um deles ocupasse um andar específico. Assim, o autor afirmou que naquela época prevalecia uma separação “vertical” da sociedade.

Já de acordo com Vasconcelos (2004), na América Portuguesa (1500-1822), a sociedade era bastante estratificada e tal se refletia em regulamentações discriminatórias. O critério utilizado para a separação dos grupos sociais (que determinava a possibilidade ou não de acesso às instituições e às ocupações) estava calcado em características tais como a cor, o sexo e a etnia/nacionalidade. No que se refere à questão residencial, contudo, não havia bairros reservados para um ou outro grupo. Mesmo que as atividades e funções fossem condicionadas por certas características, não se verificava uma separação residencial entre os senhores e os escravos domésticos. Entretanto, não havia uma área específica da cidade na qual essas pessoas devessem morar.

Foi no período republicano, com o fim da escravidão, que efetivamente se notou uma mudança nessa situação. Como a responsabilidade sobre a habitação dos negros e mestiços não era mais dos senhores ou do Estado, e como essas pessoas não tinham qualificação para exercer atividades que permitissem melhores rendimentos — aliado à questão do preconceito racial, acrescente-se —, os antigos escravos vieram a engrossar a massa já densa de pobres urbanos que enfrentavam, dentre outros problemas, o da habitação e do acesso à terra urbana. Essa parcela da sociedade se viu, então, obrigada a resolver tal problema por conta própria, do modo que fosse possível, espalhando-se pela cidade. As soluções passavam pelos cortiços, pelos loteamentos populares, pela ampliação e/ou divisão de antigos imóveis e pelas invasões.

Retomando a colocação acima feita, no modo de produção capitalista, onde ocorreu a separação do local de moradia e de trabalho, igualmente observou-se a separação da área de residência dos trabalhadores do local de residência dos industriais. Com isso, a separação “vertical” da sociedade cedeu lugar à “horizontal”, determinada não mais pelas ocupações, mas, principalmente, pelo nível dos ganhos monetários que cada uma delas permitia auferir. De fato, há muito foi possível verificar a desigual possibilidade de apropriação e de utilização do espaço pelos diferentes grupos sociais, relacionada à questão da renda. Engels, já em 1845, verificou que na Inglaterra, então, a maior potência econômica mundial, a pobreza podia ser observada concretamente na organização espacial da cidade. Conforme Vasconcelos (1999), Engels revelou que, na estrutura urbana de Londres, o bairro operário estava localizado ao redor da zona comercial, formando uma espécie de “cinturão”. Nas áreas onde esses trabalhadores viviam estavam as piores casas e as ruas sem pavimento. Para além dessas áreas, residiam as burguesias média e alta com suas casas regulares, dotadas de infra-estrutura e de melhor padrão de vida.

Um século depois desse texto, no pós-guerra, quando os Estados Unidos e a União Soviética consolidaram-se como as novas potências mundiais, mudanças estruturais do

sistema capitalista — e, diga-se, necessárias a sua auto-sustentação — traduziram-se na fase do Estado do Bem-estar Social (*Welfare State*), na qual o Estado tentava atender ou subsidiar as demandas sociais por bens e serviços. Especialmente nos chamados países centrais, nesse período foram atenuados — mas não excluídos — os desequilíbrios sociais e questionamentos mais enfáticos sobre problemáticas sociais mais urgentes. Vidal (2001) considerou que na chamada “época de ouro” do capitalismo, que se estendeu por aproximadamente vinte e cinco anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, o crescimento econômico acentuado promoveu a queda do desemprego e uma relativa atenuação dos desníveis sociais, tanto nos países centrais como em alguns periféricos.

Quando o novo ciclo do capitalismo se estabeleceu, a partir dos anos 1970, na chamada era da globalização, do neoliberalismo, da alta concentração pessoal e espacial dos capitais, da hegemonia dos mercados e da retração do papel do Estado, a crise social se agravou em escala mundial e os desequilíbrios sociais apareceram de modo enfático. Soares (2001) destacou que, na América Latina, tal situação teve como uma das principais conseqüências o crescimento do processo de exclusão social. Com base em dados da Comissão Econômica para a América Latina, CEPAL³, observou que no período 1980-1986 houve aumento da incidência da pobreza e da indigência, sendo que o incremento da pobreza se concentrou nas áreas urbanas: o percentual de lares pobres passou de 24% para 29%. Quanto ao nível de indigência, os índices se ampliaram tanto nas áreas urbanas, de 8% para 11%, como nas áreas rurais, de 26% para 28%. Agregado às condições históricas e espaciais pré-existentes, já na primeira metade dos anos 1980, esse aumento da pobreza no contexto latino-americano tornou-se visível não apenas pelos dados como também pela exacerbação dos contrastes sociais evidentes no cotidiano, seja nas ruas, nos locais de trabalho, de lazer ou de moradia.

Em outros termos, a desigualdade social típica do capitalismo expressa-se também na localização das moradias de cada uma das classes sociais no espaço urbano, normalmente agravando as condições de vida dos menos favorecidos economicamente. Na medida em que o espaço também é condicionante social, viver nesses locais potencializa a manutenção desses moradores em situação de pobreza.

Faz-se importante verificar que

cada homem vale pelo lugar onde está [...] Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade [...] Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação,

³ A CEPAL é um órgão das Nações Unidas com sede em Santiago do Chile.

até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar onde vivem: as oportunidades não são as mesmas (SANTOS, 2002b, p. 81).

Destaque-se que, conforme Ziccardi (2003), a desigualdade social é um elemento constitutivo das sociedades da América Latina, se expressando geograficamente na diferenciação das áreas internas da cidade. Nestas se apresentavam os efeitos mais graves da pobreza e da exclusão social, traduzidos em marcada segregação e desigualdade de acesso a bens e serviços sociais. A autora ressaltou que, mesmo nos países desenvolvidos, as cidades se mostram divididas, fragmentadas, segmentadas, caracterizadas pelos contrastes nas condições de vida dos seus habitantes. Há espaços de riqueza e opulência, com mega-centros comerciais, restaurantes de cadeias internacionais “[...] los cuales contribuyen a homogeneizar el paisaje urbano de estas zonas, imprimiéndoles los rasgos que poseen todas las grandes ciudades del mundo actualmente”. Ao mesmo tempo em que essa “modernidade” se instala nas cidades, “[...] en este fin de siglo muestra um agravamiento de la segregacion urbana” (ZICCARDI, 2003, p. 155).

Na análise desses autores, na América Latina, embora não exclusivamente, o componente socioeconômico tem sido fundamental no processo de separação dos grupos sociais no espaço. Os diferentes níveis de renda encontram-se distribuídos na cidade de forma evidente. Tomando-se como foco de análise a questão da habitação, nas grandes cidades há os bairros que são reconhecidos pelo senso comum como “de ricos” e os “de pobres/populares”. Nestes últimos, o nível socioeconômico de seus moradores, se faz acompanhar por uma série de características estruturais que os diferenciam, imprimindo-lhes paisagens completamente distintas. Em outros termos, os diferentes níveis de renda se refletem em diferentes formas de viver e possibilidades de se apropriar do espaço.

Sabatini, Cáceres e Cerdá (2004), também discutindo a segregação em cidades latino-americanas, afirmaram que nas áreas onde se concentram as elites, de forma geral, existe baixa segregação — “considerando que as diferenças sociais e as identidades de grupo são definidas, as elites podem compartilhar sua área de concentração espacial, como de fato fazem, com outros grupos sociais” (SABATINI; CÁCERES; CERDÁ, 2004, p. 62) —; enquanto, onde residem os mais pobres, ocorre alta segregação. Com isso, entendeu-se que embora haja uma alta segregação das elites (que se separam em determinadas partes da cidade), na área onde residem também se encontram outras classes sociais. Com relação aos condomínios fechados, uma das marcas da “nova” forma de segregação das elites, observaram os autores que não tem sido raro serem edificadas próximo a áreas habitadas por pessoas de mais baixo poder aquisitivo, o que estaria reduzindo a escala (pode ser identificada em áreas

menores) e alterando o padrão tradicional da segregação (com a tendência dos grupos mais abastados de se concentrarem em áreas tradicionais). Essa situação estaria ligada aos interesses do mercado imobiliário, que nesses locais pode adquirir terras a um preço mais acessível e, após a construção dos condomínios, geralmente de grandes proporções, vender a um preço elevado, com significativa margem de lucro.

É interessante notar que, para esses autores, a proximidade entre os pobres e essas áreas de moradia exclusiva finda por gerar benefícios para aquele grupo: possibilidades maiores de emprego, de acesso a serviços e equipamentos urbanos e o sentimento de pertencer a um lugar que está prosperando.

Estudando as cidades brasileiras de forma geral, tal argumentação se confirma. Souza (2003) acrescentou que as diferenças econômicas, de poder, prestígio e status entre os grupos sociais — que se relacionam à sua posição no mundo da produção — reproduzem-se também na diferença de “qualidade” dos espaços de residência. Isso se articula ao fato de que, tal como afirmou Corrêa (1989), as áreas de moradias segregadas têm papel expressivo nas formas como se reproduzem as classes sociais.

Todavia, o fato de existirem essas diferenças por bairro não significa que num mesmo bairro não habitem pessoas de diferentes níveis de renda. Conforme a compreensão de Villaça (2001), anteriormente exposta, isso não descaracterizaria a existência da segregação se numa área específica uma classe predomina em relação às demais. Por sua vez, Vasconcelos (2004) argumentou que “[...] os pobres estão distribuídos em todas as partes das cidades, inclusive nas proximidades dos bairros ricos e mesmo no interior desses bairros, como no caso dos empregados domésticos, porteiros, caseiros [...]” (VASCONCELOS, 2004, p. 269). Do mesmo modo é observável a existência de moradias, às vezes lado a lado, de classes sociais distintas num único bairro, como ocorre em Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro, ou em Ondina, em Salvador. No entanto, é importante verificar que essa proximidade não implica uma possibilidade igual de uso e de vivência do espaço pelas diferentes classes.

Pelo exposto, evidencia-se que a localização das residências define uma divisão social do espaço, que é um processo típico da cidade, uma expressão espacial das classes sociais, que se constitui e se reformula ao longo do tempo. Como bem postulou Corrêa (1989), a segregação residencial é verificada pela capacidade diferenciada que cada grupo social possui de pagar pela moradia, de resolver o problema do “como” e “onde” morar. Esse “onde” assinala exatamente as diferenças de localização das residências. Acrescente-se que tais diferenças implicam variações de preço, conforto e qualidade da construção, da infraestrutura, e acessibilidade aos serviços urbanos, por exemplo. Nesse sentido, importa destacar

que “[...] a qualidade dos espaços residenciais não é o resultado natural e imutável da distância em relação ao centro ou da evolução histórica da cidade, mas é também efeito das políticas públicas, que podem transformar esta qualidade através da criação de infra-estruturas de equipamentos e serviços” (PRETÉCEILLE, 2003, p. 38).

Santos (1994) já destacara que, na disputa entre atividades e pessoas por uma dada localização e frente à carência especulativa de residências, os mais pobres são continuamente empurrados para a periferia das cidades. Isso os obriga a ampliar o tempo e o gasto financeiro com o deslocamento para suas atividades cotidianas. Ao mesmo tempo, o centro se fortalece e se valoriza. Constituem-se, desse modo, “sítios sociais” particulares, habitados por pessoas de grupos socioeconômicos distintos, que os “moldam” de acordo com suas exigências funcionais.

É assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outras mais valorizados. Por isso, são as atividades mais dinâmicas que se instalam nessas áreas privilegiadas; quanto aos lugares de residência, a lógica é a mesma, com as pessoas de maiores recursos buscando alojar-se onde lhes pareça mais conveniente, segundo os cânones de cada época, o que também inclui a moda (SANTOS, 1994, p. 96).

Esse mesmo autor considerou que o valor do homem também está associado a sua localização e às possibilidades a ela relacionada em termos de acesso a bens e serviços públicos e privados (SANTOS, 2002b). Dessa forma, sobretudo no meio urbano, o espaço vai sendo ocupado diferencialmente, de acordo com as classes que compõem a sociedade. E, na medida em que as cidades evoluem e se avolumam, em que o mercado vai sendo auxiliado pelo poder público a utilizar o espaço de acordo com seus interesses, torna-se mais evidente a articulação entre a desigualdade social e a desigualdade espacial. Entendendo, portanto, que não se pode interpretar as classes sociais e as desigualdades sem considerar sua base territorial — as condições geográficas são condições sociais —, a busca de equidade social passa pela equidade territorial:

[...] igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a vida não será vivida com o mínimo de dignidade que se impõe. [...] Num território onde a localização dos serviços essenciais é deixada à mercê da lei do mercado, tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem (SANTOS, 2002b, p. 116).

2.2.2 Reflexões sobre o conceito de segregação

O termo segregação — que vem do latim *segrego* e significa “separar do rebanho” —

foi aplicado no meio acadêmico pela primeira vez pelos trabalhos da Escola de Chicago, nas décadas iniciais do século XX. Um dos principais autores dessa Escola — que tinha como pressuposto teórico a Ecologia Humana —, Robert Park, tomando como referência a sociedade norte-americana e considerando a cidade um organismo social, uma unidade ecológica, geográfica e econômica produzida pela natureza humana, o “[...] habitat natural do homem civilizado [...]” (PARK, 1979, p. 27), compreendeu que os grupos que a formam tendem a se dividir em áreas de acordo com critérios como a língua e a cultura (inicialmente) e a raça. Do mesmo modo formar-se-iam as áreas segregadas; assim sendo, a segregação se referia à repartição das pessoas, mais propriamente de grupos de pessoas, com características comuns, na cidade. Em cada área residencial, portanto, haveria similaridade e solidariedade interna, mas entre os vários grupos haveria distância física. Acrescentou que “os processos de segregação estabelecem distâncias morais que fazem da cidade um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram” (PARK, 1979, p. 62).

Desse modo, considerando que na sociedade os indivíduos vivem juntos e, simultaneamente, separados, as relações humanas poderiam ser analisadas observando-se a distância social e espacial que os separariam — para Park (1979), as relações sociais estão correlacionadas às relações espaciais, dado que a distância física indica a distância social. Vasconcelos (1999) apontou ainda que esse autor considerava que, na medida em que a cidade crescesse, necessariamente, ocorreria a seleção e a segregação social, resultando no surgimento de “grupos sociais naturais” e de “áreas sociais naturais”.

Ernest Burgess, outro integrante da Escola de Chicago, concebendo que o crescimento da cidade decorre de um processo, elaborou o Modelo de Círculos Concêntricos para analisar a organização espacial, ilustrando os processos de expansão da cidade com um modelo no qual uma série de círculos concêntricos indicaria suas sucessivas zonas de expansão. Em cada um dos círculos seria desempenhada uma função urbana e a diferença entre eles decorreria de um processo de seleção, classificação e distribuição dos indivíduos e grupos por residência e ocupação. No que se refere à moradia, as zonas habitadas por operários estariam mais próximas ao centro do que as que fossem convertidas em local de residência dos grupos de classes mais altas. A análise que Burgess faz do crescimento urbano revela sua perspectiva organicista, já que considera esse processo como análogo ao metabolismo humano (VASCONCELOS, 1999).

Conforme Corrêa (1989), Mckenzie, outro autor dessa Escola, considerou a segregação como a concentração de certos tipos da população num determinado território. Essa situação, bem como a estruturação da cidade, de modo geral, seria determinada por

processos ecológicos. Do mesmo modo que Park, entendeu que o crescimento de uma comunidade seria uma das causas da segregação.

Essencialmente, pode-se dizer que o termo segregação, quando passou a ser usado na Academia designava o afastamento ou separação de diferentes grupos sociais, relacionando as raízes dessa situação às características “naturais” dos indivíduos. Ora, os aspectos “naturais” do homem são dotados de valor a partir da vida social e é isso que os faz diferentes, inclusive na possibilidade de se localizarem no espaço.

Souza (2003), ao analisar a Escola da Ecologia Humana, verificou que essa linha de pensamento realizou uma analogia entre a teoria da seleção natural de Darwin e a dinâmica urbana. Desse modo, os mais aptos “escapariam” da segregação, do gueto — a estrutura social teria peso menor do que as capacidades individuais para explicar as diferentes localizações espaciais. Tal idéia se coaduna com o ideário liberal, com sua ênfase no individualismo, na disputa dos indivíduos entre si — a par das desigualdades sociais —, sendo seu esforço e habilidades pessoais considerados determinantes das condições de vida.

Outras maneiras de compreender o processo de estruturação urbana e de localização dos indivíduos foram defendidas ao longo do tempo. Mais recentemente, pode-se destacar a contribuição de Castells (2000). De modo geral, esse autor argumentou que a organização da sociedade em um determinado período histórico está na base da lógica da distribuição espacial da população nos múltiplos espaços da cidade. Longe de ser um processo natural, a separação espacial dos grupos sociais está relacionada à estrutura da sociedade, mais especificamente à forma como os diferentes indivíduos se inserem no mundo da produção.

Castells (2000), igualmente, tratou da segregação urbana. Para ele, a distribuição das residências no urbano ocasiona reagrupamentos dos indivíduos de acordo com sua renda, status profissional, instrução, dentre outros. Essas características significariam a “capacidade social dos indivíduos”. Assim, a estratificação urbana corresponderia ao sistema de estratificação social. Em conseqüência, a segregação urbana manifestaria a distância social existente entre as classes. Nas palavras do autor:

[...] entenderemos por segregação urbana a *tendência* à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia (CASTELLS, 2000, p. 250, grifos do autor).

Ao utilizar (e grifar) o termo *tendência*, o autor subentende que a organização espacial da cidade está sujeita a um “emaranhado” histórico, decorrente da ação combinada de

várias estruturas sociais e de arranjos particulares de atividades e status no espaço. Portanto, as próprias contradições do movimento social possibilitariam modificações nas leis gerais do sistema, convertendo-as em tendência. Outro termo a ser destacado no conceito de segregação proposto por esse autor é *hierarquia*. Este está relacionado à idéia de que o espaço é expressão da estrutura social — mas, não seu reflexo tal e qual —, sendo a teoria do espaço uma especificação da teoria da estrutura social. Considera-se necessário assinalar que essa hierarquia dos lugares — associada ao custo do solo e das construções, à acessibilidade, infraestrutura etc. — se constitui também em resultado de uma valorização ideológica, na medida em que a noção de lugar “melhor” ou “pior” varia de acordo com as modificações sócio-culturais. Como o próprio autor acrescenta, “[...] não há espaço privilegiado antecipadamente, em termos funcionais, sendo o espaço definido e redefinido segundo a conjuntura da dinâmica social” (CASTELLS, 2000, p. 262). Acrescente-se que, como evidenciado por Préteceille (2003), a noção de “melhor localização” é multidimensional, variando social e culturalmente. Em outros termos, além do preço do imóvel, outros critérios, associados aos valores e aos interesses dos indivíduos, contribuem para que defina o local de residência.

Numa concepção similar, Vignoli (2001, p. 13) considerou que o termo segregação “[...] remite a la existencia de diferencias o desigualdades dentro de un colectivo y a la separación de los sujetos em categorías que tienen cierto grado de distinción jerárquica o valorativa”. A segregação territorial (que inclui a residencial) estaria relacionada a um tipo de segregação onde localizações geográficas separam os grupos de indivíduos, ou seja, ocorre quando há uma expressão geográfica das diferenças sociais de modo que se verifiquem contrastes, principalmente do ponto de vista socioeconômico entre as características dos moradores de áreas diferentes de uma mesma localidade. Sendo assim, considerou a segregação residencial socioeconômica como “[...] la ausencia o escasez de mezcla socioeconómica en las subunidades territoriales de una ciudad [...]” (VIGNOLI, 2001, p. 7). Acrescentou ainda que a expressão segregação residencial alude à distância e separação física e/ou sócio-cultural de grupos da população de uma determinada comunidade. Partindo dessa definição, o autor considerou que para estudar a segregação residencial faz-se necessários, ao menos, delimitar claramente o atributo que diferenciará os grupos sociais e a escala de análise.

Quanto a este último aspecto, a delimitação da escala, entendida como a unidade de referência territorial dentro de uma determinada totalidade, o processo e a intensidade da segregação variarão: a depender da amplitude espacial adotada (região, cidade, zona, bairro, rua, etc.) será possível ou não identificar a existência de segregação. Em outros termos, se a

totalidade em questão for uma cidade, esta pode ser considerada não segregada mesmo que, em seu interior, os grupos sociais estejam claramente separados.

Num caso extremo de segregação residencial socioeconômica haveria exclusivamente membros de um estrato social em uma localização (uma determinada escala de análise), não acontecendo qualquer tipo de interação com pessoas de outros estratos. É interessante notar que, conforme Vignoli (2001), existem dois tipos de segregação que podem ou não coexistir: a sociológica e a geográfica. A primeira se refere à ausência de interação entre os diferentes grupos sociais; a segunda, a geográfica, à desigual distribuição de tais grupos no espaço físico.

Corrêa (1989) verificou que a segregação é um processo social cujas formas são as áreas sociais, estando estas vinculadas à existência e reprodução dos diferentes grupos sociais. Apesar de adotar alguns pressupostos da Escola de Chicago, utilizou o conceito de segregação postulado por Castells e centrou sua análise na questão da segregação residencial. Acrescentou que esse processo “é produto da existência de classes sociais, sendo sua espacialização no urbano” (CORRÊA, 1989, p. 60). Em outros termos, a segregação residencial expressa a diferença entre as classes sociais, sendo um processo que nasce junto com a cidade: a localização distinta das classes no espaço produz a segregação.

Villaça (2001) conceitua segregação como “[...] um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjunto de bairros da metrópole” (VILLAÇA, 2001, p. 142). Embora seja um conceito bastante próximo àquele apresentado por Castells (2000), o autor considerou equivocado falar em *tendência a uma forte homogeneidade interna*. Ressaltou que a segregação é um processo (não uma situação estática), existindo quando, numa área específica uma classe predomina em relação às demais, não excluindo a possibilidade de haver segregação mesmo quando segmentos sociais distintos habitem um mesmo espaço. A heterogeneidade, portanto, não indica inexistência da segregação. Outra observação desse estudioso que merece ser evidenciada com relação a esse fenômeno, é que se trata de um processo necessário à dominação social, econômica e política. “Entende-se por dominação por meio do espaço urbano o processo segundo o qual a classe dominante comanda a apropriação diferenciada dos frutos, das vantagens e dos recursos do espaço urbano” (VILLAÇA, 2001, p. 328). Portanto, a segregação é o resultado de um conflito entre classes, onde há vitoriosos e vencidos.

Souza (2003) utilizou o conceito de segregação residencial considerando que esse processo é um produto e problema da grande cidade, manifestação da pobreza e da

desigualdade. Esse autor chamou a atenção para a discussão existente entre segregação induzida e auto-segregação. A primeira, verificada ao longo da História, acontece quando um determinado grupo de pessoas é forçado a viver em determinado lugar. Normalmente, essas pessoas e locais são estigmatizados e, sendo assim, mesmo havendo possibilidade de um indivíduo passar a residir em outro lugar, de “escolher”, isso é dificultado pelo medo da hostilização. “Isso poderia, à primeira vista, ser interpretado como uma espécie de auto-reprodução da segregação, mas o fato é que a persistência de certos preconceitos ou ódios, disseminados no interior da sociedade, que dificulta a mobilidade espacial dos membros de grupos minoritários [...]” (SOUZA, 2003, p. 70).

Diferentemente, a auto-segregação decorre da opção de se afastar da cidade. Alguns autores a exemplo de Vasconcelos (2004), Villaça (2001) e Caldeira (2003), consideraram que, nas cidades brasileiras, quem se segrega são as classes dominantes. Tendência bastante comum nas grandes cidades contemporâneas, vem sendo vinculada à necessidade de segurança, de busca de um “novo” modo de vida, à fuga da cidade. De acordo com Seabra (2004), a segregação faz parte da práxis social das grandes cidades e “a auto-segregação nada mais é do que um recurso estratégico que visa administrar a separação consumada nos territórios urbanos” (SEABRA, 2004, p. 194). Numa “nova forma de segregação” a população de maior renda confina-se em condomínios exclusivos. Estes se relacionam à possibilidade de evasão da cidade e à idealização do bucólico. Relacionam-se também à possibilidade que se apresentam às empresas do setor imobiliário de “modular a atividade de morar”. Sabatini, Cáceres e Cerda (2004) acrescentaram que o “desenho dos condomínios fechados” possibilita alterações na “destinação social” do solo e criam descontinuidades com o entorno.

De forma geral, conforme os diversos autores aqui citados, a auto-segregação seria uma resposta das classes sociais mais abastadas aos problemas urbanos. Nesse caso, verdadeiramente, se trata de uma opção.

[...] porque os que se auto-segregam não costumam ver seus antigos espaços com olhos nostálgicos, ou seus novos espaços como representando uma perda; em segundo lugar, porque os que se auto-segregam, na condição de moradores, são, em grande parte, os mesmos que, na condição de elite dirigente, são, ao menos co-responsáveis pela deterioração das condições de vida na cidade, inclusive no que se refere à segurança pública, seja por suas ações, seja por sua omissão. Em suma, há de se manter uma forte distinção entre segregação induzida e auto-segregação (SOUZA, 2003, p. 71).

Deve-se observar também que essas duas formas de segregação não são opostas, mas complementares, constituindo duas faces de um mesmo fenômeno. Uma finda por produzir a outra, na medida em que a separação entre os grupos repercute em ampliação do

desconhecimento mútuo, exacerbação de preconceitos, intolerância, medo e desconfiança que acabam por “justificar” a manutenção da separação social no espaço. Para Souza (2003), “menos segregação tende a significar maiores chances de interação entre grupos e sociais diferentes, e maior interação tende a facilitar enormemente a demolição de preconceitos” (SOUZA, 2003, p. 83).

Esse mesmo autor acrescentou que o desejo das elites de se afastar da cidade e dos seus problemas, do que avaliam como feio ou perigoso, se configura na tentativa de isolamento e defesa dos seus privilégios frente às intensas e crescentes desigualdades sociais, ou seja, trata-se de “um escapismo hipócrita”, pois,

[...] afinal, os que têm condições de se auto-segregar não prescindem, enquanto patrões, daqueles que eles desejam excluir de seu cotidiano e da paisagem na qualidade de vizinhos, mas que são necessários na qualidade de porteiros, empregadas domésticas etc. e, na cidade existente fora dos muros do condomínio, na qualidade de trabalhadores em geral (SOUZA, 2000, p. 206).

Note-se que, conforme Caldeira (2003), dentro da lógica dos grupos mais abastados, da necessidade de se afastar do conjunto social como forma de se preservar, os condomínios fechados passaram a se constituir no tipo de moradia — bem como de trabalho, lazer, consumo — desejado. No plano imaginário, pretende-se uma homogeneidade interna (que é essencialmente econômica, embora isso esteja subjacente nos anúncios e reflexões de seus moradores) que se associaria a uma nova e melhor ordem social, onde os problemas comuns às cidades seriam evitados, resultando em maior segurança e “qualidade de vida”. Assim, morar em condomínio fechado parece sinônimo de bem estar, de prestígio, de status.

Na busca dessa harmonia interna, tais condomínios precisam ser cercados, demarcando concretamente a separação do “resto” da sociedade, do “resto” da cidade. Gomes (2002), seguindo a mesma linha de análise, chamou esse tipo de moradia de “ilhas utópicas”. Vendidas como “cidades dentro da cidade”, são associadas a um “quadro de vida alternativo de alto padrão” com segurança, calma, status, lazer, infra-estrutura de comércio e serviços e homogeneidade social. Tudo possível de ser adquirido não pela via da conquista da cidadania, mas pela compra, pelo consumo. Considera-se importante ressaltar que, de acordo com o autor, esse modelo de moradia cria o espaço público privado: as ruas, praças etc. são propriedade particular, regidas por regras — que não são exatamente as mesmas das que regem a cidade de forma geral — sendo estabelecidas principalmente por estatutos condominiais.

Nesse sentido, tais condomínios transformam uma separação social simbólica e

abstrata (ainda que seja vivenciada concretamente pelos indivíduos dos diferentes grupos sociais) em, literalmente, algo concreto. São muros, guaritas, cercas e portões que separam os de dentro e os de fora. Acrescente-se, que a lógica que preside a vida nos condomínios fechados é permeada pela desvalorização do espaço público, aberto a todos os grupos sociais e culturais, ao passo que a propriedade privada para uso coletivo (ou seria seletivo?) é valorizada. Caldeira (2003) denomina esse tipo de condomínio de enclaves fortificados. Para Ribeiro (2004), as elites “assustadas” com os problemas existentes nas cidades e associando tais problemas às camadas populares, estigmatizam seus territórios e adotam um comportamento de “secessão urbana”: estabelecem fronteiras materiais e simbólicas para se separarem dos que seriam os causadores dos problemas.

Um enclave excludente é uma área de concentração espacial na qual os membros de um determinado grupo populacional, definido por sua posição de superioridade em termos de poder, riqueza ou status em relação a seus vizinhos, aglomeram-se de modo a proteger essa posição (MARCUSE, 2004, p. 25).

Marcuse (2004), embora baseado na experiência de cidades norte-americanas, teceu considerações convergentes com as de Caldeira (2003). Em princípio, deve-se observar que para o autor há diferença entre enclave e enclave excludente. Enclave seria resultante da concentração espacial de pessoas de um determinado grupo que se congrega voluntariamente, baseando-se em características similares de etnia, religião, etc, visando proteger e intensificar seu desenvolvimento, seja econômico, social, político ou cultural. Enclave excludente seria resultante de uma relação hierárquica, onde um grupo se impõe aos demais, bem como aos princípios de uma sociedade democrática, visto que sua efetivação dificulta a interação e as trocas entre os diferentes membros da sociedade.

Esse tipo de aglomeração configura a segregação — definido pelo autor como um “[...] processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área espacial definida, em um gueto” (MARCUSE, 2004, p. 24) — na medida em que está baseada em diferenças de status hierárquico. Esse processo pode ser exemplificado pelas residências ou áreas comerciais de luxo, protegidas por segurança particular, onde a renda e/ou status se constituem em atributos de diferenciação social utilizado para separação espacial, que por sua vez, influenciam as relações sociais existentes, mas nem sempre as reforçam.

Para estabelecer o conceito de segregação adotado neste estudo, considerou-se além das análises postas acima, a questão destacada por Vasconcelos (2004) sobre a possibilidade de usar o termo segregação (originário da Ecologia Humana e apresentado pela Escola de

Chicago para compreender processos ocorridos no EUA nas primeiras décadas do século XX) para nomear um tipo de desigualdade sócio-espacial presente atualmente nas cidades brasileiras. Essa reflexão conduz à necessidade de lembrar que os conceitos são estabelecidos dentro de um determinado contexto histórico, econômico, cultural e ideológico. Sendo assim, tendem a representar os principais paradigmas de uma época. Embora usada de forma precisa a palavra segregar indique separação e isolamento (VASCONCELOS, 2004), o que não se aplica aos processos em curso no Brasil, entende-se que segregação, enquanto conceito, tem um significado distinto, sendo empregado a partir de pressupostos diferentes dos que norteavam as discussões científicas quando foi estabelecido. No âmbito acadêmico, recentemente, entende-se por segregação um fenômeno construído socialmente, associado à desigualdade e, como dito por Suzana Pasternak (2005), um fenômeno relacional: um grupo só pode ser percebido como segregado ou auto-segregado em relação aos demais. Ademais, sendo a cidade lócus de interação, ainda que as relações sociais sejam permeadas pela dominação, a segregação não pode pressupor o isolamento. O termo segregação, portanto, assume face de conceito nos tempos atuais “desprendendo-se” de sua origem etimológica, estando associado à forma como os grupos sociais se distribuem e aglomeram no espaço urbano.

Acrescente-se que, como bem captou Ribeiro (2004), a segregação não pode ser entendida apenas como a separação espacial ou definida simplesmente pela concentração de uma determinada classe em determinado espaço. Deve-se notar que esse fenômeno — motivado por fatores sociais e políticos associados aos ditames de um dado período histórico — implica a fragmentação social do espaço que, no caso do Brasil,

[...] traduz a histórica ordem híbrida, na qual valores, práticas e papéis inerentes a um sistema estatutário, hierárquico, pelos quais pessoas são consideradas naturalmente desiguais em termos de poder social e ocupam posições inferiores na escala da honra social, convivem com os valores, práticas e papéis relativos a uma ordem competitiva e individualista, em que o mercado distribui os recursos e o poder e as pessoas são consideradas socialmente pela sua autonomia e capacidade (RIBEIRO, 2004, p. 34).

Sendo assim, a fragmentação espacial das cidades deste país apresenta um padrão onde há proximidade física e distância social, fato resultante da história das relações entre as classes, de dominação e submissão.

Entendendo que o processo de separação dos locais de moradia das classes sociais nas cidades brasileiras expressa, ainda que não de forma rígida, a estrutura e a dinâmica da sociedade; e considerando-se que as moradias e os locais de moradias são uma das

características que mais traduzem essa separação, neste estudo será trabalhado o conceito de *segregação residencial* entendido como *a concentração de moradias de uma classe social em um determinado espaço da cidade, resultante de processos socioeconômicos, políticos e ideológicos predominantes em dado momento histórico e que atuam estruturando a cidade em áreas social e espacialmente diferenciadas.*

Partindo-se do conceito de segregação residencial exposto acima e com o intuito de analisar fatores e agentes que contribuíram para a ocorrência de separação dos locais de moradia das diferentes classes sociais em Lauro de Freitas, fez-se necessário verificar o contexto em que se adensou e quando o processo de segregação pôde ser evidenciado neste município. Para tanto, no capítulo seguinte, serão apresentadas as principais dinâmicas em curso na Região Metropolitana de Salvador (RMS) que contribuíram para o crescimento da população de Lauro de Freitas e para sua reestruturação funcional e espacial.

3 CONTEXTO DE EMANCIPAÇÃO, O ADENSAMENTO E A URBANIZAÇÃO DE LAURO DE FREITAS: ASPECTOS GERAIS E DADOS ESTATÍSTICOS

Antes de empreender a análise sobre questões pertinentes à segregação residencial em Lauro de Freitas, é importante verificar que, desde os anos 1970, seus indicadores sociais e demográficos indicavam que estavam ocorrendo mudanças nesse município. Emancipado no começo dos anos 1960, Lauro de Freitas, já na década seguinte, experimentou acelerado crescimento demográfico, fato que resultou em seu adensamento, urbanização e na alteração do perfil de sua população. Essas mudanças ocorreram no mesmo período em que a Região Metropolitana de Salvador (RMS) passava por alterações profundas em sua dinâmica socioeconômica que se fizeram notar em sua estrutura social e espacial. Entendendo que as transformações espaciais se fazem articuladas às de outras instâncias da sociedade e que para analisá-las é preciso considerar os processos que a constituíram, bem como as relações que uma dada realidade espacial estabelece com as demais, considerando-se que a atual estrutura espacial de Lauro de Freitas teve como uma de suas condicionantes a dinâmica de crescimento da sua população, entendeu-se ser necessário identificar os principais processos que incidiram na mudança do seu perfil sociodemográfico como forma de realizar uma primeira aproximação das modificações em curso nesse município.

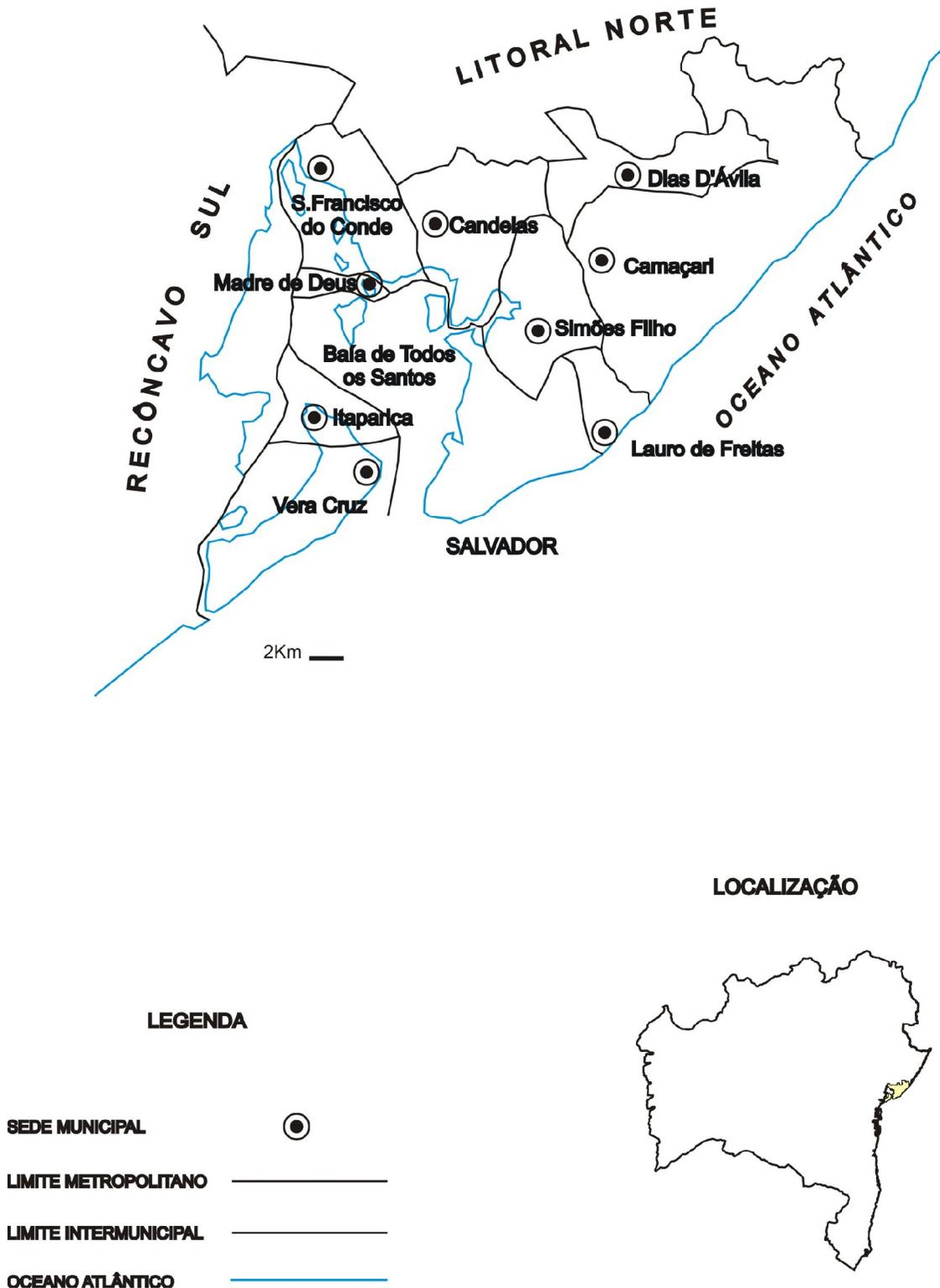
Desse modo, são três os propósitos desse capítulo. O primeiro diz respeito à tentativa de identificar os aspectos mais gerais do contexto metropolitano na ocasião em que o município foi emancipado. No segundo momento apresentam-se, sucintamente, as tendências de distribuição da população dos municípios da RMS nas últimas décadas, verificando a posição de Lauro de Freitas em relação aos demais. No terceiro momento, analisa-se o perfil da população municipal nas primeiras décadas de sua criação e, mais recentemente, no ano 2000, com base em dados censitários.

3.1 LOCALIZAÇÃO E CONTEXTO GERAL DE EMANCIPAÇÃO

O município de Lauro de Freitas está situado na Região Metropolitana de Salvador (Figura 1) que, além dele e da capital da Bahia, agrupa mais oito municípios, a maior parte dos quais oriundos de desmembramentos de Salvador (Quadro 1). Este último — que dá nome à região e que, historicamente, concentra as principais dinâmicas econômicas, sociais e políticas do Estado — observou, entre o final do século XIX e início do século XX, um período de estagnação econômica e de perda de prestígio político em âmbito nacional — prestígio esse conquistado,

grosso modo, por ter sido sede do Brasil colonial e, em função da indústria da cana de açúcar, seu principal expoente econômico por muito tempo —, especialmente em relação aos Estados do Sudeste, já integrados ao modelo de industrialização brasileira introduzido pela Revolução de 30.

Figura 1 – Divisão político-administrativa atual da Região Metropolitana de Salvador



Tal situação decorreu do fato de que, desde a época colonial, Salvador se consolidou como um espaço de controle e de não-produção; sua área interna, sua região e sua dinâmica em geral foram organizados de modo totalmente dependente das atividades da sua hinterlândia e da demanda externa (OLIVEIRA, 1987; SANTOS, 1959a). Desse modo, com as diretrizes estabelecidas pelo governo que se impôs a partir de 1930, quando as elites urbanas se sobrepuseram às rurais, no momento em que o sistema urbano brasileiro se adensava, as cidades se diferenciavam e integravam e, principalmente, São Paulo e Rio de Janeiro se orientavam para a indústria e essa se tornava a atividade motriz na política econômica nacional, “[...] o papel de redistribuição tornou-se insuficiente para guardar a Salvador a possibilidade de manter com sucesso as antigas correntes comerciais [...]” (SANTOS, 1959a, p. 51). Em outros termos, até meados do século XX, Salvador permanecia como uma cidade marcada por sua ligação com um mundo agrícola então decadente. Era o centro de uma economia frágil, o que, ainda que a colocasse numa posição desvantajosa em termos políticos frente às demais unidades da federação, realçava sua importância no estado. Como bem colocou Santos (1959a, p. 67), até essa época, “toda a história econômica regional proporcionou uma concentração de funções e recursos [em Salvador], sempre e cada vez mais forte, em relação ao resto do Estado”.

Quadro 1 – Ano de emancipação, natureza do ato legal e origem dos municípios da RMS

Município	Ano de emancipação/ fundação	Ato legal	Município de origem
Camaçari	1758	Alvará Régio	Salvador
Candeias	1958	Lei Estadual	Salvador
Dias D'Ávila	1985	Lei Estadual	Camaçari
Itaparica	1831	Decreto Imperial	Salvador
Lauro de Freitas	1962	Lei Estadual	Salvador
Madre de Deus	1989	Lei Estadual	Salvador
Salvador	1549	Alvará Régio	Capitanias Hereditárias
São Francisco do Conde	1693	Carta Régia	Salvador
Simões Filho	1961	Lei Estadual	Salvador
Vera Cruz	1962	Lei Estadual	Itaparica

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 1999.

No entanto, ainda nessa década, a situação começou a se alterar e a capital baiana reassumiu papel destacado frente ao sistema produtivo nacional em função da mudança estrutural de sua economia, que passou a se voltar para a industrialização. Então, ações do Governo Federal, articuladas aos interesses das elites locais, fizeram com que após a descoberta da primeira jazida petrolífera do país, a Refinaria Landolfo Alves (RLAM) fosse instalada pela Petrobrás, em 1955, nas imediações da capital da Bahia, em São Francisco do

Conde. Embora isso não tenha implicado uma dinamização ou sequer uma articulação com os demais setores econômicos pré-existentes — antes, representou o aniquilamento do que ainda restava da cultura canavieira e a desorganização gradativa das atividades agropecuárias —, destacou-se, dentre os impactos da instalação dessa empresa, a enorme massa financeira (através de investimentos e salários) despejada em Salvador e no seu Recôncavo.

Além de transformar de modo radical a estrutura e a dinâmica da economia baiana, esses novos processos colaboraram para que Salvador se tornasse um espaço com elevada concentração de renda, já que a maior parte dos funcionários administrativos, os técnicos e os “petroleiros” vieram a residir na capital. Com isso, a estrutura social existente se alterou, diferenciando uma classe média, que demandava moradias mais qualificadas. O mercado imobiliário e a indústria da construção civil se expandiram velozmente e a especulação sobre os preços das terras e dos imóveis foi evidente. Esses processos fizeram com que Salvador crescesse em termos populacionais, elevasse seus níveis de urbanização, adensando-se, expandindo a ocupação em direção ao miolo e às bordas, re-localizando atividades e funções.

A partir de então, capitaneada pela estrutura necessária à implantação das atividades ligadas à extração do petróleo, Salvador adquiriu efetivamente uma dinâmica urbana. Para Silva e Silva (1989), esses processos fizeram com que a cidade e seu entorno passassem de ‘metrópole regional’ a ‘região metropolitana’, integrante de um amplo sistema urbano-regional de caráter nacional.

Nos anos 1960, dentro da política nacional de desenvolvimento regional implementada pela então Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) — política essa que foi a principal responsável pelo deslocamento de capitais internacionais do Centro-Sul para o Nordeste em decorrência dos estímulos fiscais (dedução no imposto de renda), e que resultou numa completa mudança da estrutura industrial da região —, a Bahia foi amplamente beneficiada por incentivos fiscais que permitiram seu ingresso definitivo em uma economia baseada na industrialização. Nessa década, em 1966, o Estado criou uma série de facilidades financeiras, infra-estruturais e de escoamento da produção para que surgisse o Centro Industrial de Aratu (CIA), em Simões Filho.

Nesse contexto de mudanças e reorganizações de ordem socioeconômicas e espaciais, onde foi acentuada a centralidade de Salvador em relação ao estado, estava em pauta uma ideologia emancipacionista e sob o slogan “dividir para melhor governar”, uma série de novos municípios foi emancipada, dentre os quais, Lauro de Freitas. Contudo, deve-se destacar que, distinguindo-se de Salvador e de outros municípios da RMS, como São Francisco do Conde e Simões Filho, no começo da década de 1960, ainda não havia ocorrido

alterações mais significativa em Lauro de Freitas que justificassem sua elevação à categoria de município (ver Capítulo 3).

As mudanças na RMS prosseguiram. Nos anos 1970, beneficiando-se também de uma estratégia agressiva de incentivos fiscais promovida pela SUDENE e em decorrência da produção da RLAM, foi iniciado em 1972 e inaugurado em 1978, no município de Camaçari (ao norte de Salvador e na divisa com Lauro de Freitas), o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), então o segundo mais importante pólo petroquímico do País (OLIVEIRA, 1987). A instalação do Pólo, como ficou conhecido o Complexo, ao atrair um elevado número de imigrantes desde a época de sua construção, inclusive de outros estados, gerou uma nova demanda por moradias voltadas para diferentes segmentos sociais, mas, dada a pequena oferta existente, principalmente, para a classe média, ocorreu grande avanço da construção civil e das áreas de assentamento da capital.

A paisagem metropolitana, associada a tais processos, experimentou modificações que se fizeram evidentes nas décadas posteriores. Note-se que Santos (1959b, p. 127), em texto sugestivamente intitulado “Salvador e o deserto”, chamava a atenção para o fato de que no entorno da capital havia uma “[...] extrema rarefação do povoamento, a quase completa ausência de vida humana [...]”, situação associada à estrutura de propriedade existente que impossibilitava o acesso à terra. Mas, com a Petrobrás, o aumento da população, em geral, e a diferenciação da classe média, o entorno da capital começava a se modificar pela abertura de estradas e loteamentos. Assim, o que ocorreu nesses primeiros anos de industrialização foi a ocupação de áreas antes “nuas” e uma completa “remodelagem” do seu espaço rural — antes dominante —, com a redefinição dos padrões de uso do solo e do tipo de residência. Tais espaços foram transformados em urbanos, com os complexos industriais e conjuntos residenciais substituindo áreas até então destinadas à agropecuária. Em outros termos, Salvador e sua região observaram intensas transformações, fosse na área ocupada fosse na estrutura urbana, que se ampliaram por força das transformações acima citadas e dos interesses das elites locais. É importante ressaltar que,

O crescimento da indústria e dos serviços incidiu sobre uma região pobre e incipiente, polarizada por uma cidade praticamente estagnada ao longo de várias décadas, exigindo sua transformação. Isso se deu de forma bastante rápida e abrupta, entre as décadas de 60 e 70, com a realização de grandes obras que acompanharam os vetores de expansão urbana (CARVALHO; ALMEIDA; AZEVEDO, 2001, p. 96).

As mudanças na organização econômica foram acompanhadas de medidas tais como a ampliação das áreas residenciais com construções na orla norte da cidade, na parte central e

na periferia da capital; abertura de avenidas de vale deslocando a população pobre que vivia no local para a sua porção central (conhecido como o Miolo de Salvador), para suas bordas e municípios periféricos, a exemplo de Simões Filho e Lauro de Freitas; criação e adensamento de bairros, conjuntos habitacionais e loteamentos destinados às distintas classes sociais em diferentes localidades de Salvador e de seus municípios contíguos. Note-se que tal como Carvalho (1961) assinalou, até o início dos anos 1960, a orla de Salvador passou a se constituir área de expansão das classes média e alta, situação associada à abertura da avenida Otávio Mangabeira e à abertura de loteamentos para esses segmentos, construção de casas de veraneio, clubes e balneários de Amaralina a Itapuã.

Houve também o deslocamento dos órgãos do Governo do Estado do centro tradicional para uma área até então praticamente desocupada, ao longo da Avenida Luís Vianna Filho (conhecida como Avenida Paralela, inaugurada nos anos 1970); construiu-se a Estrada do Coco (acesso Salvador - litoral norte da RMS) e a via Parafuso (acesso Salvador – Camaçari - CIA). Pode-se dizer que o crescimento das distintas porções da capital se fez de modo desigual e seus limites oficiais já não se mostravam suficientes para comportar sua expansão. Assim, os processos e fluxos que ocorriam na capital baiana passaram a “penetrar” com maior intensidade nos municípios contíguos, espraiando-se em direção a sua periferia.

Nesse período, Salvador experimentou um processo de metropolização, acompanhado pelo avanço dos níveis de urbanização e integração com outros municípios baianos, especialmente, os de sua região. Observe-se que tal como Vasconcelos (2002) verificou, o Estado (nos âmbitos federal, estadual e municipal) e os agentes econômicos se constituíram nos principais responsáveis pelas diversas transformações da capital baiana, da abertura de avenidas e vias que a ligavam a outros municípios, à criação e instalação de loteamentos em diferentes partes da cidade.

De acordo com Silva e Silva (1989), essa situação exigiu adequação dos sistemas de transporte, de comunicação e da infra-estrutura, o que possibilitou a reorganização urbana e o direcionamento dos vetores de crescimento da cidade e da RMS. Igualmente, a partir da instalação do COPEC, observou-se uma intensa e progressiva integração da RMS à economia nacional.

Estrategicamente, Salvador é, então, induzida [nos anos 70] a se transformar em um pólo de crescimento, de expressão nacional, de que o projeto petroquímico de Camaçari é o melhor exemplo. Apesar de toda a discussão em torno do caráter de enclave que um processo de industrialização desse tipo traz em seu bojo [...] é inegável que o seu impacto foi grande na anteriormente frágil economia urbana e regional (SILVA, 1994, p. 241).

Pelo exposto, é possível notar que Lauro de Freitas foi emancipado num contexto de transformações estruturais da economia baiana que tiveram como foco a RMS, tendo forte impacto em sua dinâmica sócio-espacial. Dentre esses impactos, podem-se realçar os processos de distribuição espacial da população. Lauro de Freitas, contíguo e com vias de acesso aos municípios onde se instalaram os complexos industriais da metrópole baiana e no vetor de expansão de Salvador, apresentou intenso crescimento demográfico (como se verá a seguir) associado a essas dinâmicas mais gerais.

3.2 DINÂMICA SOCIODEMOGRÁFICA DA RMS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX E O DESTACADO CRESCIMENTO DE LAURO DE FREITAS

As transformações econômicas verificadas na Bahia, a partir de meados do século XX, como mencionado acima, se fizeram concentradas na capital e nos municípios integrantes de sua região. Os atuais componentes da RMS, até aquela época e com exceção de Salvador, sobreviviam essencialmente da agricultura. Naqueles localizados na orla oceânica, a pesca também era praticada. Entenda-se, contudo, que tais atividades geravam baixos níveis de renda, e o ritmo de vida era lento, ligado ao mundo rural na acepção tradicional da palavra. Quanto a Salvador, embora de longe fosse a maior cidade do Estado e a que apresentava maior e melhor estrutura de serviços e mercado de trabalho, dada a estagnação econômica verificada no começo do século passado e à forma como organizou seu espaço de influência, em termos demográficos, também cresceu de forma tímida, fazendo-a situar-se no grupo das capitais brasileiras com menor ritmo de crescimento populacional (FARIA, 1980).

Apesar disso, na década de 1940, contava com mais 290 mil moradores, enquanto as demais unidades municipais, que posteriormente se tornaram metropolitanas, somadas, detinham pouco menos de 40 mil habitantes. O segundo maior município, então, era Camaçari com, aproximadamente, 11.200 habitantes (Tabela 1).

Entre 1940-1950, a capital experimentou aceleração de seu crescimento demográfico em função do acentuado fluxo migratório oriundo, sobretudo, do interior baiano (contando com mais de 86% da população regional) e ampliou seu contingente em quase 100 mil pessoas e a segunda maior população metropolitana continuava sendo a de Camaçari, mas seu contingente permaneceu inferior a 15 mil habitantes, equivalendo a 3% do total da região (Tabela 2).

Em 1960, Salvador passou a registrar 635.917 moradores e, entre 1950-1960, revelou elevada taxa de crescimento demográfico (Tabela 3). Nesse último ano, o conjunto dos municípios em questão somava 734 mil habitantes, mais que o dobro do registrado em 1940, mas a população mantinha-se excessivamente concentrada na capital (86,63%). Lauro de

Freitas, que só foi emancipado dois anos após esse censo, então distrito de Santo Amaro de Ipitanga, contava com menos de 10 mil moradores.

Tabela 1 – População total absoluta dos municípios da RMS, 1940-2000 e estimativas de população para 2005

Municípios	População							
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2005*
Camaçari (3)	11.188	13.800	21.849	33.273	69.783	113.639	161.727	191.885
Candeias	363	7.196	18.484	34.195	54.081	67.941	76.783	82.323
Dias D'Ávila (2)	-	-	-	-	19.395	31.260	45.333	54.150
Itaparica	4.969	6.989	7.772	8.391	10.877	15.055	18.945	21.382
<i>Lauro de Freitas (1)</i>	-	-	9.865	10.007	35.309	69.270	113.543	141.280
Madre de Deus (2)	-	-	-	-	8.296	9.183	12.036	13.823
Salvador (3)	292.963	392.890	635.917	1.007.195	1.493.685	2.075.273	2.443.107	2.678.560
São Francisco do Conde	10.409	11.077	18.455	20.738	17.835	20.238	26.282	30.069
Simões Filho	487	9.655	9.953	22.019	43.578	72.526	94.066	107.561
Vera Cruz	10.055	9.480	11.781	12.003	13.743	22.136	29.750	34.520
Total	330.434	451.087	734.076	1.147.821	1.766.582	2.496.521	3.021.572	3.355.553

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1940-2000; Estimativas das populações residentes em 01.07.2005.

- (1) Município criado após o Censo demográfico de 1960.
- (2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.
- (3) Município que deu origem a outro após o censo demográfico de 1980.
- (*) População estimada.

Tabela 2 – Participação relativa da população total dos municípios da RMS na composição da população regional, 1940-2000 e estimativas de população para 2005

Municípios	População							
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2005*
Camaçari (3)	3,39	3,06	2,98	2,90	3,95	4,55	5,35	5,72
Candeias	0,11	1,60	2,52	2,98	3,06	2,72	2,54	2,45
Dias D'Ávila (2)	0,00	0,00	0,00	0,00	1,10	1,25	1,50	1,61
Itaparica	1,50	1,55	1,06	0,73	0,62	0,60	0,63	0,64
<i>Lauro de Freitas</i>	0,00	0,00	1,34	0,87	2,00	2,77	3,76	4,21
Madre de Deus (2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,47	0,37	0,40	0,41
Salvador (3)	88,66	87,10	86,63	87,75	84,55	83,13	80,86	79,82
São Francisco do Conde	3,15	2,46	2,51	1,81	1,01	0,81	0,87	0,90
Simões Filho	0,15	2,14	1,36	1,92	2,47	2,91	3,11	3,21
Vera Cruz	3,04	2,10	1,60	1,05	0,78	0,89	0,98	1,03
Total	100,00							

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1940-2000; Estimativas das populações residentes em 01.07.2005.

- (1) Município criado após o Censo demográfico de 1960.
- (2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.
- (3) Município que deu origem a outro após o censo demográfico de 1980.
- (*) População estimada.

As transformações decorrentes da introdução da Bahia no processo de “desenvolvimento nacional” ou da divisão inter-regional do trabalho, começaram a ter expressão na re-distribuição de pessoas entre os municípios metropolitanos a partir da década de 1960. Entre 1960-70, a RMS apresentou ritmo de crescimento elevado, tal como os municípios de Salvador — já com 1 milhão de moradores —, Candeias, Simões Filho e Camaçari. Os demais ou cresceram pouco ou revelaram perdas migratórias, caso do recém criado Lauro de Freitas, de Itaparica e de Vera Cruz. Embora o conjunto da região tenha

recebido moradores de outras localidades, muito provavelmente parte dos emigrantes municipais se deslocou para outros municípios da própria RMS (SOUZA, 1988).

Tabela 3 – Taxas de crescimento demográfico dos municípios da RMS, 1960-2000

Municípios	Taxa média geométrica de crescimento anual (%)					
	1940/1950	1950/1960	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000
Camaçari	2,12	4,70	4,30	7,69	4,53	4,00
Candeias	34,81	9,89	6,34	4,69	2,10	1,37
Dias D'Ávila	-	-	-	-	4,43	4,22
Itaparica	3,47	1,07	0,77	2,63	3,00	2,59
<i>Lauro de Freitas</i>	-	-	0,14	13,44	6,32	5,64
Madre de Deus	-	-	-	-	0,93	3,05
Salvador	2,98	4,93	4,71	4,02	3,03	1,83
São Francisco do Conde	-1,50	5,24	1,17	-1,50	1,16	2,95
Simões Filho	34,81	0,30	8,26	7,06	4,74	2,93
Vera Cruz	-0,59	2,20	0,19	1,36	4,43	3,34
Total	3,32	4,82	4,57	4,41	3,19	2,14

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1940-2000

Fundamentalmente, foi entre 1970-80 — quando ocorreu a construção do COPEC e o estabelecimento da Região Metropolitana de Salvador como unidade econômica e administrativa — que se notaram, com maior clareza, as alterações nas tendências de distribuição da população que, de forma geral, se mantiveram nos anos seguintes. Tal como as Tabelas 1 e 3 demonstram, enquanto São Francisco do Conde perdeu população em termos absolutos, Candeias, Camaçari, Simões Filho, Salvador e Lauro de Freitas, ao contrário, tiveram seu crescimento demográfico bastante elevado. É importante verificar que, dentre esses municípios, Salvador foi o que apresentou menor ritmo de crescimento demográfico, e Camaçari (onde se instalou o Pólo), Lauro de Freitas — revertendo a tendência anterior — e Simões Filho, contíguos à capital, revelaram taxas bastante elevadas e um incremento significativo: 110%, 253% e 98%, respectivamente (Tabela 4).

Sobre Lauro de Freitas, revelou o mais intenso ritmo de crescimento demográfico da região também sob influência dos processos em curso na RMS. Seu crescimento demográfico elevado, pode ser associado à imigração, e decorreu, ao menos parcialmente, de sua posição geográfica privilegiada em relação à capital e aos municípios onde se implantaram os complexos industriais. Tendo as terras nesse município menos valorizadas em relação as dos demais integrantes da região (VASCONCELOS, 1972), Lauro de Freitas recebeu, entre 1970 e 1980, novos moradores integrantes dos grupos sociais mais empobrecidos, que, dadas as transformações da estrutura urbana da capital se viram na contingência de terem que se deslocar, principalmente, para os limites desta cidade.

Tabela 4 – Incremento relativo da população total dos municípios da RMS, 1940-2000

Municípios	Incremento (%)			
	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000
Camaçari	52,29	109,73	62,85	42,32
Candeias	85,00	58,15	25,63	13,01
Dias D'Ávila	-	-	61,18	45,02
Itaparica	7,96	29,63	38,41	25,84
<i>Lauro de Freitas</i>	<i>1,44</i>	<i>252,84</i>	<i>96,18</i>	<i>63,91</i>
Madre de Deus	-	-	10,69	31,07
Salvador	58,38	48,30	38,94	17,72
São Francisco do Conde	12,37	11,01	13,47	29,86
Simões Filho	121,23	97,91	66,43	29,70
Vera Cruz	1,88	14,50	61,07	34,40
Total	56,36	53,91	41,32	21,03

Fonte: Censos Demográficos de 1960-2000

Note-se que os municípios onde se instalaram os complexos industriais não apresentavam infra-estrutura e serviços mais especializados. Sendo assim, neles ficaram residindo, essencialmente, os trabalhadores menos qualificados, que percebiam menores rendimentos e, portanto, tinham pequena capacidade de promover maior dinamização na economia local e não tinham condições de morar em locais aonde o custo do solo fosse mais elevado e/ou não poderiam arcar com maiores despesas de deslocamento. Desse modo enquanto o crescimento populacional desses municípios se fez, sobretudo, por passarem a abrigar os trabalhadores de menor formação profissional⁴, os trabalhadores mais especializados e escolarizados, com maior possibilidade de dinamização urbana, fixaram residência em Salvador e em suas áreas de expansão, notadamente a orla de Lauro de Freitas. Isso provocou a elevação da demanda por serviços diversos, fato que repercutiu na atração de novos moradores impulsionando, mais uma vez, o crescimento demográfico da capital e encarecendo o custo do solo urbano. Com isso, foi se consolidando uma estratificação social e funcional entre os municípios metropolitanos e manteve-se uma hierarquia entre esses espaços.

Entre as décadas de 1950 e 1970, portanto, colaboraram para o crescimento demográfico dos municípios da RMS as migrações das áreas rurais ou de pequenas aglomerações para os principais núcleos metropolitanos ou para aqueles aonde vinham sendo implantados os novos empreendimentos industriais. Em Lauro de Freitas esses processos incidiram num significativo incremento da população que, principalmente, se assentou nas proximidades do Aeroporto, em área contígua ao bairro de São Cristóvão (situado em

⁴ Observe-se que esse não é um traço particular do caso baiano. Franco (1993), por exemplo, sinaliza que essa é uma situação bastante comum aos municípios que abrigam grandes indústrias.

Salvador). Já entre 1980-91, embora as taxas de crescimento de modo geral tenham diminuído⁵, a população metropolitana, que era de 1.776.582 habitantes em 1980, chega a quase 2,5 mil pessoas, com mais de 2 milhões de moradores em Salvador em 1991.

Lauro de Freitas permanecia com o maior ritmo de crescimento da região e, de 1980 a 1991, obteve um incremento de 96% registrando 62 mil moradores nesse último ano e assumindo a posição de terceiro maior contingente demográfico da RMS.

Souza (1988), estudando essa década, identificou dois outros tipos de fluxos migratórios na RMS, distintos dos que haviam se revelado anteriormente, caracteristicamente intrametropolitanos:

- fluxos pendulares diurnos, envolvendo deslocamentos dos municípios de residência para o de trabalho, a exemplo do que ocorria entre Salvador e Lauro de Freitas e entre Salvador e Camaçari;
- fluxos de mudança de local de residência, basicamente do centro para a periferia de Salvador (em direção às bordas da cidade), que envolveu predominantemente os trabalhadores mais pobres.

Vale assinalar que a capital registrou taxa de crescimento demográfico inferior à de parte dos municípios metropolitanos o que está em acordo com um fenômeno existente em outras partes do país. Martine (1995) identificou nas regiões metropolitanas, particularmente nas de São Paulo e Rio de Janeiro, a partir dos anos 80, um processo de crescimento demográfico mais intenso nos municípios periféricos dos que naqueles constituíam os centros regionais, indicando que estaria em curso um processo de periferização da população. Andrade e Serra (1999), concordando com esse autor, argumentaram que o aumento da densidade das sedes metropolitanas, dentre outras coisas, produziu a elevação dos preços fundiários, “expulsando” parte dos moradores para suas franjas. Assim, a periferização, ou seja, a mobilidade intra-urbana, dos centros urbanos maiores para os centros de médio porte, mas próximos aos núcleos regionais, seria reflexo da própria concentração. Esse movimento, porém, poderia ser também o resultado de uma escolha motivada pela tentativa dos grupos mais abastados da sociedade de “escapar” dos males dos grandes centros urbanos. Tal situação se revelou particularmente em Lauro de Freitas: a partir do final dos anos 1990 uma parcela de novos residentes, especialmente dos que vieram a residir na sua orla, possuía elevada escolaridade e renda.

⁵ Para analisar a importância do declínio dos ritmos de crescimento demográfico é preciso observar que eles estão influenciados pela queda dos níveis de fecundidade que, na Bahia, declinou de 7,5 filhos por mulher em 1970 para 2,6 filhos por mulher, em 1996 (SOUZA; MURICY, 2002).

Para a RMS, entre 1980-91, embora se possa afirmar que as taxas de crescimento foram mais elevadas em várias unidades municipais que não Salvador, o processo de periferização — no sentido de um crescimento demográfico mais intenso nos outros municípios que não a capital — não se revelou de forma tão clara como nas regiões metropolitanas anteriormente citadas. Conforme Franco (1993) pontuou, tal situação está associada ao fato de que a RMS nasceu a partir da centralidade de Salvador e mesmo a implantação do parque industrial em municípios vizinhos (Camaçari e Simões Filho, principalmente) não foi suficiente para diminuí-la. Mesmo que esses apresentassem elevados níveis de produção e arrecadação, o fluxo financeiro se dirigia e circulava em Salvador.

[...] É exatamente por isso que essas cidades, quando comparadas a outras de regiões diversas do estado com menor índice de produto, não são enaltecidas, aparecem em hierarquia inferior, não tem porte para competir, porque na verdade a sua produção não as utiliza, pouco precisam de sua infra-estrutura e, por isso mesmo, não alargam sua configuração urbana (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1997, p. 116).

Entre os anos de 1991 e 2000, Salvador permaneceu com uma população extremamente superior às das demais unidades municipais, embora com um ritmo de crescimento que não revelava ganhos ou perdas por migração, fato que se repetiu em Candeias. Todos os outros municípios apresentaram taxas elevadas que indicavam imigração líquida, sendo que Lauro de Freitas, mais uma vez revelou os maiores ritmos de crescimento e com 113 mil habitantes tornou-se um dos municípios de maior porte demográfico da Bahia em 2000 (11ª maior população). Nesse período, já se identificava uma mudança no perfil dos imigrantes: além dos mais empobrecidos, ampliou-se a participação dos segmentos sociais de maior poder aquisitivo.

As estimativas de população dos municípios da RMS para o ano de 2005 (Tabelas 1 e 2) permitem inferir que as tendências de crescimento e concentração demográfica verificadas até o momento tendem a permanecer, com a região e todos os seus municípios ampliando população, excessivamente concentrada na capital, mas com ampliação da participação das suas demais unidades integrantes, especialmente Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho.

Todo esse movimento de redirecionamento dos fluxos migratórios, que passaram a ser mais intensos para outros municípios metropolitanos do que para Salvador, fez com que o peso relativo da população soteropolitana declinasse ao longo dos anos. Contudo, isso não significou que a capital tenha revelado perda de expressão em termos demográficos: desde

1940 comportava mais de 80% da população da região (Tabela 2). Assim, mesmo que a maioria dos municípios da RMS tenha elevado seu porte demográfico, o segundo maior município metropolitano Camaçari detinha pouco mais que 5% do contingente regional em 2000.

Em verdade, a ampliação acentuada do número de habitantes dos chamados municípios periféricos reflete o transbordamento de Salvador que expandiu sua influência e centralidade para além dos seus limites legais. De acordo com Sposito (1999), esse processo está associado à Terceira Revolução Industrial e à possibilidade, por ela ensejada, de construção de novas espacialidades que, não necessariamente contínuas, se interconectam por fluxos e seriam exatamente esses fluxos que articulariam as localizações. Essa nova morfologia urbana pode ser considerada como condição e expressão de uma nova lógica de localização e se caracteriza pela descontinuidade e intensidade de expansão. A autora apontou para uma polinucleação de estrutura urbana, articulada por amplos sistemas de transportes e comunicações. Não se trataria, todavia, de uma negação da importância da aglomeração, uma vez que certas funções — como as de comando — permanecem em locais particulares e centrais.

Para a RMS e a relação que Salvador estabelece com os demais municípios que a compõem, o poder e a centralidade da capital devem ser entendidos para além de sua continuidade espacial. Mais propriamente, seu conteúdo e lógica não se circunscrevem ao seu território, mas se articulam e incorporam outras localidades a partir da ampliação dos múltiplos fluxos (de pessoas, mercadorias, informações, idéias e símbolos) que a conectam com municípios tanto da própria RMS como de outras partes do estado e do país. Nesse sentido, a discussão de Sposito (1999) sobre o fato de que a desconcentração espacial não implica em perda de influência ou poder dos grandes centros, mas sua expansão para outras cidades, se aplica com propriedade para o caso de Salvador e mesmo para compreender o crescimento da população de Lauro de Freitas. Ademais, também concordando com as proposições da autora, seja pela contigüidade espacial entre esses dois municípios, seja pelo intenso fluxo entre os mesmos, os limites entre os eles se tornam fluidos e de difícil identificação.

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, a economia metropolitana experimentou diferentes processos — a exemplo da redução da mão-de-obra empregada, terceirização, diminuição dos investimentos públicos na produção, fechamento de

empresas do CIA e COPEC — que parecem ter colaborado para mudanças na direção e intensidade dos fluxos migratórios que não se dirigiam mais essencialmente para Salvador. Note-se, mais uma vez, que não se pode falar em perda de importância da capital em termos de porte ou de número de imigrantes, mas também é importante ressaltar que foi significativo o incremento absoluto e relativo dos municípios que apresentaram imigração líquida, como Lauro de Freitas, nos períodos que se sucederam às modificações estruturais da economia baiana.

Acrescente-se que a ampliação do contingente populacional dos vários municípios, embora relacionada aos mesmos processos, desencadeou situações distintas em função da estrutura preexistente. Tal situação se associa ao exposto por Santos (1985), de que a estrutura (os fixos já existentes) funciona como condição para o desenvolvimento dos novos processos produtivos. As indústrias atraídas para a Bahia após os anos 60, se localizaram em áreas que se apresentavam associadas e subordinadas em termos funcionais à capital. Ademais, nelas predominavam atividades agrícolas. Sendo assim, o tipo de produção que se tornou dominante não só estava desvinculado das atividades tradicionais como se opuseram a elas, instalando-se em propriedades rurais, desestruturando a organização socioeconômica preexistente. Seus antigos moradores ou perderam suas propriedades ou foram indenizados de forma precária, e não tendo condições de se inserir na nova lógica produtiva, viram-se obrigados a emigrar para as cidades e aglomerações urbanas de menor porte.

Isso resultou no crescimento de povoados, a exemplo do que ocorreu com Madre de Deus, favorecendo sua emancipação. Contudo, observe-se que esse aumento populacional — também pela forma como ocorreu — não foi necessariamente concomitante a uma dinamização urbana, a melhoria das condições infra-estruturais e da qualidade de vida de seus moradores ou a uma distribuição menos concentrada dos benefícios advindos da expansão econômica.

3.3 PARTICULARIZANDO LAURO DE FREITAS: ADENSAMENTO, URBANIZAÇÃO E ALTERAÇÃO DO PERFIL POPULACIONAL

Embora já se tenha feito referências a Lauro de Freitas em termos do seu adensamento e importância demográfica na RMS, tendo em vista os objetivos desse trabalho, considerou-se importante realçar alguns aspectos especialmente no que tange às mudanças de algumas características de sua população ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990.

Emancipado em 1962, com menos de 10 mil moradores, Lauro de Freitas cresceu muito pouco nos primeiros anos e chegou ao ano de 1970 com 10.007 hab, a maioria deles residindo em meio rural (Tabela 5). Acrescente-se que o censo desse ano registrou 2.662 moradores não naturais do município, 90,45% vindos de outras localidades do próprio estado.

Já em 1980, embora seu porte populacional não fosse alto em relação aos demais municípios baianos, mais que dobrou seu contingente em relação a 1970 e passou a contar com mais de 35 mil habitantes. Observe-se que o período 1970-1980 correspondeu ao da instalação do Pólo Petroquímico, que atraiu novos moradores para a RMS, de forma geral, e ao da abertura da Estrada do Coco e da eletrificação de suas margens. Nessa década, como já visto, se identificavam na organização espacial metropolitana os efeitos do maior número de moradores e das novas formas de organização social, que se estabeleceram a partir do processo de industrialização do estado. Lauro de Freitas, dada sua localização, características naturais e de organização espaciais, bem como sua estrutura fundiária, à postura do poder público e à ação dos agentes do mercado imobiliário, se apresentou como alternativa para moradia de uma parcela dos imigrantes metropolitanos⁶.

Tabela 5 – População total, urbana e rural e grau de urbanização de Lauro de Freitas, 1960-2000

Ano	População			Grau de urbanização
	Total	Urbana	Rural	
1960	9.865	3.634	6.231	36,8
1970	10.007	3.959	6.048	39,6
1980	35.309	23.388	11.921	66,2
1991	69.270	44.374	24.896	64,1
2000	113.543	108.385	5.158	96,0

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

A intensidade desse aumento da população se expressa com clareza nas altas taxas de crescimento demográfico, como se verifica na Tabela 6, indicando imigração líquida de 1970 a 2000. Com relação às áreas urbana e rural, nesse mesmo período, houve crescimento acentuado, à exceção do ritmo de crescimento rural de 1991-2000, indicativo de perdas absolutas, o que está associado à revisão da demarcação da área urbana que incorporou espaços que no censo de 1991 foram considerados rurais. A título de exemplo, por ocasião da realização deste censo, em parte orla norte de Lauro de Freitas, considerada rural, existiam

⁶ Esses aspectos serão esclarecidos no capítulo seguinte.

áreas de moradia com alguma densidade, serviços e infra-estrutura urbanos. Quando foi realizado o censo de 2000, tais áreas foram consideradas urbanas.

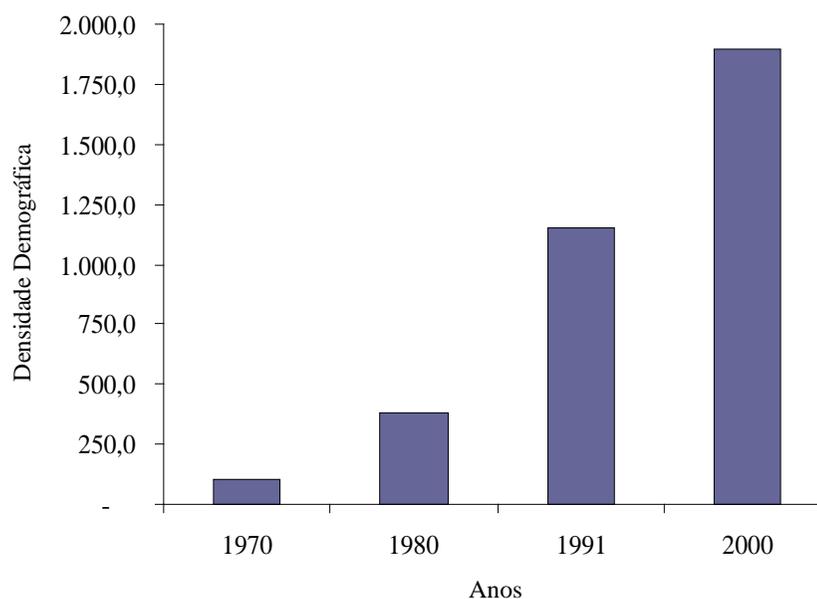
Tabela 6 – Taxas de crescimento total, urbana e rural, 1960-2000

Período	Taxa de crescimento % a.a.		
	Total	Urbana	Rural
1960-1970	0,77	0,86	-0,30
1970-1980	13,44	19,44	7,02
1980-1991	6,32	5,99	6,92
1991-2000	5,64	10,43	-16,05

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000

A intensidade dos ritmos de crescimento revelou o aumento acelerado da população que, com seus 113 mil moradores em 2000, situava-se como a 11ª população dentre os municípios da Bahia. Observe-se que sua densidade também aumentou, como demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1 -Densidade demográfica de Lauro de Freitas, 1970-2000



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Nota: Para o cálculo da densidade demográfica, respeitou-se a área oficial do município à época do censo, a saber, 93 km² em 1970 e 1980 e de 60 km², em 1991 e 2000.

Os dados censitários indicam também a alteração do perfil socioeconômico dos moradores laurofreitenses. A atividade predominante da população ocupada se deslocou, nas últimas décadas, do setor primário para o secundário (Tabela 7). Em 1970, 28,4% da população economicamente ativa (PEA) estava ocupada com agricultura. Nos setores de comércio e serviços concentravam-se, respectivamente, 9,5% e 24,5% da PEA. Pelo resultado

do último censo demográfico, menos de 3% dos habitantes de Lauro de Freitas desenvolviam atividades agrícolas, enquanto 44,7% deles trabalhava no setor de serviços e 19,1% no comércio. Tais categorias em conjunto agrupavam 64% dos moradores do município. Observando-se dados referentes ao PIB municipal referentes a 2000, o setor de serviços respondia por 63,7% do total, o industrial representava 36% e o agropecuário correspondia a, apenas, 0,5%.

Essa modificação está associada a sua própria redefinição funcional no contexto metropolitano, tendo se constituído num espaço destinado essencialmente ao uso residencial, com a conseqüente a demanda por comércio e serviços para atender aos novos moradores.

O dinamismo do processo, com a criação de empregos na construção civil, serviços e indústrias, fizeram com que as comunidades litorâneas se voltassem para essas novas atividades, desviando grande parte da mão-de-obra agrícola e mesmo de pescadores para os novos empregos criados. O conjunto desses fenômenos redefiniu por completo a ocupação da orla e deu início a uma nova circunstancia metropolitana, com a nova e efetiva incorporação socioeconômica dessa área (CAMAÇARI, 1985, p. 166).

Tabela 7 – População economicamente ativa de Lauro de Freitas, por setor de atividade, 1970-2000

Setor de atividade	1970		2000	
	Absoluta	%	Absoluta	%
Agricultura	736	28,40	1.178	2,66
Indústria	642	24,77	9.684	21,90
Comércio	247	9,53	8.434	19,07
Serviços	635	24,50	19.766	44,70
Administração pública	176	6,79	2.382	5,39
Atividades sociais	78	3,01	2.084	4,71
Outras	78	3,01	693	1,57
Total	2592	100,00	44.221	100,00

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1970 e 2000.

Dito de outro modo, além da ocupação das áreas agrícolas por moradias com características urbanas, houve demanda por mão-de-obra para a construção civil que associada ao intenso incremento do número de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços absorveram, ainda que parcialmente, a força de trabalho residente em Lauro de Freitas e atraíram para esse município pessoas com outro perfil profissional. É digno de nota que, principalmente nos anos 1990, políticas municipais, como a explicitada no Programa de Micropólos Industriais de Desenvolvimento e Apoio Social (MIDAS), aprovado pela Lei nº 828/94, estimularam empresas novas ou que se situavam em outros municípios a se transferirem para Lauro de Freitas.

Essa lei reservou áreas e facilitou sua concessão para fábricas não-poluentes. Tais áreas foram dotadas de infra-estrutura de água, esgotamento sanitário, asfalto, drenagem, transporte coletivo, etc. Entretanto, provavelmente o que foi mais decisivo para os empresários que decidiram migrar para Lauro de Freitas foram, associado ao aspecto locacional, os incentivos fiscais que, em princípio, permaneceriam por quatro anos e se constituíam em: redução do Imposto sobre Serviços (ISS) em 50%; isenção de taxa de Alvará de Construção e Habite-se; isenção da Taxa de Localização e Funcionamento e isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Ainda, dentro desse programa, tais empreendimentos contariam com apoio técnico na elaboração de projetos de financiamento junto a bancos. Essas políticas efetivamente resultaram na atração de novos estabelecimentos industriais e comerciais para Lauro de Freitas que, com isso, também em termos econômicos, revelou destaque no cenário baiano e, no ano de 2001, registrou o 13º PIB municipal, conforme informações de técnicos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Essa mudança no padrão ocupacional, portanto, está relacionada à combinação do perfil dos imigrantes que vieram residir no município no período em foco — que não necessariamente trabalhavam em Lauro de Freitas — com as modificações estruturais e funcionais pelas quais passou o município, que findaram por atrair novos moradores com formação voltada para essas atividades.

Indicada nos dados relativos à renda e escolaridade, como elemento desse processo de transformação, sua estrutura social também se diferenciou. Em 1970, praticamente 60% da população com mais de 5 anos foi registrada como sem instrução e 40% referiu ter até 9 anos de estudo, ou seja, o ensino fundamental. Com nível superior, havia apenas 0,1% dos moradores. No começo da última década do século XX, mesmo considerando as políticas voltadas para o setor educacional nos últimos anos, as diferenças se mostraram significativas. Em se tratando daqueles com 10 anos e mais, de 1991 a 2000, o percentual dos que não tinham instrução diminuiu consideravelmente de 17,87% para 7,8%, enquanto a participação daqueles que referiram 15 anos e mais de estudo (ou seja, que tinham pelo menos nível superior) aumentou de 2,99% para 4,91%. A título de comparação, note-se que em Salvador, o município com maior proporção de pessoas com nível superior da Bahia, o aumento desse grupo foi menos acentuado (Tabela 8).

Tabela 8 – Pessoas residentes em Salvador e Lauro de Freitas com 10 anos e mais de idade por grupo de anos de estudo, 1991-2000

Anos de estudo	1991		2000	
	Salvador	Lauro de Freitas	Salvador	Lauro de Freitas
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	9,64	17,87	5,29	7,2
Curso de alfabetização de adultos concluído	0,22	0,33	-	-
1 a 3 anos	19,35	25,94	14,22	19,28
4 a 7 anos	32,01	32,9	30,98	32,81
8 a 10 anos	14,24	10,23	17,87	15,37
11 a 14 anos	19,21	9,73	24,77	19,59
15 anos ou mais	5,28	2,99	6,01	4,91
Não determinados	0,05	0,01	0,86	0,84

Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em 22/05/2005.

Na Tabela 9 identifica-se que a proporção da população economicamente ativa (PEA) com rendimento inferior a 2 salários mínimos (SM) declinou abruptamente entre 1980 e 2000. Pelo Censo de 2000, apenas 0,1% dessas pessoas percebia até ½ salário mínimo, enquanto em 1980, esse percentual equivalia a 6,5%.

Tabela 9– Rendimento médio mensal da população economicamente ativa de Lauro de Freitas, 1980-2000

Rendimento médio mensal	1980		2000	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Até 1/2 SM	1.488	6,5	41	0,1
1/2 a 1 SM	3.067	13,4	1.262	2,2
Mais 1 a 2 SM	3.878	17,0	4.416	7,6
Mais 2 a 5 SM	2.604	11,4	7.011	12,1
Mais 5 a 10 SM	459	2,0	1.607	2,8
Mais 10 a 20 SM	171	0,7	772	1,3
Mais 20 SM	108	0,5	367	0,6
Sem rendimento	10.981	48,0	22.243	38,5
Sem declaração	109	0,5	20.021	34,7
Total	22.865	100,0	57.740	100,0

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 2000

Nota: SM - salário mínimo

Inversamente, todos os grupos representados pelos que ganhavam mais de 2 SM elevaram-se, sendo que a proporção dos que recebiam mais de 10 SM (ainda que pequena) aumentou entre esses anos. Ao mesmo tempo, a proporção daqueles que não tinham renda diminuiu, embora ainda fosse elevada, próxima a 40%. Para melhor entender o significado do aumento da renda no município, acrescente-se que, em 2000, dentre os municípios da Bahia, Lauro de Freitas contava com a maior proporção de responsáveis pelo domicílio com rendimentos superiores a 20 SM.

Esses percentuais remetem ao perfil de parte dos imigrantes que passaram a residir no município no final dos anos 1980 — pessoas com maior escolaridade, que se inseriam no mercado de trabalho em funções mais qualificadas que tinham uma renda acima da média da

capital — e que, fundamentalmente, não haviam estudado nem trabalhavam em Lauro de Freitas. É importante ressaltar que a observação do índice de Gini⁷ desse município indica que a concentração de renda se mostra bastante intensa ($G = 0,659$), superior ao índice estadual ($G = 0,60$) e mesmo ao de Salvador ($G = 0,626$).

Acrescente-se que, em 2000, conforme calculado pela SEI (2002), Lauro de Freitas detinha o sétimo maior Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE⁸) do estado. Para os indicadores que o compõem estava em terceiro lugar em termos do índice de qualificação da mão-de-obra — é o segundo município do estado em termos de responsáveis por domicílio com nível superior —, era também o 10º e o 11º colocado em relação aos índices de produto municipal e de infra-estrutura, respectivamente. Esses dados se mostram compatíveis com o perfil dos moradores acima assinalados.

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Social (IDS⁹), a posição de Lauro de Freitas é ainda melhor do que em relação ao IDE: detinha a terceira colocação (inferior apenas a Salvador e Barreiras). Para os indicadores que constituem o IDS, contudo, embora tenha registrado a segunda posição no índice de renda média dos chefes de família e a terceira colocação no que atinge o nível de serviços básicos, estava em 72º com relação ao índice do nível de saúde e 311ª lugar em relação ao índice do nível de educação, uma posição nada confortável. Como o nível de educação é definido por medidas quantitativas do atendimento em serviços de educação em todos os níveis, pode-se pensar que a elevada escolarização dos responsáveis por domicílio seja consequência do perfil do imigrante de maior poder aquisitivo ou daqueles que podem se deslocar para outros municípios em busca de maior escolarização.

⁷ O Índice de Gini verifica a desigualdade de uma distribuição, varia de 0 (zero) a 1 (um) sendo o 0 a igualdade perfeita e 1 a extrema concentração ou máxima desigualdade.

⁸ O IDE é composto pelos seguintes indicadores: índice de infra-estrutura (agrupa um conjunto de informações quantitativas sobre a infra-estrutura do município em termos de terminais telefônicos em serviço, consumo de energia elétrica e quantidade de estabelecimentos bancários, comerciais e de serviços); índice de qualificação da mão-de-obra (que se refere ao nível de escolaridade dos trabalhadores ocupados no setor formal); e o índice do produto municipal (considera o nível aproximado de geração de renda do município em todos os setores da atividade econômica).

⁹ O conceito de IDS está baseado capacidade que um determinado município tem de atender sua população em termos de serviços de educação e saúde, e acesso aos serviços de água tratada e de energia elétrica. Envolve também a idéia de que os chefes de família recebem, de algum modo, uma remuneração mensal. É composto pelos seguintes índices: índice do nível de saúde (construído a partir das variáveis doenças de notificação obrigatória e óbitos por sintomas, sinais e afecções mal definidos, pressupondo que a assistência adequada na área de saúde e saneamento diminui os níveis de ocorrência das doenças redutíveis por imunização e saneamento básico tendem a ser baixos. Também são considerados indicadores de ofertas de profissionais e estabelecimentos de saúde, vacinações e leitos); índice do nível de educação (expresso através de medidas quantitativas do atendimento em serviços de educação, na forma de matrículas do ensino formal, do pré-escolar ao nível superior); índice dos serviços básicos (derivado das variáveis consumo de água tratada e de energia elétrica residencial, considerados serviços essenciais); índice da renda média dos chefes de família (expressa o rendimento médio dos chefes de família, supondo toda unidade familiar com um chefe auferindo rendimento mensal).

Nesse sentido, é oportuno realçar que se os dados aqui apresentados refletem uma série de melhorias em termos de indicadores econômicos e sociodemográficos, tais médias, embora sejam importantes para caracterizar o município, não dão conta da complexidade e das contradições dos processos em curso, que nem sempre podem ser captados por dados mais gerais. Se o panorama geral apresentado pode ser considerado positivo, a forma como se desenvolveram essas transformações, tal como se verá com maior detalhamento adiante, consolidaram um processo de fragmentação social do espaço bem demonstrado por estudos como o de Carvalho, Souza e Pereira (2004). Esses autores ao realizarem a espacialização das diferentes categorias sócio-ocupacionais da RMS, evidenciaram que parte da elite dirigente da região se concentra na orla de Lauro de Freitas, enquanto na porção que se limita diretamente com Salvador e Simões Filho predominam os grupos proletários.

4 LAURO DE FREITAS: HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO E A FRAGMENTAÇÃO SOCIAL E ESPACIAL

A criação, o crescimento demográfico, o desenvolvimento econômico e a urbanização de Lauro de Freitas se fizeram articuladas às modificações socioeconômicas e políticas da RMS no transcorrer da segunda metade do século XX. O capítulo anterior permitiu verificar que tais processos repercutiram na modificação de seus indicadores, reposicionando-o em relação às demais unidades baianas, e alteraram decisivamente seu perfil econômico, sua estrutura social e espacial. Entendendo que essas mudanças estão associadas à intensa imigração verificada em direção a esse município, questionou-se: que processos, além dos já citados, teriam impulsionado a migração em direção a esse município? Quais as principais repercussões espaciais desses processos? Que áreas essas pessoas ocuparam em Lauro de Freitas e quais as especificidades dessa ocupação?

O presente capítulo foi construído como uma tentativa de responder a tais indagações. Para tanto, ele foi dividido em dois momentos: no primeiro elaborou-se um breve histórico da emancipação e apresentou-se uma caracterização geral do município e no segundo discutiu-se como ocorreu da fragmentação do solo em Lauro de Freitas, e a relação desse processo com a divisão social do espaço.

4.1 BREVE HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS

Pode-se dizer que a história do território que hoje constitui o município de Lauro de Freitas se iniciou¹⁰ com o estabelecimento do 1º Governo Geral no Brasil, pela atuação de dois elementos principais: a Companhia de Jesus e Garcia D'Ávila. A primeira, na missão de catequizar os índios, espalhou padres e missionários por diversas partes da colônia, inclusive no litoral norte da Bahia, na área então conhecida como Ipitanga (que significa água vermelha). Foram os jesuítas que, provavelmente em 1578, no município de Salvador, fundaram a freguesia de Santo Amaro de Ipitanga. Em 1608, a freguesia foi fortalecida pela instalação da missão de mesmo nome que, então, se estendia de Itapuã (na orla norte de Salvador) até o Rio Real (atual divisa com Sergipe). Sua sede se localizava num ponto elevado, em frente ao Rio Ipitanga, entre o oceano e o Rio Joanes. Mais tarde, foi construída a Igreja Matriz nesse local, trazendo para seu entorno o primeiro núcleo de povoamento do

¹⁰ Ao associar o “início” da história do município ao processo de colonização não se deixou de considerar que havia um povo que habitava esse território anteriormente, os índios Tupinambás. No entanto, não se obteve registros que fornecessem informações dos processos empreendidos por esse povo antes da chegada do colonizador.

atual município. Dentre as muitas sesmarias que se localizavam na freguesia de Santo Amaro de Ipitanga, a mais importante delas foi a de Garcia D'Ávila (CORREIA; FREITAS, 1998). Este se tornou o maior latifundiário da Bahia; suas terras e boiadas se estendiam do atual bairro da Amaralina (em Salvador) até Tatuapara (foz do Rio Pojuca), seguindo em direção ao Piauí, adentrando pelo sertão em direção ao Rio São Francisco. Sua presença foi marcante para o desbravamento da região.

Não foram, porém, apenas essas atividades que viabilizaram a ocupação do seu território na época colonial. Nos solos férteis dos vales dos rios Joanes e Ipitanga, desenvolveu-se, entre os séculos XVI e XIX, o cultivo mais rentável para a Coroa portuguesa até então, a cana-de-açúcar. Lá se instalaram engenhos de cana-de-açúcar, dentre os quais se destacaram o Cají e o Japara (este último chegou a ser um dos mais importantes do Recôncavo), que foram de grande importância para a economia da freguesia. A grande produção — mantida pelo braço escravo — escoava pelo Rio Joanes, onde havia ancoradouros e trapiches (LAURO DE FREITAS, 2004a).

A história da região é, conforme Gildásio Freitas (*apud* MALTA, 2005), marcada por lutas. Em 1624, na época da invasão holandesa, sua Igreja Matriz, além de ter sido usada como refúgio para os moradores de Salvador, foi um dos locais onde se organizou de reação contra os invasores. No ano de 1814, no seu território aconteceu o Combate do Rio Joanes, às margens do qual, escravos muçulmanos rebelados foram derrotados e mortos pela milícia dos d'Ávila e pela cavalaria do governo. Além disso, os moradores de Ipitanga tiveram ativa participação nas lutas pela independência da Bahia (em 1823), tendo o General Labatut se abrigado no engenho Cají.

Com a falência da economia canavieira e o fechamento dos engenhos, não se desenvolveram novas atividades econômicas significativas na antiga freguesia. Segundo esse historiador, na mesma época, por volta de 1855, ocorreu um surto de cólera na região que dizimou parte expressiva da população local. Ainda em 1855, a freguesia de Santo Amaro de Ipitanga foi extinta e sua sede transferida para Nossa Senhora da Conceição de Itapuã. Seguiram-se sucessivos desmembramentos que diminuiriam sua extensão.

Já no século XX, em 1931, ocorreram modificações na denominação da divisão do município de Salvador e a antiga Freguesia foi transformada em Distrito de Santo Amaro de Ipitanga. Sete anos mais tarde, através do Decreto-Lei estadual nº 10.724 estabeleceu-se que apenas a sede municipal, no caso Salvador, poderia ser denominada distrito e os demais passariam a ser identificados como zonas. Em 1954, a Lei nº 502 definiu novas divisões e

denominações para o território municipal e, dentre os distritos que o compunham, estava o de Ipitanga, integrado pelo subdistrito de Santo Amaro de Ipitanga (GANTOIS, 2002).

Em meio a esse processo de alterações de cunho político-administrativo, no âmbito internacional, acontecia a Segunda Guerra Mundial e o Brasil se alinhou com os países Aliados. Como em Santo Amaro de Ipitanga havia um campo de aviação, foi de lá que as tropas baianas embarcaram para os campos de batalha. Correia e Freitas (1998) observaram que, nesse ínterim, em 1942, foi construído o aeroporto e a Base Aérea de Santo Amaro de Ipitanga, o que resultou numa movimentação e reorganização do local. Parte dos trabalhadores empregados na construção desses equipamentos passou a morar em suas proximidades, o que consolidou o bairro de São Cristóvão e, em menor escala, trouxe novos moradores para o que atualmente constitui Lauro de Freitas.

No final dos anos 1950 e início dos anos 1960, como referido no Capítulo 2, a Bahia passava por uma série de transformações socioeconômicas que se fizeram acompanhar por uma “onda” emancipacionista, resultando, para a área metropolitana, na criação de três novos municípios no entorno de Salvador (ver Quadro 1, no capítulo anterior). Nesse processo, em 27 de julho de 1962 foi sancionada e, em 31 do mesmo mês, publicada, Lei Estadual 1.753, que criou Lauro de Freitas a partir do Distrito de Ipitanga.

A transformação desse distrito em município, entretanto, não decorreu de uma dinâmica interna que houvesse alterado suas estruturas econômica, social ou espacial. Mantinham-se, essencialmente, os mesmos processos e ritmos de décadas passadas. Carvalho (1961) observou que caracterizava esse, até então, distrito a presença de algumas propriedades rurais, parte delas especializadas no cultivo de coco, granjas de tamanho médio, chácaras, pequenas olarias e hortas. Aqueles que tinham uma produção maior, a comercializavam, sobretudo, nas feiras de Salvador e na Base Aérea. Havia duas aglomerações maiores: as vilas de Santo Amaro de Ipitanga e Portão. A autora assim descreveu esse último: “[...] um povoado em linha, margeando a estrada seguramente recente, decorre de fazenda do mesmo nome, importante abastecedora de leite e outros produtos perecíveis para Salvador” (CARVALHO, 1961, p. 40).

Carvalho (1961) assinalou que o uso residencial se encontrava em “recente desenvolvimento” na área, fortalecendo os centros de Santo Amaro de Ipitanga, Portão e Itapoã. Ainda de acordo com sua compreensão, o crescimento do povoamento estaria associado à proximidade da Base Aérea, à falta de especulação sobre os terrenos e a existência de três linhas regulares de ônibus entre as aglomerações do distrito e a capital. Acrescente-se que, quanto aos moradores de Ipitanga, no final de década de 1950, pode-se

dizer que “[...] não se trata de gente miserável, mas, apenas de população pobre em sua maioria, que trabalha na Base aérea ou na cidade, reforçando ou complementando, modestamente, seu salário com a atividade agrícola ou outras ocupações de ‘*appoint*’” (CARVALHO, 1961, p. 40-41).

Ao que tudo indica, além do jogo de interesses políticos, não houve um fato concreto que justificasse a emancipação de Lauro de Freitas. Observe-se o texto do professor Emanuel Paranhos, historiador do município, em artigo publicado em jornal local:

O princípio era ‘dividir para melhor governar’, havendo uma certa febre emancipacionista no ar, atendendo legítimos desejos de independência, e a interesses políticos paroquiais [...].

Em Stº Amaro de Ipitanga, longe do centro da capital, era periferia carente de serviços e possibilidades de desenvolver-se sem sua independência política e administrativa, além de identificar nos ipitanguenses o desejo de autonomia e separação (PARANHOS, 2003b, p. 06).

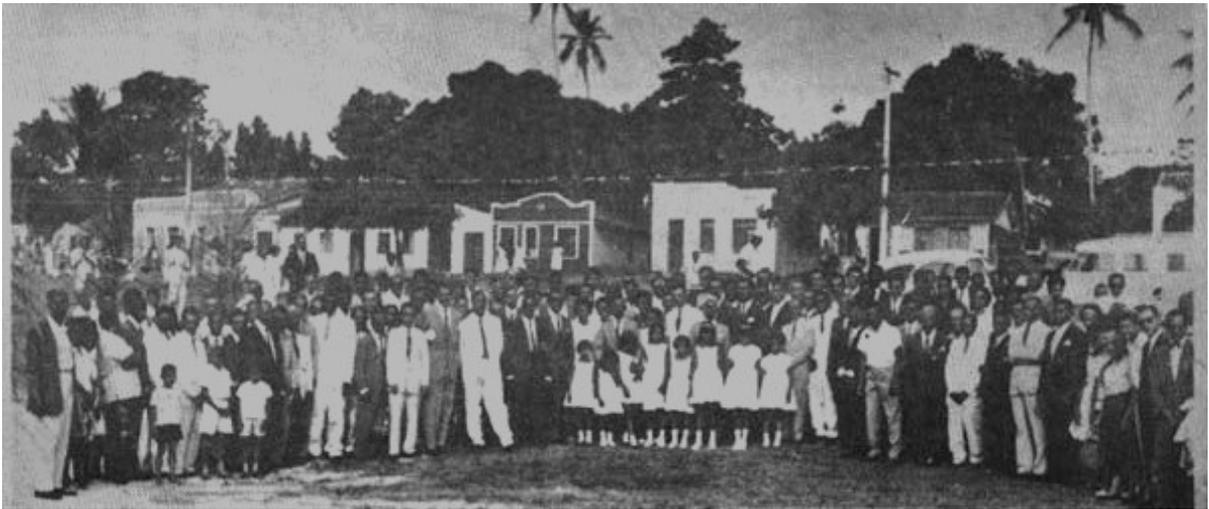
Em verdade, à época de sua emancipação, Lauro de Freitas possuía uma pequena população, essencialmente vivendo em meio rural e se ocupando da produção e comercialização de hortigranjeiros (feita principalmente nas feiras de Salvador) e pesca, praticada pelas pessoas que residiam nas proximidades dos rios e do mar. Tais atividades geravam baixos níveis de renda aos moradores locais. Seu espaço era organizado visando atender às suas necessidades internas e o município pouco se articulava com os demais da área metropolitana.

A Foto 1, que apresenta a solenidade de posse do primeiro prefeito do município, na praça da Igreja Matriz, centro antigo da cidade, revela que o tipo de casa existente no seu entorno era bastante simples. Na Foto 2, vê-se a mesma praça sob outro ângulo e nota-se que a mesma era de terra, assim como as ruas que a cercavam. Associando-se as informações levantadas a essas fotos, pode-se dizer que a área central de Lauro de Freitas apresentava-se como um núcleo populacional pequeno e desprovido de características tipicamente urbanas, o que se confirma pela observação da rua Abelardo Andréa (Foto 3, da mesma época), vizinha à praça central: verifica-se as casas com telhado de palha junto a outras cobertas com telha de cerâmica, com cercas de arame a separá-las e a rua era recoberta de vegetação.

Um fato bastante interessante em relação à emancipação de Lauro de Freitas diz respeito a uma batalha judicial que se estendeu por quase três décadas: a Procuradoria Jurídica do Município de Salvador impetrou mandato de segurança contra a Assembléia do Estado e o município de Lauro de Freitas, pois, no seu entender, o desmembramento do novo município foi feito à “revelia do bom senso” representando uma “grave investida” contra o patrimônio

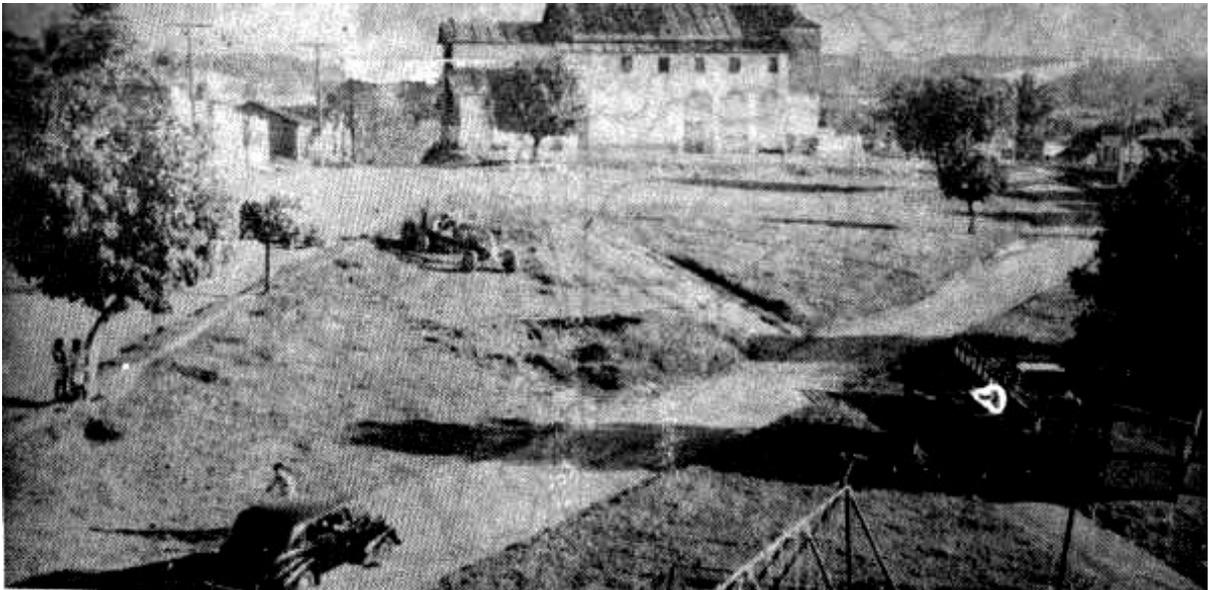
de Salvador. Observe-se que nos textos que criavam municípios novos, de forma geral, determinava-se que os *próprios municipais*, o patrimônio existente no território, passariam a pertencer ao novo município, independente de qualquer tipo de indenização ao município de origem. Sendo Salvador uma cidade foreira, no caso específico do desmembramento de Lauro de Freitas, o '*próprio municipal*' consistia no território de Salvador (PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SALVADOR, 1978).

Foto 1 – Festa de posse do primeiro prefeito de Lauro de Freitas realizada na Praça da Igreja Matriz em 07 de abril de 1963



Fonte: Lauro de Freitas, 2004b.

Foto 2– Praça da Igreja Matriz



Fonte: Lauro de Freitas, 2004b.

O embate legal que decorreu dessa situação culminou na redução significativa do

território de Lauro de Freitas em relação ao que possuía na data de sua emancipação. Em 1962, de acordo com o decreto que o criou, Lauro de Freitas contava com 200 km² e compreendia, por exemplo, o Aeroporto Internacional (então chamado Dois de Julho), a Base Aérea, os núcleos de São Cristóvão, Valéria, Pirajá e Pau da Lima. Em 1967, o artigo 138 da Constituição da Bahia estabeleceu que o aeroporto, a base aérea e as vias de acessos a eles retornariam a ser propriedade de Salvador, implicando a necessidade de re-estabelecer a demarcação territorial do novo município. No ano de 1969, feita uma revisão dos limites de Lauro de Freitas, sua área passou a contar com 93 km². Em texto publicado em 1978, os membros da Procuradoria Geral do Município de Salvador consideraram que uma vez reduzido a menores proporções (Lei nº 2.713, de 25 de agosto de 1969) o município passaria a desempenhar a função de área de lazer da capital, não tendo condições de sobrevivência autônoma (PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SALVADOR, 1978). Posteriormente, a área de Lauro de Freitas experimentou outra diminuição e, em 1987, foi delimitada nos atuais 60 km², com seu território passando a ser propriedade da prefeitura desse município ou da Irmandade de Santo Amaro de Ipitanga.

Foto 3- Rua Abelardo Andréa, anos 1960



Fonte: Lauro de Freitas, 2004b

Embora com uma área bastante reduzida — é o quarto menor município baiano¹¹ —, mesmo que tenha perdido a propriedade de espaços densos e equipamentos importantes, Lauro de Freitas encontra-se numa posição geográfica privilegiada. Seu crescimento populacional, associado ao da capital, resultaram em sua conurbação com Salvador (com quem se limita ao Sul e a Oeste) e tem também com municípios vizinhos Camaçari, Simões Filho (ao Norte, ver Figura 2), dois dos mais industrializados da Bahia.

Articula-se com a capital e Camaçari, principalmente, pela BA-099 (Estrada do Coco), que o atravessa longitudinalmente. Essa via foi construída em duas etapas. A primeira, que corta o município, foi inaugurada no começo da década dos 70, estendendo-se do atual Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães até o município de Camaçari (trecho conhecido como Estrada do Coco). A segunda, datada dos anos 90 e conhecida como Linha Verde, segue até a divisa da Bahia com Sergipe. Além disso, essa rodovia funciona como um “prolongamento” da Avenida Luis Vianna Filho (Avenida Paralela), que liga um dos principais pólos econômico-financeiros de Salvador (eixo Iguatemi-Rodoviária) ao aeroporto, como se verifica na Figura 3. A BA-099 se faz importante por permitir o acesso de Salvador a Camaçari, às localidades da Região Litoral Norte e ao Estado de Sergipe, favorecendo intenso fluxo de pessoas, mercadorias e informações entre essas diferentes áreas. Acrescente-se que nos últimos anos, essa estrada, especialmente no trecho de Lauro de Freitas, vem sendo implantados uma série de estabelecimentos comerciais diversificados em termos de produto e clientela que pretende atender. Encontram-se supermercados, lojas de móveis e eletrodomésticos dos mais populares aos mais sofisticados, lojas de material de construção, de artesanato, de plantas, imobiliárias, empresas de paisagismo, bancos, bares, restaurantes, delicatessens, concessionárias de veículos, shoppings, centros médicos etc, formando um “corredor” de serviços que atende a Lauro de Freitas, aos moradores de outros municípios (como Camaçari e Salvador) e àqueles que se transitam entre o litoral norte e capital.

Ainda se constitui em vantagem locacional do município o fato deste estar próximo do aeroporto de Salvador e da BA-526 (rodovia CIA-Aeroporto), que está ligada à BR-324 (via Salvador – Feira de Santana) e o fato de ter, como seu limite leste, o Oceano Atlântico, com uma bela orla oceânica. É, também, banhado pelos rios Joanes, Caji, Ipitanga e Sapato. Apresenta dunas, coqueirais, arbustos e resquícios de mata atlântica.

¹¹ Superando apenas as áreas dos municípios de São José da Vitória (53 km²), Itaparica (43 km²) e Madre de Deus (11 km²).

Figura 2 – Limites políticos-administrativos de Lauro de Freitas

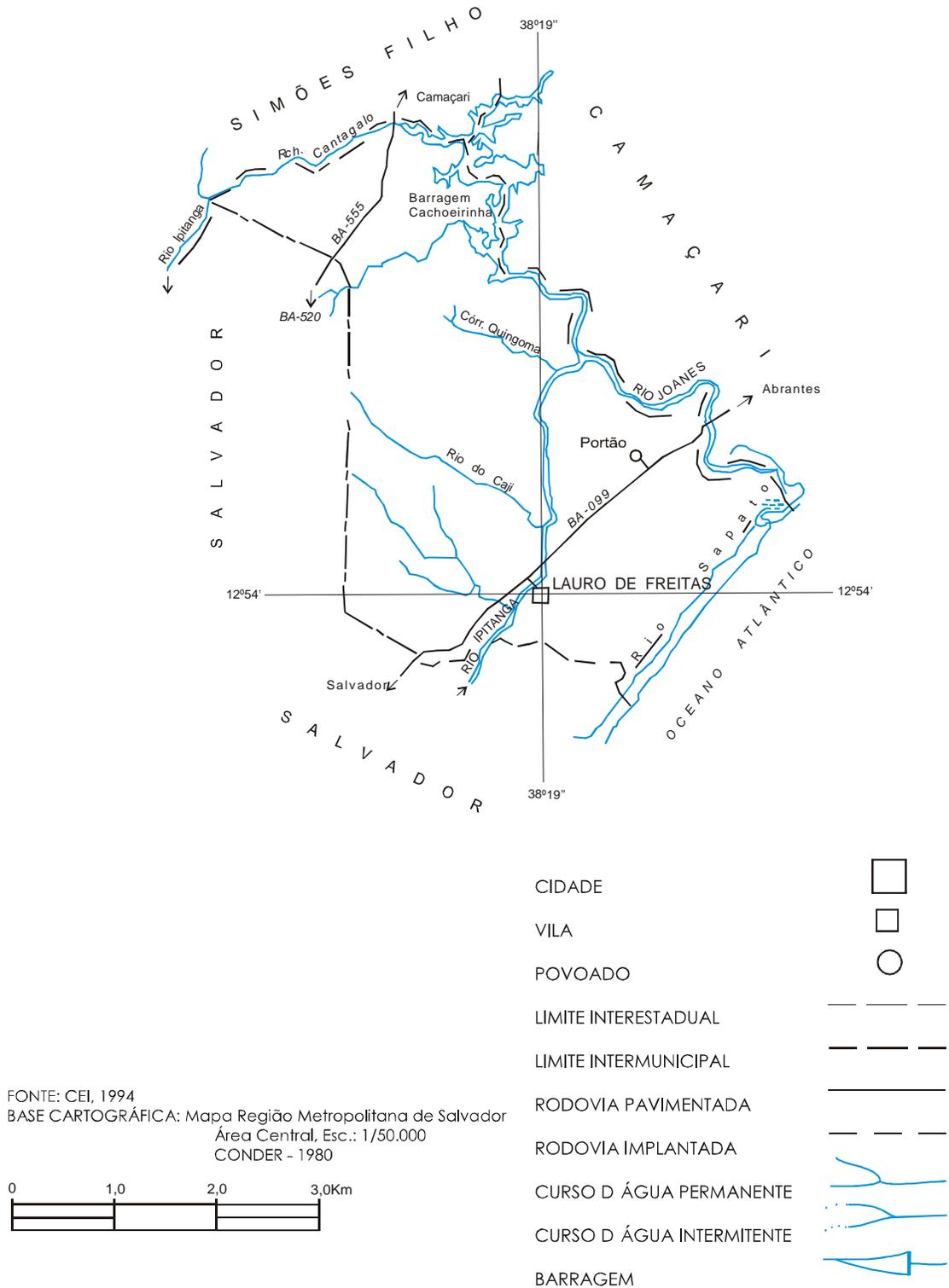
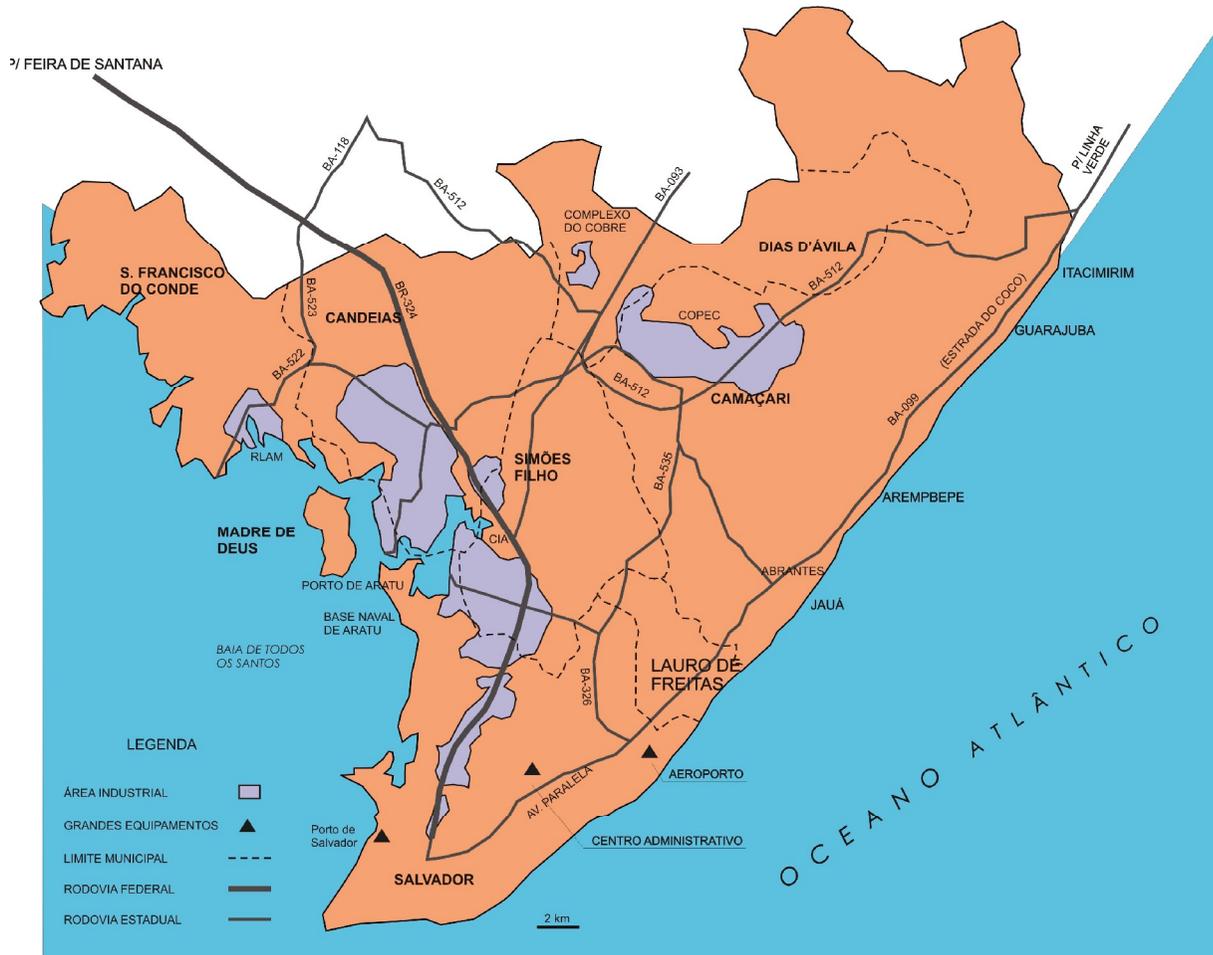


Figura 3 – Localização das principais vias de circulação e dos principais pólos industriais da RMS



Fonte: CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES; COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 1994.

4.2 A CONSTRUÇÃO DA “FRAGMENTAÇÃO” ESPACIAL E SOCIAL DO MUNICÍPIO: O ESTADO E OS AGENTES IMOBILIÁRIOS

Lauro de Freitas, à época de sua emancipação, era um município com características eminentemente rurais, com os habitantes desenvolvendo atividades agrícolas e apresentando baixos níveis de renda e escolaridade. Era composto por grandes glebas de terra — terrenos foreiros da prefeitura Municipal de Lauro de Freitas ou pertencentes a ordens religiosas —, parte das quais, herança de desmembramentos de fazendas fundadas nos tempos coloniais. No bojo das transformações socioeconômicas que vinham sendo implementadas na RMS (lembre-se dos processos que resultaram na implantação do CIA e do Pólo e suas conseqüências, especialmente no que se refere à questão da habitação), e de seus principais impactos na estrutura social e espacial de Salvador, Lauro de Freitas apresentava condições adequadas para ser transformado em área residencial. Essa situação estava associada tanto à

sua localização (proximidade de Salvador e dos municípios mais industrializados do estado) e acessibilidade, como por sua estrutura fundiária que, por ser predominantemente rural, se prestava a ser convertido a outras finalidades sem que para isso fosse preciso elevados dispêndios. É oportuno retomar o texto de Santos (1959b) que, ao tratar das áreas litorâneas no entorno de Salvador, indicou a existência de pequenas roças e quintais; ressaltou também que a forma como eram ocupadas as áreas próximas da capital estava associada à estrutura da terra e ao fato de que seus proprietários a guardavam com a expectativa de serem aproveitadas para loteamentos, opção mais rentável do que o uso agrícola, e que já começava a se apresentar “[...] depois que obras custeadas pelo Estado (União, Petrobrás, Estado da Bahia, Prefeitura) valorizaram ainda mais esses terrenos” (SANTOS, 1959b, p. 128). Especificamente sobre Lauro de Freitas, o trabalho de Carvalho (1961), anteriormente mencionado, confirma a pequena densidade e a predominância de terrenos ocupados com atividades de cunho agrícola.

Entendendo que o uso agrícola é menos rentável que o uso urbano, os promotores imobiliários e os proprietários fundiários atentos às tendências de periferização metropolitana que já se prenunciavam em diferentes estados brasileiros e que se projetavam sobre a RMS, com anuência do Estado, investiram no parcelamento das terras do município as quais, independentemente de suas potencialidades, foram, em boa medida, transformadas em condomínios e loteamentos residenciais. Como assinalou Corrêa (1989), esses agentes, tendo como interesse a apropriação da renda da terra, desconsideraram suas potencialidades com a intenção deliberada de converter a terra rural em urbana, situação decorrente do fato de que esta última possui valor superior ao da rural, na medida em que o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso. Justamente por isso, a terra localizada na periferia da grande cidade, tal como em Lauro de Freitas entre os anos 1960 e 1970, torna-se especialmente interessante à especulação imobiliária, podendo ser colocada em processo de transformação de rural (agrícola) em urbana. Com isso, são valorizadas sem que necessariamente sejam feitos investimentos ou modificações de maior vulto. Villaça (2001, p. 80) verificou que “a garantia de uma demanda e a possibilidade que os proprietários da terra têm de especular, fazem com que a terra rural atinja o estágio de potencialmente urbana, antes, no tempo e no espaço, de sua efetiva ocupação por atividades urbanas”. Acrescente-se, que como bem observou de Santos (1961), “o loteamento é uma atividade puramente especulativa. [...] basta o anúncio da criação fantasística do novo ‘bairro’ ou ‘cidade-jardim’ para multiplicar muitas vezes o valor dos terrenos” (SANTOS, 1961, p. 30).

Partindo dessa lógica, o parcelamento do solo e a urbanização de Lauro de Freitas

foram efetivados. Contudo, cabe indagar quais as circunstâncias e características da instalação desses empreendimentos. Sabendo-se que pessoas de diferentes segmentos da sociedade se dirigiram para esse município, também se questionou como foi a espacialização de cada grupo social.

4.2.1 Os loteamentos populares e a espacialização dos mais pobres

À demanda de moradia por pessoas com menor poder aquisitivo, uma das respostas possíveis do mercado de habitação é o loteamento popular. De forma geral, esse tipo de empreendimento é feito por pequenas imobiliárias e incorporadoras, clandestinas ou não, que dividem a terra em pequenos lotes e parcelam seu pagamento — ainda que o morador não dê grandes garantias da possibilidade de honrar seu compromisso. De modo geral, aqueles que adquirem terreno nesse tipo de loteamento utilizam a autoconstrução para erguer sua casa, “aproveitando” seu tempo livre. Em Lauro de Freitas, tal empreendimento foi uma estratégia bastante utilizada nos anos 1970 para atender à demanda por habitação popular da RMS, para adensar o município e também para ampliar a área de expansão de Salvador. Conforme estudo realizado pela Fundação Centro de Pesquisas e Estudos - CPE (1980), nesse município estavam 43% dos loteamentos populares (legais ou ilegais) localizados na capital e nas suas adjacências, sendo que no distrito de Itinga foram instalados 70% desse total.

Desde os primeiros anos de sua emancipação, verificou-se a existência de loteamentos populares¹² em Itinga — área vizinha a São Cristóvão (bairro popular de Salvador), situado no final da Avenida Paralela, e próximo ao aeroporto, onde circulavam linhas de transportes coletivos. Ao que tudo indica, a “preferência” por essa área por parte dos loteadores está também intimamente associada, ao fator localização, à sua estrutura fundiária, que além de contar com fazendas, era formada por sítios, chácaras e pequenas propriedades agrícolas também resultante de desmembramentos de fazendas maiores que existiram no passado. Sendo assim, em Itinga havia (1) terras baratas de origem rural, (2) acessibilidade em relação à capital e (3) proximidade a uma área já urbanizada de fato. Associava-se a tais circunstâncias a demanda por moradia popular. Estavam dadas as condições para a produção de empreendimentos imobiliários voltados para atender aos grupos sociais de menor renda. Tal situação pode bem ser ilustrada com o Quadros 2 e 3: de um total de 62 loteamentos populares implantados entre os anos 1960 e 1980, 45

¹² É importante mencionar que essa situação está associada à tendência verificada a partir dos anos 1960 de os novos loteamentos populares se concentrarem nos limites de Salvador.

localizavam-se em Itinga.

Quadro 2 – Origem, nome e área dos loteamentos populares implantados em Itinga entre 1970 e 1980

Origem	Loteamento			
	Nome	TAC/Ano de implantação ¹	Área total (m ²)	Observações
Fazenda Boa Nova	Jardim Jaraguá	1974	74.486,00	286 lotes e lote padrão igual a 200m ²
Fazenda Itinga	Vila do Almeida	1975	17.806,84	65 lotes e lote padrão igual a 200m ²
	Jardim Independência	1975	81.613,94	259 lotes e lote padrão igual a 200m ²
Fazenda Itinga de Baixo	Nova Itinga	1973	20.008,00	68 lotes e lotes e lote padrão igual a 200m ²
Fazenda Jaqueira	Jardim Tarumã	1971	175.000,00	502 lotes e lote padrão igual a 250m ²
	Jardim Taruminas	1972	31.892,00	84 lotes e lote padrão igual a 250m ²
	Jardim Talismã	1972	169.119,85	484 lotes e lote padrão igual a 400m ²
	Jardim Taubaté	1972	108.832,40	175 lotes e lote padrão igual a 250m ²
	Jardim Tropical	1974	269.231,50	815 lotes e lote padrão igual a 200m ²
	Jardim Cidade Nova	1975	154.391,00	450 lotes e lote padrão igual a 200m ²
	Jardim Talaia	1975	70.034,00	155 lotes e lote padrão igual a 200m ²
	Pouso Alegre	1975	348.480,00	800 lotes e lote padrão igual a 200m ²
	Jardim Centenário	1976	214.614,00	187 lotes e lote padrão igual a 200m ²
	Jardim Metrópole	1975	261.532,00	497 lotes e lote padrão igual a 300m ²
	Jardim São Cristóvão	1976	(...)	83 lotes e lote padrão igual a 200m ²
Fazenda Vilão	Novo Horizonte	1979	20.229,00	64 lotes e lote padrão igual a 200m ²
	Xangô e Oxalá	(...)	34.500,00	119 lotes e lote padrão igual a 155m ²
	São Judas Tadeu	1974	124.174,80	lote padrão de 200m ²
	São Salvador	1975	(...)	180 lotes
	Parque Santa Júlia	1975	88.269,00	
Fazenda Gaia	Vila de Sena	1975	104.000,00	244 lotes e lote padrão igual a 250m ²
	Pouso Alegre	1975	348.480,00	800 lotes e lote padrão igual a 200m ²
Fazenda Gaia	Parque São Paulo	1975	1.351.203,00	815 lotes e lote padrão igual a 300m ²
	Chácara Taiti	1975	87.120,00	151 lotes
Faz. da Telha	Jardim União	1976	(...)	129 lotes e lote padrão igual a 300m ²

Fonte: Funda o Centro de Estudos e Pesquisas, 1980; Termos de Acordo e Compromisso e Memoriais Descritivos dos loteamentos; Lauro de Freitas, 2002.

(1) Na aus ncia do TAC, indicou-se o per odo de implanta o/comercializa o do loteamento conforme Funda o Centro de Estudos e Pesquisas, 1980.

Quadro 3 – Nome e área dos loteamentos populares sem origem determinada implantados em Itinga entre 1967 e 1980

Nome	TAC/Ano de implantação ¹	Observações
Jardim Itinga	TAC 1967	
Jardim Lindóia	TAC de 1968	Área total de 43.907m ² , com 93 lotes
Parque N. S. da Penha	1969	Clandestino, contava com 130 lotes e lote médio igual a 170m ²
Sayonara	início dos anos 70	Clandestino
Davina Menezes	início dos anos 70	Clandestino
Chácaras São Roque	início dos anos 70	Clandestino, contava com 44 lotes e lote médio igual a 300m ²
Jardim Pérola Negra	TAC de 1972	306 lotes e lote médio igual a 200m ²
Jardim São Judas Tadeu	TAC de 1974	112 lotes e lote médio igual a 200m ²
Diamante	TAC de 1974	159 lotes e lote médio igual 300m ²
Cond. Águas Finas	1974	101 lotes
Taiti	TAC de 1975	151 lotes e lote médio igual a 250m ²
Cidade Nova	TAC de 1975	478 lotes e lote médio igual 200m ²
Jaíba	TAC de 1975	
Jardim Liberdade	TAC de 1975	Área total de 8.444m ² , com 37 lotes e lote médio igual a 200m ²
Jardim Ipitanga	TAC de 1975	649 lotes e lote médio igual 300m ²
Rio Itinga	TAC de 1975	Área total de 18.712, com 54 lotes e lote médio igual 200m ²
São Cristóvão	TAC de 1976	78 lotes e lote médio igual 200m ²
Santos Dumont	1980	Clandestino, contava com 74 lotes e lote médio igual a 160m ²
Arco-íris	(...)	
Horto Florestal	(...)	Área total de 47.647m ²

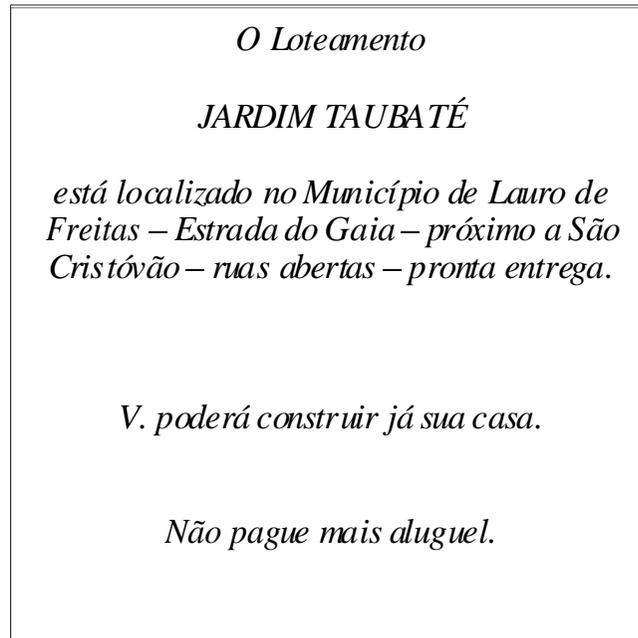
Fonte: Termo de Acordo; Compromisso e Memoriais Descritivos dos loteamentos; Lauro de Freitas, 2002.

(*) Na ausência do TAC e do memorial descritivo, indicou-se o ano de implantação do loteamento, conforme dados da CPE, 1980.

Evidencia-se que esse tipo de empreendimento provocou uma fragmentação do território municipal. Da Fazenda Jaqueira¹³, por exemplo, foram derivados 13 loteamentos populares apenas em Itinga que, somados, contavam com uma área de 1,8 km². Da Fazenda Vilão originaram-se cinco loteamentos que totalizavam mais de 6,65 km². O Parque São Paulo, isoladamente, o maior dos loteamentos registrados, decorrente de uma divisão da Fazenda Gaia, contava com mais de 1,3 km².

A ação das imobiliárias encontrou contrapartida por parte dos órgãos municipais que

apresentavam menor rigidez, em relação à prefeitura de Salvador, para autorizar a instalação de loteamentos. Um panfleto¹⁴ de divulgação do Loteamento Jardim Taubaté (oficializado em 1972) demonstra bem o “espírito” desses empreendimentos:



Em pesquisa de campo realizada no primeiro semestre de 2005 nos loteamentos Jardim Centenário, Sayonara e Jardim Talismã, verificou-se junto aos moradores mais antigos que o sonho de ter uma casa própria consistiu no principal motivo da compra do terreno em Itinga. A maioria deles oriunda de bairros populares de Salvador, soube dos loteamentos por corretores que visitavam tais bairros para divulgá-los. Os terrenos eram vendidos em prestações, demorava-se mais ou menos cinco anos para quitar o imóvel. De acordo com João de Souza Araújo¹⁵, da Associação Beneficente Recreativa Unidos do Centenário, “[...] *O lote era caro, preço de um Fusca, mas era de 60 meses (sic). Se não tivesse emprego ou poupança, a pessoa não conseguia pagar.[...] As pessoas diziam que eu era maluco de morar aqui*”¹⁶. Em outros termos, tal como Santos (1961) havia assinalado, a luta pelo espaço na região de Salvador fez com que os mais pobres, a grande maioria da população procurasse se abrigar fosse como fosse e, acrescente-se, onde quer que fosse.

Isso foi importante tanto para o município de Lauro de Freitas (que com isso

¹³ Conforme informações obtidas na PMLF, essa fazenda ocupava também parte do que, atualmente, compõe o distrito Caji-Picuiáia.

¹⁴ Esse panfleto consta dos arquivos da Mapoteca da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente de Lauro de Freitas, no entanto, dado ao seu estado de conservação, foi impossível retirá-lo para ser fotocopiado. Tentou-se reproduzi-lo com o máximo de fidedignidade, inclusive no que se refere ao tamanho do original.

¹⁵ Em entrevista concedida em 18/05/2005.

¹⁶ Preservou-se o anonimato dos moradores entrevistados na reprodução das suas falas; foi mencionada a autoria apenas das falas dos representantes comunitários que autorizaram sua identificação.

ampliava sua população) como para Salvador, que se expandia para sua periferia, principalmente por conta da migração de parte dos seus habitantes de menor renda. Uma pesquisa realizada pela CPE (1980) identificou que

[...] o tipo de relação que se estabelece entre o poder público e os loteadores do Município de Lauro de Freitas [...] explica, em grande parte, a incidência relativamente alta de loteamentos populares nele situados, com registro e aprovação no órgão competente. Com efeito, os dados mostram que nele tem existido bastante flexibilidade no processo de registro dos loteamentos, sendo inúmeros os casos de loteamentos aprovados sem processo e de outros aprovados já há alguns anos, estando total ou parcialmente vendidos, mas ainda sem o Termo de Acordo e Compromisso firmado com a Prefeitura (FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS E ESTUDOS, 1980, p. 13).

O mesmo estudo observou que

[...] as exigências de implantação de infra-estrutura pelo loteador, além de reduzidas, variam de um loteamento para outro, refletindo a falta de critério para a aprovação e o não cumprimento (ou a inexistência) de legislação relativa ao processo de parcelamento e desmembramento do solo urbano (FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS E ESTUDOS, 1980, p. 13).

Efetivamente, o Termo de Acordo e Compromisso (TAC) padrão da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas (PMLF), nos anos 1970 (Anexo 1), exigia basicamente que os responsáveis pelos loteamentos reservassem área para uso da comunidade (para ruas, praças, jardins, hospitais, escolas etc que deveriam estar demarcadas na planta), realizassem a abertura de ruas com colocação de meio fio e encascalhamento devendo servir para futuro asfaltamento (a ser feito pela Prefeitura posteriormente), demarcassem os lotes, instalassem postes e solicitassem à empresa competente a ligação à rede elétrica. Embora com algumas variações, essas eram as normas mais comuns, e nem sempre cumpridas.

As Fotos 4 e 5, do Loteamento Vila do Almeida, que começou a ser comercializado em 1974, embora o TAC date de 1975, mostram parcialmente as condições desses loteamentos, com ruas sem pavimentação e terrenos recobertos por mato. Nessas fotos, feitas cinco anos após o contrato firmado entre a imobiliária e o poder municipal, vê-se ruas de terra, sem meio fio e que os postes para iluminação pública, ainda que tivessem sido instalados nas ruas principais, não atendiam o loteamento como um todo. Também se nota a ausência de fiscalização e de regularização desses loteamentos, visto que embora os compromissos não tenham sido cumpridos, não houve sequer, pelo menos nos registros dos loteamentos constantes na Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas (PMLF), notificação ao loteador. Levantamentos documentais permitiram observar que as áreas reservadas ao domínio público — demarcadas nas plantas para a instalação de

ruas, praças, escolas, postos médico etc. — foram, ao menos em parte vendidas ou reloteadas implicando a necessidade da Prefeitura, posteriormente, desapropriar imóveis, indenizando seus proprietários, para implantação desses equipamentos, principalmente escolas. Isso aconteceu nos Loteamentos Lindóia, Jardim Cidade Nova e Parque São Paulo, dentre outros. Ademais, nessas áreas também ocorreram ocupações irregulares (invasões), mais ou menos na mesma época em que os primeiros compradores chegaram.

Foto 4 – Rua transversal do loteamento Vila do Almeida em setembro/outubro de 1980



Fonte: Fundação Centro de Pesquisas e Estudos, 1980.

As “facilidades” para a implantação desses loteamentos se fizeram relevantes também porque, de forma geral, frente à capacidade financeira do investidor e a necessidade de lucro rápido, sua viabilidade estava associada à burla das normas legais, sobretudo no que se refere ao seu registro, à implantação de infra-estrutura e aos requisitos de urbanização. Pelo mesmo motivo, a incorporação da área foi bastante comum na medida em que se eximia o loteador do desembolso imediato de dinheiro para o pagamento da terra, o que se fazia pela transferência de parte dos lucros pela venda dos lotes ao proprietário do terreno. Por exemplo, parte dos empreendimentos imobiliários estabelecidos em Itinga, foram registrados na PMLF constando como responsáveis pelo loteamento, além de uma empresa, lavradores e “prendas do lar”. Em outros, havia efetivamente um Contrato de Prestação de Serviços, no qual uma loteadora ou pessoa física se apresentava como representante dos proprietários, comprometendo-se a arcar com todo o ônus no processo de divulgação e venda dos lotes em troca do repasse de uma parte do pagamento aos proprietários da terra. Tal foi o caso do

Jardim Talismã, Jardim Tarumã e Jardim Taruminas.

Foto 5 – Vista panorâmica do loteamento Vila do Almeida em setembro/outubro de 1980



Fonte: Fundação Centro de Pesquisas e Estudos, 1980.

De todo modo, “[...] parece estar claro que estas empresas cumprem o importante papel de desbravamento, de ampliação do tecido urbano e, principalmente, de valorização dos terrenos situados na periferia urbana e mesmo fora dela” (BORGES, 1982, p. 210). Nesse processo, aos poucos, conforme as primeiras casas são erguidas, iniciam-se as pressões populares pela intervenção do poder público no local, pela sua “urbanização”, o que resulta por agregar valor àquela localização e aos terrenos vizinhos, comumente área de reserva para especulação. Com isso, os promotores imobiliários, ao continuarem a atuar no mesmo lugar, podem aumentar o preço dos lotes e sua margem de lucro sem fazer novos investimentos. Dito e outro modo, “[...] ao incorporar terrenos distantes concedendo-lhes um uso urbano, eleva-se o preço do solo na periferia e, conseqüentemente, reforça-se o aumento dos preços nos terrenos melhores situados” (CPE, 1980, p. 15): a chegada de serviços públicos (como a rede geral de água, de energia elétrica, a abertura de vias e a pavimentação das mesmas, por exemplo) repercute em valorização monetária e social do terreno. No caso de Salvador e do seu entorno, esses mecanismos, associados aos interesses dos agentes imobiliários, foram conduzindo os pobres para locais cada vez mais afastados do Centro e para os piores sítios urbanos.

O fato é que já nos anos 1960, de acordo com informações levantadas para o programa PROMORAR (1981), já havia cinco loteamentos residenciais populares em Itinga: Santa Bárbara, Lindóia, Rio Itinga, Jardim Independência e Jardim Liberdade, todos

desprovidos de infra-estrutura e que não estavam devidamente regularizados, portanto, que não davam a posse oficial da terra. Caracterizavam-nos também a precariedade das vias de acesso, pois, excetuando as duas ruas principais de Itinga que davam acesso à Estrada do Coco — tal como se nota pelas Fotos 6 e 7 (essa última apresenta a placa indicativa da entrada do Loteamento Sayonara) —, todas as demais não eram asfaltadas.

Foto 6 – Avenida Fortaleza em setembro/outubro de 1980



Fonte: Fundação Centro de Pesquisas e Estudos, 1980.

Isso corrobora as informações dadas pelos antigos moradores desses locais: até final dos anos 1970, para sair ou chegar em casa, a estratégia mais comum era, em grupo, abrirem “picadas na mata”. Ainda conforme o levantamento acima mencionado, as casas eram dispostas de modo desordenado e não tinham condições de infra-estrutura adequada: 61,28% delas era de bloco aparente, 59,28% não tinham água encanada e apenas 1,20% dos imóveis possuía fossa séptica. Com relação à rede elétrica, 63,67% dos imóveis possuíam ligação regular, embora alguns moradores alegassem não poder pagá-la, situação essa confirmada em pesquisa de campo: parte dos moradores mais antigos referiu que mesmo após a instalação da rede de energia elétrica adequada, muitos permaneceram com “gatos” (nome popular para ligação elétrica clandestina), pois, não podiam arcar com esse custo. *“Era um dando gato pro outro pra luz ficar mais barata”* (V, morador do Loteamento Sayonara). Os “gatos”, evidentes nas Fotos 8 e 9, que serviam para suprir áreas não cobertas pela rede pública, também eram utilizados para baratear ou para eliminar os custos da conta de luz. Outros moradores acrescentaram que foram eles próprios que, posteriormente, instalaram os postes de concreto.

Foto 7 – Avenida São Cristóvão em setembro/outubro de 1980



Fonte: Fundação Centro de Pesquisas e Estudos, 1980.

Foto 8 – Loteamento Sayonara em setembro/outubro de 1980



Fonte: Fundação Centro de Pesquisas e Estudos, 1980.

Foto 9 – Loteamento Sayonara em setembro/outubro de 1980



Fonte: Fundação Centro de Pesquisas e Estudos, 1980.

As mesmas Fotos 8 e 9, do Loteamento Sayonara (implantado de forma irregular) no começo da década de 1970, também em Itinga, exemplificam as condições em que os loteamentos costumavam ser entregues aos compradores dos lotes: posteação inadequada e ruas sem qualquer tipo de demarcação (o que, necessariamente não diferia dos loteamentos regularizados). De acordo com V., que há 32 anos reside no Sayonara, *“aqui era tudo mato, nem rua tinha, era só caminho, [...] Não tinha piquete, nem poste... quando botaram o primeiro poste, todo mundo puxou gato”*.

É importante salientar que a área de Itinga era conhecida como área de invasão. Isso, conforme informações de funcionários da Prefeitura, se relaciona tanto ao fato de que alguns loteamentos não foram regularizados à época de sua comercialização, bem como pelo fato de

parte deles ter sido ocupada de maneira irregular. Ademais, nos casos de loteamentos sem documentação, não havia escritura de compra e venda e a posse do lote era “garantida” por meio de um recibo de pagamento ao responsável pelo loteamento. Outro estudo realizado no começo dos anos 1980 verificou que os loteamentos de Itinga, como os das áreas de Capelão e de Areia Branca, se localizavam numa área de topografia acidentada, onde os serviços básicos de iluminação, serviços de água, esgoto e coleta de lixo inexistiam. O comércio era incipiente e precário (a exemplo do demonstrado na Foto 10), não havia postos de saúde e as cinco escolas existentes atendiam apenas da 1ª à 4ª série. Apesar disso, de 1975 para 1988, ocorreu acelerado crescimento demográfico nessa área: de 8.000 habitantes passou para, aproximadamente, 30.000 moradores, respectivamente. Observe-se que 51% desses imigrantes eram oriundos de Salvador, sendo que a grande motivação para se mudarem para esses loteamentos se relacionava ao custo da moradia. Embora distante do local de trabalho (82% dos moradores trabalhava fora da área de residência e 30% dos entrevistados para esse estudo necessitavam de mais de um transporte para chegar no trabalho), o custo mais acessível do solo permitia a aquisição do lote ou da casa própria (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 1981).

Foto 10 – Estabelecimento comercial situado no loteamento Vila do Almeida em setembro/outubro de 1980



Fonte: Fundação Centro de Pesquisas e Estudos, 1980.

A fala dos moradores entrevistados coincide com os aspectos levantados em tais estudos e indicam que morar em Itinga, no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, não era empreitada fácil. Ainda que, de modo geral, as ruas estivessem abertas e os lotes demarcados, as exigências contratuais feitas ao loteador, de forma geral, não eram cumpridas (ver, por exemplo, Foto 11).

Foto 11 – Loteamento Sayonara em setembro/outubro de 1980



Fonte: Fundação Centro de Pesquisas e Estudos, 1980.

Ainda conforme João de Souza Araújo — residente no bairro desde 1977 —, essa era a situação do Jardim Centenário quando foi entregue aos compradores: *“Aqui só tinha mato. As máquinas abriram as ruas, marcaram os lotes com piquetes, aí nós viemos. Foram quatro anos sem energia, eu mesmo usava candeeiro. A gente pegava ônibus em São Cristóvão, a gente ia andando até lá. A água era de poço. A Embasa só veio depois de uns cinco anos, depois da luz”*¹⁷. Outro morador do Jardim Centenário confirma essa situação. *“Quando cheguei aqui, só vinha morar quem tinha coragem. [...] A luz só veio bem depois. A luz veio anos depois”* (O., 57 anos). Essas circunstâncias não foram específicas desse loteamento como atestaram depoimentos dos primeiros moradores do Sayonara e do Jardim Talismã.

Manoel Lázaro do Nascimento¹⁸, da Associação Comunitária Desportiva Cultural Sayonara disse que quando chegou ao bairro, há 28 anos, não havia água, luz, nem transporte. As pessoas compravam seus terrenos em Itinga porque era mais barato, um jeito de construir sua casa própria. Roque de Oliveira dos Santos¹⁹, da Associação Beneficente Jardim Talismã, afirmou em seu depoimento: *“Foi o bairro que eu achei dentro das minhas condições, comprei o lote e paguei em 60 meses. [...] Não tinha luz, nem poste. Água, a gente cavava o chão e a água minava. Luz era de candeeiro ou de fifó”*²⁰. [...] *O transporte era na entrada do Aeroporto. A gente tinha que sair andando”*. Uma residente nesse bairro desde 1975, de 51 anos, acrescentou que para fazer compras tinham que ir até Itapuã ou São

¹⁷ Entrevista concedida em 18/05/2005.

¹⁸ Entrevista concedida em 21/05/2005.

¹⁹ Entrevista concedida em 20/06/2005.

²⁰ O fifó é uma lamparina feita de lata de óleo ou similar muito utilizada em áreas rurais, onde não há luz elétrica, por pessoas de baixa renda. É feita uma base, onde é colocado o querosene, e um bico com um cordão ou tufo de pano, que chega até o combustível, que é aceso.

Joaquim. Essa e outros moradores dizem que havia uma kombi que trazia o pessoal do aeroporto até o bairro, mas, os horários não eram regulares e ela só circulava até as 20 horas. Assim, na maioria das vezes, como Itinga “*era muito distante da cidade*”, demorando a chegar, tinham que vir andando, muitas vezes pelo mato, de São Cristóvão ou do aeroporto (de onde havia linhas regulares até o Comércio e para a antiga Rodoviária) até suas casas. A idéia de que o local se parecia com uma cidade do interior, igualmente, foi recorrente no discurso daqueles que conheceram ou vivem no bairro há mais de 10 anos.

Nessa época, era comum que as pessoas se defrontassem com cobras, e até jacarés, pássaros, vários tipos de macacos, tomassem banho nos rios que, ainda não poluídos, corriam no local e bebessem água de fonte. Era uma vida diferente e distante de onde a maioria migrou — das áreas centrais de Salvador — mas a possibilidade de aquisição do imóvel próprio, ainda que construído precariamente em locais onde as condições de vida eram penosas compensava essas dificuldades que, se esperava, não permaneceriam por muito tempo. Na Foto 12 pode-se ver de modo bastante claro o tipo de moradia e a precariedade do tipo de “rua” predominante nos loteamentos de Itinga nos anos 80.

Foto 12 – Casas do loteamento Vila do Almeida em setembro/outubro de 1980



Fonte: Fundação Centro de Pesquisas e Estudos, 1980.

Para atender a demanda de moradia das pessoas de mais baixa renda, os agentes do mercado imobiliário apresentaram um discurso de supervalorização das vantagens locais de Itinga e o preço/condições de pagamento dos lotes, subdimensionando os problemas que adviriam da falta de infra-estrutura, inclusive com relação aos custos de deslocamento e a dificuldade de transportes (na pesquisa realizada pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CONDER, em 1981, o problema em relação aos meios de transporte foi assinalado

como um dos principais do bairro). O Estado, igualmente, desenvolveu um projeto que pretendia expandir a habitação popular a essa porção de Lauro de Freitas. É o caso do Conjunto Habitacional Parque Santa Rita, construído pela Habitação e Urbanização da Bahia S.A (URBIS²¹). Em uma área total de, aproximadamente, 200 mil m² foram edificados 42 blocos, com 672 apartamentos de dois quartos, 530 casas de um quarto e 513 com dois quartos. No seu projeto de implantação previa-se uma série de equipamentos como centro comunitário, praça, escola, área verde e para prática de esporte. Estimou-se para o loteamento, pouco mais de 6.800 moradores.

O crescimento do setor imobiliário voltado para pessoas de baixa renda em Lauro de Freitas foi beneficiado também pelo processo de abertura de vias possibilitando sua “aproximação” do centro de Salvador, dos seus serviços e mercado de trabalho, e melhoria de outras que chegavam até os núcleos industriais da RMS, ampliação da rede elétrica e de abastecimento de água. Com isso, novos fixos foram criados, processos e formas foram desenvolvidos, modificando o sistema socioeconômico que até então predominava no local, contribuindo para a reorganização funcional do município. Em Itinga, em decorrência desses e de outros processos, uma nova paisagem foi construída, uma paisagem que se relacionava ao grupo social que lá passou a residir: trabalhadores pobres e pouco qualificados que edificavam suas casas nas horas de folga e que encontraram um espaço sem infra-estrutura básica ao qual “tiveram” que se adaptar.

Fundamentalmente, pode-se verificar que a partir do início da década de 1960, já existiam loteamentos populares em Lauro de Freitas. Embora esse tipo de empreendimento estivesse presente também na sua porção litorânea (nas áreas então denominadas Santo Amaro de Ipitanga, Ipitanga e Jockey Clube), a grande maioria deles foi implantada à esquerda da Estrada do Coco (Itinga, Portão, Capelão e Areia Branca), sendo que em Itinga estavam 71% do total (ver Tabela 10). Observe-se também que o loteamento mais antigo do município situava-se em Portão (área cuja ocupação remonta ao período colonial, na divisa de Lauro de Freitas com Camaçari), o Loteamento Granjas Reunidas Concórdia que se estendia até a orla do município, com TAC de 1963. É importante acrescentar que, além da infraestrutura deficiente, não houve um planejamento para implantação integrada desses loteamentos.

²¹ A URBIS foi criada em 1965, como sociedade de economia mista vinculada ao Governo do Estado da Bahia, visando atuar na construção e higienização habitacional e em obras de urbanização em geral.

Tabela 10 – Localização, número médio e área dos lotes dos loteamentos populares implantados em Lauro de Freitas entre 1963 e 1980

Localização	Quantidade de loteamentos	Período	Nº médio de lotes	Tamanho médio do lote (m ²)
Itinga	42	1967-1980	241	257
Portão	4	1963-1976	119	200
St. Amaro de Ipitanga	1	1967	104	...
Jockey Clube	2	1970-1978	81	250
Areia Branca	8	1972-1979	165	250
Capelão	1	1975	575	300
Ipitanga	1	1979	23	180

Fonte: Fundação Centro de Pesquisas e Estudos, 1980.

Dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) analisados por Souza (1988) indicaram que o crescimento do número de moradores de Lauro de Freitas se fez com maior intensidade em Itinga e Lauro de Freitas (Centro antigo): entre 1970 e 1987, os setores censitários dessas áreas apresentaram, uma taxa de crescimento do número de domicílios superior a 200%, uma das maiores da RMS, decorrente tanto da implantação de loteamentos populares como de invasões. Assim, ainda na segunda metade dos anos 1980, Itinga permanecia como a área do município que mais atraía novos moradores — predominantemente pessoas de baixa renda, boa parte delas oriunda de Salvador. Mais uma vez, pode-se dizer que as migrações para Lauro de Freitas estavam diretamente relacionadas ao crescimento econômico e demográfico de Salvador, à demanda/oferta de habitação a um custo menor do que na capital, além de aspectos referentes ao fator localização, associado às melhorias que começavam a ocorrer no bairro: ampliação do número das ruas asfaltadas, eletrificação de parte delas, chegada da água tratada e implantação de linhas de transporte coletivo dentro do bairro.

Esse último é um aspecto que precisa ser ressaltado: o maior adensamento da periferia da capital só foi possível pela ampliação do sistema viário permitindo que as pessoas, ainda que com dificuldades, conseguissem morar longe do seu local de trabalho, do comércio e dos serviços de saúde e educação. Caldeira (2003), tratando da Região Metropolitana de São Paulo, já havia assinalado a correlação entre a expansão da ocupação da periferia e da oferta de transporte coletivo²², numa situação que guarda alguma similaridade com o observado na RMS.

Ele [o sistema de transporte] tornou possível vender lotes ‘no meio do mato’ e ajudou a criar um tipo peculiar de espaço urbano no qual áreas ocupadas e vazias intercalavam-se aleatoriamente por vastas áreas. Não havia nenhum

²² Nesse caso específico, a autora verificou que parte dos especuladores imobiliários era composta por empresários ligados ao setor de transporte e, portanto, “[...] o sistema de transporte era irregular e aleatório projetado sobretudo para servir aos interesses imobiliários” (CALDEIRA, 2003, p.220). No caso da RMS, neste trabalho não se investigou se havia ou não relação entre os agentes dessas duas atividades.

planejamento prévio e as regiões ocupadas eram aquelas que os especuladores haviam decidido investir. [...] Os especuladores imobiliários desenvolveram várias práticas ilegais ou irregulares para maximizar seus lucros: da grilagem e fraude ao não suprimento de serviços urbanos básicos [...] (CALDEIRA, 2003, p. 220).

Em outros termos, as novas formas e funções atribuídas àquele espaço transformaram o valor de sua localização, nos termos de Villaça (2001). Itinga, pertencente a Lauro de Freitas, mas periferia de Salvador, passou a estabelecer outras tipos de relações com o espaço metropolitano.

Quanto às características dos moradores, a pesquisa realizada pela CONDER (1981) levantou que 77% dos que tinham renda recebiam até 3 salários mínimos (38% recebiam até 1 salário mínimo), 88% tinham até a 4ª série e 47% das pessoas em idade ativa estavam ocupadas. *“Era gente simples. Pessoas que lutou muito (sic) para ter uma casa. Geralmente, eram pedreiros, eletricista, pintor [...]”* disse J., que veio morar em Itinga no final da década de 1970; ele e outros afirmaram que a maior parte pioneiros do bairro eram pouco escolarizados ou analfabetos, mas que *“naquela época as pessoas tinham trabalho”* (O, 52 anos, morador de Itinga desde 1978). De fato, em pesquisa de campo, dentre os moradores com mais de cinco anos de residência em Itinga e que tinham pelo menos 30 anos de idade (que seguramente chegaram adultos ao bairro e, geralmente, foram os adquirentes dos lotes ou casas), mais da metade deles tinha ensino fundamental incompleto, e quase 20% apenas sabiam ler e escrever. Alguns mencionaram ter voltado a estudar há alguns anos o que, provavelmente, influenciou na melhoria do grau de escolaridade desse conjunto da população. No entanto, ainda se mostra significativa a proporção de pessoas que sequer concluíram a 8ª série.

A análise do processo de imigração para Itinga remete à reflexão de Santos (2002b) a respeito da mobilidade das pessoas no país:

[...] vista pelo ângulo da sua causa, são verdadeiras migrações forçadas, provocadas pelo fato de que o jogo do mercado não encontra qualquer contrapeso nos direitos dos cidadãos. São freqüentemente também migrações ligadas ao consumo e à inacessibilidade a bens e serviços essenciais (SANTOS, 2002b, p. 44).

Ao tratar da questão do direito à moradia, esse estudioso acrescentou que, politicamente, quando se decidiu sobre a necessidade de construir casas para os mais pobres, estas já foram feitas em condições literalmente “subnormais”. Acrescentou que “por meio de extensores [urbanos] e de programas de habitação popular, a cidade aumenta

desmesuradamente a sua superfície total e este aumento de área encoraja a especulação, o processo recomeçando e se repetindo em crescendo” (SANTOS, 2002b, p. 46).

Note-se, contudo, que como dito anteriormente, a tendência de expulsar as camadas populares para fora dos grandes centros urbanos não é exclusiva da RMS. No século XX, aquelas foram forçadas — seja pelo custo da moradia ou pelas políticas de ordenamento do solo e de localização das habitações populares — a residir longe do centro e dos seus locais de trabalho, implicando maiores gastos financeiros e tempos de deslocamentos.

[...] o fato é que a grande maioria dessas camadas ocupa o ‘lado de lá’ da cidade e as periferias afastadas. O ‘longe’ para elas é produzido por vários processos: pelas dificuldades de acesso, inclusive econômico, a um sistema de transportes satisfatório [...]; pelas crescentes distâncias, em tempo e em quilômetros, a que são impelidas suas casas e, finalmente, pelo deslocamento dos centros de emprego e subemprego terciários para a direção oposta dos bairros residenciais (VILLAÇA, 2001, p. 225).

Acrescente-se que “como morar na periferia é, na maioria das cidades brasileiras, o destino dos pobres, eles estão condenados a não dispor de serviços sociais ou utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos” (SANTOS, 2002b, p. 47). Mais uma vez, destaca-se a questão dos transportes, pois, além do custo aumentar quando se mora mais distante do centro (normalmente, as pessoas passam a depender de mais de um transporte), o tempo de deslocamento também se amplia, diminuindo a possibilidade e o tempo de repouso, de lazer e de convivência com a família.

As argumentações postas até o momento têm a intenção de destacar que não se está considerando que o aumento da população de Lauro de Freitas tenha decorrido “apenas” do crescimento econômico da região ou da ampliação da ocupação de Salvador — embora esse fato tenha sido de fundamental importância no processo — ou que tenha sido um processo espontâneo, sem qualquer tipo de intencionalidade ou estruturação. É digno de nota que, como bem argumentou Villaça (1973), todo arranjo de usos do solo segue determinadas leis e tem uma determinada racionalidade, ainda que não tenha sido proposta oficialmente por um órgão ou instrumento de planejamento. O crescimento demográfico e a reestruturação desse município estão efetivamente associados à ação de determinados agentes sociais, principalmente ao poder público e ao mercado imobiliário. Também, em alguma medida, pela ação dos “grupos sociais excluídos” (CORRÊA, 1989) que ocuparam determinados espaços de forma ilegal, embora, nesse caso, tenham se instalado em áreas que, de modo geral, já estavam destinadas a esse segmento da sociedade.

4.2.2 Os loteamentos para as classes mais abastadas

A complexidade e dinâmica dos processos sociais incidem na cidade alterando formas e funções, realocalizando pessoas dentro de novas lógicas, embora tais lógicas não fujam a padrões mais ou menos comuns ao sistema capitalista — especificamente fala-se das desigualdades e das relações de dominação. A ampliação da classe média na RMS e a difusão da idéia da valorização da natureza — que emergiu num momento de acentuada urbanização da sociedade em escala mundial, com a cultura urbana expandindo-se vorazmente — e do contato com ela como forma de minimizar os problemas gerados por esse modo de vida, consubstanciou a produção do paradigma da contra-urbanização, da necessidade do retorno às origens, de aproximação da natureza, esta simbolizando a pureza e a paz.

Lauro de Freitas, como já dito, possuía porções de mata atlântica, principalmente, na margem dos rios, manguezais e praias. Tendo em vista as tendências de desconcentração dos grandes núcleos metropolitanos que já se evidenciavam em outras partes do país e essa “nova” forma de pensar a necessidade de contato do homem com a natureza, Lauro de Freitas, próximo a Salvador e de Camaçari, parecia ser um espaço propício para investir na demanda solvável. Essa situação concorda com a tendência assinalada por Martine (1995) de que estariam ressurgindo ideais “antimetropolitanos”, que associariam os valores tradicionalmente considerados rurais a uma vida mais saudável, sem poluição e criminalidade. Souza (2000) assinalou que, desde meados da década de 70, as elites estariam tendendo a sair dos grandes centros urbanos, refugiando-se (auto-segregando-se) em municípios próximos a esses centros, mas buscando separar-se fisicamente da cidade como totalidade. Isso seria motivado, como referenciado no Capítulo 1, pela tentativa de se afastar da sua deterioração física e ambiental, da pobreza expressa na paisagem, do aumento da criminalidade, e pela busca de certa exclusividade social e de amenidades naturais.

A ação do mercado imobiliário e as políticas públicas empreendidas na RMS como um todo e em Lauro de Freitas, em particular, desse modo, não pretenderam transformá-lo numa alternativa apenas para os grupos sociais mais empobrecidos e com menor possibilidade de resolver o problema da moradia. As grandes empresas do setor, considerando e aproveitando-se das lógicas que baseavam as dinâmicas de desconcentração das grandes cidades, investiram nos segmentos mais abastados e, embora inicialmente não fosse destinado à moradia, quase que simultaneamente, foram criadas alternativas também para os grupos sociais de maior poder aquisitivo. A questão é que o tipo de empreendimento (tamanho do lote, localização e característica do mesmo), a infra-estrutura existente ou compromissada em

contrato de compra e venda findavam por gerar um preço bem diferenciado e esse induzia cada um dos grupos sociais a se colocar em distintos lugares. Mais precisamente, pode-se afirmar que os preços e as formas de financiamento e pagamento dos empreendimentos mais qualificados impediam que as pessoas com menor rendimento tivessem acesso a eles como proprietários. Nesse caso, obviamente, a relativa proximidade em relação a Salvador era considerada, no entanto as características do local mais enaltecidas nas peças publicitárias referiam-se à beleza “natural”, à possibilidade de associar moradia e lazer e à uma vida mais tranqüila em relação à cidade (longe de engarrafamentos e da violência). A localização, aí, assume aspecto diferente do evidenciado em relação a Itinga, por exemplo.

Esses empreendimentos mais qualificados destinavam-se sobremaneira a dar conta da demanda por moradia gerada pela nova classe média que se diferenciou e ampliou a partir da instalação da Petrobrás e do Pólo. Parte dos trabalhadores metropolitanos melhor posicionados em termos de hierarquia e salários, assim como parte dos funcionários públicos e integrantes da classe média que já moravam em Salvador, começavam a ocupar a orla oceânica da capital (onde foram implantados infra-estrutura pública e empreendimentos mais “modernos” e com melhor padrão de construção para moradia e lazer). Gradativamente, parte desses segmentos sociais foi sendo atraída — via publicidade — pelas qualidades da orla norte metropolitana onde se encontra Lauro de Freitas²³. Assim, neste município, a partir da década de 1970, mesmo sendo desprovido de uma série de equipamentos comerciais e de serviços públicos, foram implantados vários loteamentos destinados à segunda moradia dos grupos sociais mais privilegiados, principalmente na área próxima à orla e ao rio Joanes.

Fundamentalmente, com a pavimentação da BA-099, foi criada uma “demanda imobiliária artificial” nas orlas de Lauro de Freitas e Camaçari, colocando-as como uma alternativa para veraneio mais acessível do que a Ilha de Itaparica (para onde recorriam, há muito, os moradores de Salvador em busca de lazer), visto os problemas decorrentes das filas de espera para a utilização do ferry-boat²⁴. Assim, com essa estrada foi facilitada a expansão de Salvador em direção à orla norte metropolitana. Cabe verificar que para Villaça (2001)

As vias regionais de transportes constituem o mais poderoso elemento na atração da expansão urbana; note-se que até aqui não se falou de localização de indústrias, pois a expansão urbana não está necessariamente correlacionada com a localização de indústrias [...].

No Brasil, até a década de 70, as grandes vias regionais só atraíam a

²³ Nesse período, foram lançados uma série de loteamentos também na orla de Camaçari, notadamente nas praias de Arembepe, Guarajuba e Itacimirim.

²⁴ Embarcação que serve como um dos meios de acesso à Ilha de Itaparica, tanto para pedestres como para veículos.

expansão urbana representada pelos bairros de baixa renda. Com a difusão do automóvel e das auto-estradas de interesse regional, algumas daquelas vias passaram a atrair bairros de alta renda. É o caso da rodovia Castelo Branco, em São Paulo, mas não da Rio-Santos nem da Estrada do Coco, em Salvador. Nessas rodovias, a região já estava marcada para ser de alta renda antes de elas se tornarem rodovias regionais de alguma importância (VILLAÇA, 2001, p. 85).

De todo modo, é inegável que, embora a orla do município já estivesse reservada a empreendimentos destinados aos segmentos sociais de maior poder aquisitivo, a Estrada do Coco “diminuiu” as distâncias auxiliando a valorização daquela área facilitando a ligação do Pólo, em Camaçari, a Salvador, com seus diversificados comércio e serviços. Ademais, a acessibilidade é um atributo que necessariamente agrega valor à localização.

Disso também decorreram alterações na estrutura fundiária, como se verifica no Quadro 4. No entanto, diferentemente do que se observou em relação aos loteamentos populares, é importante que se ressalve, ao invés de dividir antigas propriedades, houve casos de loteamentos surgidos da fusão de algumas delas, a exemplo do Loteamento Recreio de Ipitanga, Loteamento Varandas Tropicais e Loteamento Vilas do Atlântico.

Um conjunto significativo de loteamentos, destinados às pessoas com maior renda, foi implantado no atual distrito do Atlântico Norte, onde, até 1980, havia 11 deles. A análise dos TACs desses empreendimentos, nos anos 1970, revelou que, em se tratando das exigências do poder público municipal, poucas eram as diferenças em relação aos loteamentos populares seguindo o padrão comum (como exemplifica o TAC apresentado no Anexo 1).

No entanto, a área dos lotes era significativamente maior, normalmente superior a 800m² — em Itinga, a maior parte deles contava com menos de 300m². Notou-se, também, que algumas das empreendedoras que atuaram nessa área, até aquela data, eram empresas com estrutura técnica e financeira mais consistente do que as que investiram em Itinga, o que se revelou pelo detalhamento e qualidade a que se comprometem no Memorial Descritivo, ou mesmo no TAC dos loteamentos. Exemplos de tal situação são os documentos referentes ao Condomínio Riviera (de 1976), que indica a entrega do empreendimento com ruas asfaltadas, muro, guarita de segurança e portão. Na maior parte deles já se falava de área de lazer, principalmente lazer infantil. O mesmo pode-se dizer em relação ao Loteamento Pedras do Rio Joanes — às margens do Rio de mesmo nome —, cujo memorial indica que seria cercado, haveria área de lazer e ancoradouro.

Quadro 4 – Origem, nome e área dos loteamentos destinados aos segmentos sociais mais abastados implantados em Lauro de Freitas entre 1966 e 1979

Origem	Loteamento / Condomínio			Observações
	Nome	TAC	Área total (m ²)	
Chácara Convívio Fazendas Reunidas Agricultura e Pecuária	Lot. Recreio de Ipitanga	1966	(...)	Localizado na orla.
Terreno da PMLF	Lot. Santo Antônio	1970	14.662,00	Localizado na Estrada do Côco
	Lot. Santa Terezinha	1972	34.000,00	Localizado no Centro
Fazendas Reunidas Agricultura e Pecuária	Lot. Portão	(...)	45.952,00	Localizado em Portão 19 lotes com áreas variando de 1.000 a 1.325 m ²
	Lot. Riviera	1977	(...)	
Fazenda Portão	Lot. Portão do Sol	1972	(...)	Localizado na orla; foi implantado com 691 lotes com 1.200m ² em média. 26 lotes com áreas variando de 294 e 429m ²
	Lot. Miragem	1977	1.351.462,00	
	Lot. Jardim Brasil	1979	12.180,00	
Fazenda Pitangueiras	Lot. Jardim Ipanema	1972	56.779,00	135 lotes
	Lot. Morada do Sol	1975	330.000,00	Localizado entre a Estrada do Coko e a orla com 315 lotes com áreas variando de 730 a 1.690m ²
	Lot. Vilas do Atlântico	1979	ver abaixo	ver abaixo
Fazenda Reunidas Concórdia	Lot. Granjas Reunidas Concórdia	1974	(...)	65 lotes com áreas variando de 9.600 a 11.800m ²
	Loteamento Pedras do Rio Joanes	1974	92.926,00	Localizado em Portão, às margens do Rio Joanes.
Fazenda Carapina	Lot. Bosque dos Quiosques	1975	272.826,00	192 lotes com áreas variando de 880 a 1.949m ² .
Sítio Sobradinho	Lot. Cond. N. Sra. de Lourdes	1975	87.000,00	Localizado no Centro, com 30 lotes variando de 2.000 a 2.980m ² .
Fazenda Santo Antônio	Cond. Parque dos Coqueiros	1975	143.365,00	Localizado em Portão com 72 lotes e lote padrão igual a 1.324m ² .
	Lot. Vilas do Atlântico	1979	ver abaixo	ver abaixo
Sítio Sobradinho	Lot. Menino Jesus de Praga	1976	13.000,00	Localizado em Portão com 10 lotes variando de 900 a 1.664m ²
Fazenda Japara	Lot. Parque Encontro das Águas	1976	2.506.980,00	Localizado em Portão, com 516 lotes.
Fazenda Buraquinho Fazenda Sacuri Fazenda São João Fazenda São João de Cima	Lot. Vilas do Atlântico	1979	2.870.568,00	Localizado entre a Estrada do Coko e a orla, esse loteamento previa uso residencial e comercial com quadras de tamanho bastante variável, conforme o uso previsto; construído em oito etapas.

Fonte: Termo de Acordo e Compromisso; Memoriais Descritivos dos loteamentos; Lauro de Freitas, 2002.

A idéia central desses empreendimentos permanecia associada ao lazer e à fuga da cotidianidade e dos males da vida moderna. Observe-se esse trecho do Memorial Descritivo

do Condomínio Rio Joanes, cujo TAC data de junho de 1981: “[...] os lotes possuem profundidade variável que irá permitir o ‘fundo de quintal’, uma das melhores características coloniais e que tem preservado na Cidade de Salvador, os nossos famosos vales arborizados. Com isso, se acentua o lazer [...] Para a prefeitura de Lauro de Freitas será uma profilaxia do mal urbano” (p. 5). Esse mesmo documento aponta a necessidade de guarita e de uma reserva de espaço para futuro adensamento do condomínio²⁵.

Parte desses empreendimentos foi dotada de alguma infra-estrutura antes ou a partir do seu lançamento. De forma geral, foram entregues com, pelo menos, postes de concreto, já com ligação elétrica, caixas coletoras de águas pluviais e ruas pavimentadas. Mas, efetivamente, o condomínio Encontro das Águas e o loteamento Vilas do Atlântico se tornaram uma referência pela qualidade de suas instalações e pelo tamanho em relação aos demais, se destacando na Estrada do Coco e, gradativamente, foram sendo associados a moradia de status.

É oportuno ressaltar que ambos foram implantados na época em que o COPEC iniciava suas atividades. Duas das muitas conseqüências desses processos, e que contribuíram para a implantação de tais loteamentos, tão próximos à Estrada do Coco, a meio caminho de Salvador e Camaçari, devem ser mencionados: a proporção significativa de trabalhadores qualificados que foram trazidos de outros estados para trabalhar no Pólo em atividades de nível superior e os elevados salários pagos aos seus funcionários em relação ao mercado anteriormente existente. Esses aspectos foram levados em consideração pelas empresas que criaram esses loteamentos; eram especialmente esses trabalhadores que se visava atrair.

O condomínio Encontro das Águas foi registrado como Loteamento Parque Encontro das Águas, sendo originário de desmembramentos das fazendas Japara e Portão. Localiza-se nas margens dos rios Joanes e Ipitanga com seu portão principal situado na Estrada do Coco. Seu TAC, de 06/11/76, seguia o mesmo padrão dos demais loteamentos dessa década chamando a atenção apenas pelo tamanho da área, contava com de mais de 3,2 mil m² com os 516 lotes ocupando um total de 2.506.980,90m². Em junho de 1980 ocorreu uma re-ritificação do TAC, passando à condição de condomínio fechado, e a imobiliária assumiu a responsabilidade de (a) pavimentar 1.600 metros de ruas com chapa de concreto asfáltico dentro dos padrões Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), envolvendo tanto ruas de dentro do loteamento como as de acesso ao mesmo; e (b) limpar, regularizar e compactar o acesso municipal ao rio

²⁵ Atualmente esse condomínio se chama Residencial Marina Riverside e possui características completamente diferentes das existentes à ocasião de seu lançamento.

Joanes, entre esse loteamento e o Condomínio Chácaras do Rio Joanes. A partir dessas condições, a Prefeitura se comprometeu a aprovar a alteração do perfil do loteamento. O fato é que o Encontro das Águas, já neste ano, possuía ruas asfaltadas, água potável, sistema de drenagem fluvial, rede elétrica e de iluminação pública, praças e áreas verdes, área de lazer com restaurante, piscina, parque infantil, quadras, duas barragens para recreação, hangar para lancha e uma área destinada a implantação de escola pública.

Suas características e preço, desde o início, o destacaram como empreendimento voltado aos segmentos sociais dotados de maior poder aquisitivo. Nas campanhas de divulgação e venda, que incluíam passeios de barco no rio Joanes e de charrete pela área loteada, eram realçadas suas características “naturais”.

Do mesmo modo, as belezas da natureza foram um dos argumentos da campanha publicitária para a comercialização do Loteamento Vilas do Atlântico, que, no total, tinha 2.870.568m² divididos em 2.422 lotes. No entanto, os anúncios espalhados nos principais jornais da cidade, *outdoors* e televisão também relacionavam o empreendimento à possibilidade da fuga dos problemas urbanos, dos engarrafamentos e necessidade de associação homem-natureza. Para o lançamento da sua etapa inicial — ao todo foram oito, a primeira datada de 22 de março de 1979 e a última de 1982 —, a principal peça publicitária (Foto 13) realçava o fato de se poder construir uma *comunidade* de forma *planejada*. A separação da cidade real estava anunciada como um ideal a ser vendido. Pagando-se seria possível viver num mundo melhor, próximo à natureza (praia), organizado, afastado da sociedade, como uma comunidade à parte.

Foto 13 – Peça publicitária do loteamento Vilas do Atlântico



Fonte: Vilas Magazine, nº 68, set. 2004a.

Note-se que, de início, seu “diferencial” em relação aos demais empreendimentos da época pôde ser notado nas especificidades do seu TAC. Esse documento, embora seja do

mesmo período (anos 1970) dos demais observados até aqui, é extremamente detalhado, abordando uma série de aspectos de sua implantação, inclusive as datas de lançamento das etapas posteriores, previstas para serem concluídas em até dez anos. Destaque-se que além do tamanho das quadras e dos lotes, havia a descrição e localização dos equipamentos que seriam instalados antes e após o lançamento, a exemplo das áreas que seriam destinadas aos villages (que poderiam ter até três pavimentos em algumas quadras e até quatro em outras), das vagas dos estacionamentos destes, das quadras que poderiam ter casas com até dois pavimentos, da área do centro comercial, do clube, das escolas, dos templos religiosos, do centro de animação e distribuição das áreas de lazer, tal como se via inclusive na planta que constituía uma das peças publicitárias da primeira etapa desse loteamento (Figura 4). Note-se a localização dos condomínios de apartamentos e de casas. Igualmente, se destacava a praia e as áreas de lazer (quadras e campo de futebol) e comércio.

Figura 4 – Planta destinada a divulgar a primeira etapa do loteamento Vilas do Atlântico



Fonte: Vilas Magazine, nº 68, setembro de 2004.

(1) Áreas pluridomiciliares; (2) espaços destinados ao lazer e à prática desportiva; (3) equipamentos comerciais; e (4) ciclovia.

Ademais, foi acordado que seria entregue com ruas asfaltadas, caixas de drenagem pluvial e calçadão para caminhada na orla. Observe-se na Foto 14 que já na entrega da

primeira etapa, as ruas principais estavam parcialmente asfaltadas (av. Praia de Itapuã e av. Praia de Copacabana) e as quadras de tênis e o campo de futebol do clube (Vilas Tênis Clube) estavam instalados.

A idéia era atrair pessoas com o mesmo perfil socioeconômico, sendo o loteamento com o metro quadrado mais caro da região de acordo com artigo de um jornal do bairro, publicado por ocasião do 25º aniversário do loteamento:

Vilas do Atlântico nascia destinado à alta classe média, desde quando o preço dos terrenos (a partir de Cr\$ 500,00 o metro quadrado) era o mais caro da época. Para se ter idéia, no Encontra das Águas, o lote de 4.000m² custava 400 mil (ou Cr\$ 100,00 o m²), no Miragem, o lote de 1.100 o m² era vendido por 242 mil (ou Cr\$ 220,00 o m²). Embora situados em Lauro de Freitas, os empreendimentos não citavam a localização nos anúncios, dando ênfase à Praia de Buraquinho, talvez por querer ser independente, ter autonomia ou simplesmente por não ser estratégico situar tal projeto num município tão carente, como era na época (BANDEIRA, 2004, p. 8).

Embora abordando as deficiências estruturais de Vilas nos primeiros anos após sua implantação, ainda que o abastecimento de água fosse irregular e a energia elétrica não atendesse adequadamente todas as residências (nos principais meses de veraneio, afirmam alguns moradores, havia falta de água e queda de luz), depoimentos de antigos proprietários apontam que foram atraídos pela idéia de uma nova forma de viver, busca de maior segurança, de estar mais próximo à natureza e de compor em uma sociedade mais homogênea. *“Na época foi a tranqüilidade do local, com padrão de qualidade diferenciada e modernidade que me atraíram”* disse Rogério Fracassi que passou a residir em Vilas no início dos anos 80 (*apud SEMENOV, 2004a, p. 14*).

Do mesmo modo, uma moradora de Vilas há 23 anos afirmou que se mudou de Salvador para lá em busca de maior tranqüilidade; um senhor de 67 anos, com 18 anos nesse loteamento, argumentou que, além de uma boa opção financeira, veio para Vilas também em busca de maior tranqüilidade. Outro morador, que adquiriu o lote diretamente da loteadora (quando morava no Rio de Janeiro), mas que passou a residir a 11 anos disse: *“tenho paixão por esse lugar... foi amor à primeira vista [...] queria sair da violência do Rio e morar numa casa com privacidade, que não fosse cercada por prédios altos, com um clima bom, qualidade de vida, com as facilidades de uma sociedade homogênea, sabe, as pessoas de uma mesma classe [...]”* (D., 60 anos); *“se não tivesse vindo para cá teria morrido, aqui encontrei paz e tranqüilidade que não tinha em Salvador”* (H., há 22 anos mora em Vilas).

Foto 14 – Vista panorâmica do loteamento Vilas do Atlântico no verão de 1979/1980



Fonte: Vilas Magazine, nº 68, setembro de 2004a.
 (1) av. Praia de Copacabana; (2) av. Praia de Itapuã; e (3) quadras de Vilas Tênis Clube.

Com relação à infra-estrutura, havia deficiências tanto no que se refere a serviços como ao comércio. Contudo, depoimentos de antigos moradores atestam que a construtora preocupou-se em sanar esses problemas: asfaltou as ruas, criou áreas de lazer, proporcionou abastecimento de água, linhas de transporte coletivo, financiou a instalação de uma escola particular etc. Veja-se a entrevista que o senhor Roberto Mascarenhas, que se tornou residente de Vilas em 1983, ao jornal Vilas Magazine:

Não existia água da EMBASA, então havia uma estação de tratamento de água da própria construtora. Um caminhão pipa da [construtora] Odebrecht abastecia as construções das casas... Para telefonar, tínhamos que ir até o aeroporto. Uma linha telefônica que hoje é de graça, naquela época custava 20% do valor do terreno. As coisas eram difíceis. Comprávamos pão em Portão. [...] O primeiro ônibus foi mantido pela Odebrecht. Ele pegava as pessoas no clube e levava ao Aeroporto. Para chegar até aqui telefonávamos do Aeroporto e iam nos buscar. [...] Os moradores deveriam voltar a adotar a postura que tinham no início. Éramos uma comunidade, mas perdemos esse espírito (in SEMEANOV, set. 2004, p. 13).

Ademais, o poder aquisitivo dos moradores, parte dos quais funcionários do Pólo, permitia que eles mesmos, sem auxílio da construtora e do poder público, viabilizassem a minimização dos problemas: alugavam kombis para levar as pessoas que não tinham automóvel para Salvador e pagavam para que o lixo fosse retirado, por exemplo.

A segunda etapa do loteamento (lançada também em 1979) foi feita com uma intensa campanha de divulgação em jornais, *outdoors* e TV; difundia-se a idéia de um planejamento

urbano integrado e de um loteamento já bem sucedido com 38% dos lotes da primeira etapa vendidos, 120 casas sendo edificadas, clube construído e um segundo em fase de construção, um colégio conhecido em Salvador em fase de implantação e com uma série de eventos esportivos e sociais sendo realizado em sua área: coquetéis, campeonatos escolares, peças teatrais infantis, leilões de cavalos de raça, exposição de cães, campeonatos de tênis com atletas de nível nacional, inaugurações etc (Foto 15). “O revolucionário Vilas tornava-se então, o maior sucesso de vendas e divulgação do mercado imobiliário da Bahia nos últimos tempos” (BANDEIRA, set. 2004, p. 6).

Foto 15 – Evento promocional de lançamento de uma das etapas do loteamento Vilas do Atlântico



Fonte: Vilas Magazine, nº 69, out. 2004.

Além disso, aproveitando-se de um programa da Caixa Econômica Federal (Pró-Áreas), que financiava a construção da casa própria, “a política de penetração dos preços utilizada na primeira etapa não se fazia mais necessária e a própria valorização do empreendimento determinou que o valor médio do m² aumentasse de 1,23 para 1,54 OTNs (25,2% em termos reais)” (FREITAS, 2004, p. 3). Desse modo, mais uma vez o poder público, através de políticas de financiamento da casa própria, voltada à classe média, favoreceu a esse grupo social em relação aos mais pobres. É interessante observar o slogan dessa etapa intitulada “Viva a nova década: está nascendo um novo tempo, e mais do que nunca é preciso estar na frente para viver a melhores coisas dessa década”. De acordo com o jornal acima mencionado, Vilas do Atlântico passava a significar um “novo conceito de vida”, associado à tranqüilidade e ao contato com o meio ambiente, atraindo moradores de Salvador.

Embora não esteja explícito, associado ao slogan anterior, esse novo conceito indicava a possibilidade de criar uma comunidade com pessoas com perfil semelhante, diga-se perfil de

renda semelhante, o que conduziria a um lugar melhor. Caldeira (2003) verificou que para as classes média e alta a aquisição de residência se faz mediada pelos anúncios publicitários, indústrias imobiliárias e da construção. No caso de São Paulo, mas que se aplica ao de Vilas, os anúncios se referem a um “novo conceito de moradia” criando a imagem da moradia desejável, onde se associa o morar bem à segurança, ao isolamento, à homogeneidade social, existência de equipamentos e serviços próprios para esse grupo. “Os anúncios apresentam a imagem de ilhas para as quais se pode retornar todos os dias para escapar da cidade e para encontrar mundo exclusivo de prazer entre os iguais” (CALDEIRA, 2003, p. 265).

Verifica-se que na segunda metade dos anos 1980 começaram a ser instalados os primeiros condomínios fechados dentro de Vilas, inclusive com prédios — condomínios dentro de um loteamento supondo ainda mais conforto, senão no tamanho da moradia, mas na segurança e nos serviços. Na Foto 16, datada dessa década, já é possível ver que o asfalto foi implantado em todas as principais ruas do loteamento e que a instalação das quadras do clube estava avançada em relação ao ano anterior. Essa foi a ocasião do lançamento da terceira etapa de Vilas do Atlântico.

Foto 16 – Vista panorâmica do loteamento Vilas do Atlântico em meados dos anos 1980



Fonte: Vilas Magazine, nº 68, setembro de 2004.
Avenida Praia de Copacabana, (2) da Avenida Praia de Itapuaã,
e (3) continuação das obras de construção do clube.

É importante destacar que, como dito no capítulo anterior, as elites têm maior poder de pressionar o poder público. Ainda que não se possa afirmar que os residentes de Vilas dos anos 1980 pertencessem às classes mais altas (embora com certeza integrassem a classe

média), nem se possa determinar com clareza quais os tipos e formas de ingerência praticados pelos mesmos nos órgão públicos, organizados em associação — ver informações da placa na Foto 17 — contribuíram para trazer para o loteamento a água tratada e encanada e iluminação elétrica adequada antes que isso ocorresse em Itinga de modo geral, ainda que a ocupação e densidade deste fosse anterior e maior.

Foto 17 – Placa anunciando a data de ligação do loteamento Vilas do Atlântico à rede geral de água



Fonte: Arquivo do Colégio Perfil, [1984].

Para o atendimento da demanda solvável em Lauro de Freitas, houve tentativa — ainda que não se possa generalizar — do agente imobiliário de prover a infra-estrutura não contemplada pelo Estado, o que se observou nos Condomínio Parque Encontro das Águas e no Loteamento Vilas do Atlântico. De acordo com os moradores mais antigos, as dificuldades existentes nos primeiros anos desse loteamento não se sobrepunham às vantagens de ter uma casa (não necessariamente para morar) em um lugar classificado como aprazível e tranqüilo. Inclusive, valia à pena pagar caro para adquirir tais vantagens.

Observe-se que em nenhum dos domicílios onde se realizou a pesquisa empírica, houve referência aos aspectos negativos ou às dificuldades de vir morar em Vilas nesses primeiros anos do loteamento, quando os problemas emergiam no discurso eram tratados como “aventura”, ou ainda, do mesmo modo que em Itinga, como algo que seria passageiro.

Mas, é fundamental verificar o que representou Vilas do Atlântico para os que já residiam no local. A tentativa de urbanizar áreas rurais com vistas a valorizá-las, mencionada acima, e que foi marcante em Itinga, aqui adquire um tom mais forte. Evidenciou-se que Vilas representou a união de seis propriedades rurais que, conforme o levantamento documental, pertenciam a diferentes pessoas, ou seja, não era um grande latifúndio. Ao sul do que hoje

constitui Vilas do Atlântico, o atual bairro de Pitangueiras, há antigos moradores, alguns residem ou conhecem o local há, aproximadamente, 40 anos, antes de esse loteamento ser implantado. Aquela área era propriedade de Edgar Paranhos, que a dividiu e vendeu-a parcialmente a pessoas com pequeno poder aquisitivo. Uma senhora, que comprou um desses lotes há 33 anos, disse que já conhecia o lugar a antes, havia alguns parentes seus que moravam nas redondezas. Mas, ali não havia nada, era o caminho para uma olaria, “[...] *tinha uma estradinha de barro, os carros para passar (sic) tinham que colocar casca de cocos. Era tipo uma fazenda de Edgar Paranhos, era tudo plantaço... ele foi vendendo nos anos 60*” (E., 57 anos).

Os que conheceram o local há mais tempo falaram que ali era uma “roça”. Repare-se, não era “mato” como Itinga, uma roça significa a existência de plantaço. No caso, de várias plantações. As pessoas podiam cultivar nas antigas fazendas; havia roça de milho, feijão, mandioca, e, principalmente, hortaliças que são cultivos temporários, mas alguns dizem que eles ou seus pais e avós plantaram mangueiras, jaqueiras, o que indica o tempo que pretendiam ou usavam o lugar. “[...] *era a roça do meu avô, a gente comeu jaca da jaqueira que ele tinha plantado*” (W. 32 anos, há 14 morador de Pitangueiras). Havia também lavadeiras que trabalhavam nos riachos que cortavam o atual loteamento. Contam que iam trabalhar na roça ou lavar roupa e, na hora do almoço, comiam frutas, tomavam banho de rio e descansavam na sombra das árvores. A “chegada” de Vilas e dos seus primeiros moradores alterou rapidamente esse modo de vida; as roças se reduziram ou sumiram, só quem tinha o terreno um pouco maior pôde manter essa atividade. Os altos muros das casas erguidas em Vilas e as guaritas — além da praia, há mais três acessos a Vilas (a portaria principal, a portaria 2 e a portaria 3), todos com guarita e portão (que nos primeiros anos era mantido fechado) — impediam ou dificultavam o acesso dessas pessoas ao espaço que lhes era tão familiar.

Um morador, cuja família adquiriu lote em Pitangueiras há 40 anos, apresenta a sua visão do conflito que se estabeleceu a partir desse momento entre os compradores dos terrenos do loteamento — que se propunha a ser um novo modelo de *comunidade* — e os antigos, e pobres, moradores. “*Vilas do Atlântico sufocou Pitangueiras. Vilas dominou. [...] Quando a Odebrecht fez Vilas, colocou um muro e separou, [...] eles [os moradores] cercaram o que era acesso para Vilas [...] Eles disseram que aqui era tudo invasão, quem não tinha seus documentos teve que botar advogado ou ir na prefeitura*” (W., 32 anos, 14 anos residindo em Pitangueiras). Assim, desde o início, Vilas do Atlântico representou tanto a dissolução das relações sócio-espaciais existentes, como a busca de construir um espaço à parte, separado da cidade de onde, predominantemente, vieram os moradores e da sociedade que ali já existia.

4.3 DA FRAGMENTAÇÃO DAS PROPRIEDADES À SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL

A fragmentação espacial em Lauro de Freitas nas primeiras décadas de sua existência como unidade municipal foi mais do que a divisão de antigas propriedades ou do solo. Foi uma divisão social do espaço. Desde os primeiros anos de sua implantação, as localizações e condições de entrega dos loteamentos das diferentes áreas do município foram acentuadamente distintas tal como as fotos, documentos e depoimentos apresentados permitem afirmar. Com efeito, a espacialização das desigualdades presentes na sociedade, desigualdades associadas à inserção no mundo da produção, e que se refletem no consumo da mercadoria habitação, produziu uma separação entre as classes indicando um processo de segregação residencial, tal como definido nesse trabalho: concentração de moradias de uma classe social em um determinado espaço da cidade, resultante de processos socioeconômicos, políticos e ideológicos predominantes em dado momento histórico e que atuam estruturando a cidade em áreas social e espacialmente diferenciadas. Com isso, não se pretende apenas dizer que as desigualdades sociais se refletem na desigual distribuição do espaço, mas que as estruturas espaciais, decorrentes dos processos sociais num dado contexto histórico, constituem-se em uma de suas expressões. Na medida em que o espaço se constitui numa das instâncias sociais, também produz condições diferenciadas de inserção social.

Como extensão territorial da capital, o município recebeu os pobres que, na tentativa de construir sua moradia se distribuíram no município, mas se concentraram em Itinga, espaço “preparado” como recebê-los, com infra-estrutura precária ou inexistente, (não) proporcionada pelo loteador e pelo Estado. Para alcançar o sonho de adquirir a casa própria (nesse caso, de construí-la), de ter a posse dela, valia o sacrifício das horas de lazer, do convívio familiar, do próprio corpo. O discurso dessas pessoas indica que ter a casa é um símbolo, “morar no que é meu”, é o seu projeto de vida. Tendo em vista os limites econômicos de suas possibilidades de escolha, os grupos de mais baixa renda, normalmente e tal como no caso em estudo, são impelidos a dirigirem-se a determinados lugares que são mais baratos, desvalorizados comercialmente, com menor infra-estrutura, geralmente mais longínquos, o que incide em maior custo e tempo de deslocamento. Pode-se dizer que esse grupo é segregado dada a sua restrita possibilidade de escolha, mais propriamente, normalmente os locais acessíveis às pessoas de baixa renda são mais afastados das áreas centrais e/ou com infra-estrutura precária. Conforme Souza (2003), é uma segregação induzida.

No caso da consolidação de Itinga como bairro residencial, essa situação se associa, sobretudo, a uma lógica de separação social seguida nos anos 1970 em grandes cidades brasileiras, de periferização dos mais pobres — periferização esta associada à distância do centro e a condições precárias de moradia. É importante ressaltar que esse tipo de separação entre as classes aconteceu em um período onde as diferenças sociais não estavam em foco nas discussões acadêmicas, no Estado e na mídia. De acordo com Caldeira (2003), ao menos três fatores teriam colaborado para desatenção em relação a essa questão: (1) a separação física entre as classes dificultou seus encontros, restringindo-os, principalmente, à circulação das zonas mais centrais; (2) o crescimento econômico, desencadeado nos anos 1950 e cujo ápice foi nos anos 1970, produziu crescimento econômico e expectativa de mobilidade social; e (3) a ditadura militar que impediu organizações políticas e expressões contrárias ao regime. Mas as tensões provocadas pelas desigualdades permaneceram latentes e evidentes na estruturação espacial.

Em Lauro de Freitas, com a chegada dos grupos mais abastados, esses contrastes ficaram explícitos. Esse segmento social se fez presente no município a partir de outros objetivos, em busca de amenidades. A relativa proximidade de Salvador, as características “naturais” e a idéia de construir uma comunidade planejada foram argumentos adotados pelos promotores imobiliários para converter antigos espaços rurais em área de lazer qualificada para as classes de maior poder aquisitivo. Loteamentos foram criados e vendidos sob o signo da qualidade de vida. Para estabelecê-los, escolheram-se, principalmente, as orlas do rio e do mar.

No caso das elites, que tem capacidade de escolha bem mais ampla, diz-se que se auto-segregam. Para esse grupo, como se verifica em relação aos moradores de Vilas do Atlântico, o longe adquire uma outra conotação: a de afastamento dos problemas cotidianos, das mazelas da vida dos grandes centros urbanos. Efetivamente se trata de uma opção, o custo elevado é, na visão desse segmento, compensado pelas vantagens do local. Observe-se: em Vilas do Atlântico, o agente privado, representado pela construtora, visando atender à demanda de sua clientela, buscou suprir as deficiências de serviços públicos. Ademais, o poder público municipal corroborou os interesses do mercado imobiliário, favorecendo e apoiando a instalação de empreendimentos para os grupos mais abastados. Em Itinga, onde o agente imobiliário era mais frágil em termos técnicos e financeiros e onde se pretendeu atender a demanda por moradia dos segmentos de menor renda, a falta de infra-estrutura não foi suprida pelo mercado ou pelo ente público. Seus moradores se viram, desse modo, na contingência de terem que resolver seus problemas por si sós ou, como manifestaram em entrevista, “na luta” junto ao poder público.

Produziu-se uma espacialização das classes sociais, concentrando-as em localizações distintas em vários sentidos: em termos de lugar propriamente dito, de infra-estrutura, de acessibilidade e de valoração ideológica. Não tardou o senso-comum associar Vilas e Encontro das Águas, particularmente, à moradia da elite, ao bem-viver. Sobre Itinga, logo incidiu o estigma de lugar de pobres, de difícil acesso e a com alto índice de criminalidade.

O poder público municipal ao estabelecer normas gerais e pouco rígidas para a implantação desses loteamentos, inclusive no que tange à sua localização, permitiu que os agentes imobiliários adquirissem papel marcante na estruturação do espaço municipal, especialmente na questão da localização residencial. Essa situação pode ser esclarecida pelas análises de Corrêa (1989) que destacou a relação entre os interesses da classe dominante e as ações do Estado — que atua de modo espacialmente desigual — com o mercado imobiliário, o que lhe permite controlar o mercado de terras, a incorporação e a construção, reservando para si as frações do espaço que mais lhe convém. Mas caberia ao Estado, direta ou indiretamente, minimizar a desigualdade por meio do seu poder de controle e, por exemplo, por uma distribuição mais igualitária de equipamentos, infra-estrutura ou financiamentos ou através de um controle de uso da terra que beneficiasse a construção de empreendimentos e contribuíssem para a equidade e integração social e desestimulasse a implantação de enclaves (MARCUSE, 2004).

Acrescente-se que até os anos 1970, não se pode falar que em Lauro de Freitas houvesse uma organização urbana propriamente dita ou uma estrutura de classes que fosse suficientemente clara para produzir, a partir de sua própria dinâmica, uma diferenciação de usos do solo ou uma distribuição das classes sociais no espaço. O crescimento da população desse município e a mudança de sua estrutura e organização do solo que se anunciava estava associada à intensa emigração da capital para seu território. Era a cidade de Salvador que se expandia, simbolicamente e através dos fluxos, redefinindo seu território, estabelecendo novas e mais intensas relações com o seu entorno. Nesse sentido, pode-se dizer que se produziu um processo de segregação residencial em Lauro de Freitas antes mesmo que esse constituísse como cidade propriamente dita. A segregação nesse município, sem dúvida, decorreu de um processo cujo núcleo era Salvador de onde, predominantemente, vieram as pessoas que adquiriram os lotes, fossem os mais pobres ou os mais abastados.

5 A FRAGMENTAÇÃO SOCIAL E ESPACIAL E AS ESCALAS DA SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL EM LAURO DE FREITAS

O crescimento da população de Lauro de Freitas observado a partir de sua emancipação resultou de processos diferentes, embora complementares, de distanciamento dos moradores da capital para a periferia metropolitana: os mais pobres que imigraram em busca do sonho da casa própria e os segmentos mais abastados que procuravam afastamento dos males das grandes cidades. Esses processos resultaram, dentre outras conseqüências, na fragmentação social e espacial do município, produzindo espaços desiguais. Se Lauro de Freitas é apontado, tanto na mídia como no senso comum, pela sua elevada “qualidade de vida”, onde residem artistas, esportistas, políticos e empresários, onde se localizam Vilas do Atlântico e o Encontro das Águas, ao mesmo tempo, é fato conhecido que nos bairros de Itinga e Portão, onde moram pessoas dos segmentos mais baixos, a violência aparece como um dos principais estigmas.

Para melhor entender as características dessas áreas, no capítulo anterior procurou-se verificar como esses espaços se consolidaram para, no presente capítulo, buscar explicitar as características principais desses espaços e de sua estruturação atuais. Para tanto, considerou-se inicialmente a divisão de distritos do município tal como proposta pela Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas — PMLF —, a saber: Areia Branca, Atlântico Norte, Cají-Picuaia, Centro, Ipitanga, Itinga e Portão, cuja localização se verifica na Figura 5.

Figura 5 – Localização dos distritos de Lauro de Freitas



Fonte: Lauro de Freitas, 2002.

Desses distritos, quatro foram definidos pelo Governo Municipal como de uso predominantemente residencial: Atlântico Norte, Centro, Ipitanga, Itinga e Portão, como se indicou na Tabela 11.

No distrito de Areia Branca, que aparece com uso indefinido, há uma grande parte ocupada por mangue, embora existam loteamentos populares dos mais antigos de Lauro de Freitas. No Cají - Picuaia, definido como empresarial, situam-se as áreas destinadas ao Pólo

Industrial/MIDAS (ver Capítulo 2). Nesse distrito, onde ainda existem grandes e antigos sítios, nos anos 1990, foi implantado o Conjunto Habitacional Vida Nova composto por casas populares. Contudo, sua densidade está associada também a um processo de ocupação irregular da área, tendo sido verificada a existência de seis invasões no seu território: Jardim Ipitanga, Jardim Castelão, Paulista, Pouso Alegre, Acalanto e Cajá da Embasa (LAURO DE FREITAS, 2005a).

Tabela 11 – Área, população absoluta e relativa, densidade demográfica e uso dominante dos distritos de Lauro de Freitas, 2000

Distrito	Área (km ²) ¹		População		Densidade demográfica	Função dominante
	Absoluto	%	Absoluto	%		
Areia Branca	22,33	32,98	3.151	2,78	141,11	Indefinido
<i>Atlântico Norte</i>	7,96	11,75	12.188	10,73	1.531,73	Residencial
Cajá -Picuaia	15,62	23,07	11.328	9,98	725,22	Empresarial
Centro	5,98	8,83	17.205	15,15	2.876,13	Misto
Ipitanga	3,19	4,71	12.237	10,78	3.834,85	Residencial
<i>Itinga</i>	6,90	10,19	41.558	36,60	6.021,15	Residencial
Portão	5,73	8,46	15.876	13,98	2.772,62	Residencial
Total	67,71	100,00	113.543	100,00	1.676,95	Residencial

Fonte: Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, 2005.

¹ Para efeito administrativo, devido ao fato de haver uma área de litígio em Itinga e Ipitanga com a Prefeitura Municipal de Salvador, a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas trabalha com uma área de 67,71km², diferindo, portanto, de sua área oficial.

No Centro, sede da antiga freguesia que originou Lauro de Freitas, se encontra a Igreja de Santo Amaro de Ipitanga (Foto 18). É onde se localizam, atualmente, a prefeitura e a maior parte das secretarias municipais, a biblioteca pública, o ginásio de esportes e a pista de skate, para onde convergem pessoas de vários dos bairros do município para praticar do skatismo. Nesse distrito, também havia áreas densamente habitadas, fossem originárias de loteamentos (tanto populares como destinados aos segmentos da classe média), como por conjunto habitacional (o Clériston Andrade, situado na Estrada do Coco) ou por ocupação irregular (a invasão dos Irmãos). Nesse distrito onde se localiza a maior parte das instituições de nível superior do município, há uma escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), assim como uma série de galpões onde funcionam pequenas e médias indústrias, oficinas, etc.

Enfocando-se os distritos ditos de uso residencial, Portão, cuja origem é uma propriedade rural de mesmo nome, configura-se numa área de ocupação bastante antiga e que, originariamente se estendia até a praia de Buraquinho. Nele residiam basicamente pessoas das classes populares, em núcleo já consolidado, onde além de domicílios, existem equipamentos públicos e privados de educação e saúde e algum comércio popular. Atualmente, em Portão estão instaladas duas Secretarias Municipais, as de Saúde e Planejamento.

Foto 18 – Praça da Matriz e Igreja de Santo Amaro de Ipitanga



Fonte: Vilas Magazine, nº 51, abr. 2003.

No distrito de Ipitanga, que ocupa parte da orla de Lauro de Freitas, ocorreu uma intensa ação dos agentes imobiliários nos últimos anos. Limitando-se com a Praia do Flamengo, em Salvador, por muito tempo foi local de veraneio da classe média e, há relativamente pouco tempo, foi sendo convertido em local de moradia: há casas, alguns condomínios fechados e nos últimos anos alguns de seus lotes vêm sendo especialmente utilizados para a construção de *villages* e pequenos condomínios. Diferentemente de Portão, contudo, não apresenta comércio relativamente desenvolvido, mesmo para consumo de gêneros de primeira necessidade. O que se destaca nesse bairro, em termos de serviços, são as barracas de praia²⁶ que se estendem por praticamente toda a orla. O transporte coletivo também é incipiente, ao contrário do que se verifica nas localidades centrais de Portão. Em 2005, de acordo com dados da Secretaria de Planejamento, Saneamento, Meio Ambiente e Turismo do município, existem cinco invasões em Ipitanga, todas bastante densas, assim denominadas: Lagoa da Base, Chafariz, Boca do Vulcão, Lagoa dos Patos e Jockey Clube. Em Portão, há três invasões: Pedro Paranhos, Solar União e Vila Nova de Portão (LAURO DE FREITAS, 2005a).

Os distritos de Itinga e Atlântico Norte, cuja ocupação se associa em muito da ação dos agentes imobiliários, têm o início do processo de adensamento e de redefinição funcional datado dos anos 1970, tendo acontecido mais aceleradamente em Itinga. Seu crescimento demográfico decorreu de lógicas paralelas de deslocamento de determinados setores sociais para a periferia da capital, como se discutiu no capítulo anterior. Tratam-se de áreas cujas características gerais dos moradores e das condições de moradia são, em média, bastante

²⁶ Considera-se “barraca de praia” uma espécie de bar localizado na areia da praia, onde se servem bebidas, petiscos (tira-gosto) e refeições.

distintas entre si: enquanto em Itinga predominam pessoas das classes populares, com baixa escolaridade e renda, no Atlântico Norte, prevalecem indivíduos das classes média e média-alta, bastante escolarizadas. Em ambos os distritos, existe comércio intenso e uma série de equipamentos públicos e privados de educação e saúde e transporte coletivo para diferentes locais do município e de Salvador.

As características e lógicas de produção desses dois distritos (apresentadas no Capítulo 4) e o senso comum sobre os mesmos resultaram em indagações e fizeram com que se tornassem os objetos centrais dessa pesquisa. Itinga e Atlântico Norte, situados em lados opostos da Estrada do Coco, são áreas que, embora apresentem as mesmas funções e tipos de equipamentos, revelam, qualitativamente, formas e estruturas bastante diferentes, servindo de símbolo: de um lado a pobreza e de outro a riqueza. Note-se que a Estrada do Coco é considerada um símbolo da separação social, ou como generalizou a atual prefeita Moema Gramacho²⁷, uma linha de “apartheid” separando o “dormitório dos incluídos”, a porção litorânea, do “povo de Portão, Caji, Itinga que não pode freqüentar as praias de Buraquinho, Ipitanga e Vilas”.

Partindo dessas noções mais gerais e do entendimento de que esses distritos são muito significativos para caracterizar Lauro de Freitas — Itinga, bairro popular, com a maior adensamento, intenso comércio, foi o primeiro a ser efetivamente ocupado; o Atlântico Norte, situado na orla, concentra a maior parte da elite socioeconômica do município e onde localizam comércio e serviços bastante sofisticados —, neste capítulo pretende-se analisar as condições de moradia de Itinga e do Atlântico Norte discutindo-se questões referentes ao processo de segregação residencial nos mesmos. Para tanto, inicialmente, e para melhor justificar a opção por esses dois distritos, foi apresentada uma caracterização mais geral dos mesmos. Num segundo momento, propõe-se verificar as semelhanças e diferenças das condições de moradia de algumas de suas áreas internas a partir de pesquisa empírica, feita por meio de levantamento de informações e percepções dos moradores e observações de campo em ambas as áreas. Particularmente em relação a essa segunda perspectiva, segue-se o objetivo de verificar as características e em que escalas se pode evidenciar o processo de segregação residencial.

²⁷ Trata-se do discurso da proferido pela prefeita no evento denominado “Reunião da Prefeitura e População. Decidindo Juntas — Orçamento Participativo” que pretendeu instaurar o programa de orçamento participativo no município, ocorrida em 5 de março de 2005 no Terminal Turístico de Portão. Para essa reunião convocou-se a sociedade em geral através de faixas e convites pessoais foram dirigidos a lideranças comunitárias. Contou, também, com a participação de técnicos da prefeitura, o Secretariado de Governo, deputados estaduais e federais e com o prefeito de Alagoinhas.

5.1 CONDIÇÕES GERAIS DE MORADIA, DE ACESSO A SERVIÇOS E DE CONSUMO DOS DISTRITOS DE ITINGA E DO ATLÂNTICO NORTE

Na Figura 6 é possível notar a quantidade e a importância de tais loteamentos na estruturação de Itinga, processo decorrente, sobretudo, da participação dos agentes imobiliários (ver Capítulo 4) e dos chamados “grupos sociais excluídos” (CORRÊA, 1989). Contudo, igualmente, identificou-se residências com terrenos maiores, dentre as quais, algumas são remanescentes ou pertencentes a familiares dos primeiros fazendeiros do local. Note-se que tais áreas, sejam loteamentos ou invasões, apresentam uma tal contigüidade espacial que se torna difícil, à primeira vista, identificar seus limites.

Eminentemente residencial, Itinga é um bairro²⁸ que tem nas proximidades da avenida Fortaleza (uma das principais) as áreas com maior densidade e valorização; afastando-se delas ainda é possível ver grandes espaços sem edificações e terrenos maiores. Também em suas proximidades estão as ruas pavimentadas e mais movimentadas, por onde circulam a maior parte dos transportes coletivos do bairro, notadamente entre a BA-099 e o Largo do Caranguejo²⁹. Nessas ruas, igualmente, é possível ver casas com melhor acabamento. Afastando-se dessa avenida central, contudo, de forma geral, estão os domicílios dos mais pobres, as ruas sem pavimentação, calçamento e saneamento. As calçadas, quando existem, decorreram da ação dos próprios moradores. Há mato em parte dos terrenos vazios e nas ruas.

Percebe-se que não foi feito um planejamento para a instalação das casas, que em determinadas partes de Itinga parecem se amontoar, e que as incipientes normas dos TACs dos loteamentos (reco da calçadas, número de pavimentos possíveis, instalação de rede de escoamento pluvial, por exemplo) não foram seguidas. Observam-se casas inacabadas, ainda que se saiba que a construção foi iniciada há bastante tempo, algumas em terrenos com árvores sabidamente antigas.

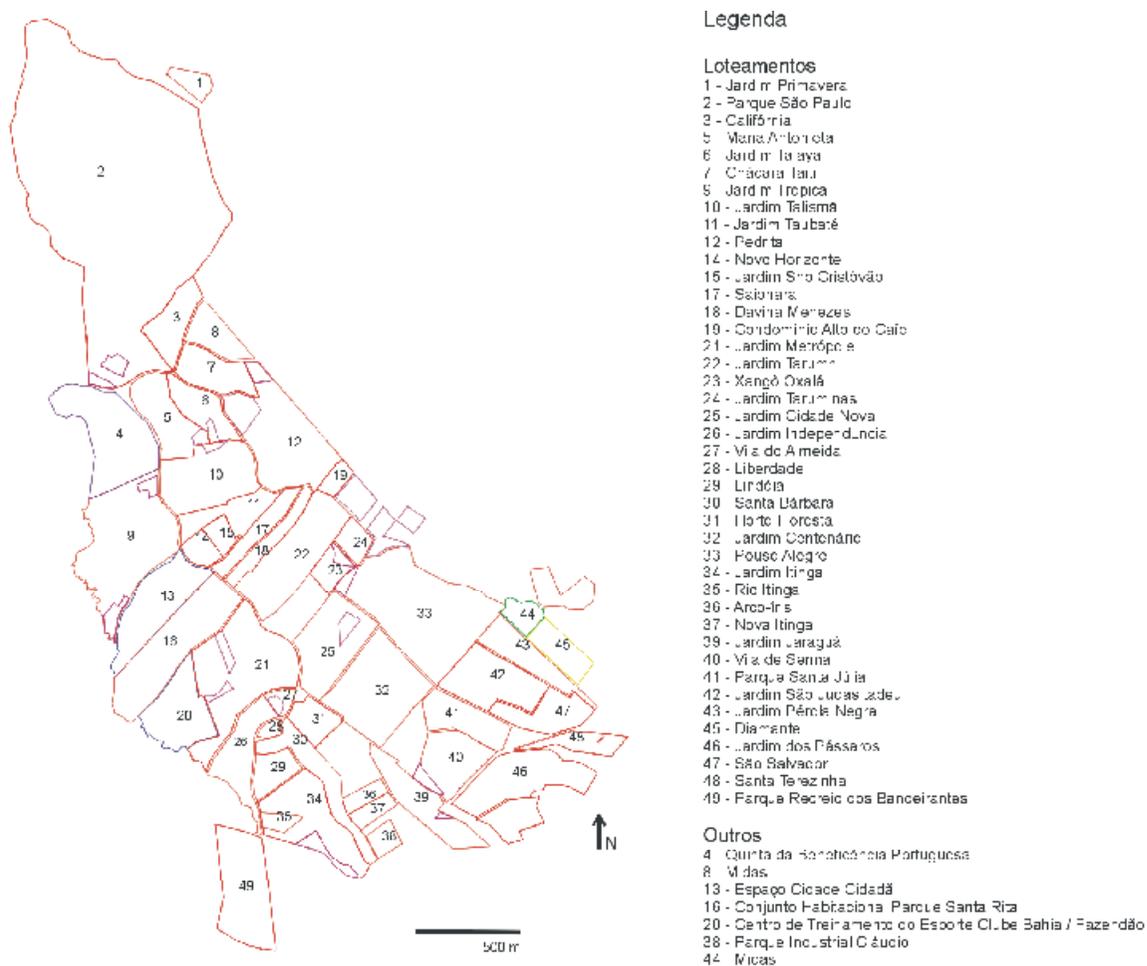
Itinga possui uma série de estabelecimentos comerciais e de serviços que pretende atender à demanda local, mas também é utilizada por moradores de áreas vizinhas, especialmente, do Caji, do Centro e do Jardim das Margaridas (em Salvador). Nesse comércio, mais variado e denso que o do centro tradicional do município, há lojas de roupas, sapatos, artigos de decoração e para festas, lojas de aluguel de roupas, bares, pequenos

²⁸ Itinga será tratada como distrito e também como bairro, pois, é dessa forma, como uma unidade e não como uma série de loteamentos próximos, que é percebida pelos moradores, diferentemente do que acontece na maioria das áreas pesquisadas que “nasceram” como loteamentos.

²⁹ Em conversa com antigos moradores locais, há duas versões para o nome desse Largo. Resumidamente, uma diz que havia um mangue na área, onde as pessoas pegavam caranguejo para vender. Outra diz que um dos primeiros moradores do lugar era um senhor que vendia caranguejo por ali para outros moradores.

restaurantes, padarias, mercados de pequeno e médio portes, mercearias, peixarias, açougues, farmácias, *pets shops*, locadoras de filmes, casa lotérica, várias lojas de material de construção de pequeno, médio e grande porte, barbearias, salões de beleza, borracharias, oficinas mecânicas, oficinas de conserto de eletrodomésticos etc.

Figura 6 – Espacialização dos loteamentos populares e outros equipamentos no distrito de Itinga em 1998



Fonte: Lauro de Freitas, 2002.

Em termos de serviços, existem escolas e creches públicas e privadas, consultórios médicos e odontológicos, laboratórios, clínicas particulares, hospitais e postos de saúde públicos (inclusive de emergência e especializado no atendimento à mulher); imobiliárias, escritórios de advogados, contadores; órgãos da Secretaria de Educação, de Saúde e de Segurança pública. Além disso, há rádios AM e FM.

Entretanto, apesar da quantidade de estabelecimentos comerciais e de serviços e do número de moradores, Itinga não possui sequer uma agência bancária, nem caixa eletrônico, nem agência dos correios, o que obriga seus moradores a arcarem com o custo do

deslocamento para pagarem suas contas, à exceção daquelas que podem ser pagas na única lotérica do bairro.

Existe transporte coletivo por ônibus e micro-ônibus, gerido por diversas empresas, para distintas partes de Salvador, como Itapuã, Comércio, Estação Rodoviária, Estação da Lapa, Estação Mussurunga, de onde partem linhas de ônibus para diferentes locais da Cidade Baixa e Alta e para outros municípios metropolitanos. Partem igualmente, e em profusão, *vans* e micros-ônibus para Ipitanga, Centro de Lauro de Freitas, Vilas de Atlântico (via Centro e via Estrada do Coco), Portão, e para os bairros de Itapuã e Praias do Flamengo, em Salvador. Esse transporte é mais barato que os ônibus tradicionais e o preço é variável conforme o destino do passageiro. No entanto, é importante salientar que os veículos de transporte coletivo só circulam nas duas principais avenidas do bairro, obrigando àqueles que moram mais distantes a andarem à pé por um caminho, às vezes, bastante longo.

Os estabelecimentos comerciais e de serviços, em sua maioria absoluta, se localizam na avenida Fortaleza, que segue da Estrada do Coco até o Largo do Caranguejo — nessa avenida existe uma grande concentração e diversidade de estabelecimentos comerciais, de escritórios de profissionais liberais, escolas, oficinas mecânicas e borracharias etc. Daí em diante, essa avenida assume o nome de avenida São Cristóvão e segue até um dos pontos finais de Itinga (Parque São Paulo), passando pelo Fim de Linha das Kombis³⁰. A avenida São Cristóvão, estruturada de modo similar à anterior, conta com menor densidade de estabelecimentos comerciais. Mas, nesta se localizam o Centro de Saúde da Mulher, também se encontram escolas públicas municipais e estaduais e a 27ª Delegacia.

Com relação ao Largo do Caranguejo é um dos pontos centrais de Itinga (Fotos 19 e 20), mencionado sobremaneira quando se conversa com os moradores locais. Trata-se de uma praça quadrada, onde a avenida Fortaleza cruza com a avenida São Cristóvão (acesso a ruas Alto do Itinga e Valentina dos Santos, que se iniciam na BA - 099), e onde se encontram bares, barbeiros, lanchonetes, acontecem eventos públicos (de shows a comícios) e a Lavagem do Caranguejo, no último domingo de novembro.

³⁰ O Fim de Linha das Kombis será grafado neste trabalho com letra maiúscula, pois, se, atualmente, não é mais o ponto final das linhas de transporte coletivo do bairro, inclusive das kombis e *vans*, em referência a uma situação antiga, esse passou a ser o nome do local.

Foto 19 – Chafariz da praça do Largo do Caranguejo



Fonte: A autora, maio 2005

Foto 20 – Área para eventos da praça do Largo do Caranguejo



Fonte: A autora, maio 2005.

Em torno do Caranguejo, como muitos chamam o lugar, existe intenso comércio, escolas particulares, clínicas médicas particulares, laboratórios de análise clínicas, escritórios de profissionais liberais e o Hospital Municipal Aristides Novis. Na Foto 21, feita aproximadamente às 9 horas da manhã de uma segunda-feira, apresenta-se um trecho da avenida São Cristóvão, com o Largo do Caranguejo ao fundo; vê-se parte das lojas e da movimentação do local.

Outro ponto de referência é o Fim de Linha das Kombis (Foto 22), localizado numa das partes finais do bairro. Embora em escala bem menor do que no Largo do Caranguejo, em torno dele há uma concentração de comércio e em suas proximidades estão situados o 27º Complexo Policial (Foto 23, com o Parque Santa Rita ao fundo), o Espaço do Cidadão e o Colégio Municipal Deputado João Leão (ao fundo da Foto 23 e na Foto 24). Tal delegacia foi bastante referenciada na fala dos moradores como um “divisor de águas” na história do bairro, considera-se que após sua instalação ocorreu ampla diminuição nos índices de criminalidade.

Foto 21 – Avenida São Cristóvão



Fonte: A autora, 08/08/2005.

Foto 22 – Fim de Linha das Kombis

Fonte: A autora, 02/08/2005.

No outro lado da Estrada do Coco, na porção litorânea de Lauro de Freitas está o distrito Atlântico Norte. Este tem como seus limites os distritos do Centro, Ipitanga e Portão, além do oceano Atlântico e o rio Joanes (divisa de Lauro de Freitas com Camaçari) e a avenida Luís Tarquínio, uma das que liga a BA-099 ao Centro antigo. Nessa avenida há centros médicos, diversos pontos comerciais (onde se vendem produtos e serviços tanto a preços populares como mais sofisticados), faculdades e colégios privados, bares e restaurantes, (tanto populares como voltados à elite) e condomínios de classe média e classe média-alta.

Foto 23 – 27º Complexo Policial e Parque Santa Rita

Fonte: A autora, 20/05/2005.

Foto 24 – Colégio Municipal Deputado João Leão

Fonte: A autora, 20/05/2005.

É onde se situa Vilas do Atlântico (Foto 25), dentre outros loteamentos de grande e médio porte, em sua maioria absoluta destinados aos segmentos sociais de maior renda. Mas,

principalmente, nessa área verificou-se entre dos anos 1980 e 1990 a instalação de inúmeros condomínios fechados e *villages*, empreendimentos decorrentes, sobretudo, de subdivisões de loteamentos mais antigos, com área e lotes maiores. Assim, dentro de um loteamento como o Morada do Sol, o Miragem e o Vilas do Atlântico, por exemplo, se encontram vários condomínios, sendo que inicialmente eles só haviam sido previstos em Vilas. Para o período 1981-2002, encontraram-se dados indicando a existência de 22 novos loteamentos, 19 dos quais com informações no Quadro 5³¹. Observe-se que não constam na relação abaixo os condomínios fechados e *villages* instalados em Vilas, constatados em observação de campo. Acrescente-se que, por este mesmo procedimento, notou-se que após 2002, houve o aumento da quantidade desse tipo de empreendimento no Atlântico Norte.

Foto 25 – Vista panorâmica de Vilas do Atlântico



Fonte: A autora, 02/08/2005.

Diferentemente de Itinga, nesse distrito os inúmeros empreendimentos imobiliários e as áreas tradicionais de moradia não se complementam nem se confundem. Ao contrário seus limites, físicos ou não, são evidentes. Sendo assim, esse distrito não pode ser denominado bairro, até porque não é percebido como tal por seus moradores. Há o bairro de Vilas, o loteamento Miragem — não é mais só um loteamento, mas, talvez também não seja bairro —, o bairro do Araqui, Pitangueiras e Buraquinho.

³¹ O número de loteamentos e condomínios a que se faz referência aqui tem como base o mapeamento desses empreendimentos realizado pela Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas que utilizou dados de 1998.

Quadro 5 – Loteamentos e condomínios implantados no Atlântico Norte entre 1981 e 2002

Origem	Loteamento /Condomínio			
	Nome	TAC	Área total (m ²)	Observações
Lot. Granjas Reunidas Concórdia	Cond. Alameda das Acácias	...	805,00	21 casas com área útil de, em média, 420 m ²
	Lot. Recanto Beatrice	1981	9.600,00	20 lotes, cujo tamanho variava de 240,00 a 395,00; os lotes só poderiam ser separados por cerca viva.
	Cond. Residencial Parque Paraíso	1999	39.976,00	Condomínio fechado com 71 casas, com área útil variando de 300 a 450m ² .
	Villa Solaris	2000	9.600,00	Condomínio fechado com 17 casas, com área útil variando de 355 a 397m ² .
	Cond. Residencial Vila Verde	2000	18.768,52	Condomínio fechado com 47 casas, com área útil variando de 300 a 314 m ² .
Lot. Granjas Reunidas Concórdia e Faz. Reunidas Agricultura e Pecuária	Cond. Recanto de Vilas	1994	38.400,00	Condomínio fechado com 39 casas, com área útil variando de 532 a 1.112m ² . Convenção condominial previu muro de 2,5 m.
Lot. Miragem	Cond. Atlantic Ville	1999	19.520,00	Condomínio fechado com 49 casas, com área útil média de 90,47m ² .
	Cond. Residencial Gileade	2002	58.085,00	Condomínio fechado com 140 casas, com área útil média de 81m ² . TAC previa muro de 2m ² .
	Cond. Intervillas	1993	87.080,22	Condomínio fechado com 168 casas, com área útil variando de 384 a 783m ² .
	Lot. Jardim Atlântico	1991	175.122,00	Condomínio fechado com 191 casas, área útil variando de 300 a 450m ² . TAC previa também atividade hoteleira e pequeno comércio.
	Lot. Vilas das Castanheiras	...	14.803,97	Lotes variando de 497,00 a 1.480,00 m ²
Lot. Morada do Sol	Eco Vilas	1992	125.000,00	Condomínio fechado com 199 lotes, com área média de 400m ² , sendo que em 5 lotes foram autorizados villages.
Lot. Santo Antônio	Cond. Alameda das Árvores	2002	2.025,00	Village com 8 casas e média de 126m ² de área útil.
Lot. Portão	Rio Mar	1998	11.070,00	Com 46 casas e média de 109m ² de área útil.
	Cond. Residencial Porto Rio Mar	1998	11.070,60	Com 46 casas e média de 109m ² de área útil.
Faz. Portão	Cond. Top Vilas Residence	1998	20.420,00	60 módulos habitacionais de 72,63m ² em média.
	Cond. Residencial Versailles	1995	11.876,00	Contava com 16 lotes, com área útil variando entre de 469 a 680m ²
Sítio Samburá	Cond. Residencial Praia de Buraquinho	1997	43.061,00	Contava com 146 casas com área útil média de 51m ²
	Cond. Marina Riverside Village	1981	57.284,30	Foi registrado como Cond. Rio Joanes e totalmente alterado posteriormente assumindo o nome atual. Porém, desde a implantação estava prevista a instalação de guarita.
	Mar Onda Morena	SEM INFORMAÇÕES		
	Palm Ville	SEM INFORMAÇÕES		
	Residencial Jardins	SEM INFORMAÇÕES		

Fonte: Termo de Acordo e Compromisso; Memoriais Descritivos dos loteamentos e condomínios; Lauro de Freitas, 2002.

É importante ressaltar que o significado de Vilas do Atlântico para a região se expressa através do nome de vários loteamentos e condomínios localizados em suas proximidades, a

exemplo do Intervilas, Vila Sollaris, Atlantic Vile, Eco Vilas e Top Vilas Residence. Note-se que esses dois últimos, embora oficialmente não tenham sido instalados na área de Vilas, tem como único acesso esse loteamento. Nem mesmo a pé é possível entrar no Eco Vilas (Foto 26) ou no Top Vilas Residence senão pelos portões de Vilas do Atlântico³² (Foto 27), o que foi utilizado como indicativo de qualidade dos mesmos em suas campanhas publicitárias. Essa situação está associada ao fato de que Vilas, especialmente nos anos 1990, se desenvolveu como local de residência das classes média e alta, oriundos, sobretudo, de Salvador, sendo o loteamento incorporado à área urbana do município, assumindo a categoria de bairro. Isso se fez de forma acelerada e o setor de comércio e o de serviços em boa medida acompanhou tal transformação.

Foto 26 – Parte da área de lazer do condomínio Eco Vilas



Fonte: Vilas Magazine, nº 71, dez. 2004.

Foto 27 – Terceira portaria de Vilas do Atlântico



Fonte: A autora, dez. 2002.

- (1) Portaria do Condomínio Top Vilas Residence, situada antes da
- (2) terceira portaria de Vilas do Atlântico. Fora desse portão, está o
- (3) Puerto Banus Residencial.

³² Embora não seja um condomínio fechado, os muros das casas de Vilas separam o antigo loteamento das áreas circunvizinhas. O acesso ao bairro, portanto, só pode ser feito pela praia e pelo calçadão — que ligam as praias de Ipitanga e Buraquinho — e pela portaria principal (na avenida Luís Tarquínio), a portaria 2 (próximo ao largo de Arcanja, avenida Juracy Magalhães) e portaria 3 (na rua Priscila Dutra, próximo ao Miragem).

Contando com residências de elevado padrão de construção, algumas com projetos assinados por empresas e arquitetos conhecidos, apresenta uma ampla quantidade e diversidade de estabelecimentos comerciais e de serviços voltados, sobretudo, aos segmentos mais abastados. Quanto aos estabelecimentos comerciais podem ser citadas lojas de roupas, de calçados, perfumes, acessórios, bebidas; de material elétrico e de construção, de venda e conserto de bicicletas; de equipamentos de lazer e manutenção de piscina; *pet shops*; mercados, mercearias, padarias, docerias e *delicatessens*; farmácias, floricultura; dentre outros. Alguns desses estabelecimentos situam-se em centros comerciais ou em *shopping centers* de pequeno porte (existiam três em 2005, um dos quais visto na Foto 28).

Foto 28 – Vilas do Atlântico, Shopping Malibu



Fonte: Arquivo do Colégio Perfil, 12/09/2001.

No que se refere a atividades de lazer, na avenida principal e nas suas proximidades encontram-se lanchonetes, restaurantes, bares, pizzarias, dois clubes (um de equitação e um de tênis), um cinema (em um dos *shoppings*), *lan houses* e locadoras de vídeos.

No setor de serviços, destacam-se os educacionais, que incluem educação de todos os níveis, inclusive superior, academias de esportes, de arte e dança de diversos tipos. Conta com vários salões de beleza e clínicas de estética; bancas de jornais e revistas, livraria; clínicas e hospitais veterinários; agências de turismo, pousadas; uma casa lotérica; uma agência bancária (do Banco Bradesco), caixas eletrônicas (Banco 24 Horas, Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica Federal). Possui consultórios médicos de várias especialidades, laboratórios de análises clínicas e uma série de profissionais liberais de outras categorias.

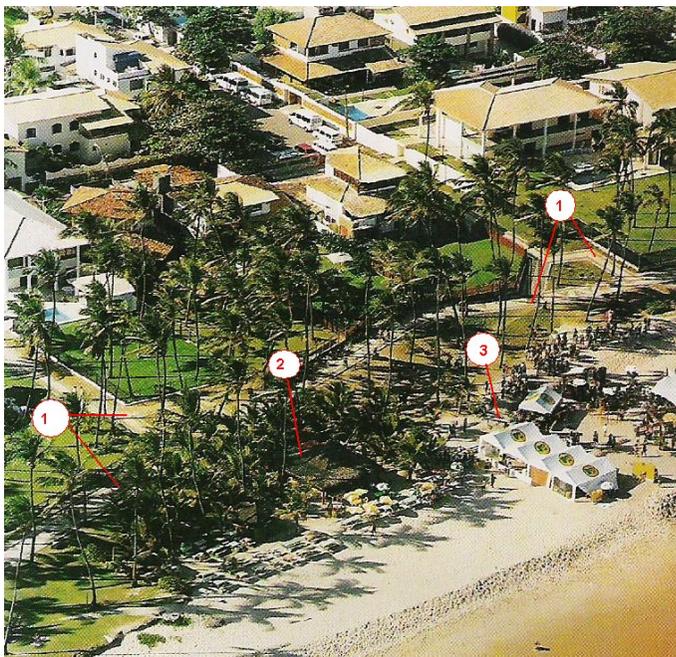
Em termos de serviços públicos, há apenas uma escola que, à noite, cede espaço para que funcione uma escola de ensino fundamental mantida pela Prefeitura. Todos os demais estabelecimentos de ensino, bem como os de saúde, são mantidos pela iniciativa privada. Ainda conta com a sede de uma reprodutora de TV à cabo (TV Vilas) e de um jornal (Vilas Magazine) que é distribuído gratuitamente no bairro e adjacências e no bairro da Praia do Flamengo, em Salvador, e que além de propaganda, traz notícias sobre esses locais — tal jornal possui também uma versão eletrônica — e uma rádio FM.

Conta, ainda, com um parque ecológico público, uma área de preservação ambiental (cercada e acessível, principalmente, por dentro de um colégio particular) e algumas praças (embora na maior parte delas não haja qualquer equipamento). Mas, sem dúvida a principal área de lazer de Vilas é a praia, onde se localizam “barracas” com serviço de bar e restaurante bastante sofisticados e onde freqüentemente têm sido realizados campeonatos de surf e filmagens de programas de rede nacional — particularmente, da MTV: o Verão MTV (Foto 29).

Toda essa estrutura de comércio e serviços atende a moradores mais próximos, especialmente os de maior poder aquisitivo. Note-se que em Vilas, estavam as únicas farmácias do distrito, o mesmo ocorrendo em relação às agências bancárias e aos caixas eletrônicos.

Vilas do Atlântico é o único bairro de Lauro de Freitas que possui plano de uso do solo (aprovado em 1998), o que tem sido instrumento fundamental para impedir que estabelecimentos comerciais se espalhassem indiscriminadamente por seu território. Desse modo, o maior fluxo de carros e pessoas concentrou-se na sua parte central, preservando a tranquilidade das ruas vicinais e nas proximidades da orla. É importante salientar que, em termos de transportes coletivos, além das *vans* que se dirigem à Itinga, não existe ligação direta com o Centro de Lauro de Freitas. Quanto aos ônibus, há, em 2005, duas linhas regulares: Vilas do Atlântico – Praça da Sé e Vilas do Atlântico – Terminal da França, servidas por duas empresas, dando acesso ao centro tradicional de Salvador, passando ou pela orla da capital (de Itapuã à Barra) ou pelo novo centro, eixo Iguatemi-Rodoviária.

Foto 29 – Vilas do Atlântico, vista da orla



Fonte: Vilas Magazine, n.º 70, nov. 2004.

(1) Calçadão que segue por toda a orla; (2) uma das barracas de praia típica do bairro e (3) barracas da MTV para gravação de programa.

A referência a Vilas, portanto, é uma referência a seus serviços e comércio e às características daqueles que lá residem. Mas, os loteamentos que surgiram nessa parte de Lauro de Freitas, tal como se depreende dos TACs e dos memoriais descritivos, igualmente procuravam atender à demanda das classes mais abastadas. Observe-se que, por exemplo, o Condomínio Eco Vilas, resultante de uma modificação parcial do Loteamento Morada do Sol, foi entregue com ciclovias, passeios, área verde, clube, praças, área para lazer e recreação, drenagem de águas pluviais e iluminação pública. Já o Condomínio Gillead, instalado na área do loteamento Miragem, contava com vias de acesso asfaltadas, passeios externos, área de lazer com clube, piscina, parque infantil, quadra poliesportiva, salão de festas, bar, local para administração e depósito; era ainda responsabilidade da construtora a instalação de uma estação para tratamento de esgoto. Ou seja, tal como afirmou uma técnica da prefeitura, o mercado imobiliário investe onde já existe infra-estrutura, essa se torna um atrativo do local que se junta a outros, no caso, as amenidades: “os investimentos que vieram para as proximidades de Vilas, tinham características similares”³³, nesse sentido, pretendiam atender à mesma clientela.

Verifica-se na Tabela 12, comparando-se a proporção dos loteamentos instalados em Itinga e no Atlântico Norte, por ano de implantação, que enquanto no primeiro a maior parte deles data do começo dos anos 1970 e 1980, no segundo, foi na década de 90 que a maioria foi registrada, o que coincide com o período em que Vilas consolidou-se como local de moradia e que passou a apresentar uma infra-estrutura extremamente diversificada. Observe-se, mais uma vez, que o comércio e os serviços de Vilas são voltados para um público de classe média e alta, não havendo estabelecimentos populares.

Tabela 12 – Quantidade de loteamentos e condomínios implantados nos distritos de Itinga e Atlântico Norte entre 1975 e 2002, por ano de implantação

Ano	Itinga		Atlântico Norte	
	Absoluto	%	Absoluto	%
até 1975	35,0	59,3	6,0	17,6
de 1976 a 1980	6,0	10,2	5,0	14,7
de 1981 a 1985	3,0	5,1	2,0	5,9
de 1986 a 1990	0,0	-	0,0	-
de 1991 a 1999	1,0	1,7	11,0	32,4
de 2000 a 2002	1,0	1,7	4,0	11,8
sem informação	13,0	22,0	6,0	17,6
Total	59,0	100,0	34,0	100,0

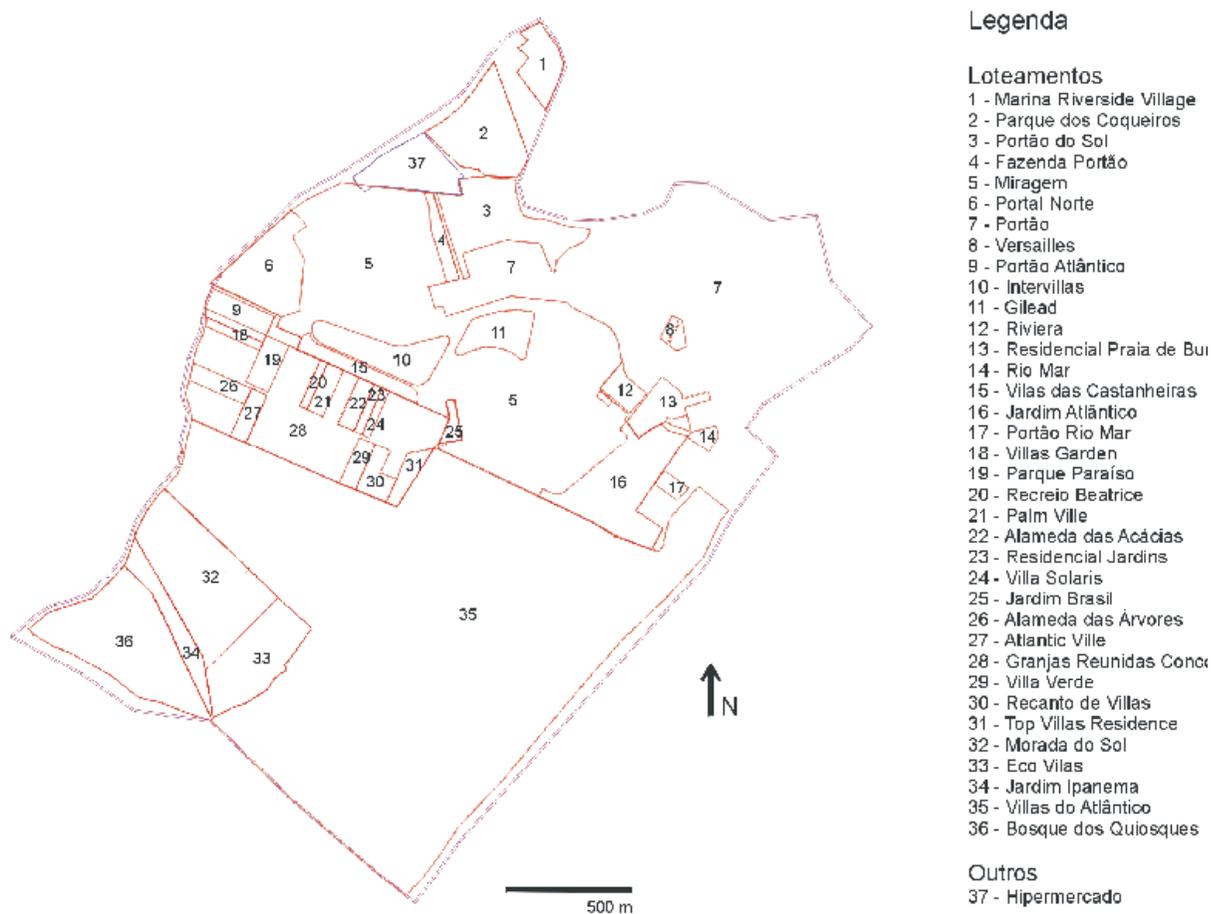
Fonte: Fundação Centro de Pesquisas e Estudos, 1980; pesquisa realizada na Mapoteca da SEPLANTUR da PMLF em março de 2005 baseada nos TACs e memoriais descritivos.

³³ Trata-se do depoimento dado por uma técnica da SEPLANTUR feito em 17/06/2005.

Esses novos loteamentos e condomínios em muito contribuíram para o maior adensamento do Atlântico Norte (Figura 7). Tomando-se Vilas como referência de localização, ao sul existem dois bairros de ocupação mais antiga: Araqui e Pitangueiras.

O Araqui é uma área de ocupação bastante antiga, parcialmente decorrente de invasões, e que vem observando nas últimas décadas gradativa mudança pela venda de alguns lotes a pessoas de classe média. Existe um pequeno comércio popular, alguns bares, uma escola pública de ensino fundamental e duas escolas privadas que atendem ao ensino infantil e fundamental. Há uma empresa de mudanças, uma oficina mecânica e uma fábrica de polpa de frutas. É um bairro composto basicamente por duas ruas e algumas travessas.

Figura 7 – Espacialização de loteamentos, condomínios e outros equipamentos existentes no distrito do Atlântico Norte em 1998



Fonte: Lauro de Freitas, 2002.

No Largo de Arcanja (Foto 30), que fica numa das extremidades do bairro (próximo à segunda portaria de Vilas), há o fim de linha de vans que circulam em direção ao Centro de Lauro de Freitas, Itinga, Portão, Ipitanga, Itapuã e Praias do Flamengo e micro-ônibus que passam no Centro de Lauro de Freitas e se dirigem para alguns desses destinos, mas nenhum desses veículos entra em Vilas.

Foto 30 – Araqui, Largo de Arcanja



Fonte: A autora, 13/03/2005.

Pitangueiras corresponde a uma área de ocupação antiga, com moradores de classes mais baixas e chácaras de pessoas de classe média e média alta, e loteamentos de portes variados. Particularmente a partir do início dos anos 1990, verificou-se o início de um processo de expansão imobiliária bem caracterizado pela implantação de *villages* e condomínios com pequeno número de domicílios. Nessas áreas, não existem estabelecimentos comerciais ou de serviços mais significativos, apenas em alguns pontos há algumas vendas de balas, doces e refrigerantes, restaurantes de refeições caseiras e salões de beleza. Recentemente foi inaugurado um *buffet* de café da manhã. Há também uma escola municipal e uma particular. Parte dos terrenos que compõem Vilas do Atlântico, originalmente, faziam parte de Pitangueiras.

Nesses dois bairros, indubitavelmente, predomina a função residencial.

Ao norte de Vilas, estão os loteamentos Granjas Reunidas Concórdia e o Miragem, este seguia, originalmente, da orla à Estrada do Coco e a localidade de Buraquinho. Quanto ao primeiro, muito de sua área original foi desmembrada resultando numa série de loteamentos e condomínios fechados no final dos anos 90 e início do século XXI. Dentre esses novos empreendimentos estão o Parque Paraíso, Recanto Beatrice, Alameda das Acácias, Residencial Jardins, Atlantic Ville, Puerto Banus, Top Vile Residence, Royal Ville (Foto 31), Vila Verde, Vila Solaris (Foto 32), Palm Vile (cujo panfleto publicitário trazia a seguinte mensagem: “O melhor e mais seguro condomínio fechado de Vilas”), etc. A maior quantidade deles se localiza na rua Priscila Dutra, ao lado de Vilas e as referências a essa proximidade se

fazem presentes em boa parte dos nomes desses empreendimentos residenciais que se caracterizam por serem fechados e cercados por muros altos³⁴.

Foto 31 – Portaria do condomínio Royal Ville



Fonte: A autora, 23/08/2005.

Foto 32 – Portaria do condomínio Vila Solaris



Fonte: A autora, 23/08/2005.

O Loteamento Miragem, embora tenha sido implantado na mesma época de Vilas, só veio a ser efetivamente ocupado mais recentemente — havendo ainda muitos terrenos vazios, que sequer foram murados —, a partir de inúmeros desmembramentos e redefinições das funções de suas áreas. Eminentemente residencial, conta também com algumas casas em terrenos maiores (muitos adquiridos nos anos 1980), embora a fragmentação dos lotes para originar *villages*, permitida a partir das redefinições acima citadas, tenda a ser mais comum. Outra estratégia de venda que vem sendo adotada por pequenas construtoras é de, dado o tamanho dos lotes, fazerem três ou quatro casas iguais, mas, independentes entre si. Há apenas um pequeno mercadinho e uma escola particular especializada em educação infantil e ensino de primeira à quarta série. Parte desse loteamento tem ruas de barro, sem qualquer tipo de pavimentação.

Um dos principais problemas do Miragem se refere ao transporte coletivo: normalmente, só atende em determinados horários (pela manhã, até, mais ou menos às 8:00h e à noite, entre 18:00h. e 21:30h.), além disso, o número de veículos é restrito. Essa dificuldade vem sendo parcialmente superada pelo uso de moto-táxi. O problema referente ao transporte

³⁴ Alguns desses loteamentos e condomínios não estão localizados na Figura 7 em função da data de seu registro ser posterior à construção da base de dados que norteou a sua elaboração. Exemplo disso são os condomínios Puerto Banus (situado no loteamento Miragem) e o Royal Ville (situado no loteamento Granjas Reunidas Concórdia).

coletivo, igualmente, se verificava em Buraquinho, onde boa parcela dos que possuem casa é veranista, diferentemente do observado nas demais áreas, embora se verifique ampliação progressiva do número de famílias que estão passando a morar lá em busca de “qualidade de vida”. Nesta última localidade, o comércio é mínimo, a não ser por um hipermercado localizado na Estrada do Coco, no entanto, esse se encontra bem mais próximo do núcleo de Portão do que o de Buraquinho.

Historicamente integrada ao distrito de Portão — só mais recentemente passou a compor o Atlântico Norte —, Buraquinho possui uma praia que desde os anos da implantação da Estrada do Coco já era conhecida e freqüentada nos fins de semana, embora, na época, o acesso entre a via principal e a praia fosse muito difícil. É, até hoje, um local aprazível, onde o mar e o rio Joanes se encontram (Foto 33). Havia toscas barracas de praia e um núcleo de pescadores; atualmente, tais barracas persistem, porém, as voltadas para a praia, principalmente, foram ampliadas e dotadas de maior infra-estrutura (cadeiras e mesas, guarda-sois, banheiros, chuveiros, etc.). Além disso, como opção de lazer, podem ser alugados desde pequenos botes e grandes bóias infláveis para crianças brincarem no rio a *kaitesurfs*, e ver embarcações saírem para pescar em alto mar. Ainda persistem uma colônia de pescadores e algumas barracas mais simples com preços populares.

Foto 33 – Foz do Rio Joanes



Fonte: Vilas Magazine, nº 50, mar. 2003.

Na margem do rio Joanes, há condomínios, como o visto parcialmente na Foto 34, o Marina Riverside Village — que resultou de uma reformulação expressiva da proposta de casas amplas do condomínio Rio Joanes e possui, aproximadamente, 170 unidades residenciais com casas geminadas e apartamentos de 2 ou 3 quartos e um hotel —, o Portão — com chácaras amplas pertencentes a pessoas das classes mais elevadas — e o Foz do Rio

Joanes (Foto 35).

Foto 34 – Buraquinho, condomínio Marina



Fonte: A autora, 25/03/2005.

Foto 35 – Buraquinho, condomínio situado dentro do condomínio Foz do Rio Joanes



Fonte: A autora, 23/08/2005.

Essas características, aliadas à proximidade de Vilas (as praias de Vilas e Buraquinho são contíguas) favoreceram a implantação, a partir de meados dos anos 1980, de um crescente número de loteamentos e condomínios em Buraquinho, embora ainda existam terrenos vazios e chácaras, parte das quais integra loteamentos mais antigos, geralmente em grandes terrenos, localizadas em ruas onde há guaritas e vigilância particular (Foto 35).

Observe-se que tanto no Miragem como em Buraquinho existem muitas ruas que não são calçadas e, recobertas por barro, havendo chuva, se tornam intransitáveis para automóveis e, em alguns pontos, mesmo para pedestres, o acesso é difícil.

5.2 AS DESIGUALDADES SÓCIO-ESPACIAIS DE ITINGA E DO ATLÂNTICO NORTE E AS FORMAS DA SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL

As diferenças entre as formas e os processos de intervenção que produziram Itinga e o Atlântico Norte na década de 1970 se mantiveram nos decênios seguintes resultando na consolidação de áreas onde há o predomínio de uma de uma classe social em relação às demais em função de seus interesses específicos e/ou características socioeconômicas mais ou menos comuns e de uma série de processos sócio-espaciais articulados: em Itinga pessoas de classe média-baixa e baixa e no Atlântico Norte de classe média e média-alta. Em outros termos, comparando-se esses dois distritos verificava-se um processo de segregação residencial tal como definido nesse trabalho. Isso pôde ser confirmado inclusive pelos dados censitários (desagregados por setor censitário) e outros estudos que vêm sendo feito sobre a RMS.

Exemplo disso é o já citado trabalho de Carvalho, Souza e Pereira (2004) que, com os dados do Censo de 1991, revelaram a intensa densidade de pessoas dos níveis ocupacionais

mais elevados na porção litorânea de Lauro de Freitas e nas proximidades do Rio Joanes. Ressalte-se que essa área apresentava uma das maiores concentrações desse grupo, definido como elite dirigente, do contexto da RMS. Por outro lado, na parte mais próxima à capital, agregando-se os distritos que compõe Itinga (bem como, em Portão) encontraram-se os trabalhadores menos qualificados e escolarizados, denominado pelos autores de proletariado — empregados do comércio ou da indústria, empregados do setor de serviços (especializados ou não), em serviços auxiliares e da construção civil.

De acordo com estudos realizados a partir dados do Censo Demográfico de 2000, para composição do Mapeamento da Pobreza em áreas urbanas do Estado da Bahia³⁵ (BAHIA, 2005), no Atlântico Norte a incidência da pobreza variava de média a baixíssima, prevalecendo áreas onde é muito baixa. Em Itinga se concentravam áreas onde a intensidade de pobreza varia entre baixa (em apenas um setor censitário, onde há um conjunto habitacional) e elevadíssima e, de modo diferente do verificado no Atlântico Norte, predominavam áreas onde a pobreza é elevada e muito elevada (BAHIA, 2005). Além dos dados, é possível utilizando-se da observação simplesmente, verificar que nesse bairro predominam pessoas com baixos níveis de renda, enquanto no Atlântico Norte predominam moradores das classes mais abastadas. Atentando-se especialmente para a questão residencial, as formas, os padrões de construção, as estruturas das ruas desses dois distritos apresentavam-se bastante distintos e indicam as características daqueles que as produziram e moram lá.

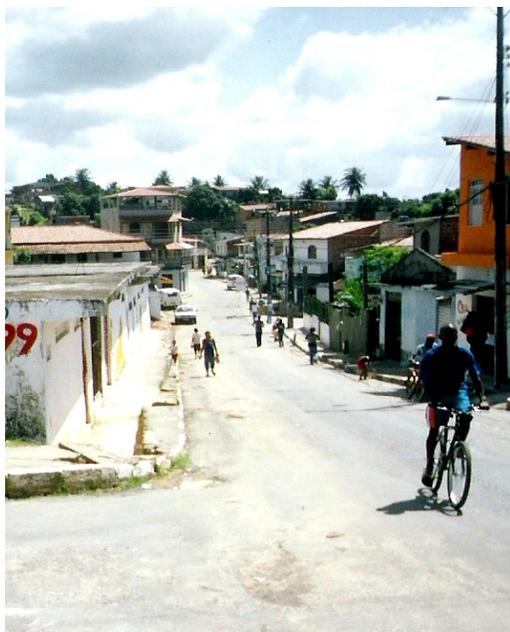
Contudo, questionou-se se analisando cada um desses distritos internamente, ainda assim poderia se falar da desigualdade entre eles. Será que se tomando como escala uma rua ou bairro, pode-se dizer que há segregação residencial entre esses distritos? Até que ponto há maior concentração de um determinado grupo social em Itinga ou no Atlântico Norte?

Para tentar responder a essas indagações principais, além das fontes até agora apresentadas, empreendeu-se um estudo empírico em áreas selecionadas desses dois distritos, que consistiu em entrevistas com moradores e associações de bairro (quando existiam e se dispusessem a responder às perguntas) e observações estruturadas. Para realizá-las, elegeu-se áreas a partir dos principais pontos de referência dos distritos em questão estabelecidos através de leituras, observações, conversas informais com técnicos da prefeitura, moradores e comerciantes.

³⁵ Para delimitar a intensidade da pobreza, esse estudo estabeleceu, em um primeiro estágio, os *indicadores de condições sociais precárias*, a partir dos seguintes dados, em percentual: domicílios com abastecimento de água precário, domicílios com esgotamento sanitário precário; domicílios sem coleta de lixo; domicílios com mais de sete moradores; homens responsáveis por domicílio; mulheres responsáveis por domicílio; responsáveis por domicílio sem instrução ou com até quatro anos de estudo e mulheres responsáveis por domicílio ou com até quatro anos de estudo. Num segundo estágio, priorizaram-se alguns desses indicadores e associou-os a presença de responsáveis por domicílios com até um salário mínimo. Em seguida, estabeleceu-se um quadro síntese. A escala variava de baixíssima a elevadíssima.

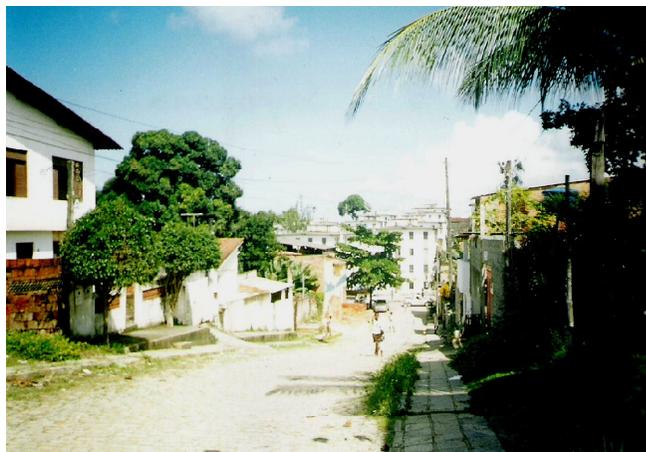
Em Itinga, o Largo do Caranguejo é um ponto central. Além de ser mencionado com grande frequência pelos moradores, é um lugar onde, há concentração de uma série de equipamentos públicos e privados. Todos os transportes coletivos que circulam em Itinga passam pelo Caranguejo. Outro ponto bastante mencionado, foi o Fim de Linha das Kombis que também apresenta alguma centralidade em termos de comércio, sendo o ponto final de algumas das *vans* que transitam em Itinga e que fica próximo ao fim da principal via de circulação do bairro. Assim, elegeram-se três áreas para realizar entrevistas e observações em Itinga: uma entre a BA-099 e o Largo do Caranguejo — Loteamento Jardim Centenário; outra entre esse Largo e o Fim de Linha das Kombis — Loteamento Sayonara; e uma terceira entre o Fim de Linha e o final da avenida São Cristóvão — Jardim Talismã (Fotos 36, 37 e 38, respectivamente). Esses loteamentos têm histórico de ocupação bastante semelhante. Tratam-se de empreendimentos voltados a pessoas de baixa renda, comercializados no começo dos anos 1970, sendo que apenas para o Jardim Centenário havia processo de legalização na PMLF nessa época, os demais foram implantados clandestinamente e, após ter sido iniciada a comercialização dos lotes, buscou-se regularização junto aos órgãos competentes.

Foto 36 – Loteamento Jardim Centenário



Fonte: A autora, 22/05/2005.

Foto 37 – Loteamento Sayonara



Fonte: A autora, 28/06/2005.

Antigos moradores dessas áreas, dentre eles alguns dos primeiros adquirentes e moradores, fizeram relatos bastante semelhantes sobre suas características à época em que chegaram: “*aqui era tudo mato, não tinha casa nenhuma [...]*” (L., moradora do Talismã há 28 anos); “[...] *só vinha morar aqui quem tinha coragem [...]* pra gente chegar em casa tinha

que pisar na lama.” (O., há 29 anos no Centenário); “*nem rua tinha, era só caminho!*”(V., 32 anos no Sayonara). Essas falas, que parecem complementares, descrevem um processo semelhante em espaços que se tornavam distintos pela ação das imobiliárias e pelas intervenções públicas.

Foto 38 – Loteamento Jardim Talismã



Fonte: A autora, 20/06/2005.

Acrescente-se que enquanto alguns disseram que compraram o lote porque gostaram do loteamento, no discurso de outros se evidencia com clareza que não importavam as características do lugar, “era onde o dinheiro dava para comprar...” (R., 33 anos morando no Talismã). Os representantes das associações de bairro desses três loteamentos, todos também antigos moradores, referendam a idéia de condições mais ou menos comuns no início da produção de tais espaços. Primeiro o mato, depois a abertura de ruas, a luz e mais tarde a água tratada. Eram lotes acessíveis às pessoas de baixa renda, mas, via de regra, só podiam ser adquiridos pelo extenso prazo de pagamento (60 meses, em média).

Para o Atlântico Norte, a referência central foi o Loteamento Vilas do Atlântico (Foto 39), importante no adensamento e urbanização da área e conhecido, mesmo que apenas por nome, pela maioria das pessoas entrevistadas preliminarmente; todas, embora de modo diferente, falaram de Vilas como um lugar privilegiado em termos de moradia. Assim, além de realizar entrevistas e observações em Vilas do Atlântico, definiu-se como área de pesquisa os bairros e loteamentos que lhe fossem contíguos: ao Norte, o Loteamento Miragem (Foto 40) e, ao sul, o Pitangueiras (que inclui o Lotemento Morada do Sol, mas não se reduz a ele) e

o Araqui (Fotos 41 e 42, respectivamente).

Foto 39 – Vista panorâmica de Vilas do Atlântico



Fonte: A autora, 23/05/2005.

Foto 40 – Loteamento Miragem, cruzamento das ruas Ana C. B. Dias e Eliene S. Bonfim



Fonte: A autora 23/08/2005.

Foto 41 – Pitangueiras



Fonte: A autora, 10/06/2005.

Foto 42 – Araqui



Fonte: A autora, 07/05/2005.

O processo de construção e venda do loteamento Vilas do Atlântico (ver Capítulo 4) foi bastante específico e diferenciado dos demais do lugar. O Loteamento Miragem, igualmente de grandes proporções e voltado para classe média e média alta, como dito anteriormente, só mais recentemente, no final dos anos 90 começou a verificar algum aumento do número de moradores. É importante notar que diferentemente de Vilas, esse loteamento não consistia em área de veraneio (ainda que existissem domicílios com essa finalidade, eram esparsos), desse modo, as residências e os moradores do Miragem são relativamente recentes. Conforme Miguel Polino, presidente da Associação de Proprietários e Moradores do Miragem, divergências políticas entre o Governo do Estado e a empresa responsável por esse loteamento fizeram com que esse não fosse beneficiado com investimentos públicos, como ocorreu em Vilas, e a maior parte dos proprietários dos lotes não os ocuparam. As construções e o adensamento se iniciaram em 2000, com novas ações do

mercado imobiliário que se aproveitou das “*últimas áreas verdes próximas da capital e que poderiam servir para moradia da classe média alta*”, como dito por Polino³⁶. Outro fato que se observa no loteamento é a grande proporção de imóveis para alugar, o que ele chamou de efeito da “geração FORD”, em alusão à implantação da fábrica dessa empresa em Camaçari.

Araqui e Pitangueiras, como dito, são bairros de ocupação mais antiga. A origem do primeiro está associada, sobretudo, a dois processos de invasões: o primeiro tendo acontecido pouco após a emancipação do município e o outro na segunda metade dos anos 1980. Conforme alguns entrevistados, quando para lá se mudaram, ali ainda era conhecido como Santo Amaro de Ipitanga e já havia alguns moradores, embora fossem poucos aqueles que se aventuravam a ir morar lá. “[...] *antes era tudo mato... Era (sic) poucas casas, como se fosse fazenda, depois abriram as ruas e foi tudo loteado [...] Quando a gente veio morar aqui era tudo areia e mato*” (R, aproximadamente há 40 anos morando no local). Outra residente bastante antiga afirmou que, ao chegar do interior, necessitando de um lugar para morar, “[...] *pedi ao prefeito e ele disse para procurar um lugarzinho para fazer a casa. Cheguei aqui e gostei, era um sítio [...]*” (E, 35 anos no local).

A fala dessa moradora concorda com as de outros que começaram a residir nessa área naquela época. Não havia luz, que foi instalada nos anos 1970, ou sequer ruas demarcadas. Quanto ao “segundo ciclo” das invasões, data do início dos anos 1980 e trata-se de uma pequena área ocupada por pessoas que já moravam nas proximidades e pagavam aluguel. As transformações no Araqui começaram a ser notadas no fim da década dos 80, quando alguns terrenos foram vendidos para segmentos sociais mais abastados. A pavimentação das ruas e a melhoria do acesso aos serviços público aconteceram nos anos 1990.

Pitangueiras também é um bairro muito antigo resultante, basicamente, da fragmentação de uma fazenda em lotes pequenos e, mais recentemente, do adensamento do loteamento Morada do Sol (implantado em 1975). Conforme os moradores dos tempos mais remotos, a transformação da antiga fazenda Santo Antônio de Pitanga (ou fazenda das Pitangueiras) em área de moradia se iniciou nos anos 1960, quando o seu proprietário dividiu parte das terras em pequenos lotes e vendeu-os a pessoas de baixa renda. No começo, a maioria das casas era de taipa e, aos poucos, os tijolos e as telhas de amianto foram substituindo o material original. Outros vieram com a implantação dos loteamentos que, mesmo sendo dos anos 1970, começaram a experimentar maior adensamento no final da década de 90. Apesar de ainda existirem terrenos desocupados e chácaras remanescentes dos primeiros anos do empreendimento, se observa crescente número de pequenos condomínios e

³⁶ Entrevista concedida em 11/06/2005.

casas voltados à moradia.

Entendeu-se que com uma pesquisa feita por meio de amostragem intencional seria possível compreender melhor o fenômeno em estudo, permitindo responder com maior propriedade as questões de pesquisa. Desse modo, realizou-se o estudo empírico que ocorreu entre fevereiro e junho de 2005, através de entrevistas domiciliares feitas em três ruas de cada local, em média, e observações estruturadas em todo o bairro e/ou loteamento. Para a escolha das ruas, usou-se como critério o fato de ter menor número de lotes vazios ou moradias destinadas a veraneio.

As ruas selecionadas em Itinga foram as seguintes:

- Loteamento Jardim Centenário: rua Ismael Souza Conceição, rua Jerônimo Santana e rua Cardeal Brandão Vilela;
- Loteamento Sayonara: rua José Cardoso de Menezes (única do loteamento, tendo ainda quatro transversais);
- Loteamento Jardim Talismã: rua Sônia dos Santos, rua Presidente Tancredo Neves, rua Jorge B. dos Santos, rua Gildete G. de Jesus, 2ª Travessa Carlos Coutinho.

No Atlântico Norte as ruas onde se realizaram as entrevistas foram:

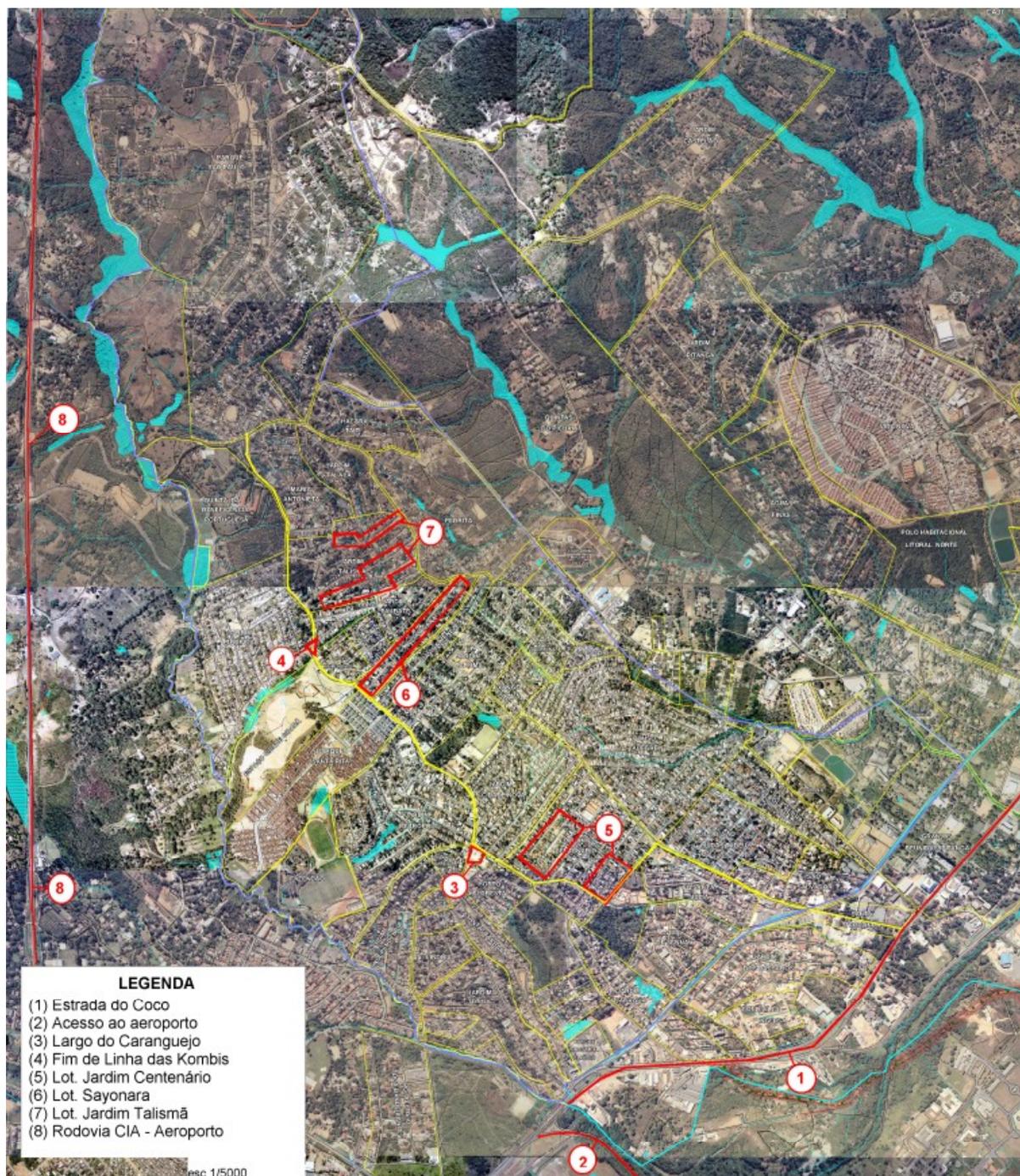
- Araqui: rua Brigadeiro Costa Matos e 2ª Travessa Rodolfo B. Barros;
- Pitangueiras: rua Noêmia Paranhos, rua José Bonifácio e rua Jardim Ipanema;
- Vilas do Atlântico: rua Praia da Paciência, rua Praia de Amaralina, rua Praia de Guarapari, rua Praia da Sereia e Praia de Marataípe ;
- Loteamento Miragem: rua Edgar B. Franco, rua Edna dos Santos, rua Eliene S. Bonfim.

Na Fotos 43 e 44, é possível ver a localização dos pontos de referência de Itinga e do Atlântico Norte adotados neste trabalho e as áreas onde se realizou a pesquisa.

Em Vilas do Atlântico, o número de domicílios encontrados sem algum dos moradores e/ou alguém que se dispusesse a responder ao questionário foi elevado, tendo se constituído também no bairro onde se registrou o maior número de recusas em responder à pesquisa³⁷, 16. As pessoas alegavam não ter disponibilidade ou interesse nesse tipo de trabalho. No Loteamento Miragem, a recusa ocorreu em cinco domicílios, em Pitangueiras e no Araqui em quatro domicílios em cada um (para esse último bairro, todas em domicílios de

classe média-alta). Em Itinga, a recusa aconteceu apenas em um domicílio no Loteamento Sayonara e em dois, no Loteamento Jardim Centenário.

Foto 43 – Localização dos pontos de referência e das áreas de pesquisa no distrito de Itinga



Fonte: Lauro de Freitas, 2005b

Para responder ao questionário (Anexo 2) era necessário que a pessoa residisse no domicílio e tivesse idade igual ou superior a 16 anos (considerou-se a possibilidade do

³⁷ Considerou-se recusa quando um ou mais morador estava presente no domicílio, mas disse não querer responder ou não poder responder nem naquele horário, nem mais tarde ou em outro dia. Difere, portanto, do fato de não haver morador presente.

entrevistado prestar as informações necessárias com fidegnidade).

Quanto à seleção dos domicílios, seguiu-se o seguinte critério: após a primeira entrevista, contavam-se três domicílios à sua direita e tentava-se aplicar o questionário. Quando isso não era possível, tentava-se o domicílio em frente, à sua direita ou esquerda. Com isso, pretendeu-se evitar que a opinião de um dos entrevistados interferisse na do vizinho, principalmente nas áreas mais populares e nos *villages*, onde as pessoas ouviam e interferiam nas respostas do outro ou sugeriam que entrevistássemos seus amigos ou parentes que moravam, em muitos casos, ao lado, ou quando queriam nos levar na casa de alguém que era “mais estudado” e tinha condições de responder melhor.

Foto 44 – Localização dos pontos de referência e das áreas de pesquisa no distrito Atlântico Norte



Fonte: Lauro de Freitas, 2005c.

Foram aplicados um total de 120 questionários — 55 em Itinga (20 no Jardim Centenário; 17 no Sayonara; 18 no Jardim Talismã) e 65 no Atlântico Norte (18 no Araqui; 14 em Pitangueiras; 16 em Vilas do Atlântico; 17 no Miragem) —, abarcando informações de um total de 531 pessoas, 241 moradoras de Itinga (96 no Jardim Centenário; 65 no Sayonara; 80 no Jardim Talismã) e 290 no Atlântico Norte (92 no Araqui; 74 em Pitangueiras; 66 em Vilas do Atlântico; 58 no Miragem).

Nessas entrevistas pretendeu-se identificar quem eram as pessoas que residiam nessas áreas e verificar que correlações existiriam entre esse perfil e a estrutura do lugar onde vivem, para isso levantou-se as características dos moradores, o tempo e o motivo que os levaram a morar no atual endereço, suas impressões sobre o bairro, suas relações e as características do domicílio.

5.2.1 Diferenças e semelhanças entre moradores e condições de moradia das áreas selecionadas: dados da pesquisa de campo

Os resultados dos questionários indicaram que nos domicílios selecionados havia um total de 531 pessoas, sendo a maioria delas do sexo feminino, 53,3%. Com relação às idades, agregando-se a população por grupos etários (0 a 14 anos, 15 a 64 anos e 65 e mais), verificou-se a maioria dessas pessoas estavam em idade potencialmente ativa (15 a 64 anos), tanto no distrito de Itinga como no Atlântico Norte: mais de 70% da amostra em ambos (Tabela 13). Note-se também que a proporção de crianças foi semelhante nas duas áreas (20,8% em Itinga e 18,6% no Atlântico Norte), contudo, a participação dos idosos no Atlântico Norte mostrou-se superior à de Itinga (7,3% e 2,9%, respectivamente). Tal situação pode ser associada ao fato de que a parte litorânea de Lauro de Freitas tem se tornado local de moradia dos aposentados que buscam um local tido como mais tranquilo para residir.

Tabela 13 – Distribuição da população das áreas selecionadas de Itinga e do Atlântico Norte por grupos etários, 2005

Grupos etários	Itinga		Atlântico Norte	
	Absoluto	%	Absoluto	%
0 a 14	50	20,8	54	18,6
15 a 64	184	76,3	215	74,1
65 e mais anos	7	2,9	21	7,3
Total	241	100,0	290	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro-junho/2005.

A maior parte dessas pessoas nasceu em Salvador. Do total de Itinga, 37% nasceu na capital baiana, 27% em Lauro de Freitas, em percentual semelhante ao verificado para os originários de outros municípios do estados (26%), e 9% são de outros estados brasileiros. No

Atlântico Norte, 35% são soteropolitanos, 22,7% laurofreitenses, 24% nasceu em outros municípios e, observe-se, 18% nasceu em outros estados e/ou países (Tabela 14). Esses dados, se desagregados pelos diferentes espaços internos estudados desses distritos, não mostram diferenças expressivas em Itinga (a não ser pela proporção dos que nasceram em Salvador e residem no Sayonara, 60,2%, contra, em média, 25% dos demais loteamentos), ao passo que no Atlântico Norte, em nenhum dos domicílios entrevistados em Vilas ou no Miragem havia pessoas nascidas em Lauro de Freitas. No Araqui, o percentual desse grupo era de 53% e em Pitangueiras de 36%.

É importante acrescentar que, de acordo com os entrevistados, nos anos 1970 não havia maternidades confiáveis no município, sendo assim, era comum que mesmo morando em Lauro de Freitas, na época do parto, a mulher recorresse aos hospitais da capital. Os mais jovens que moram em Itinga, de modo geral, nasceram no município, em casa ou no Hospital Geral Menandro de Farias (situado na Estrada do Coco e mantido pelo Governo do Estado). Mas, houve mulheres que preferiram ter filhos nas maternidades da capital por achá-las melhor equipadas e com melhor corpo técnico. Aquelas com maior poder aquisitivo, que possuem plano de saúde e/ou tem condições de arcar com o custo do parto em instituições privadas, tiveram seus filhos em Salvador visto que em Lauro de Freitas não existem maternidades particulares.

Sobre os que nasceram em outras unidades da federação, em Itinga, a maior concentração desses indivíduos estava no Jardim Centenário (19% dos residentes), enquanto nos demais loteamentos esse percentual era de 4,6% no Sayonara e 1,3% no Talismã. No Atlântico Norte, a maioria dos 53 nascidos em outros estados é paulista, sendo que 25 deles moram em Vilas e 19 no Miragem.

Tabela 14 – Local de nascimento dos moradores das áreas selecionadas de Itinga e do Atlântico Norte, 2005

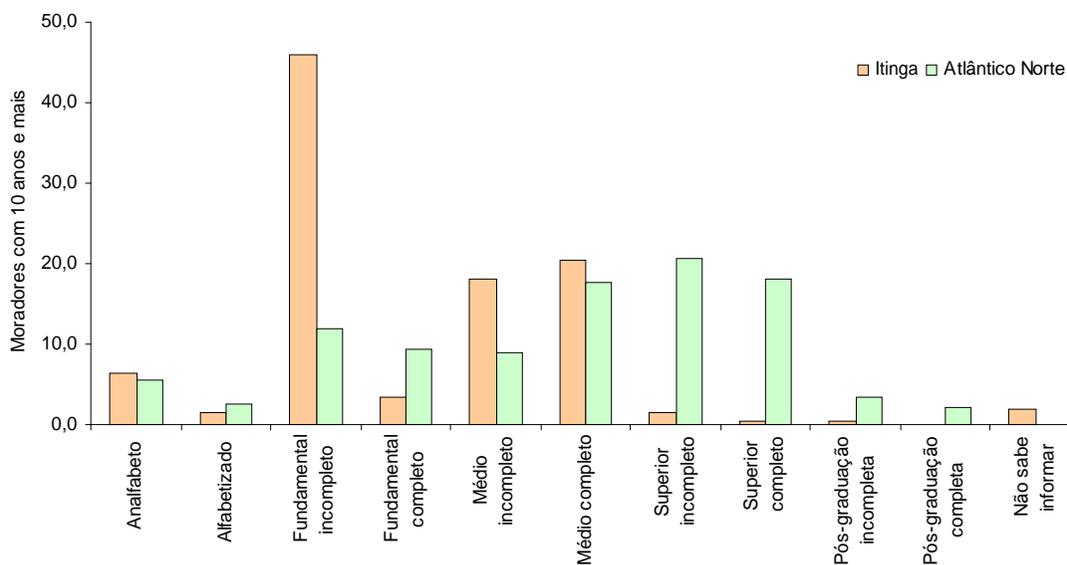
Local de nascimento	Itinga		Atlântico Norte	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Lauro de Freitas	66	27,4	66	22,7
Salvador	89	36,9	102	35,2
Interior da Bahia	64	26,6	69	23,8
Outras estados brasileiros /países	22	9,1	53	18,3
Total	241	100,0	290	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro-junho/2005.

No que tange aos níveis de escolaridade, os moradores com 10 anos e mais do Atlântico Norte se revelaram mais escolarizados que os de Itinga. Tal como se nota no

Gráfico 2, nos domicílios que compuseram a amostra, 43,1% dos residentes de Itinga não completou o ensino fundamental, com 22,6% deles tendo estudado até a 4ª série. Quase 7% eram analfabetos e 1,5% foi classificado como alfabetizado³⁸. Observe-se que todos os analfabetos e apenas alfabetizados desse distrito eram adultos e estavam fora da rede de ensino. Os que possuíam ensino médio incompleto ou completo, 18% e 20,5% respectivamente, eram essencialmente os mais jovens, normalmente filhos dos proprietários dos lotes ou que o adquiriram mais recentemente. Para os mais idosos, ter um filho com ensino médio completo se revelou motivo de orgulho, foi relativamente comum respostas do tipo “... não sei ler direito, mas meus filhos completaram os estudos...”. De um total de 195 pessoas com 10 anos e mais, três estavam fazendo nível superior, sendo que duas dessas pessoas são filhos de antigos moradores (ao menos um dos pais possui nível médio completo) e a terceira residia no interior e há pouco, após passar no vestibular, veio a morar com parentes no Jardim Centenário.

Gráfico 2 – Escolaridade dos moradores com 10 anos e mais das áreas selecionadas de Itinga e do Atlântico Norte, 2005



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro-junho/2005.

No Atlântico Norte, o perfil de escolaridade se mostrou distinto: o maior percentual dos moradores está cursando (20,4%) ou cursou nível superior (18,1%), sendo que a maior parte desse contingente residia no Miragem e em Vilas — com superior completo e incompleto nesses bairros eram, respectivamente, 54% e 68% dos residentes. Lembre-se que

³⁸ Considerou-se o indivíduo como alfabetizado quando era dito que ele sabia ler e escrever.

muitos dos que vieram residir em Vilas integravam o grupo dos funcionários mais qualificados do Pólo; no Miragem, de ocupação mais recente, destaca-se a quantidade dos que vieram de outros estados para trabalhar na Ford e em outras empresas que foram transferidas para Lauro de Freitas.

Por outro lado, enquanto nesses loteamentos, em conjunto, só havia duas pessoas entre analfabetos e alfabetizadas (ambas trabalhadoras domésticas que residiam no domicílio dos patrões), no Araqui, 9% da dos componentes da amostra pertenciam a esse grupo, o mesmo se dando para 19% dos moradores de Pitangueiras. Assim, se o percentual de analfabetos dos dois distritos era próximo, se a participação dos alfabetizados no Atlântico Norte superava Itinga, isso decorreu particularmente dos dados desses últimos bairros.

Com ensino médio completo, foram quase 18% dos indivíduos, contra 14% de Itinga. Ademais, todos os jovens em idade escolar do Atlântico Norte estavam na escola, o que não ocorria em Itinga.

Sobre a atividade dos moradores dos domicílios em questão, em Itinga o maior percentual deles estudava (31,6%) e em segundo lugar está a categoria trabalhava (29,4%). No Atlântico Norte, 39,5% trabalhavam e 24,2% estudavam. Observe-se que em Vilas e, especialmente, no Miragem, considerando os que apenas trabalhavam e os que trabalhavam e estudavam, havia um alto percentual de pessoas trabalhando: 48% e 66%, respectivamente. Estudavam e trabalhavam 4,4% dos que moram em Itinga, sendo que o maior contingente desse grupo residia no Jardim Centenário e se constituía em alunos do ensino fundamental e médio. No Atlântico Norte, 7% do total trabalhavam e estudavam, destacando-se que no Miragem, que apresentou o maior grupo dessa categoria, todos os que estudam e trabalham ou fazem curso superior ou pós-graduação.

O grupo de pessoas que não trabalhava fora do lar, equivalente para os dois distritos, em torno de 7,5% (Tabela 15), é composto apenas por mulheres de diferentes faixas etárias.

Para os que trabalhavam, identifica-se diferentes tipos de vínculos empregatícios, sendo que tanto em Itinga (42%) como no Atlântico Norte (38%) a maior parcela das pessoas possui carteira assinada, o que se repetiu em todas as áreas estudadas (Tabela 16). As exceções são o loteamento Sayonara — com 32% dos moradores tendo emprego fixo, mas, sem carteira assinada — e Pitangueiras, onde essa última situação abrangia 50% dos

indivíduos. Note-se que o percentual dos que tinham carteira assinada era igual ao dos que não tem emprego fixo no Talismã. No Miragem, 65% dos que trabalham estavam legalizados (com carteira assinada) e um grupo bem menor era autônomo, 24%. Em Vilas do Atlântico e Araqui, a situação se mostrou correlata. Quando ao emprego no serviço público, se revelou mais expressivo em Pitangueiras (15,4%).

Tabela 15 – Atividades exercidas pelos moradores das áreas selecionadas de Itinga e do Atlântico Norte, 2005

Bairro/Loteamento/ Distrito	Atividade						
	Estuda	Estuda e trabalha	Trabalha	Desempre gado	Não trabalha fora do lar	Estagiário/ voluntário	Aposentado/ pensionista
Jd. Centenário	31,0	6,9	32,2	11,5	9,2	0,0	9,2
Sayonara	28,8	1,5	36,4	6,1	13,6	1,5	12,1
Jd. Talismã	34,7	4,0	20,0	24,0	0,0	12,0	5,3
Itinga	31,6	4,4	29,4	14,0	7,5	4,4	8,8
Araqui	30,4	1,3	36,7	11,4	7,6	2,5	10,1
Pitangueiras	23,4	9,4	29,7	18,8	6,3	1,6	10,9
V. do Atlântico	21,7	5,0	43,3	5,0	6,7	3,3	15,0
Miragem	18,9	15,1	50,9	0,0	9,4	0,0	5,7
Atlântico Norte	24,2	7,0	39,5	9,4	7,4	2,0	10,5

Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro-junho/2005.

Tabela 16 – Vínculo empregatício das pessoas que trabalham nas áreas selecionadas de Itinga e do Atlântico Norte, 2005

Bairro/Loteamento/Distrito	Vínculo empregatício					
	Carteira assinada	Fixo sem carteira assinada	Funcionário público	S/ emprego fixo (biscate)	Autônomo	Proprietário
Jd. Centenário	56,3	12,5	6,3	9,4	9,4	6,3
Sayonara	28,6	32,1	0,0	17,9	7,1	14,3
Jd. Talismã	36,8	26,3	0,0	36,8	0,0	0,0
Itinga	41,8	22,8	2,5	19,0	6,3	7,6
Araqui	37,1	14,3	5,7	17,1	25,7	0,0
Pitangueiras	3,8	50,0	15,4	7,7	11,5	11,5
V. do Atlântico	51,6	12,9	0,0	0,0	25,8	9,7
Miragem	64,7	5,9	0,0	5,9	23,5	0,0
Atlântico Norte	37,6	21,1	5,5	8,3	22,0	5,5

Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro-junho/2005.

Dentre aqueles que tinham emprego fixo, mas não possuíam carteira de trabalho assinada, em Itinga — 23% dos moradores da amostra — estavam as empregadas domésticas, motoristas de *vans*, vendedores do comércio local e trabalhadores que possuíam contrato de prestação de serviços com a PMLF (geralmente, agentes de saúde, porteiros, faxineiros, funcionários administrativos). No Atlântico Norte, 21,1% estavam nessa situação. Entretanto, se no Araqui e Pitangueiras o perfil de trabalhador nessas condições era semelhante ao de

Itinga, em Vilas e no loteamento Miragem esse grupo era formado por médicos, veterinários, arquitetos, engenheiros e corretores imobiliários.

Do mesmo modo, é preciso considerar que as categorias sem emprego fixo, autônomo e proprietário, com respectivamente 19,0%, 6,3% e 7,6% em Itinga e 8,3%, 22,0% e 5,5% no Atlântico Norte, apresentaram diferenças qualitativas para os dois distritos. No primeiro, as pessoas que não tinham emprego fixo eram, principalmente, pedreiros, carpinteiros e diaristas. O mesmo valia para o Atlântico Norte, — acrescentando-se manicures, cabelereiros —, contudo, nos bairros de Vilas ninguém se encontrava nessa categoria.

Autônomos em Itinga, no Araqui e Pitangueiras correspondiam, sobretudo, vendedores de roupa, utensílios domésticos e cosméticos. Proprietários eram donos de pequenos estabelecimentos comerciais: bares, bombonieres, mercados, lojas de roupas e presentes etc. Em Vilas e no Miragem, eram autônomos e proprietários de pequenas empresas e estabelecimentos comerciais, representantes comerciais e profissionais liberais.

Quanto aos desempregados, em Itinga foram 14% dos moradores. No Talismã esse percentual era 24,0%, equivalente ao do grupo que trabalha (considerando-se também os que trabalham e estudam). Essa foi a única área selecionada onde tal situação foi registrada. No Atlântico Norte, no conjunto, o percentual daqueles que estavam desempregados foi inferior ao encontrado em Itinga (9,4%). Na mesma Tabela 16 pode-se verificar que o maior grupo de desempregados foi registrado em Pitangueiras, 19%. Em Vilas, apenas 5% estavam desempregados e no Miragem nenhuma das pessoas se encontrava nessa situação.

A maior parte das pessoas desempregadas estava sem trabalhar há menos de um ano. Dentro da área de Itinga, onde 43,8% compunham esse conjunto, apenas no Sayonara o maior percentual dos desempregados estava na faixa de 1 a 3 anos (50,0%). Das quatro áreas selecionadas do Atlântico Norte, no Araqui e Pitangueiras mais de 50% dos desempregados estavam nessa condição há menos de 1 ano e em Vilas 67% tinha entre um e três anos sem emprego. Como se verifica na Tabela 17, 58,3% dos desempregados desse último distrito estavam desempregados a menos de um ano. De modo geral, comparando os distritos selecionados do Atlântico Norte e Itinga, nesse último havia mais pessoas com dificuldade de conseguir se re-inserir no mercado de trabalho após a perda do emprego.

Tabela 17 – Tempo de desemprego dos moradores das áreas selecionadas de Itinga e do Atlântico Norte, 2005

Bairro/Loteamento/Distrito	Tempo de desemprego			
	menos de 1 ano	entre 1 e 3 anos	entre 3 e 5 anos	a mais de 5 anos
Jd. Centenário	50,0	20,0	20,0	10,0
Sayonara	25,0	50,0	25,0	0,0
Jd. Talismã	44,4	27,8	11,1	16,7
Itinga	43,8	28,1	15,6	12,5
Araqui	55,6	0,0	33,3	11,1
Pitangueiras	66,7	8,3	16,7	8,3
V. do Atlântico	33,3	66,7	0,0	0,0
Miragem	0,0	0,0	0,0	0,0
Atlântico Norte	58,3	12,5	20,8	8,3

Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro-junho/2005

A Tabela 18 informa o local onde as pessoas exerciam suas atividades (trabalho ou estudo, estágio, atividade voluntária, etc.). Nos dois distritos, o maior contingente estudava, trabalhava ou era estagiário ou voluntário em Lauro de Freitas. Considerando as áreas internas de Itinga, no Centenário 87,3% exerciam suas atividades em Lauro de Freitas, no Sayonara esse percentual era de 65,1% e no Talismã, 66,7%. Nesse distrito, 75,5% atuavam dentro do município e 24,5% o faziam em outros municípios.

Tabela 18 – Local onde os moradores das áreas selecionadas de Itinga e do Atlântico Norte exercem suas atividades, 2005

Bairro/Loteamento/Distrito	Local onde exerce a atividade				
	Lauro de Freitas	Salvador	Outros municípios da RMS	Outros municípios baianos	Outros estados
Jd. Centenário	87,3	11,27	1,41	0,0	0,0
Sayonara	65,1	32,6	2,3	0,0	0,0
Jd. Talismã	66,7	31,1	2,2	0,0	0,0
Itinga	75,5	22,6	1,9	0,0	0,0
Araqui	74,1	19,0	5,2	1,7	0,0
Pitangueiras	79,4	12,7	6,3	1,6	0,0
V. do Atlântico	41,7	45,8	8,3	2,1	2,1
Miragem	46,9	36,7	12,2	2,0	2,0
Atlântico Norte	62,4	27,1	7,8	1,8	0,9

Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro-junho/2005.

No Atlântico Norte, 62,4% atuavam em Lauro de Freitas, mas, se no Araqui e em Pitangueiras mais de 70% dos que trabalhavam ou estudavam o faziam no próprio município, esse percentual se reduzia para 41,7% em Vilas do Atlântico — onde 46% das pessoas exerciam suas atividades em Salvador, e os que o faziam em Lauro de Freitas

eram, sobretudo, estudantes, — e 46,9% no Miragem. Nesse último loteamento, 36,7% dos indivíduos atuava em Salvador, 12,2% em outros municípios da RMS (particularmente, Camaçari, onde estão o Pólo e a Ford) e 4% em outros municípios da Bahia e outros estados.

Além caracterizar os moradores, um outro grupo de perguntas visava verificar quanto tempo residem no atual endereço, os motivos que os levaram para lá e onde residiam anteriormente. Perguntados sobre a cidade da moradia anterior, em ambos os distritos, a maior parte das pessoas era oriunda de Salvador: 58% dos que residiam em Itinga e 46% dos que estavam no Atlântico Norte (Tabela 19).

Tabela 19 – Local de residência anterior dos moradores das áreas selecionadas de Itinga e do Atlântico Norte, 2005

Bairro/Loteamento/Distrito	Local de residência anterior			
	Lauro de Freitas	Salvador	Outros municípios baianos	Outros estados
Jd. Centenário	50,0	25,0	10,0	15,0
Sayonara	5,9	76,5	17,6	0,0
Jd. Talismã	11,1	77,8	11,1	0,0
Itinga	23,6	58,2	12,7	5,5
Araqui	44,4	38,9	11,1	5,6
Pitangueiras	28,6	21,4	42,9	7,1
V. do Atlântico	6,3	75,0	0,0	18,8
Miragem	23,5	47,1	5,9	23,5
Atlântico Norte	26,2	46,2	13,8	13,8

Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro-junho/2005.

Note-se que em Itinga, no Sayonara e Jardim Talismã, mais de 70% dos entrevistados referiu ter migrado da capital, predominando nesses loteamentos pessoas com tempo de residência no atual endereço igual ou superior a 21 anos, isso se verificou em 58% e 55,6% dos domicílios, respectivamente (Tabela 20). No Jardim Centenário (onde 25% dos entrevistados moram no atual endereço há mais de 20 anos), encontrou-se pessoas cujos pais já moravam em Itinga, e que após constituírem nova família optaram por permanecer no bairro, seja no mesmo terreno ou adquirindo outro. Igualmente, havia pessoas que mais recentemente se mudaram para esse loteamento e que residiam em outros pontos próximo, mas que contavam com menor infra-estrutura. Essa situação pode estar associada ao elevado percentual de pessoas que já residia em Lauro de Freitas.

No Atlântico Norte, 46,2% dos moradores também migrou de Salvador. No entanto,

deve-se destacar que esse percentual foi fortemente influenciado pelo perfil dos moradores de Vilas e do Miragem: 75% e 47,1% do total vindo da capital, correspondentemente. Para o Miragem ressalta-se, igualmente, o percentual dos oriundos de outros estados, equivalente ao dos que já viviam em Lauro de Freitas (23,5%), parte dos quais moradores de Vilas ou de Ipitanga. Foi nesse bairro onde se encontrou a maior participação de migrantes interestaduais. Conforme a Tabela 20, 88% dos moradores desse loteamento referiram ter menos de três anos no atual endereço. Em Vilas, quase 38% dos entrevistados possuíam entre 10 e 15 anos no endereço atual.

Tabela 20 – Tempo de residência no atual domicílio dos moradores das áreas selecionadas de Itinga e do Atlântico Norte, 2005

Bairro/Loteamento/ Distrito	Tempo que reside no atual domicílio (em anos)						
	até 3	4 a 9	10 a 15	16 a 20	21 a 25	26 a 30	31 e mais
Jd. Centenário	10,0	30,0	5,0	30,0	15,0	10,0	0,0
Sayonara	5,9	11,8	17,6	5,9	11,8	23,5	23,5
Jd. Talismã	11,1	22,2	11,1	5,6	16,7	22,2	11,1
Itinga	9,1	21,8	10,9	14,5	14,5	18,2	10,9
Araqui	33,3	5,6	11,1	22,2	5,6	5,6	16,7
Pitangueiras	28,6	21,4	7,1	0,0	0,0	14,3	28,6
V. do Atlântico	18,8	25,0	37,5	6,3	6,3	0,0	6,3
Miragem	88,2	11,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Atlântico Norte	43,1	15,4	13,8	7,7	3,1	4,6	12,3

Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro-junho/2005.

No Araqui e em Pitangueiras, a situação mais similar à de Itinga, com pessoas residindo em terrenos de familiares que há muito estavam no local. Em Pitangueiras, estava o grupo de residentes mais antigo dentre todas as áreas de pesquisa, com 28,6% dos entrevistados referindo ter mais de 31 anos no domicílio atual (encontrou-se indivíduos com mais de 40 anos no local) e a maior parte dos que estavam na amostra, 42,9%, imigrou do interior do estado. Nesse bairro, assim como no Araqui, alguns entrevistados referiram ter saído do bairro para outros locais de Lauro de Freitas, no entanto, por motivos diversos, principalmente pelo menor custo da moradia, retornaram para o atual bairro, sobretudo para morar no mesmo endereço, ainda que em outro domicílio. Isso repercutiu na quantidade de pessoas que migraram de outras partes do município.

Acrescente-se que, no Araqui, há uma área de invasão, e que resultou, em muito, da ação de pessoas que moravam nas proximidades, em especial no Centro e em Portão. Igualmente deve-se considerar que o custo de moradia nesse bairro é inferior ao de áreas próximas (Ipitanga, Centro e Vilas) e possui melhor infra-estrutura do que uma área popular e de invasão próxima (Lagoa dos Patos). Isso se relaciona à quantidade de moradores que tem três anos ou menos de moradia no Araqui (33,3%).

A Tabela 21 confirma que a possibilidade de aquisição da casa própria³⁹ no Araqui foi um dos motivos principais que levou novos moradores ao bairro: 37,5% dos entrevistados desse bairro apresentaram essa resposta. No entanto, em igual proporção, os entrevistados do Araqui, assim como a maior parte dos de Vilas do Atlântico (66,7%) e do Miragem (56,3%) se referiram à qualidade de vida⁴⁰ do bairro como o atrativo preponderante do local onde vivem. Com isso, embora em Pitangueiras, 31,3% apresentassem a possibilidade de adquirir moradia como a causa mais relevante de morar no bairro, no Atlântico Norte o principal fator de atração desses moradores foi a qualidade de vida, seguida da possibilidade de aquisição da casa própria. É importante salientar que em Vilas, nenhuma das respostas destacou esse último ponto e que no Miragem o menor custo da moradia foi principalmente mencionado pelos que alugaram a casa.

Tabela 21 – Motivos de mudança para o atual domicílio segundo os moradores das áreas selecionadas de Itinga e do Atlântico Norte, 2005

Bairro/Loteamento/ Distrito	Motivos					
	Possibilidade de aquisição da casa própria	Qualidade de vida	Localização	Mudança/ proximidade de emprego	Ganhou terreno	Outros
Jd. Centenário	40,1	14,8	25,9	7,4	0,0	11,1
Sayonara	52,4	28,6	9,5	0,0	9,5	0,0
Jd. Talismã	57,9	21,1	15,8	5,3	0,0	0,0
Itinga	49,3	20,9	17,9	4,5	3,0	4,4
Araqui	37,5	37,5	16,7	0,0	4,2	4,2
Pitangueiras	31,3	18,8	12,5	18,8	12,5	6,3
V. do Atlântico	0,0	66,7	12,5	12,5	0,0	8,4
Miragem	12,6	56,3	6,3	18,8	6,3	0,0
Atlântico Norte	18,7	47,9	11,5	12,5	5,2	4,2

Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro-junho/2005.

No Atlântico Norte também se destacou a questão da maior proximidade ou da mudança de emprego — foram 12,5% do total de respostas —, sobretudo pelos moradores do Miragem, com 18,8% das respostas, e de Pitangueiras (também 18,8%), sendo que para esse bairro, isso se verificou apenas para os moradores do Loteamento Morada do Sol (Tabela 21). No Miragem, onde se encontrou significativa proporção de pessoas vindas de outros lugares por conta de emprego, tanto situados em Lauro de Freitas como em outras unidades

³⁹ Observe-se que nesse item, dado o tamanho da amostra e o pequeno grupo dos que alugavam a casa em todos os bairros e loteamentos em foco, agrupou-se respostas referentes ao custo para residir, o que incluía tanto compra como aluguel, que no caso desse bairro, foi equivalente a 16,7% enquanto aquisição da casa própria foi de 20,8%.

⁴⁰ Delimitou-se o que seria “qualidade de vida”, para efeito desse estudo, a partir das próprias respostas dos entrevistados. Quando a expressão aparecia, perguntava-se o significado. Listando tais significados, agrupou-se como qualidade de vida: tranquilidade, pouco barulho, menor violência/maior segurança, melhor clima, proximidade da natureza, morar em casa e aspectos estruturais do bairro.

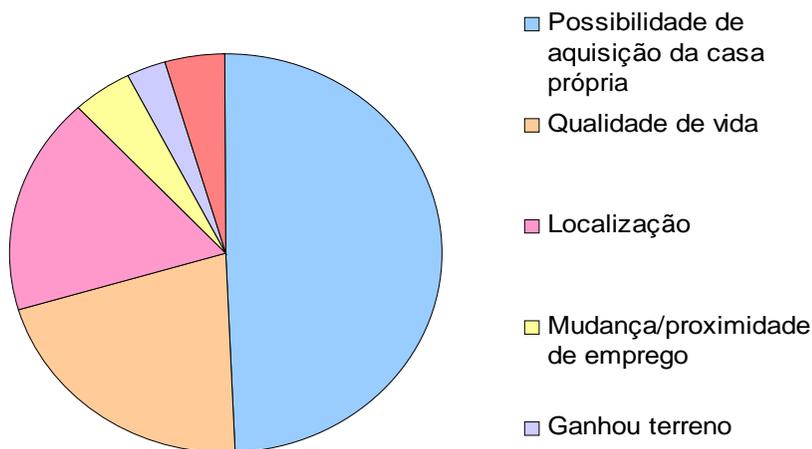
municipais da RMS, a opção de morar nesse loteamento decorreu da proximidade em relação ao emprego, mas igualmente foi importante o custo menor em relação a Vilas e a possibilidade de usufruir (dada a contigüidade espacial) da sua infra-estrutura e da apontada qualidade de vida do bairro.

Em Itinga, no distrito de forma geral, assim como nos três loteamentos estudados, a possibilidade de aquisição da casa própria foi fundamental para que as pessoas entrevistadas para lá se mudassem (representando 46,3% das respostas), estando o item qualidade de vida em segundo lugar para o distrito. A questão da localização aí também foi bastante importante, especialmente para os moradores do Jardim Centenário (25,9% das respostas, a segunda mais mencionada). No Atlântico Norte, o fator localização foi o quarto mais mencionado, aparecendo em todas as subáreas pesquisadas. Destaque-se que a localização foi mais mencionada no Araqui e menos no Miragem.

Sob esse aspecto, partindo-se das considerações de Villaça (2001) e Santos (2002b), que tratam da localização enquanto proximidade e acessibilidade, agregou-se nesse indicador respostas que mencionassem a presença no bairro ou em suas áreas circunvizinhas ou a facilidade para se chegar e/ou ser atendido em suas demandas a locais, equipamentos e serviços (centro de Salvador, centro de Lauro de Freitas, comércio, bancos, escolas, serviços médicos, trabalho etc.) e no mercado de trabalho.

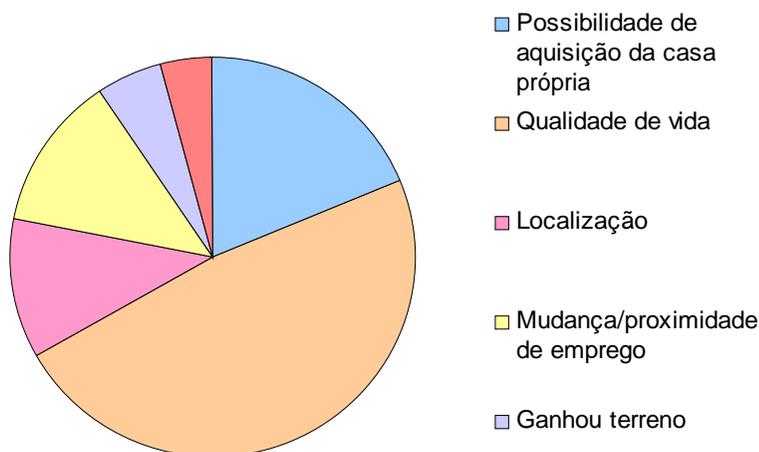
Os Gráficos 3 e 4 evidenciam com mais clareza as diferentes motivações que levaram as pessoas se deslocaram dos seus antigos domicílios para Itinga e para o Atlântico Norte, especialmente nos itens relacionados à possibilidade de aquisição da casa própria e a busca de qualidade de vida.

Gráfico 3 – Motivos de mudança para o atual domicílio segundo os moradores das áreas selecionadas de Itinga, 2005



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro-junho/2005.

Gráfico 4 – Motivos de mudança para o atual domicílio segundo os moradores das áreas selecionadas de Atlântico Norte, 2005



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro-junho/2005.

Respondendo sobre as vantagens e desvantagens de residir em seu domicílio atualmente, em Itinga a localização apareceu como principal vantagem: 35% das respostas (Tabela 22). Em seguida, com 30%, assinalou-se qualidade de vida proporcionada pelo bairro. Contudo, a localização também foi apresentada como uma das principais desvantagens de residir em Itinga, superada apenas pelos problemas decorrentes da falta de serviços públicos adequados e falta de infra-estrutura (18%, 27% e 21%, correspondentemente). Destacaram-se as respostas que ressaltavam os problemas existentes na área de saúde; assim, mesmo havendo uma série de equipamentos públicos e privados no bairro, seus moradores consideraram que, especialmente no setor público, o atendimento (em termos das necessidades de especialidades médicas e forma de relação dos funcionários com o público) era deficiente. Esse foi um problema apontado nas três áreas de pesquisa, especialmente por aqueles entrevistados mais escolarizados ou que tinham filhos pequenos.

Tabela 22 – Vantagens de residir no atual endereço segundo os moradores de Itinga e do Atlântico Norte, 2005

Vantagens	Itinga		Atlântico Norte	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Boas relações de vizinhança	4	5,2	7	5,7
Características infra-estruturais do bairro	9	11,7	3	2,5
Localização (proximidade e acessibilidade)	27	35,1	26	21,3
Não sabe/não tem	4	5,2	6	4,9
Qualidade de vida	23	29,9	77	63,1
Ter casa própria	2	2,6	1	0,8
Tudo	7	9,1	1	0,8
Outros	1	1,3	1	0,8
Total	77	100,0	122	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro-junho/2005.

Quanto à falta de infra-estrutura, estava associada, sobretudo, à questão da ausência de saneamento básico, de rede de coleta de águas pluviais, pavimentação e construção de passeios e limpeza das ruas. Essa resposta foi mais comum no Jardim Talismã, ainda que tenha aparecido nas demais áreas.

No Atlântico Norte, foi considerada como vantagem principal dos bairros a qualidade de vida (63%). Essa resposta emergiu particularmente no discurso dos residentes de Vilas e do Miragem, mas não exclusivamente. Mencionou-se também a localização como um dos aspectos positivos do local, essa foi a segunda resposta mais repetida (21,3% do total), contudo, a localização igualmente se constituía em desvantagem (Tabela 23). Assim como em Itinga, o fato de ser longe de Salvador, do centro, “... onde acontecem as coisas...”, como disse uma moradora de Vilas, é um grande problema em termos de tempo e custo de deslocamento. A distância de uma série de serviços e do comércio mais diversificado, de eventos e lugares de lazer, portanto, aparece como um problema para os moradores de Itinga e do Atlântico Norte. Note-se que em Vilas e no Miragem, assinalou-se que embora se constitua num problema, as vantagens (inclusive a possibilidade de morar num espaço maior a um custo menor) compensam morar mais afastado da capital. Nas áreas de Itinga, ressaltou-se que a localização do bairro dificulta inclusive o acesso ao mercado de trabalho.

Tabela 23 – Desvantagens de residir no atual endereço segundo os moradores de Itinga e do Atlântico Norte, 2005

Desvantagens	Itinga		Atlântico Norte	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Ausência de serviços adequados	21	26,9	17	17,3
Descaso do poder público	1	1,3	5	5,1
Falta de infra-estrutura, saneamento, drenagem, pavimentação e limpeza	16	20,5	18	18,4
Localização (distância e dificuldade de acesso)	14	17,9	27	27,6
Não sabe/não tem	14	17,9	12	12,2
Preconceito com relação ao bairro	3	3,8	2	2,0
Tudo	0	0,0	4	4,1
Violência/insegurança	7	9,0	13	13,3
Vizinhança	2	2,6	0	0,0
Total	78	100,0	98	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro-junho/2005.

A falta de infra-estrutura, o segundo maior problema do Atlântico Norte conforme os entrevistados, com 18,4% das respostas, foi mais mencionada no Araqui embora tenha sido dita em todas as áreas. Falou-se dos alagamentos, das calçadas irregulares, da pavimentação deficiente ou inexistente das ruas e da ausência de rede de esgoto, principalmente.

Do mesmo modo que em Itinga, a ausência de serviços adequados — especialmente

de saúde — foi assinalada. Mesmo em Vilas e no Miragem houve queixas associadas à falta de serviços públicos, que foram mais assinalados no Araqui e em Pitangueiras.

Levantados os motivos que levaram as pessoas a residir no atual bairro, procurou-se identificar as formas de aquisição do imóvel e como para a maior parte dos entrevistados, a compra foi do lote e não do domicílio, investigou-se a forma de construção.

Tratando-se das formas de aquisição, nos dois distritos a compra foi feita principalmente junto a particular, ou seja, não adquiriram os lotes ou casas diretamente do agente imobiliário, que aparece em segundo lugar tanto para Itinga como para o Atlântico Norte. Em Itinga 49,1% dos proprietários compraram o imóvel de terceiros e 25,5% diretamente da imobiliária (Tabela 24). No Atlântico Norte, no primeiro caso estavam 41,5% dos entrevistados e no segundo 20,0%, sendo que para esse distrito também houve compra de domicílios prontas junto a construtoras, o que não ocorreu em nenhum dos loteamentos de Itinga. Em relação à forma de aquisição, não houve variação significativa nas áreas internas dos dois distritos, à exceção Miragem, onde aluguel mencionado em 47% dos domicílios.

Tabela 24 – Formas de aquisição do imóvel segundo os moradores das áreas selecionadas de Itinga e do Atlântico Norte, 2005

Forma de aquisição do imóvel	Itinga		Atlântico Norte	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Aluguel	1	1,8	15	23,1
Compra junto a imobiliária/construtora	14	25,5	13	20,0
Compra junto a particular	27	49,1	27	41,5
Herança/ganhou de parente	5	9,1	5	7,7
Invasão	2	3,6	3	4,6
Não sabe	6	10,9	2	3,1
Total	55	100,0	65	100,0

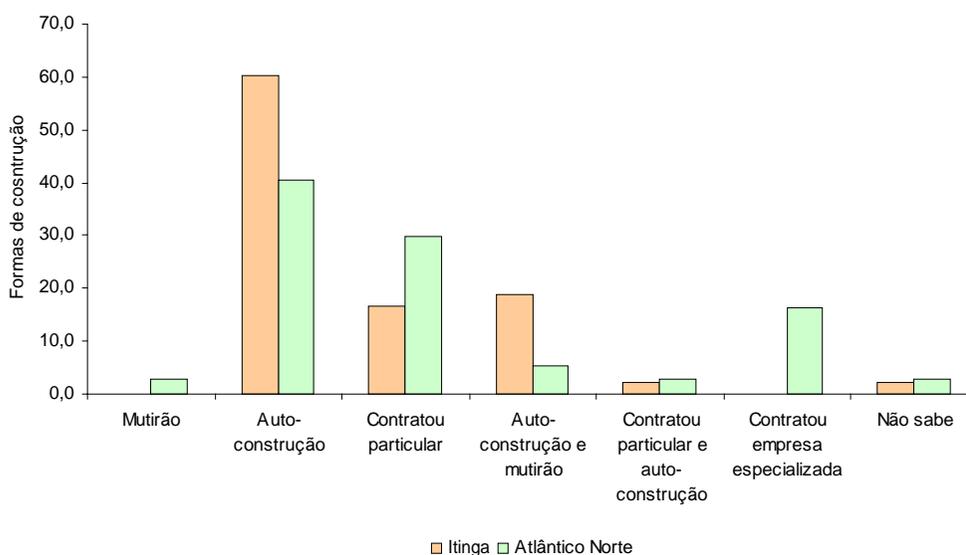
Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro-junho/2005.

Em Itinga, apenas no Jardim Talismã algumas pessoas (11%) mencionaram ter ocupado o terreno ilegalmente (invasão). Note-se que parte das entrevistas foi realizada numa área reconhecidamente de invasão, no entanto, já se tratavam de moradores que haviam comprado a casa ou o lote do primeiro ocupante. Ademais, nos casos em que foi declarado que se herdou ou ganhou o terreno (leia-se parte do terreno de algum parente) não foi possível identificar a forma como a proprietário original adquiriu o lote. No Atlântico Norte, somente no Araqui, onde 16,7% dos entrevistados disseram ter obtido a partir de sua ocupação irregular, verificou-se o mesmo processo.

Quanto à forma de construção, excluindo-se os que alugam o domicílio (1,8% em

Itinga e 23,1% no Atlântico Norte), e os que compraram o domicílio pronto (10,9% em Itinga e 27,5% no Atlântico Norte), em ambos os distritos predominou a auto-construção: 59,2% no primeiro distrito e 40,5% no segundo. Em Itinga, a segunda forma predominante de construção foi a associação da autoconstrução e mutirão (esse realizado para “bater a lage”) e em terceiro lugar a contratação de particular (geralmente parente ou conhecido) — 20,4% e 16,3%, correspondentemente. No Atlântico Norte, a segunda resposta mais mencionada foi contratou particular (29,7% eram desde parentes e conhecidos até profissionais de nível superior) e em terceiro, contratou empresa especializada (16,2%) como se nota no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Formas de construção do imóvel segundo os moradores das áreas selecionadas de Itinga e do Atlântico Norte, 2005



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro-junho/2005.

Deve-se ressaltar que o processo de autoconstrução nesse último distrito ocorreu apenas no Araqui e em Pitangueiras e em elevada proporção (46,2% e 69,2%, respectivamente). Nas demais áreas do Atlântico Norte prevaleceu a contratação de terceiros, empresas ou trabalhadores especializados.

Verificar as características dos domicílios e a quantidade de moradores por domicílio foi outro objetivo desse questionário. Nesse sentido, observaram-se as paredes da frente das casas⁴¹ — por ser a única possível de ver em todos os domicílios — e os tipos de cobertura. Em conjunto, no bairro de Itinga, tal como se nota pela Tabela 25, a maior parte dos domicílios (36,4%) tinha acabamento em sua parte frontal, sendo emassados e pintados. Contudo, quase 30% delas era rebocada e pintada e 18,2% estavam com tijolo aparente.

⁴¹ Nas moradias mais pobres, muitas vezes a parede externa, frontal à rua, era a com melhor acabamento: embora a frente da casa fosse pintada, o interior e/ou as laterais eram de tijolo aparente. Do mesmo modo, por vezes o muro externo era emassado e pintado, mas o domicílio não possuía esse tipo de acabamento.

Quanto ao tipo de cobertura, predominou a telha de amianto em 49% dos domicílios. Em seguida, registrou-se 25,5% de residências cuja cobertura era de laje. Nessas era comum que a laje se constituísse numa preparação para posterior construção, o que ficava mais evidente nos casos de, além da laje, haver pilares e outro tipo de cobertura. Note-se que as pessoas só consideravam que a casa tinha mais de um pavimento se os cômodos já tivessem sido erguidos, mesmo que a área (laje) fosse usada como um terraço.

Tabela 25 – Características gerais externas dos domicílios das áreas selecionadas em Itinga e no Atlântico Norte, 2005

Características do domicílio	Itinga		Atlântico Norte	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Tijolo aparente	10	18,2	4	6,3
Emassada	1	1,8	5	7,8
Emassada e pintada	20	36,4	48	75,0
Rebocada	8	14,5	1	1,6
Rebocada e pintada	16	29,1	6	9,4
Paredes externas/frente	55	100,0	64	100,0
Amianto	27	49,1	12	18,8
Telha de cerâmica	7	12,7	14	21,9
Laje	14	25,5	4	6,3
Laje e telha de cerâmica	2	3,6	32	50,0
Laje e telha de amianto	4	7,3	1	1,6
Amianto e cerâmica	1	1,8	1	1,6
Cobertura	55	100,0	64	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro-junho/2005.

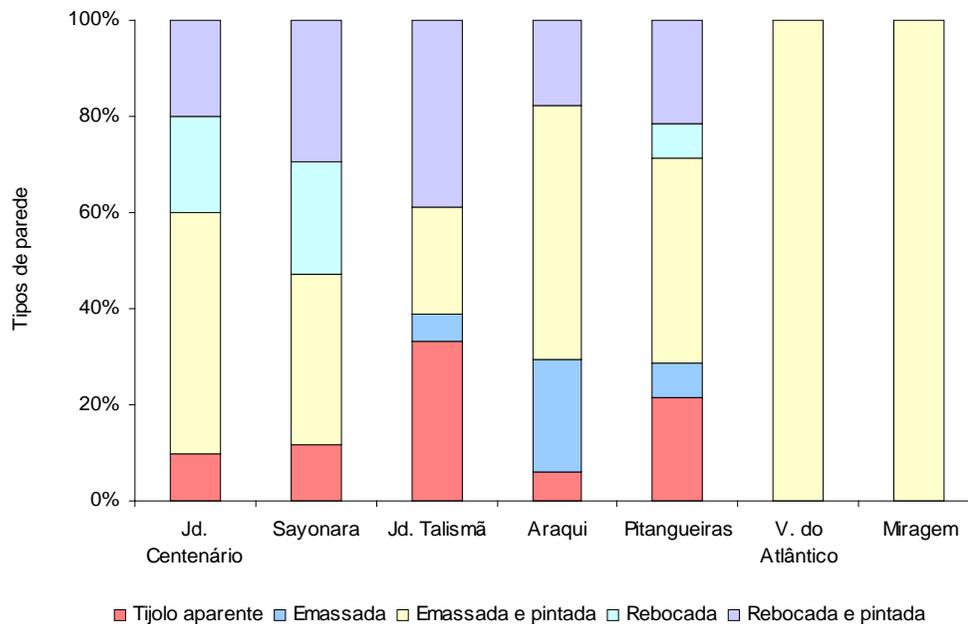
No Atlântico Norte, 75% dos domicílios tinham ao menos suas paredes da frente emassadas e pintadas, ou seja, com acabamento final. Rebocadas e pintadas eram somente 9,4% das moradias. Em 50% delas, a cobertura era de laje e telha de cerâmica. O segundo tipo de cobertura mais comum foi a telha de cerâmica.

Todavia, destaque-se que as áreas pesquisadas tanto em Itinga como no Atlântico Norte apresentam diferenças significativas nos padrões de construção (Gráficos 6 e 7). Com relação às paredes, Vilas e Miragem despontam com 100% dos domicílios emassados e pintados, embora esse também tenha sido o tipo predominante no Jardim Centenário (50%), Sayonara (35,3%), Araqui (53%) e Pitangueiras (43%). Apenas no Talismã, a maioria dos domicílios contava com outro tipo de acabamento em maior proporção: rebocada e pintada, em 39% das residências.

Sobre as especificidades da cobertura, mais uma vez Vilas do Atlântico e o Miragem destacavam-se por terem, em mais de 70% das residências, laje e telha de cerâmica. O tipo de telha mais barata, a de amianto, foi evidenciado em maior número no Sayonara (47%), no Talismã (83%), Araqui (41%) e Pitangueiras (36%). No Centenário, 40% das casas tinham a

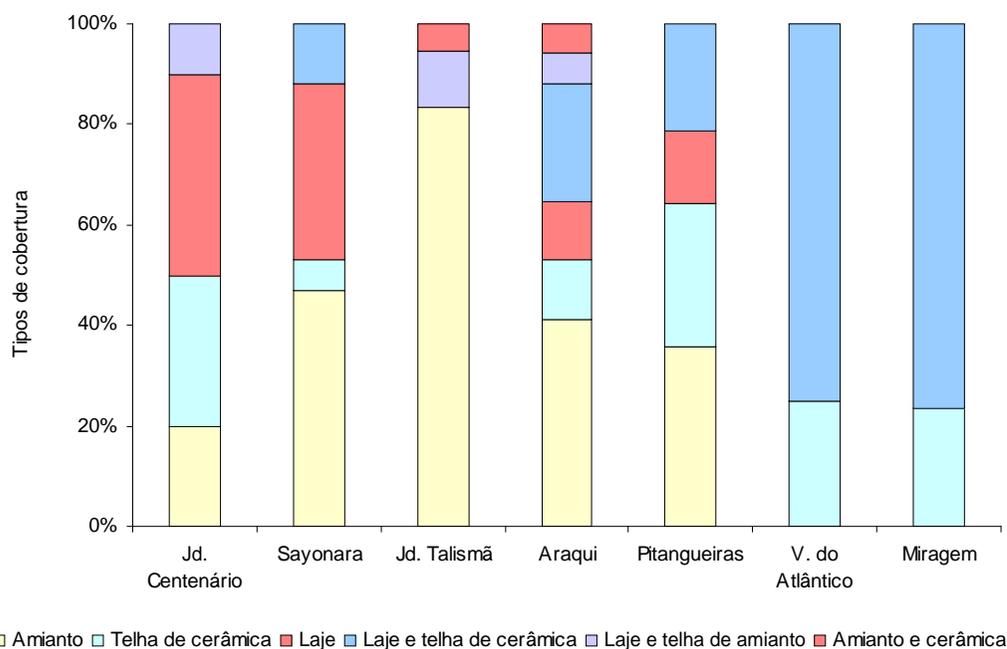
combinação de amianto e cerâmica, alternativa utilizada, geralmente, para recompor parte do telhado danificado.

Gráfico 6 – Características gerais das paredes externas dos domicílios das áreas selecionadas em Itinga e no Atlântico Norte, 2005



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro-junho/2005.

Gráfico 7 – Tipo de cobertura dos domicílios das áreas selecionadas em Itinga e no Atlântico Norte, 2005



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro-junho/2005.

Na maioria dos domicílios dos dois distritos residem de três a quatro pessoas; no

entanto, em Itinga e no Atlântico Norte, aproximadamente, 12,5% deles contavam com sete e mais habitantes. A Tabela 26 evidencia que os domicílios mais populosos foram encontrados no Araqui e os com menor número de moradores no Miragem.

Tabela 26 – Número médio de moradores por domicílio das áreas selecionadas de Itinga e do Atlântico Norte, 2005

Bairro/Loteamento/Distrito	Número médio de moradores			
	de 1 a 2	de 3 a 4	de 5 a 6	7 e mais
Jd. Centenário	10,0	30,0	45,0	15,0
Sayonara	11,8	70,6	17,6	0,0
Jd. Talismã	27,8	33,3	16,7	22,2
Itinga	16,4	43,6	27,3	12,7
Araqui	17,6	41,2	17,6	23,5
Pitangueiras	0,0	35,7	42,9	21,4
V. do Atlântico	0,0	75,0	18,8	6,3
Miragem	29,4	58,8	11,8	0,0
Atlântico Norte	12,5	53,1	21,9	12,5

Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro-junho/2005.

Sobre o número médio de cômodos, as diferenças são mais expressivas. Em Itinga, a média foi de 5,7. Os domicílios, normalmente, seguem a estrutura quarto (ou quartos), sala, cozinha e banheiro, podendo ser acrescentada uma varanda ou área de serviço fechada. No caso dos diferentes loteamentos desse bairro, isso foi o mais comum. Em nenhuma das residências de Itinga havia dependência de empregada ou área de lazer mais sofisticada, no máximo o quintal ou o jardim.

No Atlântico Norte, a média foi bastante superior, 8,9 cômodos/domicílio. Na Tabela 27 verifica-se que as residências com maior número de cômodos estavam em Vilas e no Miragem, (11,5 e 10,0, respectivamente). Além do mais, 85% dos domicílios desses bairros possuíam dependência de empregada (no distrito 46% das moradias contava com dependência), entendida como quarto e banheiro; normalmente essas casas, especialmente as de Vilas, tinham mais de três dormitórios, duas a três salas, mais de dois banheiros além da suíte, escritório, copa etc. Ademais, algumas tinham piscina e sala de jogos e dormitório para caseiro na área externa.

Em outros termos, na quantidade de cômodos se torna mais significativa quando se observam as características desses domicílios que, pelo apresentado até o momento, se revelam mais qualificados em Vilas do Atlântico e no Miragem. Acrescente-se que a área dos mesmos é significativamente maior, especialmente os de Vilas, cujo tamanho médio de terreno é próximo a 450m². Ademais, neste bairro, a construção das moradias contou com a contratação de mão-de-obra particular, que variou desde operários, a mestres-de-obras e

engenheiros. No caso do Miragem, as moradias seguem um padrão semelhante, contudo, é importante que se lembre da fragmentação a que os terrenos originais foram submetidos o que resultou em divisão dos lotes para a construção, por exemplo, de *villages* onde foram realizadas algumas entrevistas. Nesses, embora as moradias fossem menores em termos de área construída, existe uma estrutura de lazer composta por, basicamente, piscina, área para festas e churrasqueira.

Tabela 27 – Relação entre o número de moradores por cômodos nos domicílios das áreas selecionados de Itinga e do Atlântico Norte, 2005

Bairro/Loteamento/Distrito	Moradores/quarto	Nº médio de cômodos	Nº médio de moradores/ domicílio
Jd. Centenário	2,4	5,9	4,8
Sayonara	2,0	6,1	3,8
Jd. Talismã	2,5	5,2	4,7
Itinga	2,3	5,7	4,4
Araqui	2,4	6,7	5,1
Pitangueiras	2,0	7,5	5,3
V. do Atlântico	1,5	11,5	4,1
Miragem	1,1	10,0	4,1
Atlântico Norte	1,7	8,9	4,7

Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro-junho/2005.

Em Pitangueiras e no Araqui, os processos evidenciados foram mais distintos. No entanto, pode-se dizer que, associando-se os dados da Tabela 27 a outros já apresentados, o maior número médio de cômodos em relação a Itinga resultou tanto das moradias edificadas no Loteamento Morada do Sol (Pitangueiras), destinado à classe média, como dos “novos” moradores do Araqui, sejam descendentes dos antigos moradores ou efetivamente novos proprietários que ampliaram ou edificaram outros domicílios com melhor e maior padrão de construção, derrubando os antigos.

Em Itinga, o terreno oscila em torno de 200m², havendo mais de uma moradia no mesmo lote. Ademais, a construção decorreu essencialmente de autoconstrução raramente contando com uso de mão-de-obra ou materiais mais qualificados.

Vale destacar algumas das características dos dados da amostra aqui apresentados. Comparando-se os dois distritos notou-se que em Itinga, de modo geral, encontraram-se pessoas com pouca escolaridade (predominando o contingente que não tinha sequer o ensino fundamental completo), maior proporção de desempregados e de pessoas sem emprego fixo que recorrem aos “biscates” como estratégia de sobrevivência. Parte significativa dos entrevistados reside há mais de 20 anos no local e foi atraída pelo sonho da casa própria. Nesses domicílios, o tipo de cobertura mais usado e as características da parede frontal

denotam que os domicílios pertencem a pessoas de menor poder aquisitivo.

No Atlântico Norte, para a maior parte das pessoas verificou-se que estavam cursando ou haviam concluído nível superior. Havia significativa parcela de pessoas que trabalhavam, a maioria com carteira assinada, e uma proporção também significativa de autônomos exercendo profissões de nível superior. Predominam pessoas que moram no atual domicílio há menos de quatro anos, em residências cujo acabamento principal das paredes é do tipo mais qualificado, contando com cobertura de laje e telhado de cerâmica.

Observando-se cada uma das áreas internas desses distritos, ou seja, a partir de uma escala mais restrita, pode-se identificar algumas peculiaridades no que tange às características dos moradores e dos domicílios. Em Itinga, houve maior convergência entre o perfil levantado para os loteamentos Sayonara e Jardim Centenário em termos da escolaridade e da inserção no mercado de trabalho, sendo que nesse último havia maior número dos que tinham carteira assinada. Igualmente no Centenário, registrou-se maior proporção dos que referiram nível médio e superior e de domicílios com melhor tipo de acabamento.

No Jardim Talismã, ainda que houvesse mais pessoas com nível médio concluído do que no Sayonara, a proporção de desempregados era quatro vezes maior, sendo esta área onde aqueles que não possuíam emprego fixo obtiveram maior participação no conjunto daqueles que exerciam algum tipo de atividade. Quanto aos domicílios, foi significativa a proporção dos que tinham tijolo aparente, superando em muito a encontrada nas demais áreas.

No Atlântico Norte, as desigualdades de condições dos moradores e domicílios ficaram mais evidentes. Pode-se, na verdade, agrupar, dadas as semelhanças, Vilas do Atlântico e Miragem. Esses dois loteamentos que conferiram a esse distrito a alta participação de pessoas com nível superior. Quanto à inserção no mercado de trabalho, aliada à condição de carteira assinada, verificou-se que 1/3 dos que trabalhavam eram autônomos, sendo esses profissionais liberais. Tendo como motivo primeiro para passarem a residir nesses locais a busca de “qualidade de vida”, os moradores de Vilas e do Miragem possuíam, de modo geral, casas mais amplas em termos de número de cômodos e mais qualificadas em termos do material de construção do que os de todas as demais áreas.

No Araqui, o nível de escolaridade e a forma de participação do mundo do trabalho, assim como as características predominantes dos domicílios, de acordo as respostas dos entrevistados, se aproximam muito mais dos observados em Itinga do que com a média do Atlântico Norte. Já em Pitangueiras, embora haja escolaridade maior do que a do Araqui, havia mais desempregados do que neste último. Do mesmo modo, a proporção de desempregados de Pitangueiras superava a apresentada pelos loteamentos Jardim Centenário e

o Sayonara, em Itinga. Do mesmo modo, a proporção dos que trabalhavam e as características da residência dos moradores mais antigos eram mais similares às desses últimos loteamentos do que com Vilas e Miragem.

Acrescente-se que no Araqui e Pitangueiras, o principal motivo que levou os entrevistados a morarem nesses bairros foi a possibilidade de aquisição da casa própria.

5.2.2 A segregação dentro da área segregada

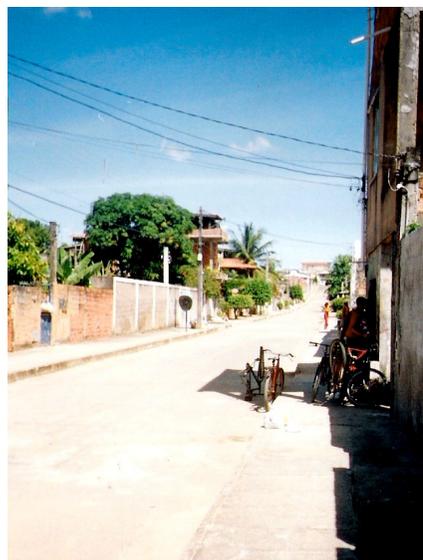
Em Itinga existem áreas onde a pobreza é mais ou menos evidente, mas indubitavelmente, nesse distrito predominam pessoas com baixo poder aquisitivo. Se as histórias iniciais dos loteamentos Jardim Centenário, Sayonara e Jardim Talismã foram similares, as condições em que se encontram no presente os distinguem. O primeiro desses, o Jardim Centenário, se situa nas proximidades da área mais central de Itinga (o Largo do Caranguejo) e, dentre os três loteamentos, era o mais próximo à BA-099. Além disso, esse loteamento é atravessado pela mais movimentada avenida de Itinga, a Fortaleza. Contando ou estando próximo a uma série de equipamentos comerciais e de serviços e linhas de transporte, o trecho do loteamento, situado entre o Caranguejo e a avenida Fortaleza encontra-se praticamente todo asfaltado (como nas ruas das Fotos 45, 46 e 47), conta parcialmente com rede de esgoto, e coleta de lixo diária na porta dos domicílios e, eventualmente, as ruas são varridas pelo órgão público responsável.

Foto 45 – Loteamento Jardim Centenário, rua Jorge Sales



Fonte: A autora, 18/05/2005.

Foto 46 Loteamento Jardim Centenário, rua Ismael Souza Conceição



Fonte: A autora, 18/05/2005.

Quanto às calçadas (que os moradores denominavam de *passeio*), de modo geral, foram feitas (quando existem) pelos proprietários dos lotes, à exceção, do margeamento da

avenida Forteleza, onde se verificou intervenção da prefeitura. Dada a forma de construção, com ausência de fiscalização ou orientação sobre o recuo necessário, a altura etc., as calçadas são irregulares (feitas em degraus ou com altura diferente em cada domicílio) dificultando sua utilização em alguns trechos. Como disse um morador “*o cara só anda na pista [...] é calçada para canguru, que vive pulando...*” (a exemplo do destacado na Foto 45).

Sobre os domicílios, a visão geral era de casas que haviam sido concluídas em etapas (um pavimento, depois outro), ao lado de outras onde as obras pareciam estar em estágio inicial de construção, sendo que o primeiro tipo prevalecia sobre o segundo, a exemplo do que se identificou na rua Cardeal Brandão Vilela e na Travessa Gilberto Matos. Na Foto 47 e 48, vê-se moradias com o primeiro pavimento “pronto” e um segundo ou terceiro em construção, embora já sirvam de moradia para filhos do proprietário. Destacou-se na Foto 47, algo que foi visto em alguns dos domicílios: uma escada comum dando acesso ao pavimento superior da casa ainda sendo construído.

Foto 47 – Loteamento Jardim Centenário, rua Cardeal Brandão Vilela



Fonte: A autora, 22/05/2005.

Foto 48 – Loteamento Jardim Centenário, rua Cardeal Brandão Vilela



Fonte: A autora, 22/05/2005

.Igualmente, verificam-se domicílios com muros altos e calçadas ajardinadas, com fícus, a exemplo do encontrado em bairros onde predominam moradores das classes médias e altas (Fotos 49 e 50).

Sabendo-se que nessa área a construção das casas decorreu essencialmente do emprego do trabalho da família nas suas horas de folga, quando havia disponibilidade financeira para comprar material de construção, um processo sabidamente demorado, o estágio de parte dessas casas revela o tempo e o dinheiro que as pessoas empregaram na construção da sua moradia. Isso finda por se refletir na melhoria de sua condição de vida e do

seu “status residencial”, como disse Caldeira (2003), com as características do domicílio incidindo na melhor qualificação do bairro. Nesse processo, o indivíduo se sente responsável e gratificado pela melhoria do lugar aonde vive.

Foto 49 – Loteamento Jardim Centenário, travessa Gilberto Matos



Fonte: A autora, 22/05/2005.

Foto 50 – Loteamento Jardim Centenário, rua Ismael Souza Conceição



Fonte: A autora, 22/05/2005.

Os moradores destacaram o “progresso” do seu loteamento, o que foi associado à pavimentação das vias de circulação, ao crescimento do número de casas e melhoria das mesmas e à diminuição da violência. Isso foi verificado inclusive por moradores de outras áreas de Itinga e do município na medida em que se mudaram para lá por conta de ser um lugar melhor e “mais perto da rua”, ou seja, mais central.

As fotos anteriores evidenciam domicílios com mais de um pavimento, casas com muros altos e, seguindo o padrão atual de “embelezamento” utilizado pelas classes médias, parte dela tinha, no lugar das calçadas, jardins. As casas mais bem estruturadas, normalmente, pertenciam a famílias que chegaram em Itinga há bastante tempo e instalaram algum tipo de comércio no local. Isso fez com que essas pessoas estabelecessem uma relação especial com o lugar — uma familiaridade com ele e com as pessoas que moravam nele —, foi onde “*conseguiram tudo*”, além da casa própria, a condição de sobrevivência da família (normalmente, toda a família, inclusive os filhos, trabalham no ‘comércio’ dos pais).

Do mesmo modo, viu-se residências mais simples, menores e/ou sem ao menos a parede da frente pintada. Identificaram-se, igualmente, situações onde o terreno foi fragmentado para que se construísse mais de um domicílio, para alugar ou para abrigar um

parente (normalmente filhos dos proprietários) que tivesse constituído nova família.

O loteamento Sayonara, embora não contasse com nenhum comércio mais significativo, tinha apenas algumas pequenas “vendas” e bares, nem escolas ou qualquer outro serviço, encontra-se bastante próximo dos mesmos, inclusive de supermercados bastante utilizados por pessoas de outras localidades, dada a sua diversidade e preço mais acessível. Segundo afirmaram alguns moradores, principalmente com a implantação do Parque Santa Rita⁴² (localizado em frente ao Sayonara, ver Foto 39) — onde, além de moradias, havia escolas e comércio — ocorreu a instalação de pontos comerciais nas proximidades, embora antes já morassem muitas pessoas naquela região de Itinga.

Composto apenas de uma longa e enladeiraada rua central, o loteamento Sayonara possuía trechos com características distintas. Num “primeiro trecho”, embora sem manutenção adequada, a rua está pavimentada com paralelepípedos, conta com calçadas e esgotamento sanitário em parte dos domicílios. Cabe notar que as calçadas foram instaladas pelos próprios moradores, o mesmo tendo ocorrido com a rede de esgoto (construída por meio de mutirão, com material doado pelo poder público municipal). Esse é o trecho que, em termos de infra-estrutura, possui as melhores condições de moradia do loteamento e é o mais próximo da avenida São Cristóvão.

Os domicílios dessa parte do Sayonara possuem padrões de construção distintos, embora predominem casas onde, aparentemente, o processo de construção alcançou sua fase final, com toda a área externa estando pintada, acabamento nas janelas, portas e pisos. Em parte delas havia mais de um pavimento. Ao lado dessas, encontravam-se moradias mais precárias, algumas pequenas e com poucos cômodos, e terrenos com mais de um domicílio — que, do mesmo modo que no Centenário, isso normalmente decorria da divisão feita pelo proprietário com seus filhos. Geralmente, quando havia esse tipo de arranjo, a moradia das famílias era precária. Verifica-se domicílios com características de construção distintas, sendo que naquele onde o muro era de tijolo aparente, havia cinco residências e uma loja (cuja porta está fechada). Percebe-se a calçada irregular (quando existe) e, tanto nela como na rua, brotam plantas. Chama-se a atenção também para a casa mais à direita da Foto 51: do mesmo modo que várias das vistas em Itinga, a parede lateral é de tijolo aparente.

⁴² Conjunto residencial construído pelo Estado e que como tal, foi adquirido por pessoas com algum vínculo empregatício.

Foto 51 – Loteamento Sayonara, rua José Cardoso dos Santos (“1º trecho”)



Fonte: A autora, 28/06/2005.

No “segundo trecho”, na pavimentação das ruas encontrava-se o que os moradores chamaram de “*resto de calçamento*”, em parte dela já não existia ligação com a rede de esgoto, e mesmo onde havia, essa ligação era inadequada fazendo com que ocorressem entupimentos e o esgoto retornasse para a rua. Para as águas da chuva também não existia um sistema de coleta adequado e, quando elas ocorriam de modo mais intenso, nas porções mais baixas dessa rua, que se localizam nesse trecho, havia alagamento. Nessa parte do loteamento, as calçadas praticamente inexistiam ou estavam recobertas pelo mato que, aliás, também se encontrava em alguns terrenos (Fotos 52). Em termos das características dos domicílios, não diferiam essencialmente das do primeiro ou do terceiro trecho dessa rua (Foto 53). Viu-se muros altos e casas maiores, normalmente abrigando mais de uma família. Contudo, algumas apresentavam características mais precárias, além de, como no Centenário, apresentarem diferentes estágios de construção.

Foto 52 – Loteamento Sayonara, rua José Cardoso dos Santos (“2º trecho”)



Fonte: A autora, 28/06/2005.

(1) Calçadas irregulares (em degraus) e não pavimentadas; (2) parte da cobertura da rua danificada.

Foto 53 – Loteamento Sayonara, rua José Cardoso dos Santos (“2º trecho”)



Fonte: A autora, 28/06/2005.

No “terceiro trecho”, mais afastado da avenida principal, as casas de modo geral não eram ligadas à rede de esgoto, a rua era de terra e as calçadas se mostraram ainda mais exíguas, entretanto os domicílios eram maiores, alguns se assemelhavam a pequenas chácaras, e os muros mais altos dos que a média das outras duas partes do loteamento. Também eram mais esparsos, havendo terrenos desocupados e recobertos por mato (Fotos 54 e 55).

Foto 54 – Loteamento Sayonara, rua José Cardoso dos Santos (“3º trecho”)



Fonte: A autora, 28/05/2005.

(1) Ruas sem pavimentação, (2) sem calçadas e com mato e entulho no lugar das mesmas e (3) esgoto correndo a céu aberto.

Foto 55 – Loteamento Sayonara, rua José Cardoso dos Santos (“3º trecho”)



Fonte: A autora, 28/05/2005.

(1) Ruas sem pavimentação, (2) sem calçadas e com mato e entulho no lugar das mesmas.

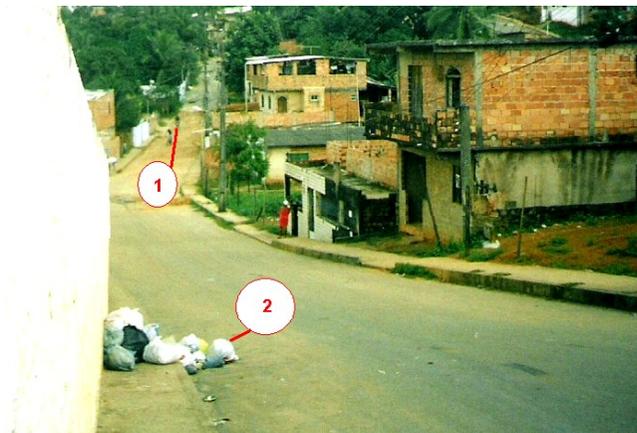
O Jardim Talismã se localiza na parte final da avenida São Cristóvão. Os acessos principais a esse loteamento se situam nas proximidades de Fim de Linha das Kombis. Essas ruas são asfaltadas, assim como parte das cinco ruas centrais que o compõe: parte da rua Sônia dos Santos Nunes (Foto 56), parte da Presidente Tancredo Neves e a parte da rua Jorge B. dos Santos (Foto 57). As demais ruas do bairro não apresentam qualquer tipo de pavimentação e, conforme um dos representantes da associação do bairro, Roque de O. dos Santos, “*tem rua que não se passa nem de bicicleta*”⁴³. Mais que isso, em alguns trechos, o mato tomava conta do que seria uma rua forçando os moradores, como na época de implantação dos loteamentos, a abrir caminho no mato para poder chegar aos seus domicílios.

Não há sistema de coleta de água ou rede de esgotamento sanitário no Talismã. Mais propriamente, como parte dos domicílios não dispõe nem mesmo de fossa séptica, o esgoto das casas é canalizado para o rio que passa pelas ruas do bairro. Correndo a céu aberto, o esgoto/rio atravessa alguns quintais e terrenos vazios se juntando ao lixo que, como não é coletado em todas as ruas — ao contrário do que ocorria no Centenário e no Sayonara —, devido a ausência de pavimentação impossibilitar o acesso do caminhão a todas as localidades do bairro. Por esse motivo, alguns moradores jogavam o lixo nos terrenos baldios. Observe-se que, ainda com relação à coleta de lixo, mesmo as ruas pavimentadas não eram totalmente atendidas pelos funcionários da limpeza urbana. De modo geral, cabia aos moradores depositar o lixo em determinados locais, principalmente na calçada lateral do Colégio Municipal Jardim Talismã (ver detalhes da Foto 56), para ser recolhido posteriormente. No entanto, não existem *contêineres*; assim, o lixo, do mesmo modo que o esgoto, fica exposto.

⁴³ Em entrevista concedida em 20/05/2005.

Verificam-se ruas inteiras ou em grandes trechos das mesmas sem asfalto e onde as condições de circulação são precárias; algumas áreas do loteamento só eram acessíveis à pé por degraus escavados no barro. As Fotos 58 e 59 apresentam diferentes partes de uma “rua” onde passam veios d’água.

Foto 56 – Loteamento Jardim Talismã, rua Sônia dos Santos Nunes



Fonte: A autora, 20/06/2005.

(1) Trechos das ruas sem pavimentação, (2) local onde o lixo deve ser depositado para ser recolhido pela empresa de limpeza urbana

Foto 57 – Loteamento Jardim Centenário, rua Jorge B. Santos



Fonte: A autora, 20/06/2005.

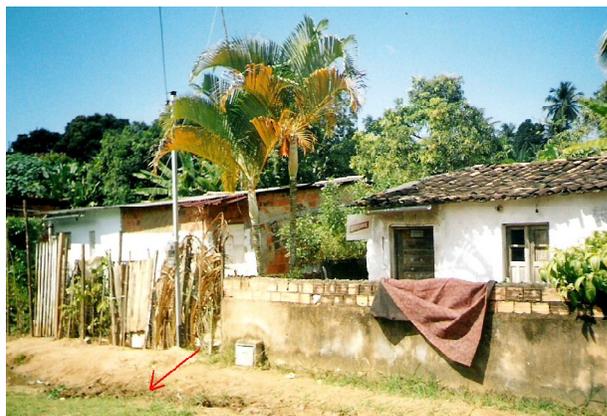
(1) Trechos das ruas sem pavimentação, (2) local onde o lixo deve ser depositado para ser recolhido pela empresa de limpeza urbana e (3) a falta de pavimentação das calçadas.

Foto 58 – Loteamento Jardim Talismã, “rua” Gildete G. de Jesus



Fonte: A autora, 20/06/2005.

Foto 59 – Loteamento Jardim Talismã, “rua” Gildete G. de Jesus



Fonte: A autora, 20/06/2005.

Há uma parte desse loteamento cuja ocupação foi decorrente de um processo de invasão do que seria sua área verde. Trata-se da 2ª Travessa Carlos Coutinho que tem como um aspecto marcante o fato de ter sido construída com casas à esquerda e à direita de um córrego que cai de uma elevação de pedras, como uma cascata (Foto 60). De sua margem para as casas, em ambos os lados, a distância é, no máximo, pouco superior a um metro. Havendo chuvas, essas casas são inundadas (em algumas delas, existiam pequenas muretas nas portas para dificultar a entrada da água) e, como essa travessa não é pavimentada e se encontra em área bastante úmida, mesmo alguns dias após a chuva, observa-se lama, dificultando o acesso dos moradores. Ademais, esse córrego se encontra poluído por esgoto e por lixo (Foto 60 e 61).

Foto 60 – Loteamento Jardim Talismã, 2ª Travessa Carlos Coutinho



Fonte: A autora, 20/06/2005.

(1) Queda d'água; (2) o veio d'água passando pela estreita "rua"; (3) tipo de barreira existente em várias das casas dessa travessa para tentar impedir que a água entre e (4) saída de esgoto.

Com relação especificamente às moradias dessa travessa, mostravam-se bastante simples, com paredes emassadas e pintadas, algumas de estuque, outras com tijolos aparentes, e telhados de amianto ou cerâmica bastante envelhecidos, como se nota em algumas das fotos aqui expostas. São pequenas e com pouca possibilidade de expansão dado que foram construídas bastante próximas umas das outras. Na verdade, a expectativa dos moradores era de serem retirados do local em função da possibilidade de deslizamento de pedras de um morro situado em suas proximidades⁴⁴.

⁴⁴ Os moradores falam desse morro como As Pedreiras e dizem que nas intensas chuvas do primeiro semestre desse ano houve um deslizamento que, embora não tenha provocado vítimas, causou pânico às pessoas.

Foto 61 – Loteamento Jardim Talismã, 2ª Travessa Carlos Coutinho



Fonte: A autora, 20/06/2005

A situação das ruas, que causa indignação entre os moradores (“[...] *a gente não tem nem direito a uma rua!*” disse A. que mora no loteamento desde 1973), associada à ausência de drenagem e sistema adequado de escoamento do esgoto tem provocado contínuo alagamento, com perdas significativas para os moradores. Na Foto 62 apresenta-se um exemplo de local onde, rotineiramente, ocorre essa situação. Nota-se no Talismã o predomínio de ruas onde a pavimentação inexistente, parte das quais com o mato ocupando o que deveria ser uma via de passagem. Chama-se a atenção também para a precariedade das casas edificadas no local (além das fotos já apresentadas, ver Foto 63).

Foto 62 – Loteamento Jardim Talismã, rua Presidente Tancredo Neves



Fonte: A autora, 20/06/2005.

Foto 63 – Loteamento Jardim Talismã, rua Presidente Neves



Fonte: A autora, 20/06/2005.

Centrando nas características das moradias desse loteamento, como nos demais são domicílios do tipo casa, algumas com mais de um pavimento, mas, essencialmente, com aspecto de estar em construção, ou seja, numa fase onde ainda não se havia pintado as

paredes, colocado piso ou portão. Foi o único desses loteamentos onde se viu terrenos com residências cercadas com arame farpado, como demonstram as fotos acima, ainda que fossem poucos. Nas ruas sem pavimentação, estavam, de modo geral, os domicílios mais precários. Compare-se, por exemplo, as Fotos 62 e 63: nos dois trechos de uma mesma rua nota-se que alguns dos domicílios situados na parte alta (Foto 63) eram mais precários, cercados com arame farpado; nessa parte do loteamento viu-se plantação de mandioca e feijão. O trecho dessa rua onde existem resquícios de pavimentação e casas com “melhor” acabamento situa-se mais próximo da avenida São Cristóvão e do Colégio Municipal Jardim Talismã.

Comparando-se os três loteamentos em questão, de modo geral, pode-se afirmar que no Jardim Talismã estão os domicílios e as condições de moradias mais precárias.

Analisando-se as informações e as características levantadas nos três loteamentos estudados em Itinga, é possível dizer que esse é um bairro segregado em relação a outros de Lauro de Freitas, visto que nele o grupo de pessoas mais pobres predomina sobre os das demais classes sociais, situação decorrente da conjugação de uma série de processos presentes na sociedade em dado momento. Observe-se que no Jardim Talismã, dentre as áreas de estudo desse distrito, a mais distante do centro de Itinga e dos principais equipamentos e serviços do bairro, que possui a menor infra-estrutura, maior dificuldade de acessibilidade e maior precariedade estrutural. Frente aos demais loteamentos estudados, considerando as ações públicas nas mesmas e suas conseqüências na maior ou menor infra-estrutura desses locais, pode-se dizer o Jardim Talismã era uma área segregada? Entende-se que sim, ainda que a comparação seja feita com outras áreas onde predominem pessoas pobres. Ou seja, se não se pode afirmar com convicção que os moradores desse loteamento tenham uma renda inferior aos dos demais estudados em Itinga, mas é possível asseverar que as condições de vida do Jardim Talismã são mais precárias do que as do Jardim Centenário e do Sayonara.

O que se verificou foi que se os aspectos estruturais desses loteamentos por ocasião da chegada dos primeiros moradores e o perfil dos mesmos, em termos de escolaridade e ocupação foi semelhante. Atualmente, no Talismã está tanto a menor infra-estrutura como a maior proporção de pessoas desempregadas e com menor escolaridade dentre os três loteamentos analisados de Itinga. Verificou-se que as condições de moradia e as características do espaço se refletiam na menor possibilidade que seus moradores tinham de participar dos processos em curso, em menores possibilidades de acesso aos benefícios e oportunidades sociais, mesmo tratando-se do bairro em que residem. Então, pode-se verificar claramente que o espaço é condicionado pelo meio social, mas é igualmente importante

instância de constituição das condições sociais.

5.2.3 A segregação produzida pela auto-segregação

Diferentes estudos têm mostrado que o Atlântico Norte é uma área onde predominavam, na última década, pessoas com renda média e escolaridade elevada, fazendo com que essa área se destaque no município e na RMS. Essa situação estava firmemente associada à chegada de migrantes para residir nos diversos loteamentos e condomínios que foram implantados nessa porção de Lauro de Freitas demarcando um evidente processo de auto-segregação das elites metropolitanas. Contrapondo-se a essa lógica de produção espacial mais recente, permaneciam estruturas decorrentes de processos mais antigos quando esse espaço foi ocupado de modo “espontâneo” (VILLAÇA, 1973).

A análise das observações e dos dados levantados no Araqui, Pitangueiras, Vilas do Atlântico e Miragem evidenciaram diferenças nos processos e agentes responsáveis pela estruturação de tais áreas e nas condições de vida, produção e reprodução dos que lá residiam. Com histórias de ocupação mais remotas, o que atualmente é denominado Araqui e Pitangueiras se constituíram como área de moradia popular. Os primeiros moradores do Araqui tomaram posse da terra via invasão. Em Pitangueiras, os moradores iniciais (excluindo-se, obviamente, a família dos antigos proprietários da Fazenda Santo Antônio de Pitanga) compraram pequenos lotes onde construíram suas casas. Havia em comum nesses bairros o fato de que essas residências foram improvisadas (de sopapo, taipa e restos de materiais de construção conseguido junto à Prefeitura) e, gradativa e lentamente foram sendo melhoradas e ampliadas, embora ainda haja aquelas que preservam muitos de seus aspectos iniciais. Note-se nas Fotos 64 e 65, que parte dos antigos moradores permaneceram em moradias bastante similares às dos primeiros tempos em termos estruturais. Essas fotografias são de casas onde os proprietários adquiriram os lotes há mais de 30 anos. A forma de aquisição do lote, contudo, foi diferente: enquanto em Pitangueiras a dona da casa disse ter comprado o terreno, no Araqui ocorreu invasão. Em ambos os terrenos havia mais de um domicílio, que eram ocupados por filhos e netos dos primeiros moradores. Há, em comum, a precariedade da construção, seja pelas paredes ou a falta de piso, seja pelas telhas bastante envelhecidas e quebradas.

Igualmente é comum a esses bairros o fato de que, principalmente a partir do final dos anos 1980, seus terrenos venham sendo adquiridos por pessoa de maior poder aquisitivo com vistas a fazer desse lugar sua moradia.

Foto 64 – Residência de antiga moradora de Pitangueiras



Fonte: A autora, 14/06/2005

Foto 65 – Residência de antiga moradora do Araqui



Fonte: A autora, 21/05/05.

No Araqui, contudo, isso não aconteceu na 2ª Travessa Rodolfo B. B. Barros: área de invasão mais recente com ruas estreitas (apenas num pequeno trecho é possível passar, com dificuldade, um automóvel), casas edificadas pelos próprios moradores em diferentes estágios de construção, com pessoas de baixa renda, a maior parte delas com pouca escolaridade, embora dentre os mais jovens houvesse os que frequentavam ou haviam concluído o nível médio (Fotos 66 e 67).

Foto 66 – Araqui, 2ª Travessa Rodolfo B. B. Barros



Fonte: A autora, 05/05/2005.

Foto 67 – Araqui, 2ª Travessa Rodolfo B. B. Barros



Fonte: A autora, 05/05/2005.

Já na rua Brigadeiro Alberto Costa Matos, onde se situam as casas das Fotos 68 e 69, coexistiam moradias bastante rudimentares (algumas mais do que as da Travessa acima) com casas de pessoas mais abastadas, com seus muros altos, porteiro eletrônico e piscina. Sobre as moradias populares, há terrenos onde reside toda a família do antigo proprietário: filhos e

netos, em alguns casos também outros parentes que vieram de outros municípios. Existem os que tenham construído sua casa num “puxado” da original ou como domicílio separado. Parte desses terrenos também está fechada com muros altos, à forma de um “condomínio” como disse um morador, noutros não existe sequer cerca. É importante salientar que essas casas, de pessoas de diferentes segmentos sociais da rua Brigadeiro Costa Matos, estão, ora lado a lado, ora estão uma frente a outra (Fotos 69, 70 e 71).

Foto 68 – Araqui, rua Brigadeiro Alberto Costa Matos



Fonte: A autora, 14/06/2004.

Foto 69 – Araqui, rua Brigadeiro Alberto Costa Matos



Fonte: A autora, 21/05/2005.

Foto 70 – Araqui, casas populares situadas na rua Brigadeiro Alberto Costa Matos



Fonte: A autora, 21/05/2005.

Todas as ruas do bairro estão pavimentadas; a coleta de lixo é diária, sendo que na 2ª Travessa as pessoas se defrontam com um problema: os garis não entram na rua para recolher o lixo e inexistente um local específico para depositá-lo. Não se fala aqui apenas da ausência de contêineres, mas, também da falta de um lugar para colocar o lixo para que seja apanhado pelos agentes da limpeza urbana. Quanto ao esgoto, não havia ligação à rede geral; havia sido parcialmente canalizado para um córrego, trabalho feito em mutirão com material “arranjado” por um vereador.

Foto 71 – Araqui, casa de classe média situada na rua Brigadeiro Alberto Costa Matos



Fonte: A autora, 21/05/2005

Pitangueiras foi parcialmente dividido em grandes loteamentos como o Morada do Sol, o Jardim Ipanema e áreas de Vilas do Atlântico. O local onde residem os primeiros moradores, nas imediações da avenida Luís Tarquínio, integrava as plantas do loteamento Morada do Sol — embora já fosse habitada —, ora como área verde, ora como área de antigos rendeiros. No entanto, embora em boa parte desse loteamento, assim como no Jardim Ipanema, as principais ruas fossem pavimentadas, a rua Noêmia Paranhos, onde moram os que fizeram desse local seu domicílio a mais de 25 anos conta apenas com alguns metros de asfalto (Foto 72).

Foto 72 – Pitangueiras, rua Noêmia Paranhos



Fonte: A autora, 20/03/2005.

De modo geral, a rua Noêmia Paranhos é de barro, bastante irregular, com vários trechos muito esburacados (como apresenta a Foto 41, na página 138). Havendo chuva, parte dessa rua, que assim como a rua José Bonifácio (Foto 73) — onde há casas de pessoas de distintos segmentos sociais —, fica intransitável para automóveis, bicicletas e mesmo a pé e algumas casas são invadidas pela água. Tal situação, relatam os moradores, foi ocasionada pela pavimentação de ruas que ficam na parte mais alta do bairro sem que se fizesse um sistema adequado de coleta das águas pluviais, que findam por escoar para rua Noêmia Paranhos. Ademais, como inexistente rede de esgoto em todo o bairro, havendo áreas onde ele é jogado na rua, a situação se torna ainda mais grave. Cabe ressaltar, que esse bairro, particularmente essa última rua, é contígua a Vilas.

Foto 73 – Pitangueiras, rua José Bonifácio



Fonte: A autora, 23/08/2005.

A rua Jardim Ipanema, asfaltada às vésperas da última eleição (2004), apresenta semelhanças com a Brigadeiro Costa Matos (da qual é paralela), no Araquí. Encontram-se casas de tijolo aparente, terrenos com até sete moradias, todas com ao menos um morador analfabeto, ao lado de outros cujos proprietários tinham carro importado, e eram pessoas de nível superior (Foto 74). Assim, ainda que a infra-estrutura seja semelhante, pessoas de diferentes classes sociais moram bastante próximas, e embora os domicílios mais qualificados tendam a se concentrar num certo ponto da rua, vê-se a parcial substituição de moradores mais antigos e de menor renda por pessoas da classe média (Fotos 75 e 76).

Foto 74 – Pitangueiras, rua Jardim Ipanema



Fonte: A autora, 14/06/2005.

(1) Chácaras onde moram profissionais de nível superior, (2) famílias que construíram mais de um domicílio num mesmo terreno, em que parte dos adultos era analfabeta e (3) terrenos onde, além do domicílio, se desenvolviam atividades comerciais.

Foto 75 – Pitangueiras, domicílios de classe média na rua Jardim Ipanema



Fonte: A autora, 14/06/2005.

Foto 76 – Pitangueiras, domicílios de diferentes classes sociais na rua Jardim Ipanema



Fonte: A autora, 14/06/2005.

No Miragem, como já descrito, embora seja um loteamento dos anos 1970, tem moradores com, predominantemente, menos de uma década residindo no local e pertencentes aos estratos médios da sociedade. Parte dessas pessoas trabalha em empresas de Camaçari e de Lauro de Freitas e é oriunda de outros municípios baianos e estados. Nesse loteamento, verifica-se que, embora os domicílios sigam um padrão de classe média, não havia pavimentação adequada; poucas de suas ruas encontram-se inteiramente asfaltadas, e, conforme os moradores, com asfalto de qualidade inferior e sem a devida manutenção pela Prefeitura (Fotos 77 e 78). Note-se, na Foto 78, o modelo de empreendimento que vem sendo

comumente implantado no bairro: terrenos fragmentados para a construção de casas iguais, mas, independentes.

Foto 77 – Loteamento Miragem, rua Edgar B. Franco



Fonte: A autora, 23/08/2005.

Foto 78 – Loteamento Miragem, rua Edgar B. Franco



Fonte: A autora, 23/08/2005.

É importante destacar que, mesmo sem comércio ou serviços de educação e saúde, ou infra-estrutura pública adequada, o aumento do número de residentes no Miragem se deu em muito por conta de sua proximidade a Vilas. Referências à facilidade de acesso a esse bairro se fazem presentes seja nas campanhas publicitárias dos empreendimentos instalados no Miragem, seja na fala dos técnicos da prefeitura e no discurso dos moradores. Foi considerada como uma vantagem de morar nesse loteamento — quase tão importante como a qualidade de vida — estar próximo a Vilas (ainda que se ressalve o elevado custo de consumir neste bairro). Assim, seja por conta da iniciativa privada ou de interesses e disponibilidades particulares, no Miragem residem pessoas de classe média, com suas belas casas, com jardins, calçadas enfeitadas e muros altos.

Vilas do Atlântico, com suas ruas asfaltadas (veja-se todas as fotos do bairro apresentadas nesse trabalho) e varridas diariamente pela Prefeitura, com coleta de lixo igualmente diária, com seu comércio e serviços diversificados e qualificados, é, indubitavelmente, o bairro dos mais abastados de Lauro de Freitas, representando status e qualidade de vida. Obviamente, tal como a fala dos seus moradores apontou, nesse bairro existem problemas com relação à qualidade do asfalto, de segurança pública e de transporte coletivo, por exemplo, mas a magnitude desses problemas e os impactos na vida de seus moradores era inferior ao das demais áreas. As moradias, do mesmo modo, são de melhor padrão de construção dentre as áreas de pesquisa (Fotos 79 e 80) e não apresentam variações significativas de uma rua para a outra, à exceção das situadas nas proximidades do calçadão, que são, de forma geral, maiores. Mas, o fato de possuírem terrenos amplos, serem grandes, em parte dotados de área de lazer, caracteriza os domicílios de Vilas do Atlântico. Alguns

deles situam-se em ruas com guaritas, “protegidas” por empresas de segurança privada, algumas delas impedindo a livre circulação das pessoas (Foto 81).

Foto 79 – Vilas do Atlântico, esquina da avenida Praia de Guarapari e rua Praia da Sereia



Fonte: A autora, 23/08/2005.

Foto 80 – Vilas do Atlântico, rua Praia de Amaralina



Fonte: A autora, 23/08/2005.

Foto 81 – Vilas do Atlântico, rua fechada



Fonte: A autora, dez. 2002.

As calçadas, assim como em outros loteamentos, ficaram ao encargo do comprador do lote e algumas foram transformadas em jardins, gramadas, floridas e com fícus (fotos acima e Fotos 82 e 83). Mesmo que considerado esteticamente bonito pelos moradores, de modo geral, os jardins impossibilitam que as calçadas sejam utilizadas para a sua finalidade: as pessoas, precisando caminhar, normalmente, utilizam a rua.

Foto 82 – Vilas do Atlântico, calçada ajardinada

Fonte: Vilas Magazine, nº 45, out. de 2002.

Foto 83 – Vilas do Atlântico, rua Praia da Sereia

Fonte: A autora, 23/08/2005.

Embora não seja um condomínio fechado, um “enclave fortificado” no pleno sentido dado a esse termo por Caldeira (2000), Vilas do Atlântico se constitui num enclave, pois, mesmo que simbolicamente, se fechou ao restante dos moradores do município: àqueles que não podem consumir lá, que são diferentes, que não tem as mesmas características.

Seguindo o padrão de localização dos mais abastados, do afastamento da cidade, da lógica de embelezamento e segurança que predomina como idéia de qualidades de vida, Vilas do Atlântico com seu comércio, diversidade de serviços, suas belas casas e condomínios dotados de infra-estrutura de lazer, parte delas com muros altos, porteiros eletrônicos e câmeras de circuito interno de TV — além de ter um posto policial, policiamento nas ruas e no calçadão, vigilância feita por uma segurança particular em todo o bairro, tendo nos seus acessos (excetuando-se a praia) portões e câmeras de segurança fiscalizando aqueles que entram e saem — foi assim interpretado por C., morador de Pitangueiras há 14 anos, “*Vilas é o point de Lauro de Freitas. Hoje seria a menina dos olhos de Lauro de Freitas, é a riqueza. [...] é o lugar onde muitos desejariam morar se pudessem*”. Usando os termos de Gomes (2002), efetivamente Vilas foi transformada numa “ilha utópica”.

Assim, mesmo não podendo se fechar de fato à cidade, persegue-se esse objetivo. Em realidade, Vilas e Pitangueiras, embora “coladas”, estão, concretamente, de costas uma para a outra (Foto 84 e 85).

Foto 84 – Vilas do Atlântico, rua Praia da Paciência, Pitangueiras ao fundo



Fonte: A autora, 23/08/2005.

Foto 85 – Pitangueiras, rua Noêmia Paranhos, Vilas do Atlântico ao fundo



Fonte: A autora, 23/08/2005

(1) Domicílio situado na rua Noêmia Paranhos, em Pitangueiras; (2) Domicílio situado na rua Praia da Paciência, em Vilas do Atlântico.

Nesse distrito, portanto, as diferentes condições de moradia nessas quatro áreas se evidenciaram de modo a podem ser associadas à classe dos que lá vivem. As análises feitas permitem afirmar que em Vilas do Atlântico e no Miragem os moradores de baixa renda são os empregados domésticos. Só são proprietários de domicílios nessas áreas indivíduos pertencentes à classe média e média alta. Em Pitangueiras e no Araqui, estão pessoas de classes diferentes, mas o que se verifica é uma tendência de substituição dos mais antigos (geralmente mais pobres) por pessoas com maior poder aquisitivo. A segregação imposta pela criação dos loteamentos e condomínios alterou as características do espaço e dos seus habitantes. Principalmente pela ação dos agentes imobiliários, a lógica de instalação de domicílios existente desde antes de Lauro de Freitas ser emancipado foi alterada: fez-se a fragmentação social e espacial do distrito associada à tendência de escapismo das elites dos problemas urbanos, que como disse Souza (2003), se manifesta pela auto-segregação. Esse processo, como movimento de várias faces, segregou os que já estavam no lugar, embora não os tenha afastado completamente, na medida em que eles podem circular e trabalhar nos locais mais qualificados e com melhor infra-estrutura.

É importante notar que mesmo que pessoas de diferentes classes sociais morem bastante próximas geograficamente, as barreiras a uma proximidade efetiva se mantêm. Como disse uma moradora, filha daqueles que primeiro chegaram em Pitangueiras, “*as pessoas passam por aqui, mas não tem relação com a gente, só passam...*”. A segregação pôde ser constatada, portanto, em escalas bastante reduzidas.

6 CONCLUSÃO: PRODUÇÃO E IMPLICAÇÕES DA SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL

O espaço geográfico tem como peculiaridade o fato de conter, numa estrutura presente e em movimento, a memória de processos ocorridos em tempos passados e de indicar, de forma dinâmica, determinadas tendências. A paisagem, modelada e remodelada continuamente, revela as transformações da sociedade e os ideais dominantes num determinado momento na multiplicidade e diversidade de suas formas. Partindo-se desse entendimento e com o objetivo de estudar um dos aspectos das desigualdades sócio-espaciais, a questão da distribuição das residências das diferentes classes sociais no espaço urbano, buscou-se analisar como se produziu, quais as características e as conseqüências do processo de segregação residencial em Lauro de Freitas, a partir do estudo de dois de seus distritos: Itinga e Atlântico Norte.

Diferentes autores verificaram que no Brasil, onde as lógicas do neoliberalismo e do capitalismo se tornaram os paradigmas dominantes da sociedade, o espaço urbano se apresenta fragmentado, complexo e desigual expressando a hierarquia das relações sociais que o estruturaram. Mas, por ser instância social, igualmente atua como condicionante da sociedade na medida em que sua estrutura, não sendo produzida ao acaso, contribui para perpetuação das forças sociais que preponderaram na determinação de sua organização (CORRÊA, 1989; CASTELLS, 2000; SANTOS, 2002a; SANTOS, 2002b; SOUZA, 2000; SOUZA, 2003). Desse modo, se a localização das áreas residenciais das distintas classes não são definidas ao acaso, algumas premissas ou agentes atuam mais decisivamente nesse processo. Corrêa (1989), Santos (2002b), Caldeira (2003), Souza (2000; 2003) e Marcuse (2004) apresentaram contribuições importantes para compreensão desse fenômeno, indicando que, normalmente, são os interesses das classes sociais dominantes (política e economicamente) que comandam a espacialização dos grupos sociais e isso só é possível pela intervenção do Estado, tanto pela permissão como pela proibição da instalação de determinadas funções, equipamentos e serviços em dado local, como pela distribuição espacialmente diferenciada dos serviços públicos, via de regra, privilegiando os locais onde os grupos mais abastados (e com maior capacidade de atuar e pressionar os Governos) residem.

Do mesmo modo, a partir da leitura dos trabalhos desses autores, especialmente Santos (2002b), além de Villaça (2001), é possível destacar a importância da localização e da acessibilidade na determinação da espacialização dos grupos sociais. Como num jogo de

forças e de relações de poder, os espaços com melhor localização e acessibilidade (no sentido amplo dessas palavras) são ocupados pelas elites.

Baseando-se em Caldeira (2003) e Souza (2003), entre outros autores, verificou-se que a localização das classes média e alta — e dos mais pobres por consequência — no Brasil se modificou ao longo das últimas décadas e, mais recentemente, uma das tendências identificadas é o afastamento das elites dos grandes centros urbanos, dirigindo-se a municípios de menor porte, mas próximos (em termos de acessibilidade) dos núcleos das metrópoles. Numa tentativa de afastamento da cidade e de seus principais problemas, esses grupos sociais buscam um “novo jeito de viver” e enclausuram-se entre muros, na “segurança” de condomínios, auto-segregando-se.

Situado na RMS, no vetor norte de expansão de Salvador, registrando, desde os anos 1970, intensa imigração, Lauro de Freitas foi integrado a essa lógica e, no final do século XX, recebeu dentre os novos habitantes, pessoas pertencentes aos segmentos sociais mais privilegiados em termos de educação e renda. Mas, como o espaço é uma instância onde, através da paisagem, o registro das ideologias do passado se expressa no presente, em Lauro de Freitas se identifica um grande contingente de pessoas pertencentes aos grupos sociais de mais baixa renda, que chegaram a esse município desde a época de sua emancipação, principalmente, em decorrência da lógica de periferização das classes mais populares, quando o centro era supervalorizado como local de moradia das elites (VILLAÇA, 2001; CALDEIRA, 2003). Além disso, no caso específico de Salvador, que observou intensas transformações sócio-espaciais a partir dos anos 1950, parte dos pobres que tiveram que sair das áreas centrais da cidade (que moravam em invasões ou bairros populares sem efetiva posse da terra ou que pagavam aluguel) migrou para a periferia da capital, onde se localiza Lauro de Freitas, sobretudo, para a área atualmente denominada de Itinga — produzida desde então como espaço para os pobres.

Lauro de Freitas se adensou, urbanizou e consolidou como município cuja principal função é a residencial, portanto, devido ao intenso fluxo imigratório formado por pessoas de diferentes segmentos sociais. Se nas primeiras décadas de sua existência como unidade administrativa predominavam indivíduos de baixo poder aquisitivo dentre os imigrantes, mais recentemente, a partir de meados dos anos 1980, esse movimento passou a contar com contribuição expressiva dos segmentos sociais de maior escolaridade e renda.

Procurou-se analisar onde e como se instalaram esses grupos e quais os agentes que atuaram mais decisivamente nessa espacialização. Ficou evidenciado que o Estado e os agentes imobiliários tiveram preponderância na determinação da localização e das

características dos espaços produzidos para os mais pobres, essencialmente em Itinga, e dos mais ricos, basicamente, na orla de Lauro de Freitas, no Atlântico Norte. A concentração de loteamentos, condomínios e similares destinados a cada um desses grupos sociais, como se demonstrou ao longo desta dissertação, evidenciaram um processo de segregação residencial tal como foi definido neste estudo: concentração de moradias de uma classe social em um determinado espaço da cidade, resultante de processos socioeconômicos, políticos e ideológicos predominantes em dado momento histórico e que atuam estruturando a cidade em áreas social e espacialmente diferenciadas.

É importante ressaltar que os ideais que resultaram na atração de pessoas dos distintos segmentos sociais para Lauro de Freitas, embora decorrentes de processos mais gerais, se mostraram teórica e empiricamente diferentes: os mais pobres vieram para Itinga enfrentando uma série de adversidades pela possibilidade de aquisição da casa própria; as de classes mais altas, passaram a residir em Vilas e no Miragem em busca do prazer em relação à moradia, prazer esse denominado qualidade de vida, que conta também, em alguma medida, com a busca de distanciamento dos problemas da cidade real.

No presente, nota-se que essas duas áreas se mantêm estruturadas de modo desigual. As intervenções do poder público ocorridas nessas décadas, além de confirmarem as diferenças iniciais, fizeram com que em Itinga, área segregada, ocorresse um processo de estruturação desigual do espaço, resultando na produção de um processo de segregação dentro do bairro associado, sobretudo, à desigualdade de distribuição de infra-estrutura, o que repercute nas diferentes condições de vida dos seus moradores. Evidenciam-se áreas tão precárias que lembram as existentes no começo do loteamento, ao passo que outras, mais centrais, contavam com infra-estrutura pública — ainda que não necessariamente completa ou de qualidade — e, ao menos, alguns serviços básicos. No entanto, em função da história de transformação dos loteamentos e do bairro de Itinga (como um todo), de modo geral, seus moradores não se percebem como segregados ou desprivilegiados, nem compararam de forma mais evidente suas condições de vida com as existentes em outras áreas mais privilegiadas. Grosso modo, pode-se dizer que comparavam a Itinga de hoje com a Itinga de ontem. Dessa forma, à exceção de parte dos residentes do Talismã, viu-se que os que moram em Itinga se sentem satisfeitos com o lugar em que vivem: venceram e, como se ouviu algumas vezes, agora experimentam o “progresso” do bairro.

No Atlântico Norte, as ações do mercado imobiliário se intensificaram mais recentemente. Foram construídos condomínios fechados, com belas fachadas e altos muros, evidenciando a crescente auto-segregação, símbolo de qualidade de vida e de status.

Consolidou-se também, com a produção desses enclaves, a separação tanto da grande cidade como da própria dinâmica da Lauro de Freitas que antes existia, dos bairros e das pessoas que lá viviam e trabalhavam. Nesse distrito, a segregação se faz de forma mais cruel, pois impôs uma vizinhança de diferentes, o que expõe as desigualdades sociais lado a lado. Mas, ao mesmo tempo, essa forma de fragmentação espacial é mais instigante. Ao evidenciar claramente as diferenças, permite comparações que podem resultar em questionamentos sobre a necessidade e o porquê das mesmas, podendo levar uma ação efetiva de enfrentamento dessas condições. De fato, nessa área foram identificadas mais posturas de indignação e protestos quanto à diferença de condições de vida de Pitangueiras (principalmente) e do Araqui em relação a Vilas. É importante mencionar que os residentes de Vilas do Atlântico e do loteamento Miragem não se consideram privilegiados pelo poder público. Ao contrário, acreditam que a prefeitura não dispensa a atenção necessária ao local em que vivem.

O Estado, assim como o mercado, atuou de modo desigual nas diferentes áreas do Atlântico Norte. Os bairros de fato, que se construíram como tal, pouco contaram, ao longo dos anos, com uma efetiva qualificação em termos de infra-estrutura ou de instalação serviços públicos que se refletisse em melhoria de qualidade de vida dos mais pobres desse distrito.

Partindo de tais constatações, cabe retomar algumas considerações teóricas que subsidiaram essa dissertação. Uma delas diz respeito à proposição de Villaça (2001) de que mesmo existindo diferentes classes sociais num mesmo espaço, se uma tender a predominar sobre as demais se pode falar de segregação. Ao comparar o Atlântico Norte e Itinga, indubitavelmente, em cada uma dessas áreas tende a predominar uma classe social, embora se perceba a presença de outras classes em cada um desses distritos, o que indica segregação residencial nos termos desse autor. No entanto, tal como Vignoli (2001) discutiu, é importante compreender que a escolha de uma determinada escala de análise pode revelar ou ocultar a existência de segregação, o que pode servir a determinados interesses. Especificamente, para o caso de Lauro de Freitas, tomando-se as áreas onde se realizou esse estudo, é possível afirmar que a escolha do distrito como espaço de avaliação oculta as desigualdades sócio-espaciais presentes em cada uma delas. No Atlântico Norte, principalmente, a escolha dessa escala mais ampla inviabiliza uma apreensão real da espacialização das diferentes classes sociais, das diferentes condições de vida de cada uma delas e dos processos que resultaram na estrutura presente. Acrescente-se que, com isso, algumas ações e/ou falta de ações do poder público podem ser justificadas. Note-se que Pitangueiras e Araqui, mesmo sendo bairros de ocupação antiga, não são percebidos como tal pelos moradores mais abastados das localidades próximas; são “abafados” pela grandiosidade de Vilas e pela recente expansão do Miragem.

Reviu-se as questões postas por Vasconcelos (2004) no que tange à possibilidade do uso do termo segregação para descrever o fenômeno do caso em estudo. Os pobres não estão segregados no sentido etimológico da palavra, e nem o poderiam ser na medida em que a pobreza e as desigualdades são inerentes e necessárias ao sistema capitalista e que a própria história de consolidação das relações entre as classes sociais no Brasil favoreceu a proximidade das mesmas, como já apontado por Ribeiro (2004). Assim, entende-se a existência da segregação no seu sentido lato, à luz dos processos socioeconômicos, políticos e ideológicos que predominam em uma determinada sociedade. Observe-se que os distintos espaços da cidade são passíveis de serem construídos e utilizados por pessoas das diferentes classes sociais; contudo, o uso e a relação que os membros de cada uma das classes faz com as várias áreas da cidade é diferente, a exemplo das empregadas domésticas que residem no domicílio dos seus patrões, como em Vilas. Sua possibilidade de uso das ruas, do comércio e dos serviços do bairro é distinta da dos empregadores, ainda que tenham o mesmo endereço. Assim, nas áreas sob análise se pode falar em segregação ainda que em parte delas, diferentes classes sociais sejam vizinhas.

É importante salientar que no Atlântico Norte, a proximidade espacial não “aproximava” os diferentes naquele sentido posto por Souza (2003), de minimizar preconceitos entre as classes em função da possibilidade de haver uma interação que diminuísse o desconhecimento do outro. Inexistem trocas efetivas entre as classes que residem nesse distrito, até porque não há locais onde efetivamente possam ocorrer encontros entre elas. Ainda que morem, literalmente, lado a lado, ambos como proprietários, não há trocas entre esses grupos. É mais uma proximidade “circunstancial”, resultante dos processos sociais que concorreram para a construção desses lugares.

Entendendo que a dinâmica das relações sócio-espaciais está articulada às relações de poder decorrentes da posição dos indivíduos no mundo da produção, da possibilidade daqueles que estão nas posições mais privilegiadas de “comprar” serviços e infra-estruturas e de influenciar o Estado na espacialização dos serviços públicos, obviamente que os espaços mais qualificados eram aqueles habitados pelas classes mais altas. Dentre as áreas estudadas, apenas Vilas do Atlântico (onde residem as pessoas com maior escolaridade e renda) é totalmente pavimentada, totalmente iluminada, onde a coleta de lixo e a limpeza das ruas são diárias. Não se desconhece que a implantação da infra-estrutura desse bairro foi realizada, sobretudo, pela iniciativa privada, mas, quem mantém essa estrutura é o poder público. O mesmo que permitiu que em Itinga os loteamentos fossem entregues em condições precárias, que não supriu essas falhas, que não asfaltou totalmente o bairro e que não realiza limpeza

urbana com regularidade. Também foi o poder público que manteve as ruas de Pitangueiras sem pavimentação e sem saneamento adequado.

Espacializando de modo desigual a infra-estrutura e os serviços, o Estado, ao invés de atuar na direção de contribuir para reduzir a iniquidade social e territorial, vem reproduzindo as desigualdades, criando localizações diferenciadas em termos de valorização e das vantagens que podem proporcionar aos seus moradores. Em Lauro de Freitas, esse agente vem atuando na estruturação do espaço urbano, como de forma geral o faz nas sociedades capitalista, de modo a criar e consolidar as desigualdades sócio-espaciais. O poder público, então, agiu de modo a sustentar os interesses do mercado, melhor dizendo, nesse município a segregação residencial só se consubstanciou por conta de uma ação combinada entre as forças do mercado e as decisões do Estado.

Outra discussão que cabe ser feita se refere à noção de que a proximidade das moradias entre os diferentes grupos sociais permitiria aos mais pobres usufruírem a infra-estrutura implantada para contemplar as elites. No caso em estudo, essa possibilidade é real desde que se restrinja aos serviços públicos e ao sistema de transporte. Em Itinga, onde as desigualdades de renda dos moradores e da estruturação do espaço não são tão intensas, a infra-estrutura embora concentrada na parte mais central, encontra-se relativamente distribuída por todo o bairro. A diferença principal estava no fato de que alguns podiam utilizar serviços particulares (associe-se o custo dos mesmos ao custo do transporte para chegar aos locais onde se encontram), enquanto outros só podiam recorrer ao setor público ou do bairro ou do centro de Lauro de Freitas ou de Salvador. No Atlântico Norte, no Miragem e em Vilas não havia equipamentos públicos, enquanto Pitangueiras e Araqui possuíam escolas da rede municipal. Quando os moradores dessas duas últimas áreas precisavam recorrer a serviços privados de saúde ou educação, utilizavam os do bairro, de Portão ou do Centro, a não ser as pessoas de classe média-alta que podem pagar pelos existentes em Vilas. Os ônibus que circulam em Vilas não passam por outros bairros de Lauro de Freitas (apenas na Estrada do Coco); as vans que circulam entre Itinga e Vilas, no máximo, passam no Miragem (a decisão quanto ao trajeto é, muitas vezes, do motorista). Essencialmente, os mais pobres não têm possibilidade de usufruir a estrutura de Vilas, a não ser do transporte — quando se deslocam até lá — ou da praia que, além das ruas (que não são fechadas, algumas praças e o Parque Ecológico, os dois últimos pouco freqüentados mesmo pelos moradores locais), se constitui efetivamente no único espaço público do bairro. Mas, nesse bairro e nas proximidades existe um mercado de trabalho em potencial, onde parte dos moradores das áreas mais pobres se insere, fundamentalmente como empregados domésticos, prestadores de

serviços (pedreiros, eletricitas, manicures etc) e trabalhadores de estabelecimentos comerciais e industriais de pequeno porte.

Principalmente, é importante verificar que a proximidade entre as classes média e baixa existente no Atlântico Norte não repercutiu em melhorias significativas da qualidade de vida ou socioeconômica dos de menor renda. Em termos de escolaridade, inserção no mercado de trabalho e renda e da presença de infra-estruturas, por exemplo, os moradores que primeiro chegaram ao local e seus descendentes não se distinguem com clareza dos de Itinga. Pelos dados coletados empiricamente, o percentual dos que trabalham e o perfil dos trabalhadores desses bairros são bastante semelhantes ao encontrado em Itinga, ainda que fossem mais escolarizados. Ao que tudo indica, a acessibilidade se constituiu numa das vantagens de morar próximo às áreas ocupadas por pessoas de renda mais alta. A outra vantagem dessa proximidade, a maior delas com certeza, foi o aumento do preço da terra. Os lotes dos moradores antigos, principalmente daqueles mais pobres, com suas moradias precárias, gradativamente estão sendo comprados por um valor alto — mas não necessariamente o “valor de mercado” associado ao local onde residem (seria o valor do mercado imobiliário voltado para as pessoas de baixa renda ainda que elas morem em áreas próximas às de renda mais alta) — por pessoas e imobiliárias e substituídos por grandes casas e pequenos condomínios fechados. Gradativamente e numa tendência que deve prosseguir, os terrenos dos mais pobres e dos moradores mais antigos do Atlântico Norte estão sendo transformados ao gosto do novo jeito de viver das classes mais abastadas, com “maior qualidade de vida”, em condomínios fechados. Assim, essas classes ao separem-se da cidade por muros, reais e/ou simbólicos, re-estruturam o espaço.

Em outros termos, as especificidades do processo de construção dessas novas residências tornam-se um impeditivo para que as pessoas de menor poder aquisitivo adquiram tais imóveis. Ademais, a chegada de moradores das classes mais altas atrai uma série de equipamentos e serviços mais qualificados, com um preço que não pode ser pago pelos mais pobres. Estes, então, se vêem na contingência de ter que consumir em outras partes da cidade. No caso em análise, com a contínua alteração do perfil dos moradores do Atlântico Norte seguindo na direção de ser local de moradia da elite, a estrutura espacial está se tornando estranha e hostil aos antigos proprietários. Destaque-se que mesmo quando esses “novos locais de moradia” não são fechados, há a noção de que não são locais acessíveis, tanto pelo valor dos produtos e serviços, como pelas atitudes que evidenciam a idéia de que viver junto aos pobres é indesejado.

Em Itinga, até o momento, não se verificou uma tendência a mudança no perfil dos

moradores associada do processo de especulação imobiliária, a uma efetiva qualificação do lugar desenvolvida pelo Estado, ou a maior ou melhor possibilidade dos moradores do bairro de participarem do desenvolvimento socioeconômico que o município experimenta. Destaque-se que, além dos loteamentos mais recentes, da mesma forma que os instalados na década de 1970, se destinam às camadas populares, as pesquisas indicaram que aqueles que tinham menos tempo de residência nesse bairro vieram de bairros periféricos de Salvador e de outras áreas de Lauro de Freitas, sobretudo, da própria Itinga e não tem um perfil socioeconômico muito diferente dos que cresceram lá. Tal situação evidencia tanto uma mobilidade dentro do próprio bairro, como a tendência a que as características da população desse distrito não observem alterações mais significativas por conta de um processo migratório, a exemplo do que vem ocorrendo no Atlântico Norte.

Nas análises postas até o momento tentou-se mostrar as diferentes características sócio-espaciais de Itinga e do Atlântico Norte, especialmente no que se refere às condições de vida das pessoas que lá residem, ao perfil socioeconômico das mesmas e da relação entre esses dois aspectos. Em outros termos, via de regra, no local onde havia melhor infra-estrutura estavam aqueles com escolaridade e renda mais elevadas, cuja participação no mercado de trabalho associava-se a profissões de maior status. Aqueles com menor renda, escolaridade, com inserção mais precária no mercado de trabalho e que tem empregos de menor valorização social residem em áreas onde a infra-estrutura é mais deficiente, à exceção do Miragem, onde apesar das moradias denotarem que as pessoas que lá estão pertencem ao segmento médio da sociedade, não conta com infra-estrutura adequada em todo o bairro, sendo, por exemplo, poucas as ruas asfaltadas. Essa situação só pode ser entendida à luz dos processos que produziram esse lugar: era um loteamento de grandes proporções, com lotes extensos e caros que sucessiva e mais recentemente foram sendo subdivididos para serem implantados empreendimentos de menor porte, mas voltados a esse segmento social.

Essencialmente, importa verificar que as desigualdades sociais encontraram uma expressão espacial nesse município. Mas, como o espaço não se confunde com o solo, não se reduz à base material dos processos sociais, constituindo-se em instância condicionante da realidade, uma vez produzido influenciou os processos que se seguiram. Desse modo, a manutenção das diferentes infra-estruturas e condições de acesso a bens e serviços e ao mercado de trabalho contribuíram para que a pobreza fosse mais intensa numa ou noutra área. Como apontado nesta dissertação, no Jardim Talismã, onde, sob todos os aspectos estudados as características dos domicílios, as condições de moradia e a acessibilidade se revelaram mais precárias, estavam as pessoas mais distantes das áreas mais centrais (e visíveis do

município), com a maior dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, e de efetivar melhorias nos seus domicílios.

Pôde-se verificar que a área que, desde o início, apresentava as melhores condições estruturais dentre as pesquisadas, Vilas do Atlântico, manteve e mesmo acentuou suas vantagens locacionais em relação às demais, atraindo a maior infra-estrutura, quantidade e diversidade de serviços permanecendo como lugar da elite do município e daqueles que tem acesso ao maior número de oportunidades. Os que vivem próximos a essa “ilha de prosperidade”, de forma geral e virtualmente, contam com maiores possibilidades de desfrutar das acessibilidades e infra-estrutura de Vilas, em relação aos que estão em Itinga. Isso de fato ocorre com parte dos que moram no Miragem. Para os habitantes do Araqui e Pitangueiras, ainda que se excluam alguns dos que chegaram mais recentemente e que integram a classe média, há, por exemplo, mais pessoas com nível superior do que nos loteamentos estudados em Itinga. Essas pessoas, entretanto, não estudaram em Vilas, mas em escolas públicas de Lauro de Freitas ou de Salvador. Tampouco cursam ou cursaram faculdade no seu município visto que todas são particulares. É importante destacar que do total de entrevistados nesses dois bairros, poucos, menos de 2%, mencionaram fazer compras ou estudar ou mesmo circular em Vilas. Apesar de, às vezes, passearem no seu calçadão e usarem a praia, efetivamente só se “integram” ao bairro como mão-de-obra. Acrescente-se que a maior parte dos moradores de Itinga nunca foi a Vilas e só sabe que lá é onde moram os “ricos”. Dos moradores do Atlântico Norte, poucos de Vilas e do Miragem afirmaram conhecer Itinga; aqueles que o conhecem, só o fizeram de passagem.

Assim, ainda que a densidade e a renda dos moradores de Vilas tenham atraído uma série de serviços e equipamentos para o seu território e para o entorno, isso não se fez com efetiva possibilidade de acesso do conjunto dos moradores do distrito e do município, à exceção dos que auferem maiores rendimentos.

Uma nota a mais se faz necessária: se os indivíduos, com suas diferentes características socioeconômicas, podem valorizar de modo distinto os lugares em que residem e, via de regra, os mais abastados criam e ocupam espaços com maior infra-estrutura e uma estética mais próxima aos ditames da moda, igualmente é verdadeiro que o lugar é um atributo que dota os homens de determinado valor social. Ser morador de Vilas do Atlântico efetivamente proporciona ao indivíduo importância social mais elevada; como bairro associado à elite econômica da metrópole baiana, aquele que se diz residente de lá é, de modo geral, considerado integrante desse grupo. Isso acontece ainda que não se saiba sua profissão, escolaridade ou a renda. Não é ao acaso que os empreendimentos residenciais, especialmente

os condomínios fechados, instalados nas suas proximidades, mas não em seu território, anunciem estar localizados em Vilas. Além desse “endereço” remeter à qualidade e às acessibilidades do bairro, indica o que ele representa e ao valor simbólico que pode agregar ao indivíduo.

Por outro lado, dizer-se morador de Itinga pode remeter aos problemas do bairro. Tanto aqueles que tem aí seus domicílios, como os das outras áreas onde se fez a pesquisa, ressaltam as mudanças positivas de Itinga, tanto em termos de infra-estrutura como da redução dos antes elevados níveis de criminalidade. Mas, predominam nas falas dos entrevistados a associação desse lugar à violência e à pobreza, mesmo que fosse para dizer o quanto esse bairro havia melhorado em relação a tais problemas. Ser morador de Itinga ainda significa poder ser sujeito a esse estigma.

Ao se estudar a segregação residencial em Lauro de Freitas confirmou-se a hipótese de que esse processo se apresenta no município com sob diferentes formas e que se consolidou a partir de uma intensa ação dos agentes imobiliários, mas também do Estado — que ao longo das últimas décadas vem reproduzindo-a. No entanto, mais do que o esperado, as desigualdades espaciais, além de serem constatadas no distrito em que predomina a elite, foi evidenciada em Itinga, onde prevalecem as pessoas de baixa renda. A preocupação era demonstrar as especificidades desse fenômeno e os processos que os produziram em Lauro de Freitas; contudo, não se teve como meta propor soluções para tal problema. Considerando-se que o espaço está articulado ao jogo das relações sociais que o estabeleceram e que, dialeticamente, contribui para estabelecer, sendo o valor e as possibilidades do indivíduo relacionados à sua localização, que os desequilíbrios socioeconômicos reinantes na sociedade contemporânea e o poder dos interesses dominantes encontram na estruturação espacial uma de suas expressões e formas de perpetuação, pensar na possibilidade da produção de um espaço com mais equidade, significa pensar na modificação da lógica que domina os processos sócio-espaciais, no ideário que sustenta o capitalismo. Nesse sentido, com este trabalho pretendeu-se contribuir de forma crítica para a construção do conhecimento acerca dessa problemática. Espera-se que o mesmo seja útil para basear discussões e intervenções que busquem diminuir a intensidade das desigualdades sócio-espaciais, embora se tenha a convicção de que, dentro do atual contexto do capitalismo, estas jamais poderão ser totalmente eliminadas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Thompson de Almeida; LODDER, Celsius A. *Sistema urbano e cidades médias no Brasil*. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0554.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2002.
- ANDRADE, Thompson de Almeida; LODDER, Celsius A.; SERRA, Rodrigo Valente. O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v. 16, n. 1-2, p. 12-49, jan./dez. 1999.
- BAHIA. Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais. *Mapeamento da pobreza em áreas urbanas do Estado da Bahia*. Salvador: SEI, 2005. 1 CD-ROM.
- BANDEIRA, Gilka. O nascimento discreto de Vilas do Atlântico. *Vilas Magazine*, Lauro de Freitas, n. 68, p. 07-11, set. 2004.
- BORGES, Ângela Maria Carvalho. *Expansão capitalista e habitação popular em Salvador*. 1982. 307 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.
- BURAQUINHO reivindica infra-estrutura urbana. *Vilas Magazine*, Lauro de Freitas, n. 50, p. 5, mar. 2003.
- CALDEIRA, Tereza. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Ed. 34; EDUSP, 2003.
- CAMAÇARI. Prefeitura Municipal. *Plano piloto da orla marítima: Ipitanga, Jauá, Arembepe, Guarajuba, Tassimirim*. Salvador: CONDER; Camaçari: Prefeitura Municipal, 1985.
- CARVALHO, Anna. Salvador e a organização de seu espaço imediato. *Boletim Baiano de Geografia*, Salvador, v. 2, n. 5, p. 37-45, jan./jun. 1961.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; ALMEIDA, Paulo Henrique; AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli. Dinâmica metropolitana e estrutura social em Salvador. *Tempo Social*, São Paulo, ano 13, n. 2, p. 89-114, nov. 2001.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; SOUZA, Ângela Gordilho; PEREIRA, Gilberto Corso. A polarização e segregação socioespacial em uma metrópole periférica. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n. 41, p. 281-297, mai./ago. 2004.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- CENTRO DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÕES; COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. *Informações básicas dos municípios baianos*: RMS. Salvador: CEI; CONDER, 1994.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. *Estudo de uso do solo e transportes para a região metropolitana de Salvador*. Salvador: CONDER, 1979.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR.. *Itinga, Capelão e Areia Branca: diagnóstico, sumário e definições preliminares de plano de trabalho*. Salvador: CONDER, 1981.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1998.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

CORREIA, Emanuel Paranhos; FREITAS, Gildásio. *Cartilha histórica de Lauro de Freitas*. Lauro de Freitas: Ed. 3-F, 1998.

DIAS, Patrícia Chame. Desenvolvimento econômico e perfil da distribuição sociodemográfica nos municípios da RMS: algumas articulações. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 14, n. 3, p. 537-550, dez. 2004.

DIAS, Patrícia Chame. Lauro de Freitas: aspectos gerais da consolidação da função habitacional e da mudança do perfil da população. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, v. 1, n. 124, p. 29-35, set. 2004.

ESTIMATIVAS de população. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 set. 2005.

FARIA, Vilmar. Divisão inter-regional do trabalho e pobreza urbana: o caso de Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIA, Vilmar (Org.). *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1980.

FRANCO, Angela. Aspectos do processo de metropolização na Bahia. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 3, n. 2, p. 79-86, set. 1993.

FREITAS, Gildásio. Vilas do Atlântico é plantado num paraíso. *Vilas Magazine*, Lauro de Freitas, n. 68, p. 02-06, set. 2004a.

FREITAS, Gildásio. Vilas do Atlântico: os anos 80. *Vilas Magazine*, Lauro de Freitas, n. 69, p. 02-05, out. 2004b.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS E ESTUDOS. *O mercado imobiliário para população de baixa renda em Salvador: o loteamento popular*. Salvador: CPE, 1980.

GANTOIS, Carlos Henrique Jorge. *Lauro de Freitas: a política fiscal como fator de crescimento econômico (1990/2000)*. 2002. 184 f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) — Universidade Salvador, Salvador, 2002.

GOMES, Paulo César Costa. *A condição urbana: ensaios sobre a geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

LAURO de Freitas: aspectos históricos. Disponível em: <http://www.camaralaurodefreitas.ba.gov.br>. Acesso em: 30 dez. 2004a.

LAURO de Freitas: acervo fotográfico. Disponível em: <http://www.camaralaurodefreitas.ba.gov.br>. Acesso em: 30 dez. 2004b.

LAURO DE FREITAS. Secretaria de Planejamento, Saneamento, Meio Ambiente e Turismo. *Mapa de áreas subnormais*. Lauro de Freitas: SEPLANTUR, 2005a.

LAURO DE FREITAS. Secretaria de Planejamento, Saneamento, Meio Ambiente e Turismo. *Fotografia aérea do distrito Atlântico Norte*. Lauro de Freitas: SEPLANTUR, 2005b. 1 CD-ROM.

LAURO DE FREITAS. Secretaria de Planejamento, Saneamento, Meio Ambiente e Turismo. *Fotografia aérea do distrito Itinga*. Lauro de Freitas: SEPLANTUR, 2005c. 1 CD-ROM.

LAURO DE FREITAS. Secretaria de Planejamento, Saneamento, Meio Ambiente e Turismo. *Mapa de loteamentos*. Lauro de Freitas: SEPLANTUR, 2002. 1 CD-ROM.

MALTA, Silvana. Igreja possui um dos maiores painéis de azulejos do mundo. *A Tarde*, Salvador, p. 02, 28 jul. 2005. Caderno especial de Lauro de Freitas 43 anos.

MARTINE, George. Evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (Org.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: Ed. UNESP, 1995. p. 61-91.

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o Estado. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 24-33, jan./jul. 2004.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. *As invasões em Salvador: uma alternativa habitacional*. 1979. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.

MILIBAND, Ralph. O Estado na sociedade capitalista. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MOREIRA, Ruy. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: _____ (Org.). *Geografia: teoria e crítica. O saber posto em questão*. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 33-64.

OLIVA, Jaime Tadeu. O espaço geográfico como componente social. *Terra Livre*, São Paulo, n 17, 2002: Disponível em: <<http://www.cibergeo.org/agbnacional/terralivre17/artigo2.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido. Classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PARANHOS, Emanuel. Reduziram as terras de Lauro de Freitas em 70%. *Jornal Expressão*, Lauro de Freitas, a. 3, n. 58, p. 06, jul. 2003a.

PARANHOS, Emanuel. Emancipação municipal, fatos históricos e acontecimentos. *Jornal Expressão*, Lauro de Freitas, a. 3, n. 58, p. 06, jul. 2003b.

PARK, Robert Erza. A cidade: sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme. *O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 26-54.

PARÓQUIA de Santo Amaro de Ipitanga. Programa da Semana Santa – Atos religiosos – abril 2003. *Vilas Magazine*, Lauro de Freitas, nº 51, p. 4, abr. 2003.

PIB Municipal. Estrutura setorial. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/pib/municipal/xls/estrutura_setorial_2002.xls>. Acesso em 20/09/2005.

PRÉTECEILLE, Edmond. A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas. *Caderno CRH*, Salvador, n. 38, p. 27-48, jan./jun. 2003.

PRÉTECEILLE, Edmond. A construção social da segregação urbana: convergências e divergências. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 11-23, jan./jul. 2004.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SALVADOR, Em defesa de um patrimônio. In COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (BA). *A Grande Salvador : posse e uso da terra, projetos urbanísticos integrados*. Salvador: CEDURB, 1978. p. VII.

PROMORAR (BA). *PROMORAR. Itinga, Lauro de Freitas*. Salvador: PROMORAR, 1981.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. In: _____ (Org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE, 2004. p. 17-40.

SABATINI, Francisco; CÁCERES, Gonzalo; CERDÁ, Jorge. Segregação residencial nas principais cidades chilenas: tendências das três últimas décadas e possíveis cursos de ação. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 60-74, jan./jul. 2004.

- SANTANA, Paola Verri. A mercadoria verde: a natureza. In DAMIANI, Ana Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho (Org.). *O espaço no fim do século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 177-189.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: EDUSP, 2002a.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 6. ed. São Paulo: Nobel, 2002b.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. Alguns problemas do crescimento da cidade do Salvador *Boletim baiano de geografia*. Salvador, v. 2, n.5/6, p.20-35, jun./set., 1961.
- SANTOS, Milton. Salvador e o deserto. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, a. 12, n. 47-48, p. 127-128, jul./dez. 1959.
- SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador*. Estudo de geografia urbana. Salvador: Progresso, 1958.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Territórios de uso: cotidiano e modo de vida. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 1, n. 2, p. 181-206, 2004.
- SEMENOV, Alethea. Os pioneiros continuam amando Vilas com a mesma intensidade dos primeiros dias. *Vilas Magazine*, Lauro de Freitas, n. 68, p. 12-16, set. 2004a.
- SEMENOV, Alethea. Pioneiros contam a história de Vilas. *Vilas Magazine*, n. 69, Lauro de Freitas, p. 06-09, set. 2004b.
- SILVA, Iracema Reimão; ALENCAR, Cristina Maria Macedo de; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. Caracterização socioambiental das praias do município de Lauro de Freitas – Bahia. *Geografia*, Rio Claro, v. 30, n. 2, p. 325-345, mai./ago. 2005.
- SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello e. Papel das cidades no processo de crescimento econômico: uma reavaliação. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1-4, p. 239-253, 1994.
- SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. Dinâmica recente do processo de urbanização/metropolização 1931/1985. In: Sylvio C. Bandeira de Mello; LEÃO, Sônia de Oliveira; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. *Urbanização e metropolização no estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989. p. 187-262.
- SOARES, Laura Tavares Ribeiro. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. *Migração e subemprego em Salvador*. Salvador: Fundação de Pesquisas; CPE, 1978.
- SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; MURICY, Ivana Tavares. *Mudança nos padrões de fecundidade e de mortalidade na infância na Bahia – 1974/1997*. Salvador: SEI, 2001. (Série Estudos e Pesquisas, 52).
- SOUZA, Marcelo Lopes de *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, Ana Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho (Org.). *O espaço no fim do século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 83-99.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000*. Salvador: SEI, 2003. (Série Estudos e Pesquisas, 60).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA.. *Índice de desenvolvimento econômico e social dos municípios baianos*. Salvador: SEI, 2002.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA.. *Mudanças sociodemográficas recentes*. Região Metropolitana de Salvador. Salvador: SEI, 1999. (Série Estudos e Pesquisas, 41).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA.. *Cidades da Bahia*. Salvador: SEI, 1997 (Série Estudos e Pesquisas, 35).

SUZANA Pasternak. Disponível em: < http://www.ifhc.org.br/pdf/suzanapasternack_151004.pdf>. Acesso em: 12/09/2005.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro de longa duração. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 1, n. 2, p. 259-274, 2004.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida.. *Salvador: transformações e permanências (1549-1999)*. Ilhéus: Editus, 2002.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida.. *Dois séculos de pensamento sobre a cidade*. Ilhéus: Editus, 1999.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. O problema de terrenos na Região Metropolitana de Salvador. *Planejamento na Bahia*, Salvador, v. 2, n. 3, p. 285-292, maio/jun. 1974.

VIDAL, Francisco Carlos Baqueiro. *Nordeste do Brasil — atualidade de uma velha questão: vicissitudes da teoria do subdesenvolvimento regional no contexto do capitalismo contemporâneo*. 2001. 327 f. Dissertação (Mestrado em Administração) — Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

VIGNOLI, Jorge Rodrigues. *Segregación residencial socioeconómica: ¿Qué es?, ¿Cómo se mide?, ¿Qué está pasando?, ¿Importa?* Proyecto regional de población. Naciones Unidas: Santiago de Chile, 2001.

VILLAÇA, Flávio José Magalhães. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel, 2001.

VILLAÇA, Flávio José Magalhães. *O uso do solo urbano*. São Paulo: CEPAM, 1973. mimeo.

ZICCARDI, Alicia. Las ciudades y la cuestión social. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pobreza e desigualdades sociais*. Salvador: SEI, 2003. p. 135-174. (Série Estudos e Pesquisas, 63).

ANEXOS



ESTADO DA BAHIA

Anexo 1

Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas

TÉRMO DE ACÔRDO E COMPROMISSO DE LOTEAMENTO

TÉRMO DE ACÔRDO E COMPROMISSO DE LOTEAMENTO DE UMA ÁREA DE TERRENO FOREIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS, DESMEMBRADA DA MAIOR PORÇÃO DA FAZENDA JAQUEIRA, COM UMA ÁREA QUADRADA DE 70.034,00M² (SETENTA // MIL E TRINTA E QUATRO METROS QUADRADOS), DE PROPRIEDADE DA FIRMA IGUASSÚ IMOBILIÁRIA LTDA, COM ESCRITÓRIO À RUA JOSÉ GONÇALVES Nº.46, VIADUTO DA/SÊ, DENOMINADO COMO LOTEAMENTO "JARDIM TALAYA", QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS, REPRESENTADA PELO SEU PREFEITO ISMAEL ORNELAS FARIAS E A FIRMA COMERCIAL IGUASSÚ IMOBILIÁRIA LTDA, EM TÊRMO PO DECLARO QUE O MENCIONADO TERRENO ENCONTRA REGISTRADO NO LIVRO DE REGISTRO DESSA PREFEITURA DE NUMERO 5 (CINCO) AS FOLHAS DE NUMEROS 134 E / SOB Nº.000.584.

CLÁUSULA PRIMEIRA: - O proprietário ou responsável do loteamento obrigar-se-á:

I. A cumprir e a fazer cumprir rigorosamente o plano de loteamento, conforme planta aprovadas e arquivadas nessa Prefeitura, trazendo por escrito ao conhecimento da mesma Prefeitura qualquer irregularidade verificadas, devendo observar todas as especificações técnicas referentes a distribuição das quadras e lotes do respectivo loteamento.

II. A observar a obrigatoriedade de reservar no loteamento áreas destinadas a uso da comunidade, tais como: ruas, praças, jardins, avenidas, bem como para construção de praças de esportes, ginásios, hospitais e ainda as necessárias para saneamento, em conformidade com a planta do referido loteamento, previamente aprovada pela Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, com designação das áreas acima aludidas.

Outrossim, as áreas de uso comum serão do domínio público, sendo que aquelas que se destinarem à construção de praças de esportes, ginásios esportes ou recreativos, hospitais, passarão para o domínio da Prefeitura, obrigando-se o proprietário do loteamento a outorgar escritura pública ou documento hábil que venha conferir a propriedade daquelas áreas a Comuna.

III. A empresa encarregada do loteamento fica obrigada a efetuar no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, abertura das ruas com o movimento de terra que se tornar necessário a fixação dos níveis e declives, cujas rampas não poderão ultrapassar de 10% (dez por cento), devendo as mesmas serem compactadas com piçarra e arenitos, todas com meio fio e encascalhamento, de modo a servir à futura pavimentação asfáltica. Ficando reservada a quadra de numero ou letra: **2 (dois)**...., do referido loteamento, até que seja concluída as ruas de acôrdo com o presente Têrmo, não podendo ser vendido nenhum lote da referida quadra até que seja concluído todos os serviços do referido Loteamento, terminado o prazo estipulado nesse Contrato e não feito os serviços constante do Contrato, passará a referida quadra para o domínio útil e direto da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas. **Ficando a empresa ainda responsável em colocar posteação e pedir I LUMINAÇÃO PÚBLICA PARA O MENCIONADO LOTEAMENTO.**

IV. A Empresa Loteadora deverá respeitar rigorosamente a execução do plano de obras, colocando nos pontos de escoamento julgados necessários, caixas coletoras de águas pluviais, bem como abrir valetas que poderão ser revestidas de grama e calçamento, de acôrdo com suas declividades

V. A empresa loteadora fica com a responsabilidade de obedecer não só as leis e normas administrativas aplicáveis ao caso como também todas as instruções emanadas desta Prefeitura, através seus órgãos competentes, sujeitando-se a aplicação de multa e a paralização e sustentação do loteamento havendo reincidência nas infrações.

Continua na 2ª pag.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas

TÉRMO DE ACÔRDO E COMPROMISSO DE LOTEAMENTO

Continuação da 1.ª pag.

VI. Obriga-se ainda, a empresa loteadora proceder a progressiva locação das ruas e lotes constantes do plano em apreço, colocando as interseção dos eixos daqueles e nos vértices dos lotes, bem assim como nos pontos de começo e término das curvas de outros marcos, com indicação das cotas impostas pelas rampas indicadas nos perfís aprovados de modo a ser facilitado o serviço de alinhamento e os pontos de soleira.

VII. A não edificar em cada lote qualquer que sejam formas e dimensões, mais de um prédio, cuja área não poderá ocupar mais de 40% (quarenta por cento) da área total do lote. Sendo o recuo do prédio nunca inferior a 4,00Ms (quatro) metros contados da face externa do gradil ou muro de frente, obrigação que quando da alienação dos lotes deverão constar das respectivas escrituras.

VIII. A comunicar a Prefeitura, os lotes já vendido ou prometidos a venda, após 90 (noventa) dias, contados da data da assinatura da escritura ou Contrato de promessa e venda.

IX. A ser responsável pelo cumprimento de todos os ítems e a pagar a multa de 3 (treis) salários mínimos, em caso de não cumprimento do presente Termo de Acôrdo e Compromisso, que será cobrado amigavelmente ou judicialmente.

CLÁUSULA SEGUNDA: - Os proprietários loteantes ou responsáveis loteantes, responsabilizar-se-á por si e seus herdeiros ou sucessores no sentido de fazer constar da escritura de venda, hipotecas ou outro gravame dos lotes que compõem o loteamento em sua obrigação de ser respeitado o presente Termo, que para todos os efeitos só entrará em vigor após registrado e anotado na Secção do Cadastro Imobiliários e Tributação da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas.

CLÁUSULA TERCEIRA: - A Prefeitura providenciará junto a Câmara de Vereadores sobre a nomenclatura das ruas e demais logradouros, constante do plano de loteamento mencionado no início deste Termo, logo após abertura das ruas a fim de que depois de necessaria publicação do Decreto para que seja procedido o devido plaqueamento.

E por estarem de acôrdo as partes contratantes, mandou o Exm.º Sr. Prefeito que depois de minuta elaborada, ser lida e achada conforme fosse lavrado o Termo de Acôrdo e Compromisso, que só estará perfeito e acabado após o Registro do Setor Imobiliário na forma da Lei a vista do Conhecimento de n.º 0.85.2., datado de 2.4.1. Junho. /de 1975 (mil novecentos e setenta e cinco), expedido pelo Setor Imobiliário, correspondente aos impostos e taxas do referido Loteamento para lavratura desse Termo. *Em 20 de Junho de 1975*

Eu, *José Manoel M. B.*, lavrei o presente Termo, que vai assinado pelo Exm.º Sr. Prefeito, pelo Exm.º Sr. Secretário e os proprietários loteantes.

José Manoel M. B.

GABINETE DO PREFEITO, 20 de novembro de 1975



SECRETÁRIO

Noel Alves da Cruz

QUESTIONÁRIO MORADOR (A)

Nº: _____

DISTRITO () ITINGA () ATLÂNTICO NORTE

Nome: _____

Data da entrevista: ____/____/2005

Rua onde mora: _____

Bairro: _____

1. Tempo de residência no endereço atual: _____

2. Local de residência anterior (bairro/cidade/estado): _____

3. Por que se mudou para atual endereço? _____

4. Como adquiriu seu imóvel?

() aluguel

() compra junto a particular

() compra junto a imobiliária

() herança

() ocupação/invasão

() outros: _____

5. Caso tenha comprado terreno, quem construiu sua residência?

() comprou a residência pronta

() auto-construção

() mutirão

() contratou particular

() contratou empresa especializada

() outros: _____

6. Nº de quartos: _____

7. Nº de banheiros: _____

8. Nº cômodos: () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 ou mais

9. Nº de pavimentos: _____

10. Dep. de empregada: () sim () não

11. Possui empregada doméstica? () sim () não

Onde ela reside (bairro/cidade)? _____

12. Características dos moradores do domicílio:

Nº	Idades	Sx	Local de nascimento (cidade/estado)	Escolaridade	Atividade	Onde exerce a atividade (bairro/cid.)	Obs
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							

13. Tipo de vínculo empregatício dos responsáveis pelo domicílio:

- () autônomo () funcionário público () proprietário: _____
- () fixo com carteira assinada () fixo sem carteira assinada
- () sem emprego fixo () desempregado – tempo: _____
- () outros: _____

14. Quais são as vantagens em morar aqui (domicílio, rua bairro)?

15. Quais são as desvantagens em morar aqui (domicílio, rua bairro)?

16. Impressões sobre o bairro:

	<u>Não tem</u>	Péssima	Ruim	Regular	Bom	Muito bom	Ótimo
Asfalto							
Calçada							
iluminação pública regular							
Rede de esgoto							
Transporte coletivo							

	<u>Não tem</u>	Péssima	Ruim	Regular	Bom	Muito bom	Ótimo
Área de lazer							
Serviço de saúde							
Estabelecimento de ensino							
Comércio alimentar							
Comércio em geral							
Farmácia							

- A) Recebe IPTU: () SIM () NÃO
- B) CORREIO: () SIM () NÃO
- C) GÁS NA PORTA: () SIM () NÃO () DEPÓSITO
- D) ABASTEC. DE ÁGUA ENCANADA: () SIM () NÃO
 () DIÁRIA () MAIS DE UMA VEZ AO DIA () EM DIAS ALTERNADOS_____
- E) COLETA DE LIXO: () SIM () NÃO
 () DIÁRIA () MAIS DE UMA VEZ AO DIA () EM DIAS ALTERNADOS_____
- F) VARREÇÃO DE RUAS: () SIM () NÃO
 () DIÁRIA () MAIS DE UMA VEZ AO DIA () EM DIAS ALTERNADOS_____

17. Local preferido para compra de alimentos (bairro/cidade):

18. Local preferido para compra em geral (bairro/cidade)

19. Na sua opinião quais são as principais características dos bairros:

VILAS DO ATLÂNTICO: _____

ITINGA: _____

Observações gerais:

A) Carac. da ocupação: () espontâneo () loteamento () condomínio () rua fechada

Outros: _____

B) Tipo de paredes: _____

C) Telhado: _____

QUESTIONÁRIO REPRESENTANTE

DISTRITO: () ITINGA () ATLÂNTICO NORTE

Bairro / Loteamento: _____

Data: ____ / ____ / 2005

Nome: _____

Nome da entidade: _____

Cargo que ocupa: _____

Tempo que ocupa o cargo: _____

A. Características do representante:

1. Idade: _____ 2. Sexo: () Masc. () Fem.

3. Escolaridade: _____

4. Profissão: _____

5. Local em que trabalha (empresa/bairro, cidade): _____

6. Tempo que reside no bairro: _____

7. Por que veio morar no bairro? _____

8. Local de residência anterior (bairro/cidade/estado): _____

B. Características gerais do bairro

9. Origem do bairro: _____

10. Atualmente nesse bairro :

a) Tipo de pavimentação predominante das ruas:

() de terra/barro () asfaltadas () com concreto

b) Tipo de pavimentação predominante das calçadas:

() pavimentadas pela prefeitura () pavimentadas pelos moradores () de terra

() com grama () não existem

c) Abastecimento de água (rede geral):

() regular diário () regular em dias alternados () poço () outros

d) Iluminação pública

- em todo o bairro na maior parte do bairro em pequena parte do bairro
 não existe
-

) Esgotamento sanitário

- rede geral fossa e sumidouro fossa
 escoamento a céu aberto escoamento para o rio
-

f) Coleta de lixo

- diária em dias alternados coletado na porta colocado em containeres
 em todo o bairro em parte do bairro não tem
-

g) Varreção de ruas

- diária em dias alternados em todo o bairro
 em parte do bairro não tem
-

11. Quais os tipos de estabelecimentos de ensino existem?

- pré-escolar público pré-escolar privado pré-escolar comunitário
 fundamental público fundamental privado
 básico público básico privado
 médio público médio privado
 superior público superior privado nenhum
 Creche (tipo _____)
 cursos de idiomas cursos de artes/música biblioteca

12. Quais os tipos de estabelecimentos de saúde existem?

- posto de saúde consultório particular clínica particular
 hospital público hospital privado não existe
 agente de saúde
 Outros _____
-

13. Tipos de estabelecimentos comerciais existentes:

- gêneros alimentícios em geral panificadoras confecções calçados
 farmácias móveis armarinhos materiais de construção
 auto-peças eletro-eletrônicos presentes livrarias
 outros _____

14. Existem:

- Agência/posto dos correios Casa lotérica: Imobiliárias
 Caixa eletrônicos

Agências bancárias: sim (_____) não

Templos religiosos: sim (_____) não

15. Quais os equipamentos podem ser encontrados no seu bairro?

- () restaurante () bar () lanchonete () sorveteria
() locadora de filmes () cinema () teatro () praça
() parque infantil () quadra poliesportiva () campo de futebol
() clube () praia

C. C. Característica dos moradores/moradias

16. Em sua opinião, como eram os primeiros moradores?

17. Em sua opinião, muitos dos primeiros moradores permanecem no bairro? Por quê?

18. Qual o perfil de escolaridade e emprego dos atuais moradores do bairro?

19. Com relação às moradias, quais delas podem ser encontradas nesse bairro?

- () casas isoladas de um pavimento () casas isoladas de dois pavimentos
() casas isoladas de mais de dois pavimentos
() condomínios/vilages de até 20 unidades () condomínios/vilages de 20 a 50 unidade
() condomínios/vilages com mais de 50 unidades
() loteamentos com até 20 lotes () loteamentos com 20 a 50 lotes
() loteamentos com mais de 50 lotes
() conjuntos habitacionais públicos () conjuntos habitacionais privados
() Outros _____

20) Quais são as vantagens em morar aqui (domicílio, rua, bairro)? _____

21) Quais são as desvantagens em morar aqui (domicílio, rua, bairro)? _____

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.